



JORNAL da REPÚBLICA

§ 8.00

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

SUMÁRIO

PARLAMENTO NACIONAL :

Resolução do Parlamento Nacional N.º 9/2026 de 24 de Junho

Deslocação do Presidente da República à Província de Nusa Tenggara Timur, Indonésia 598

GOVERNO :

Resolução do Governo N.º 31/2026 de 24 de Junho

Aprova a extensão e alteração do Acordo Complementar ao Programa Parceria ba Prosperidade Inklusivu (PROSIVU) 598

Resolução do Governo N.º 32/2026 de 24 de Junho

Plano de Ação Nacional para a Indústria Transformadora 2026-2031 599

RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO NACIONAL N.º 9/2026

de 24 de Junho

DESLOCAÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA À PROVÍNCIA DE NUSA TENGGARA TIMUR, INDONÉSIA

O Presidente da República dirigiu mensagem ao Parlamento Nacional a solicitar assentimento para se deslocar, em visita de Estado, à Província de Nusa Tenggara Timur, Indonésia, entre os dias 25 e 28 de junho de 2026, a fim de participar no “Festival fulan Fehan” no município de Belu, Província de Nusa Tenggara Timur, Indonésia.

Assim, o Parlamento Nacional resolve, nos termos do n.º 1 do artigo 80.º e da alínea h) do n.º 3 do artigo 95.º da Constituição da República, dar assentimento à deslocação do Presidente da República a Nusa Tenggara Timur, na Indonésia, em visita de Estado, entre os dias 25 e 28 de junho de 2026.

Aprovada em 22 de junho de 2026.

Publique-se.

A Presidente do Parlamento Nacional,

Maria Fernanda Lay

RESOLUÇÃO DO GOVERNO N.º 31/2026

de 24 de Junho

APROVA A EXTENSÃO E ALTERAÇÃO DO ACORDO COMPLEMENTAR AO PROGRAMA PARSERIA BA PROSPERIDADE INKLUSIVU (PROSIVU)

Considerando que o Governo da República Democrática de Timor-Leste e o Governo da Austrália mantêm uma relação de cooperação bilateral consolidada no domínio do desenvolvimento institucional, económico e social, no quadro mais amplo do Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica ao Desenvolvimento, que entrou em vigor em 28 de fevereiro de 2003;

Atendendo que, no referido contexto, foi celebrado entre o Governo da Austrália e o Governo de Timor-Leste o Acordo Complementar ao Programa Parceria ba Prosperidade Inklusivu (PROSIVU), destinado a apoiar o Governo de Timor-Leste no reforço da governação, da gestão das finanças públicas, da diversificação económica, da reforma da Administração Pública e da melhoria da coordenação institucional;

Tendo em conta que, o referido Acordo Complementar prevê que o Ministério das Finanças seja a autoridade coordenadora por parte do Governo de Timor-Leste,

cabendo ao Departamento de Negócios Estrangeiros e Comércio (DFAT), a coordenação por parte do Governo da Austrália;

Reconhecendo que o acordo inicial previa a implementação do PROSIVU em duas fases de quatro anos, correspondentes, respetivamente, ao período de 1 de julho de 2022 a 30 de junho de 2026 e ao período de 1 de julho de 2026 a 30 de junho de 2030, ficando a segunda fase dependente de extensão por Troca de Cartas entre as Partes e da aprovação anual das dotações orçamentais pelo Parlamento australiano;

Considerando que o Programa PROSIVU tem contribuído para o apoio técnico e institucional às prioridades do Governo de Timor-Leste e que a extensão do Programa até 30 de junho de 2030 permite assegurar a continuidade do apoio técnico da Austrália a reformas estruturais prioritárias do Governo de Timor-Leste;

Tendo em consideração que o Governo da Austrália, através da Embaixada da Austrália em Timor-Leste e do DFAT, propôs a alteração do Acordo Complementar por meio de Troca de Cartas e que as alterações propostas visam, em especial, prorrogar a vigência do Programa para a segunda fase, atualizar o montante estimado das contribuições financeiras australianas no valor de AUD 66.000.000 e introduzir ou reforçar disposições relativas a fraude e anticorrupção, proteção contra exploração, abuso e assédio sexual, bem como salvaguardas ambientais e sociais, conforme documentos que se anexam;

Considerando ainda que, é do interesse nacional que a execução das atividades do PROSIVU continuem e que, nos termos da Resolução do Governo n.º 26/2019, de 25 de setembro, é da responsabilidade do Conselho de Ministros aprovar projetos com um valor indicativo total igual ou superior a 5 milhões de dólares, sendo também, o órgão competente para aprovar as alterações aos mesmos,

Assim,

O Governo resolve, nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 115.º da Constituição da República, o seguinte:

1. Aprovar a minuta da Troca de Cartas entre o Governo da Austrália, através do Departamento de Negócios Estrangeiros e Comércio, e o Governo de Timor-Leste, através do Ministério das Finanças, para efeitos de formalização das alterações do Acordo Complementar relativo ao PROSIVU.
2. Autorizar a Ministra das Finanças a assinar, em representação do Governo de Timor-Leste, a carta de resposta ao Governo da Austrália e os demais documentos que se revelem necessários para a formalização das alterações ao referido Acordo.

3. A presente resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros em 19 de junho de 2026.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, em substituição

Mariano Assanami Sabino Lopes

RESOLUÇÃO DO GOVERNO N.º 32/2026

de 24 de Junho

PLANO DE AÇÃO NACIONAL PARA A INDÚSTRIA TRANSFORMADORA 2026-2031

Conforme se reconhece no Programa do IX Governo Constitucional, a excessiva dependência das receitas provenientes do petróleo e do gás natural tem condicionado o desenvolvimento económico sustentável do país, sendo imperativo promover a diversificação da economia nacional através do fortalecimento das indústrias não petrolíferas.

Neste contexto, Timor-Leste tornou-se oficialmente membro de pleno direito da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 30 de agosto de 2024, assumindo o compromisso de harmonizar o seu sistema jurídico e económico com os princípios consagrados no Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT).

Com efeito, a Política Nacional de Desenvolvimento da Indústria (PNDI), em consonância com o Programa do IX Governo Constitucional, estabeleceu a visão de criar “indústrias transformadoras dinâmicas e inovadoras que abasteçam o mercado nacional e contribuam para aumentar as exportações, atrair o investimento privado, criar emprego, fomentar e diversificar a economia”.

É consensual que o setor industrial de Timor-Leste se encontra ainda numa fase inicial de crescimento, com reduzida participação na força de trabalho e limitada contribuição para o Produto Interno Bruto, exigindo medidas concretas para a sua revitalização e expansão.

Neste contexto, o Plano de Ação Nacional para a Indústria Transformadora 2026-2031 (PANIT), constitui um instrumento estratégico para a implementação da PNDI, visando a criação de um ambiente empresarial dinâmico, inovador e competitivo, capaz de atrair investimento privado e fomentar a produção nacional orientada para a exportação.

Para alcançar a diversificação das indústrias não-petrolíferas lideradas pelo setor privado e estabelecer indústrias transformadoras dinâmicas e inovadoras em Timor-Leste, em consonância com a visão da PNDI, é essencial melhorar o ambiente de negócios de forma abrangente, incluindo a melhoria do acesso ao financiamento, com base em documentos existentes e em inquéritos realizados recentemente e dirigidos a produtores industriais e produtores de matérias-primas promissoras.

Ora, no presente Plano de Ação, além da análise sobre o diagnóstico da situação do estágio do desenvolvimento da indústria no país e nos potenciais países concorrentes, identifica-se que Timor-Leste dispõe de produtos agrícolas, florestais e pesqueiros com elevado potencial de transformação e exportação, como café, cacau, sorgo, abacate, baunilha, cravo-da-índia, algas marinhas, bambu, sândalo, coco e têxteis tradicionais, entre outros, cuja valorização pode contribuir decisivamente para o fortalecimento da indústria transformadora e para a inserção competitiva do país nos mercados regionais e globais.

Nesta medida, o presente PANIT estabelece um conjunto de medidas de política que devem ser tomadas pelo Governo, no sentido de incrementar a industrialização do país, especificando que a sua execução deve observar um calendário de implementação estruturado, com umas medidas a concretizar até 2028 e outras até 2031, em articulação com os compromissos assumidos perante a OMC e, também, face às exigências da concorrência no mercado da ASEAN.

No entanto, salienta-se que o PANIT não pretende exaurir todas as possibilidades de desenvolvimento da indústria transformadora em Timor-Leste. Aliás, admite também a liberdade dos operadores económicos na escolha de suas opções de investimento que espelhem a diversificação económica, de modo a responder à procura interna e internacional, conquanto o Estado promova as condições atrativas ao setor privado, incluindo o investimento direto estrangeiro.

Considera-se ainda a necessidade de criação de mecanismos adequados de coordenação, monitorização e avaliação, através de uma estrutura política a nível ministerial e de equipas técnicas de apoio, para a execução das medidas necessárias e assegurar a transparência e a eficácia na implementação desta política pública.

Assim,

O Governo resolve, ao abrigo das alíneas i) e o) do n.º 1 do artigo 115.º da Constituição da República, o seguinte:

1. Aprovar o Plano de Ação Nacional para a Indústria Transformadora 2026-2031, em anexo à presente resolução, da qual faz parte integrante.
2. Determinar que, por Despacho do Primeiro-Ministro, será criada uma Comissão Interministerial para a implementação do Plano de Ação Nacional para a Indústria Transformadora 2026-2031 e definida a respetiva composição.
3. Instruir os membros do Governo responsáveis pelas áreas da coordenação dos assuntos económicos e do comércio e indústria a promoverem as diligências necessárias à implementação do presente Plano de Ação Nacional, devendo os demais membros do Governo prestar toda a colaboração necessária para a sua melhor e mais eficaz execução.
4. A presente resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros em 19 de junho de 2026.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, em substituição

Mariano Assanami Sabino Lopes



IX GOVERNO CONSTITUCIONAL

**PLANO DE AÇÃO NACIONAL PARA A
INDÚSTRIA TRANSFORMADORA 2026-2031**

*Declaração de Visão da Política Nacional de Desenvolvimento da
Indústria para 2030*

“Timor-Leste com indústrias transformadoras dinâmicas e inovadoras, que abasteçam o mercado nacional e contribuam para o aumento da exportação, atração do investimento privado, criação de emprego, fomento e diversificação da economia, e cumpram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e do Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030.”

*Objetivo Geral do Plano de Ação Nacional para a
Indústria Transformadora 2026-2031*

“Responder à procura nacional e internacional pelo aumento da oferta da indústria transformadora em Timor-Leste, através da transformação de produtos agrícolas e de uma indústria impulsionada pelo setor privado, incluindo o investimento direto estrangeiro.”

ÍNDICE

QUADROS.....	5
FIGURAS/IMAGENS.....	5
GRÁFICOS.....	6
SIGLAS E ACRÓNIMOS	7
I. INTRODUÇÃO	10
1.1. Contexto	10
1.2. Objetivos do PANIT	11
II. PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PANIT	12
2.1. Calendário Geral de Implementação.....	12
2.2. Coordenação, Monitorização e Avaliação	13
III. SITUAÇÃO ATUAL E DESAFIOS DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA	20
3.1. Desempenho económico atual de Timor-Leste	20
3.2. Situação Atual da Indústria Transformadora em Timor-Leste	21
3.3. Desafios na Indústria Transformadora em Timor-Leste	23
3.3.1. Acesso ao Mercado	23
3.3.2. Acesso a Financiamento de Qualidade	26
3.3.3. Acesso à Terra	29
3.3.4. Recursos Humanos	31
3.3.5. Política de Concorrência e Política de Propriedade Intelectual	33
3.3.6. Barreiras Pautais e Medidas não-Pautais	34
3.3.7. Facilitação do Comércio	37
3.4. Fazer parte da cadeia de valor global – Implicações da economia espacial	39
IV. PERSPETIVAS DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA EM TIMOR-LESTE	44
4.1. Proximidade, acessibilidade ao mercado e concorrência	44
4.1.1. Indonésia.....	45
4.1.2. Singapura	46
4.1.3. Austrália	48
4.1.4. EUA, UE, China e Japão	49
4.2. Produtos agrícolas promissores para a indústria transformadora em Timor-Leste	50
4.2.1. Café.....	51
4.2.2. Coco.....	56
4.2.3. Noz-de-Candeeiro (Candlenut)	59
4.2.4. Cacau	61
4.2.5. Baunilha	66
4.2.6. Sorgo.....	69

4.2.7.	Abacate.....	72
4.2.8.	Cravo-da-Índia.....	76
4.2.9.	Algas Marinhas.....	80
4.2.10.	Konjac.....	84
4.3.	Outras Indústrias Transformadoras em Timor-Leste.....	88
4.3.1.	Têxteis Tradicionais.....	88
4.3.2.	Recursos Florestais – Sândalo, Bambu.....	90
V.	INDÚSTRIA TRANSFORMADORA NO CAMBOJA, LAOS, MIANMAR E VIETNAME (CLMV) DESDE A DÉCADA DE 1990.....	93
5.1.	Uma visão geral da industrialização nos países CLMV desde a década de 1990.....	93
5.2.	Indústria transformadora impulsionada pela procura e oferta estrangeiras.....	96
5.3.	Indústria transformadora baseada nas ZEE.....	98
VI.	PLANO DE AÇÃO PARA OS SETORES MANUFATUREIROS PRIORITÁRIOS (AÇÕES ESPECÍFICAS).....	101
6.1.	Medidas para a Redução de Custos.....	102
6.1.1.	Redução do Custo de Fornecimento de Eletricidade.....	102
6.1.2.	Redução de Custos Logísticos.....	104
6.1.3.	Redução dos Custos de Investimento de Capital.....	107
6.2.	Medidas para o Ambiente de Negócios.....	108
6.2.1.	Criação e Início de Funcionamento do Parque Industrial.....	109
6.2.2.	Melhorar o Acesso ao Financiamento.....	112
6.2.3.	Criação de um sistema de aplicação das leis e regulamentos económicos.....	114
6.3.	Medidas em Matéria de Informações Comerciais.....	115
6.3.1.	Fornecimento de informações sobre o mercado global.....	116
6.3.2.	Publicidade e Promoção dos Produtos de Timor-Leste no Estrangeiro.....	118
6.4.	Medidas para a formação de recursos humanos industriais.....	120
6.4.1.	Desenvolvimento de recursos humanos industriais com competências exigidas pelo mercado.....	121
	BIBLIOGRAFIA.....	124

QUADROS

Quadro 1:	Cronograma geral para a implementação das medidas do PANIT	13
Quadro 2:	Metodologia de monitorização das medidas do PANIT	16
Quadro 3:	Comparação da Indústria Transformadora no Sudeste Asiático	22
Quadro 4:	Utilização de Empréstimos Bancários por Setor em Timor-Leste	27
Quadro 5:	Estatísticas sobre a população ativa e outras informações	31
Quadro 6:	Estatísticas sobre a Estrutura Etária da População Ativa e Outras Informações	32
Quadro 7:	Frequência das Medidas Não-Pautais (% dos produtos exportados)	36
Quadro 8:	Participação do IDE na ASEAN por país de origem, 2023	47
Quadro 9:	Exportações de café em dezembro de 2024	49
Quadro 10:	Síntese da verificação dos produtos nacionais	51
Quadro 11:	Exportação de óleo láurico da Indonésia	58
Quadro 12:	Número de empresas nas ZEE por períodos e anos	100
Quadro 13:	Fatores de sucesso dos parques agroindustriais	111

FIGURAS/IMAGENS

Figura 1:	Esquema da estrutura de implementação do PANIT	15
Figura 2:	Vários custos de transporte definidos de forma ampla no IDE/ERIA-GSM.....	41
Figura 3:	Resultados da simulação para os cenários 1 a 4	43
Figura 4:	Resultados da simulação com melhoria da conectividade com Singapura, Austrália e Jacarta.....	44
Figura 5:	Principais mercados vizinhos de Timor-Leste	45
Figura 6:	Visão geral do mercado global de cacau	62
Figura 7:	Roteiro estratégico de investimento no setor a jusante na Indonésia.....	65
Figura 8:	O processo de colheita da baunilha em Madagáscar	67
Figura 9:	Fluxo de processamento da carragenina	82
Figura 10:	Cadeia de valor da carragenina 1	82
Figura 11:	Cadeia de valor da carragenina 2	83
Figura 12:	Cadeia de valor da carragenina 3	83
Figura 13:	Fluxo de processamento do konjac	87
Figura 14:	Localização das principais ZEE operacionais (indústria transformadora) no Camboja e no Laos	99
Figura 15:	Parque Agroindustrial com modelo “hub and spoke”	111

GRÁFICOS

Gráfico 1:	Comparação do número de medidas não-pautais entre os Estados-Membros da ASEAN	24
Gráfico 2:	Acesso ao financiamento por setor em Timor-Leste	26
Gráfico 3:	Comparação internacional do acesso ao financiamento	27
Gráfico 4:	Evolução das taxas de juro dos empréstimos bancários em Timor-Leste	28
Gráfico 5:	Utilização de taxas aduaneiras preferenciais	34
Gráfico 6:	Efeito médio das Medidas Não-Pautais nos preços (AVEs) por secção do SH	36
Gráfico 7:	Reduções potenciais dos custos comerciais por grupo de rendimento (%).....	38
Gráfico 8:	Cálculo dos impactos económicos	41
Gráfico 9:	Principais mercados de proximidade para Timor-Leste.....	47
Gráfico 10:	Frequência de navios que visitaram Timor-Leste por país de origem (2017-2024).....	49
Gráfico 11:	Tendência das exportações de café nos últimos anos em Timor-Leste	52
Gráfico 12:	Produção mundial de café por variedade	53
Gráfico 13:	Preços mundiais do café Arábica e Robusta.....	53
Gráfico 14:	Tendência das exportações de copra em Timor-Leste	56
Gráfico 15:	Exportações recentes de óleo de coco nas Filipinas.....	57
Gráfico 16:	Evolução do preço do óleo láurico 2020-2024 (USD/MT).....	58
Gráfico 17:	Tendência das exportações de noz-de-candeeiro em Timor-Leste	60
Gráfico 18:	Evolução do preço dos grãos de cacau no mercado global	63
Gráfico 19:	Os 5 principais exportadores de manteiga de cacau para o mercado da UE (toneladas).....	64
Gráfico 20:	Os 5 principais exportadores de cacau em pó para o mercado da UE (toneladas).....	64
Gráfico 21:	Tendência das exportações de baunilha em Timor-Leste	66
Gráfico 22:	Produção de baunilha por país em 2023 (toneladas)	68
Gráfico 23:	Produção de sorgo por país em 2024 (milhões de toneladas)	70
Gráfico 24:	Importações de sorgo por país em 2023	71
Gráfico 25:	Exportações de sorgo por país em 2023	71
Gráfico 26:	Evolução da produção de abacate em Timor-Leste (toneladas)	73
Gráfico 27:	Principais países importadores de abacate em 2024 (toneladas).....	73
Gráfico 28:	Principais países exportadores de abacate em 2024 (toneladas).....	74
Gráfico 29:	Tendência das exportações de cravo-da-índia em Timor-Leste.....	77
Gráfico 30:	Produção de cravo-da-índia por país em 2023 (toneladas).....	77
Gráfico 31:	Principais países importadores de cravo-da-índia em 2023	78
Gráfico 32:	Principais países exportadores de cravo-da-índia em 2023	79
Gráfico 33:	Evolução das exportações de algas marinhas em Timor-Leste	80
Gráfico 34:	Comparação da produção de algas marinhas por variedades 1990 – 2023	81
Gráfico 35:	Tendência das exportações de konjac em Timor-Leste.....	85
Gráfico 36:	Evolução das exportações de konjac de Timor-Leste por país (%).....	85
Gráfico 37:	Principais países importadores de bambu.....	92
Gráfico 38:	Principais países exportadores de bambu em 2021	93
Gráfico 39:	Valores das exportações por código HS de dois dígitos em 1994, 2004, 2014 e 2024.....	94
Gráfico 40:	Indústria transformadora no Camboja e no Laos desde 1990	97
Gráfico 41:	Entradas de IDE no Camboja e no Laos.....	97
Gráfico 42:	Chegadas de turistas internacionais no Camboja e no Laos	98
Gráfico 43:	Valores das exportações das ZEE do Camboja	100
Gráfico 44:	Preço da eletricidade nos países da ASEAN (USD/kWh).....	104
Gráfico 45:	Comparação das pontuações do LPI nos países da ASEAN	106
Gráfico 46:	Priorização da melhoria de competências e da requalificação por setor.....	122

SIGLAS E ACRÓNIMOS

ABL	Sistema de Empréstimos Baseados em Ativos
ACCMSME	Comité de Coordenação da ASEAN para as Micro, Pequenas e Médias Empresas
ADB	Banco Asiático de Desenvolvimento
ADR	Resolução Alternativa de Litígios
AEC	Comunidade Económica da ASEAN
AFAC	Acordo-Quadro da ASEAN sobre Concorrência
ASEAN	Associação das Nações do Sudeste Asiático
ATC	<i>ASEAN Tourism Competitiveness</i> / Competitividade Turística da ASEAN
ATIGA	Acordo de Comércio de Mercadorias da ASEAN
AWGIPC	Grupo de Trabalho da ASEAN sobre Cooperação em Propriedade Intelectual
BCM	Medidas de Controlo nas Fronteiras
BCTL	Banco Central de Timor-Leste
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BKPM	Conselho de Coordenação de Investimentos da Indonésia
BLG	Biota Marinha de Algas
BOI	Conselho de Investimento da Tailândia
CADP	Plano Abrangente de Desenvolvimento da Ásia
CAGR	Taxa de Crescimento Anual Composta
CASA	Programa de Agricultura Comercial para Pequenos Agricultores e Agronegócio
CBI	Centro para a Promoção das Importações de Países em Desenvolvimento
CCT	Cooperativa Café Timor
CDC	Conselho para o Desenvolvimento do Camboja
CGE	Equilíbrio Geral Computável
CLMV	Camboja, Laos, Mianmar, Vietname
CLN	Centro Logístico Nacional
CLUSA	Liga Cooperativa dos Estados Unidos da América
CNO	Óleo de Coco
COVID-19	Doença por Coronavírus de 2019
EDTL	Eletricidade de Timor-Leste
ERIA	Instituto de Investigação Económica da ASEAN e da Ásia Oriental
ESG	Ambiental, Social e de Governação
EUA	Estados Unidos da América
EUROCHAM	Câmara de Comércio Europeia
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FAOSTAT	Estatísticas da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FCDO	Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Commonwealth e do Desenvolvimento
FSSO	Certificação do Sistema de Segurança Alimentar
FTAS	Acordos de Comércio Livre
G7	Grupo dos Sete
GATT	Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio
GCPR	Gabinete de Cooperação, Parcerias e Reformas
HS	Sistema Harmonizado
HS26	Capítulo 26 do código do Sistema Harmonizado (SH), que abrange produtos vegetais.

HS27	Capítulo 27 do código do Sistema Harmonizado (SH), que abrange combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; substâncias betuminosas; e ceras minerais.
HS61	Capítulo 61 do código do Sistema Harmonizado (SH), que abrange
HS85	Capítulo 85 do código do Sistema Harmonizado (SH), que abrange máquinas e equipamentos elétricos.
IADE	Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial
ICCO	Organização Internacional do Cacau
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
IDE-JETRO	Instituto de Economias em Desenvolvimento, Organização Japonesa de Comércio Externo Organização
INC.	Constituída
INDMO	Instituto Nacional de Desenvolvimento da Mão-de-obra
INETL	Instituto Nacional de Estatística de Timor-Leste
IQTL	Instituto de Qualidade de Timor-Leste
ISIC	Classificação Internacional Tipo de Atividades Económicas
ISO	Organização Internacional de Normalização
ISO 22000	Gestão da Segurança Alimentar ISO
JICA	Agência de Cooperação Internacional do Japão
KITE	Facilidades de Importação para Fins de Exportação
KPMG	Klynveld Peat Marwick Goerdeler
KWH	Kilowatts-hora
LPI	Índice de Desempenho Logístico
LDA.	Lda.
MAPPF	Ministério da Agricultura, Pecuária, Pescas e Florestas
MCAE	Ministro da Coordenação dos Assuntos Económicos
MCI	Ministério do Comércio e Indústria
MDF	Fundo de Desenvolvimento de Mercados
MESCC	Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura
MF	Ministério das Finanças
MIDA	Autoridade de Desenvolvimento Industrial da Malásia/
MM2100	Megalópolis Manunggal 2100
MNEC	Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação
MOP	Ministério das Obras Públicas
MPAC	Plano Diretor para a Conectividade da ASEAN
MPI	Ministério do Planeamento e Investimento
MPME	Micro, Pequenas e Médias Empresas
MT	Tonelada métrica
MTC	Ministério dos Transportes e Comunicações
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMPI	Organização Mundial da Propriedade Intelectual (WIPO)
ONG	Organização não governamental
PANIT	Plano de Ação para a Indústria Transformadora
PIB	Produto Interno Bruto
PNDI	Política Nacional de Desenvolvimento da Indústria
PNDSC	Plano Nacional de Desenvolvimento do Setor do Café de Timor-Leste 2019-2030

OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PMA	País Menos Avançado
QCM	Medidas de Controlo de Quantidade
SECOOP	Secretaria de Estado das Cooperativas
SEFOPE	Secretaria de Estado da Formação Profissional e do Emprego
SERVE	Serviço de Registo e Verificação Empresarial, I. P.
SPG	Sistema de Preferências Generalizadas
SPS	Sanitário e Fitossanitário
TBT	Barreiras Técnicas ao Comércio
TFA	Acordo de Facilitação do Comércio
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
TOMAK	To'os ba Moris Di'ak
TRADEINVEST	Agência de Promoção do Investimento e das Exportações
UE	União Europeia
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCED)
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIDO	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
USD	Dólar dos Estados Unidos
USDA	Departamento de Agricultura dos Estados Unidos
UNTAET	United Nations Transitional Administration in East Timor
USMCA	Acordo Estados Unidos-México-Canadá
WITS	Solução de Integração Comercial Mundial
TVET	Educação e Formação Técnica e Profissional
ZEE	Zona Económica Especial

I. INTRODUÇÃO

1.1. Contexto

Timor-Leste tornou-se oficialmente membro de pleno direito da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 30 de agosto de 2024, altura em que o respetivo protocolo de adesão foi depositado no Secretariado da OMC, em Genebra, após ratificação pelo Parlamento Nacional, ocorrida no dia 3 de junho de 2024. O pedido de adesão de Timor-Leste à OMC tinha sido apresentado em abril de 2015, tendo-lhe sido concedido o estatuto de observador em dezembro de 2016, como País Menos Avançado (PMA). Como membro de pleno direito da OMC, Timor-Leste deve estabelecer e operar o seu sistema comercial e industrial de acordo com os princípios da OMC estabelecidos no Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT). Por exemplo, o artigo 1.º do GATT estabelece o princípio do tratamento de nação mais favorecida,¹ o artigo 3.º estabelece o princípio do tratamento nacional,² e o artigo 11.º estabelece o princípio da eliminação geral das restrições quantitativas³. Além disso, o artigo 28.º, n.º 2, do mesmo acordo exige que as negociações pautais/tarifárias sejam, em princípio, recíprocas e mutuamente vantajosas. No entanto, é de se salientar que são permitidos a Timor-Leste os subsídios classificados na “caixa vermelha” das regras da OMC, tais como os subsídios à exportação, uma vez que goza do estatuto de PMA.

No entanto, continuam a existir desafios, à medida em que o país harmoniza as respetivas regras e regulamentos nacionais com os princípios da OMC. A aprovação do **Plano de Ação Nacional para a Indústria Transformadora 2026-2031 (PANIT), que define medidas destinadas a promover a indústria transformadora orientada para a exportação**, é uma das medidas do Governo para harmonização com os princípios da OMC no período pós-adesão.

Como é sabido, o mercado global da indústria transformadora atual é complexo, sendo os produtos fabricados através de uma variedade de processos interrelacionados. A produção sem fábrica⁴, comum entre empresas com tecnologias avançadas, é um exemplo de uma cadeia de valor de produção complexa. **É possível prever um desenvolvimento económico significativo se Timor-Leste conseguir participar na cadeia de valor global das tecnologias avançadas no futuro.**

O mercado global da indústria transformadora está exposto a riscos geopolíticos. Quando um país consegue impulsionar a indústria transformadora, pode voltar a exportar matérias-primas se a sua estratégia de mercado não for a adequada. A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCED/UNCTAD) salientou que alguns países da América do Sul passaram pela chamada “reprimarização”, ou seja, a transição da exportação de produtos manufaturados para a exportação de matérias-primas⁵. Não é fácil para os produtores industriais prever o futuro num mercado global cada vez mais incerto, mas o Governo de Timor-Leste está decidido a enfrentar o mercado global para alcançar um maior sucesso.

¹ Este princípio exige que os membros da OMC concedam a todos os outros membros o tratamento pautal e regulamentar mais favorável concedido ao produto de qualquer membro no momento da importação ou exportação de “produtos similares”.

² Ao abrigo deste princípio, os membros da OMC não devem conceder tratamento discriminatório entre as importações e os produtos “semelhantes”.

³ Este princípio proíbe, em geral, restrições quantitativas à importação ou à exportação de qualquer produto.

⁴ Um modelo de negócio de empresas que produzem bens físicos sem uma linha de produção.

⁵ UNCTAD, (2024), *Repensar o desenvolvimento na era do descontentamento*, p. 117.

No Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste 2011-2030 (PED), Timor-Leste tem como objetivo tornar-se um país de rendimento médio-alto através da diversificação industrial até 2030. Para concretizar este objetivo, “o Governo de Timor-Leste está determinado a integrar-se na economia global e regional através da adesão como membro à OMC e à Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)”.

De acordo com a Visão e Estratégia Pós-Adesão de Timor-Leste 2024-2031, no âmbito do processo de adesão à OMC, “Timor-Leste reconhece que subsistem desafios, uma vez que o país continua a harmonizar as suas normas e regulamentos internos com os princípios da OMC, conforme necessário para facilitar o comércio e atrair mais investimento para o país.”

A elaboração do PANIT é uma das medidas legislativas do Governo no quadro da harmonização com os princípios da OMC no período pós-adesão. **O PANIT visa promover a indústria transformadora em setores não petrolíferos.**

1.2. Objetivos do PANIT

De acordo com o relatório “*Timor-Leste Economic Performance 2024*”, publicado pelo Banco Central de Timor-Leste (BCTL), 83% da despesa pública depende do Fundo Petrolífero, que continua a gastar a um ritmo muito acima do nível que permita manter a saúde fiscal. Com os novos campos petrolíferos ainda a necessitar de tempo para entrar em produção, a diversificação industrial é uma prioridade urgente. **Reduzir a dependência das receitas do petróleo através da diversificação industrial tem sido um desafio de longa data para Timor-Leste, e o PANIT, que promove a indústria transformadora, aborda este desafio de frente.**

O Programa do IX Governo Constitucional declara que “impulsionar os setores produtivos em torno de quatro indústrias-chave – agricultura, turismo, petróleo e minerais, e indústria transformadora – é uma estratégia simples e sólida para alavancar a tão necessária diversificação económica e mitigar a dependência das receitas do petróleo”.

Em consonância com o Programa do IX Governo Constitucional, a **Política Nacional de Desenvolvimento da Indústria (PNDI)** estabeleceu a visão de criar “**indústrias transformadoras dinâmicas e inovadoras que abasteçam o mercado nacional e contribuam para aumentar as exportações, atrair investimento privado, criar emprego, e fomentar e diversificar a economia**”. No entanto, atualmente, o desenvolvimento da indústria transformadora em Timor-Leste encontra-se ainda numa fase incipiente e existem muitos desafios para alcançar o seu desenvolvimento tal como previsto pela PNDI.

A PNDI estabelece que “um modelo de desenvolvimento baseado na despesa pública e financiado pelos recursos petrolíferos é insustentável e o Governo está empenhado em reverter o atual modelo de economia financiada pelo Estado para um modelo em que o setor privado seja o motor da economia, com uma base fiscal sólida e a diversificação económica como prioridade”.

A este respeito, de acordo com o Relatório de Desempenho Económico de Timor-Leste 2024, a indústria transformadora de Timor-Leste apresentou melhoria em 2024, em comparação com o ano anterior. No entanto, a sua contribuição global para o crescimento do PIB também em 2024 continuou a ser reduzida. O BCTL sugere que o investimento estratégico em setores produtivos, incluindo a

indústria transformadora, irá aumentar a produtividade, atrair o investimento estrangeiro, melhorar a competitividade global e garantir uma economia mais estável e diversificada. O BCTL recomendou também ao Governo que promovesse a inovação e o empreendedorismo na indústria transformadora, através da concessão de incentivos e da melhoria do acesso ao financiamento.

Para alcançar a diversificação das indústrias não-petrolíferas lideradas pelo setor privado e estabelecer indústrias transformadoras dinâmicas e inovadoras em Timor-Leste, em consonância com a visão da Política Nacional de Desenvolvimento da Indústria, é essencial melhorar o ambiente de negócios de forma abrangente, incluindo a melhoria do acesso ao financiamento. Com base em documentos existentes e em inquéritos realizados recentemente e dirigidos a produtores industriais e produtores de matérias-primas promissores, **o PANIT visa delinear medidas específicas com incentivos para estabelecer indústrias transformadoras sustentáveis lideradas pelo setor privado, em consonância com a visão da PNDI.** Isto garantirá também a transparência na política comercial e industrial e, em última análise, abrirá caminho para que Timor-Leste saia do atual estatuto de País Menos Avançado (PMA) no âmbito da OMC.

II. PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PANIT

2.1. Calendário Geral de Implementação

A implementação das medidas delineadas no PANIT requer uma perspetiva de longo prazo. Há dois marcos importantes que devem ser superados para garantir o sucesso da sua implementação:

- O primeiro marco é o fim, em 2028, do mandato do IX Governo Constitucional, que teve início em 2023; e
- O segundo marco é a Revisão da Política Comercial da OMC, que está prevista para 2031, sete anos após a adesão formal em 2024.

Após a conclusão do PANIT, prevê-se que marcos importantes venham a ser alcançados a cada três anos, o que exige a classificação das medidas em duas categorias: as a implementar até 2028 e as a implementar até 2031.

Um outro **objetivo do PANIT é revelar o potencial inexplorado da indústria nacional, que ainda não tem recebido devida atenção, apoiar a continuidade e a expansão das indústrias manufatureiras existentes e apresentar medidas para melhorar a qualidade da mão-de-obra industrial que irá liderar a próxima geração da indústria transformadora (portanto, incluindo o artesanato).**

Estas medidas industriais não podem atingir os seus objetivos apenas através dos esforços do Ministério do Comércio e Indústria (MCI). É necessária a colaboração entre vários ministérios relevantes, serviços públicos e entidades do setor privado para alcançar o maior impacto possível. As medidas descritas no PANIT incluem medidas fiscais (por exemplo, incentivos fiscais), medidas financeiras (por exemplo, empréstimos) e medidas estruturais (por exemplo, políticas e regulamentações de contratação pública). A implementação destas medidas inclui algumas que já foram parcialmente implementadas, e considera-se adequado estabelecer um calendário para a sua conclusão até 2028.

Por outro lado, prevê-se que as medidas para a criação e o funcionamento de um parque industrial, bem como para o desenvolvimento de recursos humanos na área industrial, exijam tempo e esforço

consideráveis, tais como a formulação de um conceito claro, estudos preliminares detalhados e planos financeiros a longo prazo. Por conseguinte, considera-se uma opção realista visar o início da implementação até 2031.

Quadro 1: Cronograma geral para a implementação das medidas do PANIT

Categoria	Ações	Responsáveis/ Instituições	2026 - 2028	2029 - 2031
Redução de custos das empresas	Redução do custo de fornecimento de Eletricidade	MOP, EDTL, MCI		
	Redução de Custos Logísticos	MCI, MF, MTC, MAPPF, CLN		
	Redução de Custos de Investimento de Capital	MF, Autoridade Aduaneira, BCTL, MCI, TradelInvest		
Ambiente de Negócios	Criação e entrada em funcionamento do Parque Industrial	MCI, MJ, MTC, MAPPF, TradelInvest		
	Melhoria do Acesso ao Financiamento	MF, BCTL, MCI		
	Aplicação efetiva da Legislação Económica	MCI, MCAE		
Informação Empresarial	Fornecimento de Informações sobre o Mercado Global	MF, BCTL, MCI		
	Publicidade e Promoção dos Produtos de Timor-Leste no Estrangeiro	MCI, MCAE		
Recursos Humanos Industriais	Desenvolvimento de Recursos Humanos Industriais com competências adequadas à Procura do Mercado	MESCC, ME, SEFOPE, INFDMO, MCI		

Na implementação do PANIT, cada departamento governamental, sob a orientação de uma Comissão Interministerial, conduzirá a execução de temáticas específicas, como se ilustra na figura seguinte.

2.2. Coordenação, Monitorização e Avaliação

O PANIT é um conjunto de medidas para a indústria transformadora baseadas na Política Nacional de Desenvolvimento da Indústria (PNDI). De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a política industrial é definida como “políticas concebidas para desenvolver ou apoiar indústrias nacionais específicas, empresas ou atividades económicas estritamente definidas, a fim de alcançar determinados objetivos económicos ou não económicos que não se concretizariam sem tais intervenções”.⁶ Certas medidas baseadas na política industrial, que concentram recursos em setores específicos, acarretam, por natureza, riscos de efeitos adversos, tais como a má alocação de recursos, a procura de rendimentos e a corrupção. Por conseguinte, **a implementação das medidas delineadas no PANIT requer um sistema de seguimento e avaliação adequado.**

A implementação das medidas delineadas no PANIT incluem ações interministeriais, sendo ideal criar uma estrutura nacional de coordenação a nível ministerial, com a participação de membros do Governo relevantes a coordenar as subcomissões que lhe estejam subordinadas, e estabelecer um

⁶ FMI, (2024), *Cobertura da Política Industrial na Supervisão do FMI — Considerações Gerais*, p. 7.

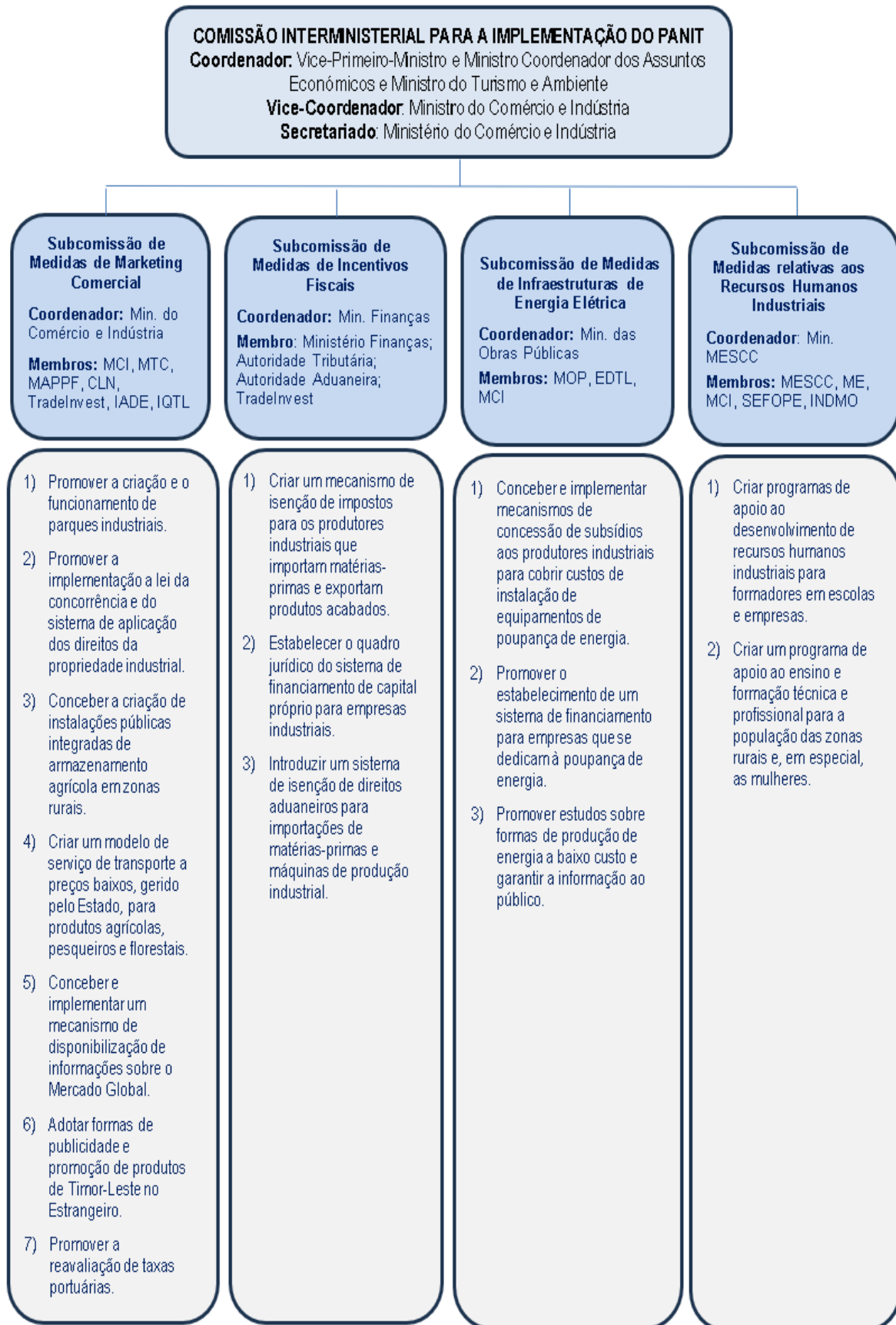
sistema que permita aos técnicos dos ministérios relevantes trocarem opiniões entre setores no âmbito dessas subcomissões. Cada ação deve ser implementada principalmente pelo departamento governamental que integra a respetiva subcomissão, sob a direção do coordenador da correspondente subcomissão. O secretariado da estrutura a nível ministerial será estabelecido pelo Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos (MCAE), e os secretariados das subcomissões ficarão sob a alçada dos respetivos ministros que as coordenam. As atividades das subcomissões serão supervisionadas pelo respetivo coordenador, que comunicará regularmente os resultados das discussões à Comissão Interministerial. A estrutura de implementação do PANIT é apresentada na Figura 1, mais abaixo.

A monitorização e avaliação das medidas do PANIT devem ser realizadas com o apoio de especialistas, com base em dados objetivos. Além disso, uma vez que a eficácia das medidas pode oscilar durante a sua implementação, devem ser estabelecidos prazos de execução claramente definidos.⁷ Além disso, no acompanhamento e avaliação da implementação de ações que envolvam medidas fiscais e financeiras, é necessário estabelecer um sistema capaz de calcular os custos de implementação atuais e futuros com a maior precisão possível e, sempre que necessário, rever a escala e os métodos de implementação, na medida em que seja possível manter a sustentabilidade fiscal.

O estado atual, os objetivos finais e os indicadores de avaliação das ações do PANIT são apresentados no Quadro 2.

⁷ *Ibid.*, p. 12.

Figura 1: Esquema da estrutura de implementação do PANIT



Fonte: Elaborado pela Equipa do Projeto

Quadro 2: Metodologia de monitorização das médias do PANTI

Ações	Subações	Referência	Resultado esperado da subação	Responsável Agência	Metodologia de monitorização	Período
1. Redução do custo de fornecimento de eletricidade	Introduzir subsídios para os produtores industriais para cobrir os custos de instalação de equipamentos de poupança de energia.	Não existem medidas específicas para reduzir o consumo de energia.	Divulgação de equipamentos de poupança de energia entre os produtores industriais.	MCI (Principal)	Número de equipamentos de poupança de energia instalados.	2028
	Aplicar tarifas especiais de eletricidade às empresas que se instalam em parques industriais.	Tarifa de eletricidade mais elevada entre os Estados-Membros da ASEAN.	Promoção do IDE para as ZEE através da fixação de tarifas de eletricidade competitivas a nível internacional (de 0,24 USD para menos de 0,11 USD/kWh).	MOP (Principal), EDTL (Secundário)	Redução da tarifa de eletricidade.	2031
2. Redução de custos logísticos	Criar instalações públicas de armazenamento integrado em áreas rurais.	Não existem instalações de armazenamento suficientes nas zonas rurais.	Expansão de instalações de armazenamento modernas para reduzir perdas e permitir o transporte de grandes lotes.	MCI (Principal) CLN (Secundário)	Número de instalações de armazenamento estabelecidas.	2028
	Criar um modelo de serviço de transporte público a preços baixos para produtos agrícolas, da pesca e florestais.	Não existe sistema de transporte que garanta um abastecimento estável.	Desenvolvimento de um mercado logístico para a promoção da concorrência leal em termos de preços e qualidade do serviço, com base nos mecanismos de mercado.	MCI (Principal) CLN (Secundário)	Volume de transportes das instalações de armazenamento para os mercados.	2028
	Introduzir um subsídio para compensar comissões cobradas aos exportadores pela utilização de serviços portuários.	A taxa de utilização do porto internacional é elevada.	Reforço da competitividade internacional dos produtores industriais nacionais através da utilização estratégica de subsídios	MCI (Principal)	Volume de embarques de produtos não petrolíferos a partir de portos internacionais.	2028
	3. Redução de custos de investimento de capital	Flexibilizar requisitos de incentivos ao investimento para isentar pequenos e médios exportadores de direitos de importação sobre matérias-primas	Existem isenções de direitos de importação para promover o investimento, mas o sistema não foi concebido para ser acessível aos produtores industriais e MPME.	Apoio à indústria transformadora orientada para a exportação e construir uma estrutura industrial capaz de exportar produtos de elevado valor acrescentado.	MF-Autoridade Aduaneira (Principal), TradeInvest (Secundário)	Volume de produtos que beneficiam de isenções de direitos de importação.

Ações	Subações	Referência	Resultado esperado da subação	Responsável Agência	Metodologia de monitorização	Período
4. Criação e início de funcionamento do Parque Industrial	Introduzir um sistema de isenção de certos produtores industriais de direitos aduaneiros na importação de maquinaria de fabrico.	Existem isenções de direitos de importação para promover o investimento, mas o sistema não está concebido para ser acessível aos produtores industriais e PME.	Aumento da produtividade da indústria nacional e reforça a competitividade internacional.	MF-Autoridade Tributária (Principal), TradeInvest (Secundário)	Número de máquinas introduzidas através de subsídios ao investimento de capital.	2028
	Estabelecer um conceito claro e um plano financeiro de longo prazo que garanta a presença de empresas inquilinas nos Parques Industriais.	Não existe planeamento concreto no que diz respeito à angariação de fundos, geração de receitas e aquisição de inquilinos.	Criação de um ambiente de negócio onde os investidores estrangeiros possam investir com segurança, aumentar o IDE, angariar receitas fiscais mais elevadas e criar postos de trabalho.	MCI (Principal)	Progressos na criação do Parque Industrial (por exemplo, montante do orçamento garantido para a criação do Parque Industrial).	2031
	Criar um Parque Agroindustrial com modelo <i>hub-and-spoke</i> (*).	Não existe um planeamento concreto para um Parque Agroindustrial.	Estabelecimento de um quadro que integre o desenvolvimento de cadeias de valor com o desenvolvimento de infraestruturas.	MCI (Principal)	Progressos na criação do Parque Industrial (por exemplo, fluxos de IDE, número de empresas inquilinas, número de postos de trabalho).	2031
	Estabelecer um sistema logístico que ligue o Parque Industrial à capital, Dili.	A rede de distribuição de produtos nacionais não está suficientemente desenvolvida.	Estabelecimento de uma rede logística de baixo custo e alta qualidade para produtos agrícolas, florestais e pesqueiros nacionais.	MCI (Principal)	Volume de logística de/para o Parque Industrial e Dili.	2031
5. Melhorar o acesso ao financiamento	Estabelecer o quadro jurídico do sistema de financiamento por capitais próprios.	O quadro jurídico para o financiamento por capitais próprios ainda não foi estabelecido.	Estabelecer um sistema para transações internacionais de títulos.	MF (Principal), BCTL (Secundário)	Número de reuniões interministeriais relacionadas	2031
	Estabelecer o quadro jurídico do sistema de crédito baseado em ativos.	Está em processo o estabelecimento do quadro jurídico para o crédito garantido por ativos.	Melhoria do acesso ao crédito para os produtores industriais, permitindo diversos acordos de garantias.	MF (Principal), BCTL (Secundário)	Número de reuniões interministeriais relacionadas.	2031

Ações	Subações	Referência	Resultado esperado da subação	Responsável Agência	Metodologia de monitorização	Período
<p>6. Criação de um sistema de aplicação das leis e regulamentos económicos</p>	<p>Estabelecer um sistema de aplicação da lei da concorrência e relações de cooperação com as autoridades dos Estados-Membros da ASEAN.</p>	<p>Lei n.º 1/2026, de 25 de março, Lei da Concorrência.</p>	<p>Participação em redes de cooperação entre as autoridades de concorrência dos Estados-Membros da ASEAN e da CPLP.</p>	<p>MCI (Principal), MCAE (Secundário)</p>	<p>Progressos nos preparativos para a criação de uma autoridade ou departamento de concorrência (por exemplo, número de reuniões com as autoridades dos Estados-Membros da ASEAN e da CPLP).</p>	<p>2028</p>
	<p>Estabelecer um sistema de aplicação do código de propriedade industrial e relações de cooperação com as autoridades dos Estados-Membros da ASEAN e da CPLP.</p>	<p>Proposta de Lei de Código da Propriedade Industrial em processo legislativo no Parlamento Nacional.</p>	<p>Participação em redes de cooperação entre instituições de aplicação da lei no âmbito das autoridades de Propriedade Intelectual dos Estados-Membros da ASEAN e da CPLP.</p>	<p>MCI (Principal)</p>	<p>Progressos nos preparativos para a criação de uma autoridade ou departamento de propriedade intelectual (por exemplo, número de reuniões com as autoridades dos Estados-Membros da ASEAN e da CPLP).</p>	<p>2028</p>
	<p>Estabelecer a estrutura organizacional e desenvolver recursos humanos para instituições públicas capazes de prestar serviços de desenvolvimento empresarial.</p>	<p>Existe alguma estrutura organizacional para os serviços de desenvolvimento empresarial destinados às MPME, mas não está a funcionar bem.</p>	<p>Funcionamento em rede de cooperação empresarial em que empresas de todo o mundo possam aceder a diversos serviços de desenvolvimento empresarial.</p>	<p>MCI (Principal), IADE (Secundário)</p>	<p>Número de reuniões interministeriais relacionadas.</p>	<p>2031</p>
<p>7. Forneimento de Informações Comerciais Globais</p>	<p>Criar uma página web pública fável que forneça as informações mais recentes sobre o mercado nacional e mundial, incluindo para os operadores económicos nacionais</p>	<p>Não existem páginas web públicas que forneçam informações sobre os mercados nacionais e internacionais.</p>	<p>Funcionamento de um ambiente empresarial onde os investidores nacionais e internacionais obtêm informações de mercado fáveis.</p>	<p>MCI (Principal), TradeInvest (Secundário)</p>	<p>Número de visualizações da página web</p>	<p>2031</p>
	<p>Criar uma plataforma multilingue de correspondência de negócios.</p>	<p>Não existe nenhuma plataforma multilingue de correspondência de negócios.</p>	<p>Redução de barreiras linguísticas entre empresas nacionais e estrangeiras.</p>	<p>MCI (Principal)</p>	<p>Número de reuniões interministeriais relacionadas.</p>	<p>2031</p>
	<p>Estabelecer um sistema através do qual as empresas registadas possam utilizar os dois serviços acima referidos numa única plataforma integrada</p>	<p>Não existe uma plataforma de serviços de desenvolvimento empresarial de integração.</p>	<p>Funcionamento de uma plataforma de serviços de desenvolvimento empresarial integrada.</p>	<p>MCI (Principal)</p>	<p>Número de reuniões interministeriais relacionadas.</p>	<p>2031</p>

Ações	Subações	Referência	Resultado esperado da subação	Responsável Agência	Metodologia de monitorização	Período
<p>8. Publicidade e promoção dos produtos de Timor-Leste no estrangeiro</p>	<p>Lançar uma iniciativa para promover produtos nacionais, formar uma equipa interministerial utilizando um slogan unificado e realizar o trabalho de branding necessário para produtos promissores e bens de valor acrescentado.</p>	<p>Não existe marca nacional que permita aos investidores estrangeiros formar uma imagem dos produtos de Timor-Leste.</p>	<p>Estabelecida uma marca nacional que promova uma imagem positiva junto dos investidores estrangeiros e gere novos IDE.</p>	<p>MCI (Principal), TradeInvest (Secundário)</p>	<p>Inquérito sobre as perceções dos visitantes estrangeiros (por exemplo, percentagem de pessoas que gostariam de voltar).</p>	<p>2031</p>
<p>9. Desenvolvimento de Recursos Humanos Industriais com Competências Exigidas pelo Mercado</p>	<p>Estabelecer um programa de apoio ao desenvolvimento de recursos humanos industriais para formadores em escolas e empresas.</p>	<p>Tanto os recursos humanos altamente qualificados como os pouco qualificados são insuficientes em áreas de elevada procura, tais como a indústria transformadora e administração de empresas.</p>	<p>Estabelecido um sistema de capacitação para profissionais com conhecimentos especializados avançados, a fim de satisfazer as necessidades da indústria transformadora.</p>	<p>MESCC (Principal)</p>	<p>Número de programas de desenvolvimento de recursos humanos industriais implementados.</p>	<p>2031</p>
	<p>Estabelecer um programa de apoio à educação e formação técnica e profissional para a população das zonas rurais e, em especial, para as mulheres.</p>	<p>Tanto os recursos humanos altamente qualificados como os pouco qualificados são insuficientes em áreas de elevada procura, tais como a indústria transformadora e administração de empresas.</p>	<p>Criado um sistema de capacitação de recursos humanos industriais para satisfazer as necessidades da indústria transformadora.</p>	<p>SEFOPE (Principal)</p>	<p>Número de programas de desenvolvimento de recursos humanos na indústria implementados.</p>	<p>2031</p>

Fonte: Elaborado pela Equipa do Projeto

(*) "Hub-and-spoke" é um modelo de organização em que um ponto central (hub) coordena, distribui ou conecta vários pontos periféricos (spokes).

III. SITUAÇÃO ATUAL E DESAFIOS DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA

3.1. Desempenho económico atual de Timor-Leste

Em 2024, a economia de Timor-Leste cresceu de forma constante, apesar de vários desafios estruturais, com o BCTL a estimar que o crescimento do PIB foi de 4% nesse ano, e que ia acelerar para 4,4% em 2025.⁸

O BCTL estima que a taxa média de inflação foi de 2,1% em 2024 e de 1,8% em 2025. A taxa de inflação diminuiu consideravelmente em comparação com a taxa de 7% registada em 2022 e de 8,3% em 2023. Embora uma inflação mais baixa não conduza necessariamente a um maior consumo sem um aumento concomitante dos salários, alivia o peso sobre as famílias e também o peso dos custos mais elevados dos materiais para os produtores industriais. Uma das principais razões para esta redução da taxa de inflação é a eliminação das tarifas de importação que tinham sido impostas pela Lei n.º 15/2022, de 21 de dezembro, relativa ao Orçamento Geral do Estado para 2023.⁹

As exportações de bens e serviços de Timor-Leste em 2024 registaram uma descida de 2,9% em relação ao ano anterior, enquanto as importações aumentaram 7,7%, resultando num aumento do défice comercial. **Numa perspetiva de vantagem comparativa, um défice comercial não é necessariamente algo negativo.** A título de exemplo, o Luxemburgo, que tem o PIB per capita mais elevado do mundo, regista consistentemente um défice comercial. **Concentrar recursos de forma eficiente em áreas onde um país tem uma vantagem comparativa produz os maiores benefícios. A fim de promover a indústria transformadora, será necessário determinar exatamente onde reside a vantagem de Timor-Leste e concentrar os seus recursos.**

Recentemente, têm-se verificado tendências protecionistas, mas não podemos esquecer que o desenvolvimento económico da ASEAN tem beneficiado do comércio livre. As vantagens do comércio livre foram demonstradas por estudos económicos recentes.¹⁰ A liberalização do comércio promove a concorrência, forçando as empresas menos produtivas a sair do mercado. Como resultado da concorrência promovida, os trabalhadores passam de empresas de produtividade relativamente baixa para empresas de alta produtividade, permitindo que estas últimas expandam a produção enquanto as primeiras a reduzem. Essa redistribuição de recursos que acompanha a liberalização do comércio leva a uma maior eficiência produtiva e, como resultado, o comércio obtém ganhos sob a forma de um aumento da produtividade económica global.

Como é sabido, o orçamento nacional de Timor-Leste depende fortemente das receitas provenientes do petróleo e do gás natural, sendo o café o produto de exportação mais rentável, para além do petróleo e do gás natural, quando comparado com outras matérias-primas. A este respeito, o petróleo e o gás natural registaram uma queda significativa nas receitas em comparação com o ano anterior. Os campos de Bayu-Undan, que estavam em operação, passaram a produzir cada vez menos a cada ano, tendo cessado a produção em junho de 2025.

⁸ BCTL, (2024), *Desempenho Económico de Timor-Leste 2024*, p. 2.

⁹ https://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/2022/serie_1/SERIE_I_NO_51_A.pdf.

¹⁰ Melitz Marc, (2003), «The Impact of Trade on Intra-Industry Reallocations and Aggregate Industry Productivity», *Econometria*, 71 (6), pp. 1695–1725.

A receita bruta estimada para 2024 foi de US\$ 133,03 milhões de dólares, representando uma diminuição de aproximadamente 76,5% em relação aos US\$ 565,1 milhões de dólares do ano anterior. **É evidente que há necessidade urgente de diversificar a indústria e revitalizar o setor industrial em Timor-Leste.**

3.2. Situação Atual da Indústria Transformadora em Timor-Leste

Existem dados públicos sobre o setor industrial em Timor-Leste provenientes de serviços públicos nacionais, tais como o Instituto Nacional de Estatística de Timor-Leste (INETL), o Banco Central de Timor-Leste (BCTL), o Ministério do Comércio e Indústria (MCI) e a Agência de Promoção de Investimento e Exportação de Timor-Leste (TradeInvest), bem como dados de organizações internacionais como o Banco Mundial. No entanto, a definição de indústria não está uniformemente padronizada. A simples comparação lado a lado dos dados existentes não é precisa. Cada conjunto de dados é autónomo e pode fornecer informações sobre as tendências gerais. No PANIT, foram consultados os dados existentes sobre a indústria transformadora enquanto se realizaram novos inquéritos e análises dirigidos a produtores industriais e produtores de matérias-primas em Timor-Leste.

O termo “**indústria manufatureira**” é multifacetado, e alguns dicionários definem-no como “**a atividade de produção de bens em grande escala**”.¹¹ No entanto, esta definição não capta adequadamente o setor transformador em Timor-Leste, que é composto por micro, pequenas e médias empresas (MPME). Por conseguinte, **no PANIT, o setor industrial é definido de forma ampla como “a indústria transformadora que inclui empresas que transformam materiais em novos produtos”**,¹² e é classificado e analisado com base na Classificação Internacional Tipo das Atividades Económicas (CITAE) – 5.ª revisão, até ao segundo nível de categoria, tal como delineado pela Divisão de Estatística das Nações Unidas. O PANIT não aplica formalmente as normas da ISIC, mas exclui do valor de base os itens que são essencialmente classificados como serviços.¹³

A indústria transformadora em Timor-Leste é composta principalmente por pequenas empresas, com uma variedade de setores de atividade: alimentação e bebidas, têxteis e vestuário, edição e impressão, mobiliário, entre outros. É difícil saber quantos produtores industriais existem, mas, **de acordo com o INETL, o número de produtores industriais registados era de 242 em março de 2025.**

O Inquérito à Atividade Empresarial de 2024, publicado pelo INETL, revela que o número de trabalhadores no setor industrial aumentou ligeiramente entre 2021 e 2022, mas diminuiu em 2023 e manteve-se estável em 2024. O salário médio no setor industrial em 2024 era de US \$ 2.700 dólares por ano, o que é baixo em comparação com os Estados-Membros vizinhos da

¹¹ <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/manufacturing>.

¹² Consultar a definição do governo australiano. <https://business.gov.au/planning/industryinformation/manufacturing-industry>.

¹³ Por exemplo, embora, de acordo com a classificação ISIC convencional, muitas oficinas mecânicas em Timor-Leste possam ser classificadas, em grande parte, como “outras atividades de serviços” no âmbito da “reparação e manutenção de computadores, bens pessoais e domésticos, veículos a motor e motociclos”, as oficinas mecânicas automóveis estão excluídas do inquérito do PANIT.

ASEAN. O salário médio no setor industrial em Timor-Leste é relativamente baixo, mas tem vindo a aumentar desde 2021, e a produtividade do trabalho também está a aumentar.¹⁴

A indústria transformadora em Timor-Leste encontra-se ainda numa fase incipiente de crescimento. A contribuição do setor transformador para o PIB é de apenas 5,0%.¹⁵ Este valor apresenta uma tendência decrescente, sendo significativamente inferior ao dos Estados-Membros vizinhos ASEAN. O Quadro 3 compara os salários e outros fatores de Timor-Leste com os do setor transformador nos Estados-Membros selecionados da ASEAN.

Quadro 3: Comparação da Indústria Transformadora no Sudeste Asiático

País	Dimensão da força de trabalho no setor industrial*	Salários médios no setor industrial em 2024 (USD/mês)	Contribuição do setor industrial para o PIB de 2024 (%)
Timor-Leste	4.900	225	5,0
Indonésia	19.000.000	350	19,8
Vietname	11.960.000	342	16,4
Tailândia	6.260.000	431	27,0
Malásia	2.800.000	797	22,3
Filipinas	3.520.000	555	21,2
Singapura	450.000	5.016	21,5
Camboja	1.000.000	232	17,6

Fonte: Inquérito à Atividade Empresarial 2024, *Southeast Asia Manufacturing Tracker*
<https://www.aseanbriefing.com/news/southeast-asia-manufacturing-tracker/>

* O valor relativo a Timor-Leste refere-se a 2024; os valores relativos aos outros países referem-se a 2023.

Em geral, a revitalização do setor industrial é considerada importante para os países em desenvolvimento, uma vez que as indústrias de transformação intensivas em mão-de-obra podem funcionar como o catalisador inicial para a transformação da estrutura industrial, passando da agricultura para a indústria transformadora como fonte de emprego.¹⁶ Além disso, a indústria transformadora orientada para a exportação tem, geralmente, a função de aumentar o valor dos produtos, conduzindo a um aumento dos rendimentos da população e ao reforço da estrutura industrial interna, através da redução da dependência das exportações de produtos de base, que são vulneráveis às flutuações dos preços no mercado global.¹⁷ A este respeito, a indústria transformadora em Timor-Leste não funciona adequadamente como fonte de criação de emprego, e a maioria das exportações consiste em matérias-primas com pouco valor acrescentado.

De acordo com o Inquérito à População Ativa de Timor-Leste de 2021, publicado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), a população em idade ativa com 15 anos ou mais em Timor-Leste em 2021 era de 809,3 mil pessoas e o emprego total ascendia a 234,3 mil.¹⁸ Apenas 6,5% da força de trabalho está empregada no setor da indústria transformadora, o que é insignificante em termos de criação de emprego.

¹⁴ INETL (2025), *Inquérito à Atividade Empresarial 2024*, p. 9.

¹⁵ *Ibid.*, p. 11.

¹⁶ Banco Mundial, (2023), *Timor-Leste: Caminhos para a Diversificação Económica*, p. 12.

¹⁷ KPMG, (2014), *Manufacturing in Africa*, p. 1.

¹⁸ INETL, (2021), *Inquérito à População Ativa de Timor-Leste 2021*, p. 11.

3.3. Desafios na Indústria Transformadora em Timor-Leste

Timor-Leste é uma pequena nação insular com um mercado interno reduzido. A dimensão económica do mercado interno irá mudar gradualmente, dependendo das tendências demográficas futuras, mas, a curto prazo, será difícil para o Governo alcançar o seu objetivo de se tornar um país de rendimento médio-alto, dependendo exclusivamente da procura interna de um pequeno mercado de 1,3 milhões de pessoas. É por isso que o Governo de Timor-Leste, apesar de estar plenamente ciente dos muitos desafios que se avizinham, está a procurar ativamente celebrar acordos internacionais e a tentar entrar no mercado global. As políticas delineadas no PANIT visam revitalizar o setor industrial nacional, o que está em consonância com as expectativas da comunidade económica internacional, incluindo a OMC e a ASEAN, em relação a Timor-Leste. As medidas do PANIT contribuem também para expandir a procura interna em Timor-Leste e são consistentes com a orientação política do Governo acima referida.

Os desafios estruturais que a economia de Timor-Leste enfrenta têm sido destacados em inúmeros relatórios de agências governamentais e doadores. Embora alguns destes desafios, tais como a distância física e geográfica dos principais mercados, sejam inerentes e não possam ser alterados, muitos outros podem ser mitigados e superados através de uma abordagem consistente implementação de políticas governamentais concretas e eficazes.¹⁹ Este capítulo organiza os desafios relacionados com o ambiente empresarial que foram apontados e explora as medidas para promover o setor industrial.

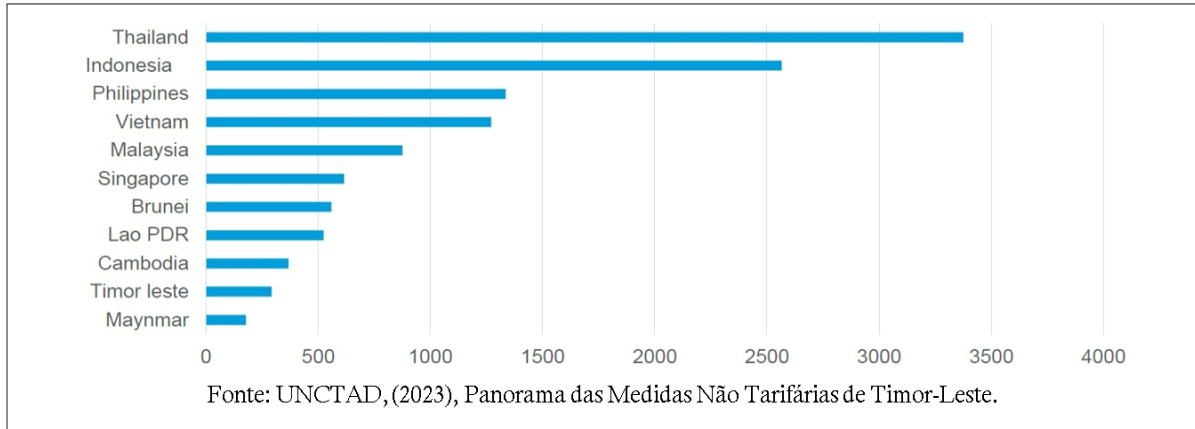
3.3.1. Acesso ao Mercado

O termo «acesso ao mercado» é multifacetado.²⁰ Em muitos casos, o termo «acesso ao mercado» é utilizado para se referir à **existência de barreiras pautais e não pautais no comércio internacional, bem como à existência de quotas**. É também utilizado para designar o acesso aos mercados internos ou para se referir a barreiras à entrada de novos operadores no mercado. As empresas nacionais e estrangeiras têm perspetivas diferentes sobre o acesso ao mercado, e muitos relatórios anteriores centraram-se no facto de Timor-Leste não ter conseguido atrair Investimento Direto Estrangeiro (IDE), apesar das suas políticas de abertura do mercado. De facto, as medidas constantes da Lei n.º 15/2022, de 21 de dezembro, relativa ao Orçamento Geral do Estado para 2023, de carácter protecionista, aprovado ao tempo do VIII Governo Constitucional foram abandonadas, tendo os direitos de importação sido reduzidos de 5% para 2,5%, e as barreiras não tarifárias eram relativamente baixas. A situação das barreiras não-pautais entre os Estados-Membros da ASEAN é apresentada na figura abaixo. A Figura 2 mostra que Timor-Leste tem políticas relativamente abertas em comparação com outros Estados-Membros da ASEAN.

¹⁹ Banco Mundial, (2023), *Timor-Leste: Caminhos para a Diversificação Económica*, p. 4.

²⁰ Will Kenton, (2024), *O que é o acesso ao mercado no comércio internacional?*
<https://www.investopedia.com/terms/m/market-access.asp>.

Gráfico 1: Comparação do número de medidas não-pautais entre os Estados-Membros da ASEAN



Muitos destes relatórios dos doadores salientaram as dificuldades de investir no mercado de Timor-Leste na perspetiva dos investidores estrangeiros. Embora a atração de IDE seja, de facto, um elemento essencial para o desenvolvimento global da economia de Timor-Leste, incluindo o seu setor industrial, o PANIT interpreta de forma abrangente a importância do acesso ao mercado de acordo com as circunstâncias reais de Timor-Leste e identifica os desafios na perspetiva dos timorenses envolvidos na indústria transformadora no país.

Do ponto de vista dos produtores industriais nacionais, as questões relacionadas com o acesso ao mercado podem ser divididas em duas categorias: o acesso ao mercado de Díli por parte de produtores industriais fora de Díli e a exportação de produtos para os mercados globais por parte de produtores industriais, incluindo os de Díli. A este respeito, muitos produtores industriais locais têm a intenção de expandir os seus produtos para o mercado de Díli, onde a população se concentra, mas enfrentam a realidade de um acesso limitado à informação, o que lhes dificulta compreender plenamente as tendências da procura dos seus produtos no mercado de Díli. Mesmo que exista alguma procura, garantir canais de distribuição continua a ser um desafio. Além disso, ao transportar produtos das zonas rurais para o mercado de Díli, surgem desafios como perdas durante o transporte devido a estradas mal desenvolvidas e dificuldades no transporte eficiente em grande escala. Adicionalmente, a natureza monopolista do transporte, aliada a serviços de baixa qualidade, causa custos de transporte desnecessariamente elevados. Os custos adicionais impostos aos produtores industriais rurais dificultam o acesso ao mercado de Díli e impedem a concretização da visão da Política Nacional de Desenvolvimento da Indústria para a revitalização rural.

Nestas circunstâncias, a fim de criar um ambiente empresarial em que os produtores industriais locais possam comercializar produtos que valorizem as características locais no mercado de Díli, é necessário melhorar as infraestruturas físicas e, no que diz respeito às infraestruturas institucionais, aplicar e fazer cumprir a lei da concorrência aprovada pelo Parlamento Nacional em março de 2026. Essa lei visa promover a concorrência em termos de preços e serviços, incluindo no mercado dos transportes, dinamizar o comércio eletrónico que permita transmitir diretamente os pedidos dos clientes aos produtores e estabelecer um modelo de negócio capaz de fornecer regularmente ao público produtos nacionais de alta qualidade. A lei não é uma medida pontual destinada a garantir uma plataforma de vendas permanente. Para alcançar estes ambientes empresariais, é benéfico apoiar publicamente modelos de negócio que permitam que

os operadores retalhistas privados, tais como os grandes supermercados, assumam liderança no fornecimento de produtos nacionais de alta qualidade ao público.

Além disso, tratando-se de desafio para todos os produtores industriais, incluindo as empresas estrangeiras que operam em Timor-Leste, os elevados custos de importação de matérias-primas para produtos e de maquinaria de fabrico comprometem a competitividade internacional do setor industrial no seu conjunto. Estes desafios manifestam-se como problemas de acesso aos mercados de matérias-primas e de maquinaria de fabrico. Para promover a indústria nacional e reforçar a sua competitividade internacional, é eficaz conceder incentivos fiscais a determinados produtores industriais, a fim de reduzir os custos associados à importação de matérias-primas e de maquinaria de fabrico.

Por outro lado, os produtores industriais nacionais, incluindo os de Díli, enfrentam inúmeros desafios ao exportarem os seus produtos para os mercados globais. Em primeiro lugar, a distância em relação aos principais mercados constitui um problema inevitável. De acordo com as Estatísticas Anuais do Comércio de 2024, as importações são dominadas de forma esmagadora pela Indonésia, seguida da China e de Taiwan, enquanto as exportações se destinam principalmente à Tailândia, seguida da Indonésia, dos Estados Unidos e da Austrália. Timor-Leste está distante de grandes cidades como Jacarta, na Indonésia, Sydney e Melbourne, na Austrália, e das principais cidades da China e de Singapura. O transporte marítimo é o principal meio de transporte para Timor-Leste, uma nação insular cuja localização fora das principais rotas marítimas levou a custos de transporte mais elevados e em ascensão nos últimos anos. Além disso, as comissões de utilização do porto para o recém-criado Porto da Baía de Tibar são relativamente elevadas, reduzindo a competitividade internacional e tornando mais difícil para os produtores industriais nacionais acederem aos mercados globais.²¹ As comissões de utilização do porto, que foram fixadas em 2,4 vezes o nível das comissões do Porto de Díli para recuperar o investimento inicial, representam um encargo significativo, em particular para os pequenos e médios importadores e exportadores.

Por outro lado, mesmo após a adesão à ASEAN, são necessárias negociações separadas, e os benefícios do comércio livre de barreiras não tarifárias no âmbito da Comunidade Económica da ASEAN (AEC) não podem ser usufruídos imediatamente. Os principais parceiros comerciais de Timor-Leste, incluindo a China e Austrália, são também países parceiros da ASEAN. Assim, será agora possível a Timor-Leste comercializar com os países parceiros da ASEAN em condições favoráveis, após negociações separadas. Pelo menos por enquanto, é difícil para os produtores industriais nacionais acederem ao mercado global em condições tão favoráveis como as de que beneficiam outros Estados-Membros da ASEAN.

Ainda, um inquérito realizado pelo MCI através de questionários e entrevistas, entre abril e maio de 2025, junto de produtores industriais de Timor-Leste revelou que muitos deles desejam entrar no mercado global, mas não dispõem de informação suficiente sobre onde existe procura nesse mercado. Não sendo possível alterar a distância física em relação aos principais mercados globais, é útil implementar medidas como o fornecimento de informações sobre como tirar partido dos acordos de comércio livre (ACL) favoráveis após a adesão à ASEAN, a criação de um sistema para facilitar a correspondência entre compradores e fornecedores globais, a abertura

²¹ Market Development Facility, (2023), *Pacific and Timor-Leste Freight*, p. 6.

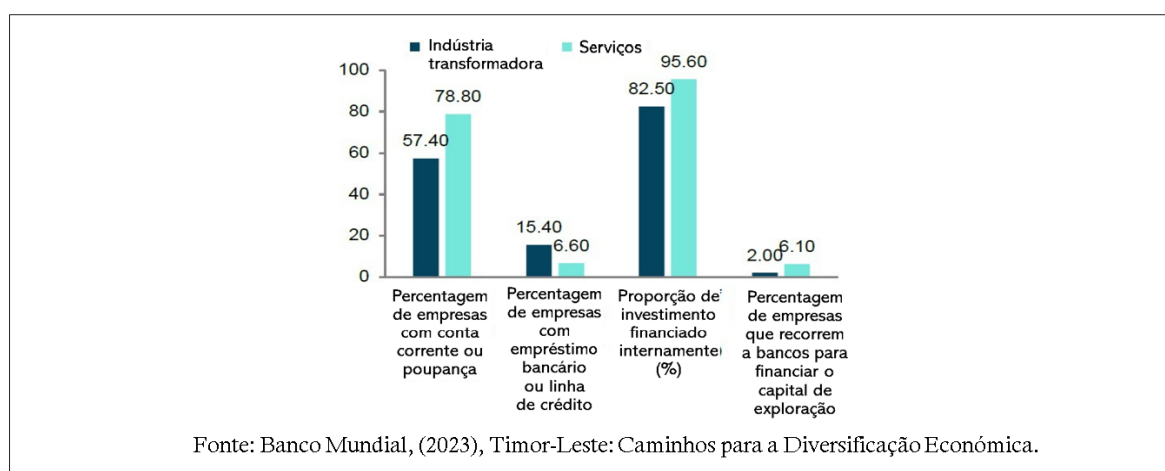
de bases nos principais mercados para apoiar a expansão internacional e a criação de escritórios no estrangeiro onde as empresas possam procurar aconselhamento.

3.3.2. Acesso a Financiamento de Qualidade

O acesso limitado ao financiamento tem sido repetidamente apontado como o maior problema da economia de Timor-Leste, que nunca registou um crescimento suficiente no setor industrial.²² Todas as empresas, independentemente do setor, necessitam de capital em todas as fases, desde o arranque até à manutenção e expansão, sendo **o recurso a empréstimos junto de instituições financeiras essencial para o desenvolvimento de uma grande empresa. As empresas do setor transformador, em particular, têm de investir constantemente em equipamento, incluindo a introdução, manutenção e renovação de maquinaria de produção, para aumentar a produtividade e crescer até se tornarem empresas que geram emprego significativo.** A gestão deve maximizar os lucros de forma eficiente angariar fundos e realizar investimentos ótimos. É igualmente necessária uma governação que proteja segurança das transações, tanto por parte dos mutuantes como dos mutuários.

A este respeito, tem-se salientado que as empresas em Timor-Leste não têm recorrido às instituições financeiras para angariar fundos e, de acordo com um inquérito do Banco Mundial, apenas 15,4% dos produtores industriais timorenses recorrem a empréstimos de instituições financeiras, e apenas 2% recorrem a capital de exploração proveniente de instituições financeiras.

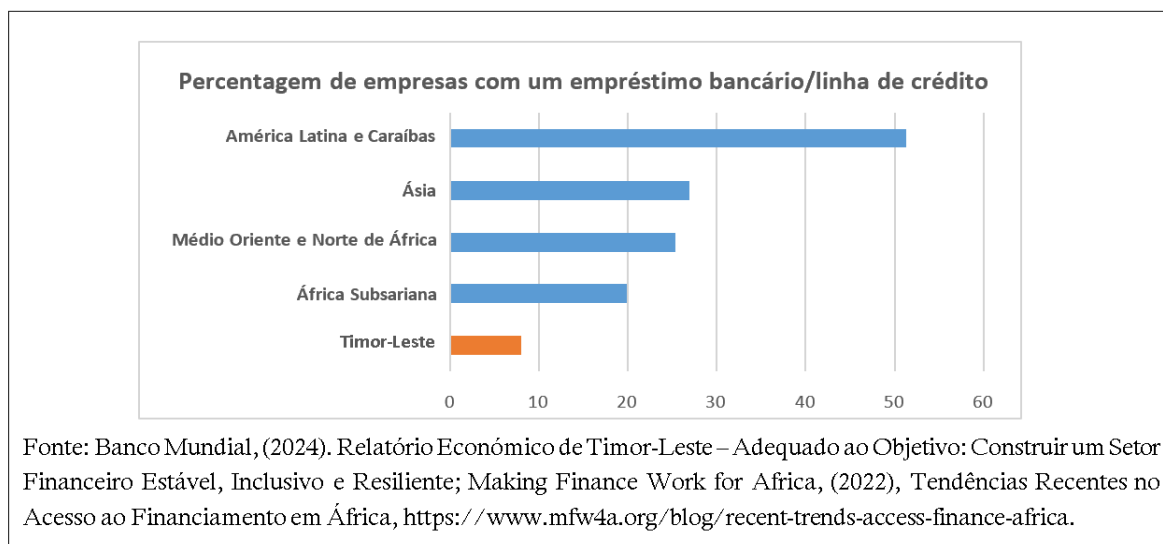
Gráfico 2: Acesso ao financiamento por setor em Timor-Leste



A baixa taxa de acesso às instituições financeiras é ainda inferior à de economias em desenvolvimento mais pequenas a nível mundial. Quais são os obstáculos ao acesso ao financiamento em Timor-Leste? Por que razão o desempenho do acesso ao financiamento é extremamente fraco em comparação com outros países em desenvolvimento? Por que razão não mudaram, apesar das repetidas sugestões? E quais são as medidas viáveis para promover o acesso ao financiamento para o setor industrial em Timor-Leste?

²² Sarah Logan, Joevas Asare, Moussa Saab, Camilla Sacchetto, (2021), «Timor-Leste's drivers of growth and sectorial transformation», p. 22; Banco Mundial, (2023), «Timor-Leste: Pathways to Economic Diversification», p. 44; Banco Mundial, (2024), Relatório Económico de Timor-Leste – Adequado ao Objetivo: Construir um Setor Financeiro Estável, Inclusivo e Resiliente, p. 28.

Gráfico 3: Comparação internacional do acesso ao financiamento



A este respeito, observa-se uma mudança significativa na utilização de empréstimos bancários por setor, conforme relatado pelo BCTL. A utilização de empréstimos bancários apresenta uma tendência crescente em 2024, em comparação com 2023, e o problema geral do acesso ao financiamento parece estar a evoluir no sentido de uma melhoria. No entanto, um facto bastante grave é que a utilização de empréstimos bancários pelo setor industrial diminuiu 52,3% em comparação com o ano anterior. Embora alguns relatórios indiquem que muitas MPME em Timor-Leste não estão a considerar novos financiamentos,²³ será necessário um financiamento significativo para fazer face a futuros aumentos nos custos de materiais e mão de obra, bem como ao envelhecimento dos equipamentos. Por outras palavras, a menos que o ambiente melhore de forma a permitir a obtenção de capital de exploração através de outros métodos de financiamento, o setor industrial poderá estar a caminhar para o declínio. Estes dados indicam também que apenas 0,3% de todos os empréstimos bancários chegaram ao setor agrícola. Isto significa que são necessárias medidas urgentes por parte do Governo para apoiar os alicerces da economia.

Quadro 4: Utilização de Empréstimos Bancários por Setor em Timor-Leste

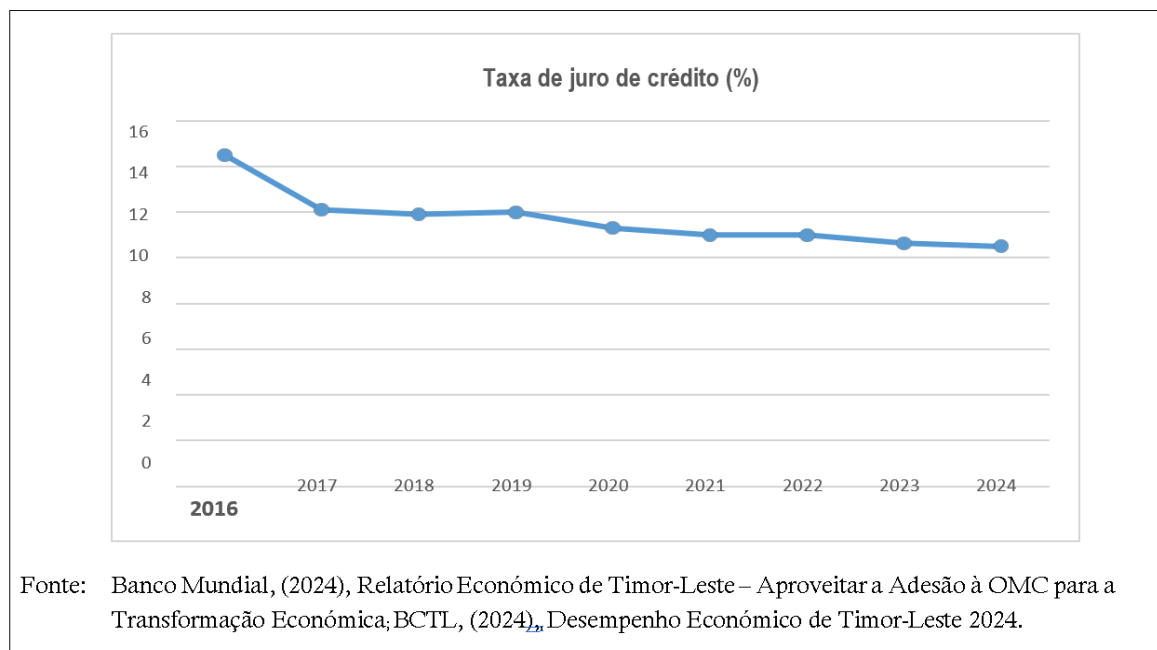
Crédito por Setor	Saldo (milhões de USD)		Crescimento		Participações	
	2023	2024	Nominal	%	2023	2024
Agricultura, Água e Silvicultura	1.7	1.9	0.2	11.1%	0.4%	0.3%
Indústria e Produção	19.9	9.5	-10.4	-52.3%	4.5%	1.6%
Construção	62.8	111.8	49.0	77.9%	14.3%	19.2%
Transportes e Comunicações	18.5	36.3	17.8	96.0%	4.2%	6.2%
Comércio e Finanças	61.6	88.9	27.3	44.3%	14.0%	15.2%
Turismo e Serviços	19.8	22.8	3.0	15.0%	4.5%	3.9%
Particulares e Outros	255.5	311.9	56.4	22.1%	58.1%	53.5%
Total	429.9	583.1	143.2	33%	100%	100%

Fonte: BCTL, (2024), Desempenho Económico de Timor-Leste.

²³ ADB, (2025), *ASIA Small and Medium-Sized Enterprise Monitor 2024, Volume II: Tendências e desafios enfrentados pelas pequenas empresas em Timor-Leste – Principais conclusões do inquérito*, p. 17.

Duas razões principais podem explicar a falta de melhorias no acesso ao financiamento no setor produtivo, como a agricultura e a indústria transformadora. Uma delas é o elevado nível das taxas de juro dos empréstimos bancários e a outra é a elevada exigência de garantias.²⁴ De facto, de acordo com o BCTL, as taxas de juro, embora em descida, situavam-se, em média, nos 10,5 % em dezembro de 2024, o que era elevado em comparação com uma média de 7,21 % noutros países de economia pequena²⁵. A falta de um modelo contabilístico comum e a ausência de demonstrações financeiras auditadas dificultam uma avaliação precisa do risco e fazem subir as taxas de juro.²⁶

Gráfico 4: *Evolução das taxas de juro dos empréstimos bancários em Timor-Leste*



No que diz respeito às garantias, em Timor-Leste é exigido 325% do montante do empréstimo, o que é muito elevado em comparação com a média de 242% nos outros países de pequena dimensão.²⁷ O Governo introduziu um programa de empréstimos a juros baixos com uma taxa de juro de 3% para as MPME, mas este ainda não produziu impactos económicos significativos no mercado financeiro.²⁸

Em geral, as empresas do setor transformador necessitam sempre de investimento de capital, sendo essenciais as relações com as instituições financeiras. O facto de a utilização de empréstimos bancários ter diminuído em mais de 50 % não pode ser ignorado. É aconselhável realizar uma investigação aprofundada para identificar as causas e refletir as conclusões nas medidas políticas. O que se pode inferir da situação atual do acesso ao financiamento por parte do setor industrial não é simplesmente que a indústria não se tenha desenvolvido em Timor-Leste, mas sim que a diversificação industrial não tenha progredido e que a indústria esteja em risco de declínio.

²⁴ Banco Mundial, (2024), *Relatório Económico de Timor-Leste – Adequado ao Objetivo: Construir um Setor Financeiro Estável, Inclusivo e Resiliente*, p. 28.

²⁵ *Ibid.*, p. 27.

²⁶ *Ibid.*, p. 29.

²⁷ *Ibid.*, p. 29.

²⁸ BCTL, (2024), *Desempenho Económico de Timor-Leste 2024*, p. 4.

Como medida de política, a concessão de empréstimos a devedores que não cumprem os critérios habituais de concessão de crédito corre o risco de distorcer um sistema financeiro sólido. No entanto, **como medidas imediatas para estimular a economia, o Governo deve alargar o atual programa de empréstimos a juros baixos, dar a conhecer o programa junto das empresas e implementá-lo com um maior enfoque no apoio ao setor industrial. Seria igualmente benéfico criar um sítio de internet para que as empresas privadas possam consultar questões de gestão e, também, desenvolver um sistema de apoio à melhoria da gestão.**

Além disso, são indispensáveis reformas legislativas ambiciosas para promover o acesso ao crédito, com vista a fomentar a indústria transformadora. Uma dessas reformas é a **criação de um sistema de financiamento por capitais próprios e outra é a diversificação dos métodos de financiamento por dívida, nomeadamente a criação de um sistema de crédito baseado em ativos.** Seria benéfico estabelecer um sistema através do qual as autoridades competentes possam fornecer às instituições financeiras informações históricas detalhadas sobre os históricos de crédito de particulares e empresas, ao abrigo de procedimentos rigorosos.²⁹ Promover o funcionamento do Sistema de Garantia de Crédito para MPME estabelecido por lei pode também ser uma opção.

3.3.3. Acesso à Terra

A questão do acesso à terra pode ser vista como uma questão jurídica e técnica que surge no âmbito da indústria transformadora, aquando da constituição de garantias e da celebração de contratos de arrendamento de terrenos para os produtores industriais. Para que um produtor possa expandir a sua atividade, passando de uma indústria artesanal para uma empresa capaz de atrair investimento estrangeiro, é necessário um financiamento fluido para as operações comerciais, sendo a relação com as instituições financeiras extremamente importante. As questões de acesso à terra são, sem dúvida, questões críticas para Timor-Leste, que gostaria de atrair IDE e criar muitos empregos, permitindo que produtores industriais estrangeiros construam fábricas em Timor-Leste como um investimento *greenfield*.³⁰ Os potenciais investidores estrangeiros podem abster-se de fazer negócios em Timor-Leste se os direitos sobre os potenciais locais de negócio não forem garantidos.

Em Timor-Leste, a situação da propriedade fundiária é complicada por circunstâncias históricas. Podem existir reivindicações concorrentes sobre a propriedade de terrenos registados durante o período colonial português, terrenos registados durante o período de domínio indonésio, terrenos que não estão registados, mas que têm sido efetivamente utilizados por indivíduos e famílias há muitos anos, e terrenos que são partilhados por comunidades tradicionais. Além disso, de acordo com o relatório do Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD), os registos de propriedade de terrenos anteriores a 1999 foram perdidos.³¹

²⁹ ERIA, OCDE, (2024), *Índice de Políticas para as PME: ASEAN 2024 – Promover o Crescimento Sustentável e a Digitalização*, p. 85.

³⁰ De acordo com a definição da Comissão Económica e Social das Nações Unidas para a Ásia Ocidental, trata-se de «uma forma de investimento direto estrangeiro em que uma empresa-mãe inicia um novo empreendimento num país estrangeiro, construindo novas instalações operacionais a partir do zero. Para além da construção de novas instalações, a maioria das empresas-mãe cria novos postos de trabalho de longa duração no país estrangeiro através da contratação de novos trabalhadores.»

³¹ ADB, (2015), *“Growing the Non-oil Economy - a Private Sector Assessment for Timor-Leste”*, p. 31.

Os conflitos relativos à propriedade de certas terras não são exclusivos de Timor-Leste. Tais conflitos existem em todo o lado, inclusive nos países desenvolvidos. No entanto, os países desenvolvidos dispõem de um sistema de registo de propriedade fundiária que facilita a resolução de litígios, uma vez que desenvolveram vários mecanismos jurídicos e técnicos, incluindo o estabelecimento de requisitos compensatórios para a resolução de litígios. Existem alguns procedimentos que envolvem os tribunais e procedimentos extrajudiciais denominados Resolução Alternativa de Litígios (RAL)³² que facilitam a resolução dos litígios.

Atualmente, Timor-Leste dispõe da Lei n.º 13/2017, de 5 de junho, que regula a propriedade de bens imóveis e a indemnização, e do Decreto-Lei n.º 65/2022, de 31 de agosto, sobre informação cadastral predial (informação do registo predial). No entanto, a propriedade efetiva da terra permanece ambígua, mesmo no que diz respeito à distinção entre terrenos pertencentes ao Estado e terrenos privados. No passado, surgiram litígios sobre a aquisição de terrenos para o Porto da Baía de Tibar e, atualmente, existe um litígio sobre a propriedade de potenciais locais para parques industriais, cuja demarcação está a demorar muito tempo. Além disso, o procedimento de resolução de litígios sobre a propriedade de bens imóveis tem grandes problemas em termos de execução, e a resolução de litígios demora muito tempo devido a problemas com a capacidade dos tribunais.³³

Por outras palavras, quando um produtor industrial nacional contrai empréstimo para investimento empresarial utilizando terrenos como garantia, se os direitos sobre os bens imóveis dados em garantia não forem claros, o produtor não poderá constituir a garantia ou terá de constituir garantias adicionais, dificultando assim a obtenção do empréstimo.

Em particular, **a questão do acesso à terra constitui um risco grave para as empresas estrangeiras**. O artigo 54.º n.º 4 da Constituição de Timor-Leste limita a propriedade de terrenos aos timorenses; por isso, para que as empresas estrangeiras possam operar em Timor-Leste, têm de celebrar um contrato de arrendamento de longa duração, em conformidade com o artigo 25.º da Lei do Investimento Privado (Lei n.º 15/2017, de 23 de agosto). Se determinados direitos sobre bens imóveis não forem claros, isso significa que não é claro com quem o contrato de arrendamento deve ser celebrado, havendo o risco de não ser possível garantir um local para a atividade empresarial. O procedimento moroso para resolver litígios constitui também um risco significativo e torna as decisões de investimento mais difíceis.

É evidente que a resolução das questões jurídicas relacionadas com a propriedade fundiária levará bastante tempo. Por conseguinte, analisando as questões acima referidas na perspetiva do setor industrial, é necessário estabelecer um sistema que permita às empresas industriais contrair empréstimos utilizando garantias que não sejam terrenos. Em particular, prevê-se que as questões de acesso à terra tenham um impacto negativo nas decisões de investimento de potenciais investidores estrangeiros. A fim de evitar perder oportunidades de IDE, será necessário reafirmar a necessidade de criar áreas onde não existam questões de propriedade fundiária, tais como parques industriais.

³² Em geral, os processos de ADR incluem mediação, arbitragem e avaliação neutra.

³³ Banco Mundial, (2023), *Timor-Leste: Caminhos para a Diversificação Económica*, p. 49.

3.3.4. Recursos Humanos

O desenvolvimento de recursos humanos industriais é um elemento essencial do desenvolvimento económico. Isto tem sido destacado em inúmeros relatórios até à data. **A PNDI reconhece o desenvolvimento de recursos humanos industriais como uma questão crítica e enfatiza a necessidade de educação e formação profissional para o desenvolvimento industrial.** A PNDI salienta ainda que é necessária a coordenação entre os departamentos governamentais responsáveis pelo comércio, pela indústria e pela formação profissional para alcançar os objetivos da PNDI, e esta abordagem está em consonância com a Estratégia Nacional de Emprego 2017-2030. No entanto, por enquanto, não há movimentos concretos para o desenvolvimento de recursos humanos industriais, sendo necessárias medidas específicas para ultrapassar a atual estagnação.

O que as indústrias realmente precisam é de uma gama diversificada de recursos humanos, uma vez que alguns empregos exigem competências avançadas, enquanto outros não. Por exemplo, as empresas de produção necessitam não só de pessoal envolvido diretamente na produção, mas também de recursos humanos responsáveis pelas vendas e pela contabilidade.

De acordo com o Inquérito à População Ativa de Timor-Leste de 2021, da OIT, a população em idade ativa em Timor-Leste ultrapassa 800.000 habitantes, mas a taxa de emprego é de apenas 30,5%, sendo que o setor transformador representa apenas 6,5% do emprego. No setor transformador, há mais trabalhadoras do que trabalhadores, e o salário médio das mulheres é inferior ao dos homens. Do ponto de vista das empresas globais da indústria têxtil e do vestuário, que são intensivas em mão-de-obra e procuram constantemente uma grande força de trabalho feminina a salários competitivos, destaca-se uma das vantagens de Timor-Leste. No entanto, estes números suscitam preocupações quanto a questões de igualdade de género.

Quadro 5: Estatísticas sobre a população ativa e outras informações

	Masculino	Feminino	Total
População em idade ativa, com 15 ou mais anos (em milhares)	403.6	405.8	809.9
População ativa (em milhares)	148.9	98.1	247.0
Emprego	142.0	92.3	234.3
Desemprego	6.9	5.8	12.7
Fora da população ativa	254.7	307.7	562.4
Dos quais: produtores de alimentos de subsistência	75.9	86.4	162.4
Emprego na indústria transformadora como proporção do emprego total (%)	5.3	8.4	6.5
Taxa de participação na população ativa (%)	36.9	24.2	30.5
Taxa de desemprego (%)	4.6	5.9	5.1

Fonte: OIT, Inquérito à População Ativa de Timor-Leste 2021.

Ao analisar a composição etária da população ativa, verifica-se que os jovens representam uma grande proporção, e a disponibilidade de uma oferta de mão-de-obra a longo prazo pode ser considerada uma das vantagens de Timor-Leste. O emprego no setor informal representa 77,3% do emprego total, e a transição de parte deste número para o setor formal, nomeadamente o setor transformador, será importante para impulsionar a economia no seu conjunto.

Quadro 6: Estatísticas sobre a Estrutura Etária da População Ativa e Outras Informações

	Masculino	Feminino	Total
<i>Por faixa etária</i>			
15-24	7.4	12.4	9.6
25-64	4.5	5.2	4.7
65+	1.4	3.5	2.3
<i>Por situação de deficiência</i>			
Sem qualquer deficiência	4.4	5.9	5.0
Com deficiência	30.2	3.1	20.7
Taxa composta de subutilização da mão de obra (%)	25.8	33.3	28.9
Taxa de emprego informal (%)	75.3	80.4	77.3
Salário médio mensal (US\$)	256.7	239.8	252.2

Fonte: OIT, Inquérito à População Ativa de Timor-Leste 2021.

O facto de as estatísticas objetivas terem demonstrado que existe uma oferta abundante de mão de obra pode ser considerado um fator positivo. No entanto, o nível de escolaridade geral da força de trabalho não é assim tão satisfatório. De acordo com o Inquérito à Força de Trabalho de Timor-Leste de 2021, 30,7% da população ativa não possui educação formal ou não concluiu o Ensino Básico. Apenas 16,8% da população concluiu o Ensino Superior, sendo as mulheres mais propensas do que os homens a abandonar a escola, e existe uma disparidade educativa significativa entre as zonas urbanas e rurais.³⁴ Tem-se salientado que as políticas que envolvem empresas privadas são necessárias para resolver esta situação,³⁵ e a promoção da indústria transformadora pode ser vista como tendo um significado que vai além de meras medidas económicas.

Mesmo que seja difícil para os cidadãos de Timor-Leste prosseguirem estudos superiores por razões económicas, é importante ajudá-los a adquirir competências que conduzam ao emprego numa fase precoce do Ensino Secundário e a garantir um trabalho digno e estável. Isto pode ser alcançado através da promoção do setor industrial e da cooperação com os produtores industriais. É vantajoso combinar eficazmente o desenvolvimento de recursos humanos industriais que satisfaçam as necessidades das empresas com o currículo do ensino escolar. O Ensino Secundário deve ter a possibilidade de dividir os cursos em percursos especializados, tais como cursos centrados no ensino de línguas, competências em TIC, competências contabilísticas e competências agrícolas, para desenvolver os recursos humanos específicos de que as empresas necessitam.

O Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a OIT estão a implementar iniciativas abrangentes de formação profissional. Estas iniciativas, conhecidas como Educação e Formação Técnica e Profissional (TVET), estão a ser implementadas em muitos países de rendimento baixo e médio. A TVET inclui atividades destinadas a estudantes do Ensino Secundário e pós-secundário não superior.³⁶ **Seria útil**

³⁴ OIT, (2021), *Inquérito à População Ativa de Timor-Leste 2021*, p. 3.

³⁵ Banco Mundial, (2023), *Aproveitar as Oportunidades de uma Vida - A Análise do Capital Humano de Timor-Leste*, pp. 72-73.

³⁶ Banco Mundial, UNESCO, OIT, (2023), *Construir melhores sistemas formais de EFP – Princípios e práticas em países de e de rendimento médio*, p. 85.

estudar as lições aprendidas com as atividades da TVET e considerar as formas de formação profissional adequadas para Timor-Leste.

Em Timor-Leste, não existe um sistema que faça a correspondência entre as necessidades dos empregadores que procuram pessoal e as necessidades dos candidatos a emprego. A este respeito, existe um bom exemplo na Indonésia. Num parque industrial chamado MM2100, localizado nos subúrbios de Jacarta, com uma área de 1.500 hectares, estão instaladas mais de 350 empresas e existem várias instalações.

O que é particularmente digno de nota no MM2100 é a presença da Mitra Industri, uma escola secundária onde os alunos podem receber formação profissional. A escola oferece programas de engenharia mecânica, engenharia elétrica, contabilidade, hotelaria e turismo, engenharia automóvel e pintura e revestimentos. As empresas inquilinas fornecem máquinas e equipamentos efetivamente utilizados nas suas operações como material didático, permitindo que os alunos adquiram competências práticas. As empresas inquilinas podem contratar jovens trabalhadores com estas competências, criando uma relação vantajosa para ambas as partes. Como resultado, a taxa de emprego dos formandos é de 100%.

Repetir a mesma escala do exemplo indonésio em Timor-Leste pode ser um desafio. Mas a **criação de uma escola de formação profissional adjacente ao parque industrial planeado será uma ideia viável em Timor-Leste.**

3.3.5. Política de Concorrência e Política de Propriedade Intelectual

A criação de um mercado onde os consumidores possam obter produtos baratos, seguros e de alta qualidade só pode ser alcançada através da criatividade e engenhosidade dos fornecedores de produtos. Os produtores industriais esforçar-se-ão por otimizar os seus processos de fabrico, e os retalhistas por conquistar os corações e mentes dos seus clientes, concebendo formas de vender os seus produtos. Os países do G7, bem como a Coreia do Sul, a China e todos os países da ASEAN, aplicam rigorosamente as leis da concorrência e monitorizam os seus mercados, uma vez que os cartéis e outras atividades anticoncorrenciais podem causar enormes perdas económicas.

As empresas podem investir na proteção dos produtos e do *know-how* criados através de melhorias diárias nos seus negócios e da geração de benefícios económicos. Os esforços coletivos de muitas empresas em prol da melhoria podem revitalizar a economia global, permitindo-lhes **evoluir de uma fase orientada para a eficiência, para uma fase orientada para a inovação.**³⁷ Para alcançar tal desenvolvimento, **a lei da propriedade industrial deve ser aprovada e devidamente aplicada, de modo a estabelecer um mercado saudável onde o parasitismo em produtos falsificados seja eliminado.**

O projeto de lei do Código da Propriedade Industrial foi já aprovado pelo Conselho de Ministros e encontra-se em processo legislativo no Parlamento Nacional, que, juntamente com a Lei da Concorrência (Lei n.º 1/2026, de 25 de março), marcam um progresso significativo na proteção da propriedade intelectual. No entanto, ambos os projetos diplomas legais enfrentam desafios práticos, incluindo a criação de autoridades especializadas e a formação do pessoal responsável.

³⁷ Banco Mundial, (2023), *Timor-Leste: Caminhos para a Diversificação Económica*, p. 22.

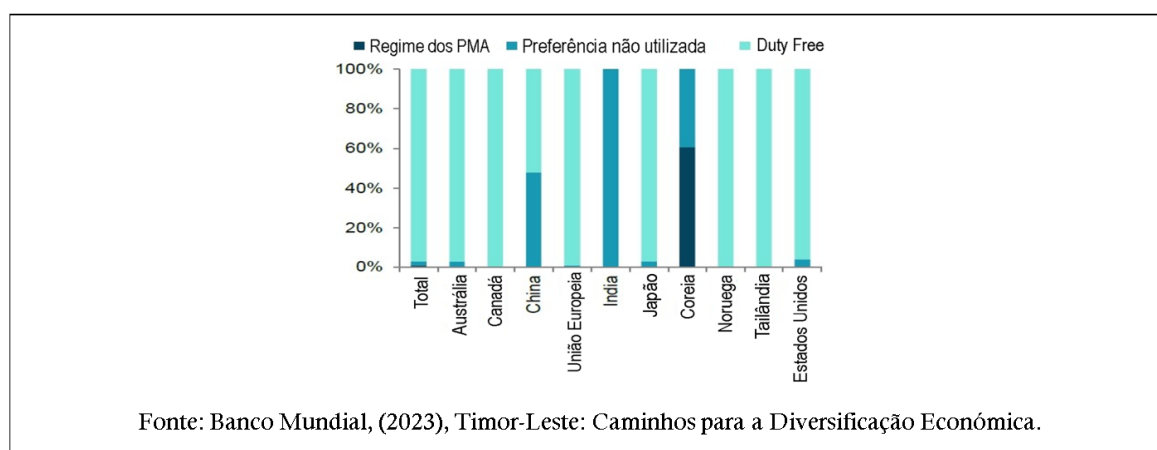
É urgentemente necessário estabelecer um quadro de aplicação capaz de implementar estas leis para facilitar o desenvolvimento económico.

3.3.6. Barreiras Pautais e Medidas não-Pautais

Para revitalizar indústrias transformadoras orientadas para a exportação em Timor-Leste, é necessário **implementar políticas industriais eficazes baseadas numa compreensão do estado atual das medidas pautais e não pautais (*tariff and non-tariff measures*) no comércio internacional**. Atualmente, Timor-Leste tornou-se membro de pleno direito da ASEAN, mas ainda não celebrou quaisquer outros acordos de parceria económica regional. Consequentemente, existem barreiras pautais com os seus principais parceiros comerciais e as medidas não pautais agravam estes desafios para a exportação, levando a um aumento dos custos que comprometem a competitividade internacional.

Enquanto País Menos Avançado (PMA), Timor-Leste é elegível para o Sistema de Preferências Generalizadas (SPG) dos seguintes países: Arménia, Austrália, Bielorrússia, Canadá, União Europeia, Islândia, Japão, Cazaquistão, Nova Zelândia, Noruega, Federação Russa, Suíça, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos. No entanto, a Indonésia, um dos principais parceiros comerciais de Timor-Leste, aplica uma tarifa média de 5% aos produtos deste último.³⁸ A situação da utilização das tarifas preferenciais com os parceiros comerciais de Timor-Leste é apresentada no Gráfico 5 seguinte.

Gráfico 5: Utilização de taxas aduaneiras preferenciais



Prevêem-se alterações significativas nas barreiras pautais à medida que Timor-Leste celebra acordos de parceria económica com os países parceiros da ASEAN. Essas alterações representam agora uma grande oportunidade para a indústria transformadora nacional que seja orientada para a exportação, reduzindo custos comerciais.

A questão mais complexa para Timor-Leste é como lidar com as medidas não-pautais (não-tarifárias) associadas às exportações. As medidas não-pautais são definidas como medidas políticas, para além das taxas aduaneiras ordinárias, que podem ter um efeito económico no comércio internacional, alterando as quantidades comercializadas, os preços ou ambos. Existem

³⁸ Banco Mundial, (2023), *Timor-Leste: Caminhos para a Diversificação Económica*, p. 90.

vários tipos de medidas não-pautais, mas as que colocam problemas práticos são as Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS)³⁹ e as Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT).⁴⁰

As medidas SPS incluem limites de tolerância para resíduos de pesticidas e outras substâncias nocivas, tratamentos para eliminar organismos causadores de doenças, condições de higiene e de embalagem, transporte e armazenamento seguros, etc., enquanto as TBT incluem a rotulagem no que diz respeito a alergénios, teor de açúcar ou gordura, etc.

As medidas não-pautais, como as Sanitárias e Fitossanitárias (SPS) e as Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT), são essenciais para proteger os cidadãos de produtos perigosos, mas também aumentam os custos para os exportadores. Um relatório sustentado na base de dados da Equipa de Apoio Interinstitucional (MAST)⁴¹ da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) estima que mais de **80% dos produtos alimentares no comércio mundial estão sujeitos a pelo menos um tipo de medida SPS**, tendo sido salientado que as medidas não-pautais conduzem a um aumento dos custos dos alimentos transformados em comparação com as matérias-primas, como os vegetais.⁴²

As diretrizes do *Codex Alimentarius*⁴³ constituem uma norma alimentar internacional e, nos termos do Acordo da OMC sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, caso surja um litígio relativo às medidas SPS, as diretrizes do *Codex Alimentarius* serão utilizadas como base para determinar se ocorreu uma violação das regras da OMC. Embora a aplicação rigorosa das medidas SPS seja importante para proteger a saúde dos cidadãos, por outro lado também causa perdas económicas e conduz à pobreza nos países em desenvolvimento que não conseguem acompanhar as normas rigorosas dos países desenvolvidos, devido à perda de clientes para os seus produtos.⁴⁴ Existem várias opiniões sobre esta matéria, mas, em vez de perder tempo em discussões infrutíferas, é razoável estabelecer rapidamente um sistema capaz de competir com as medidas não-pautais, a fim de sobreviver no mercado global.

³⁹ As medidas SPS são definidas como medidas aplicadas: para proteger a vida humana ou animal contra riscos decorrentes de aditivos, contaminantes, toxinas ou organismos causadores de doenças presentes nos alimentos; para proteger a vida humana contra doenças transmitidas por plantas ou animais; para proteger a vida animal ou vegetal contra pragas, doenças ou organismos causadores de doenças; para prevenir ou limitar outros danos a um país decorrentes da entrada, estabelecimento ou propagação de pragas.
(https://www.wto.org/english/tratop_e/sps_e/spsund_e.htm).

⁴⁰ As Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT) são barreiras ao comércio resultantes de requisitos legais que os países adotam para garantir a segurança dos produtos, proteger o ambiente e informar os consumidores, ou para salvaguardar a segurança nacional.

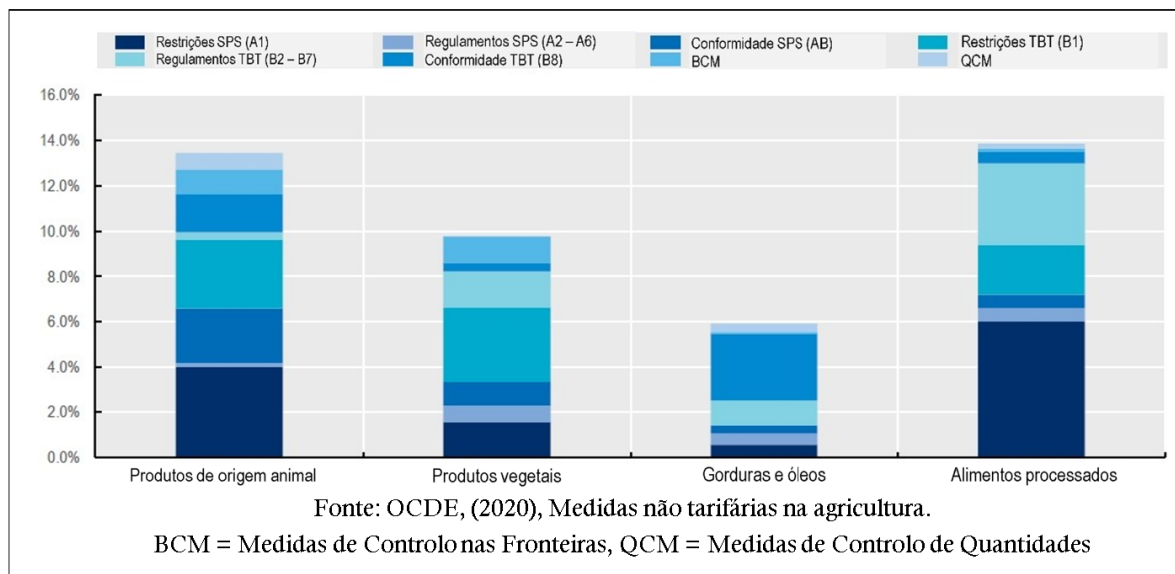
⁴¹ A Equipa de Apoio Interinstitucional (MAST) foi criada pela UNCTAD em 2006 para trabalhar na taxonomia das medidas não pautais. A base de dados contém informações de 110 países.

⁴² Gourdon, J., S. Stone e F. van Tongeren, (2020), «*Non-tariff measures in agriculture*», *OECD Food, Agriculture and Fisheries Papers*, n.º 147, OECD Publishing, p. 7.

⁴³ Trata-se de uma norma internacional de segurança alimentar organizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Em 2018, Timor-Leste juntou-se aos 188 países e à União Europeia que apoiam a norma.

⁴⁴ UNCTAD, (2020). *Promover a segurança alimentar através de medidas não pautais: dos custos aos benefícios*, p. 11.

Gráfico 6: Efeito médio das Medidas Não-Pautais nos preços (AVEs) por secção do SH



No que diz respeito às exportações de Timor-Leste, as medidas não-pautais são ainda mais rigorosas do que noutros países. Em relação aos produtos agrícolas, a média das medidas SPS é superior a 90%, e os produtos agrícolas estão sujeitos a restrições de volume na China e na UE, bem como a direitos de ajustamento adicionais em mercados fora da União Europeia. Além disso, as medidas que constituem Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT) são aplicadas a quase todos os tipos de mercadorias, e não apenas aos produtos agrícolas. **A barreira técnica (TBT) mais comum diz respeito à rotulagem e embalagem, à qualidade do produto e aos requisitos de avaliação da conformidade.**⁴⁵

Quadro 7: Frequência das Medidas Não-Pautais (% dos produtos exportados)

	Parceiro	Todas as Medidas não-Pautais (SPS)	Sanitárias e Fitossanitárias (SPS)	Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT)	Inspeção	Quotas de Licenciamento	Controlos de Preços, Impostos
Todos os Setores	Austrália	68	18	58	0	33	36
	Canadá	95	19	93	14	17	79
	China	85	42	84	18	54	23
	União Europeia	92	29	90	3	57	0
	Indonésia	65	26	46	39	49	24
	Estados Unidos	76	19	71	7	25	22
Agricultura	Austrália	91	85	87	0	20	85
	Canadá	94	89	94	31	8	43
	China	94	94	94	35	94	84
	União Europeia	97	94	97	3	94	0
	Indonésia	99	97	66	93	51	24
	Estados Unidos	94	92	82	27	38	94

Fonte: Banco Mundial, (2023), Timor-Leste: Caminhos para a Diversificação Económica.

Futuramente, Timor-Leste poderá diversificar as suas indústrias não-petrolíferas e exportar vários produtos manufaturados para o mercado global. No entanto, dado o estado atual da indústria transformadora, que ainda não se desenvolveu suficientemente devido a várias limitações, será difícil competir em setores altamente competitivos. Por enquanto, **é uma opção**

⁴⁵ Banco Mundial, (2023), *Timor-Leste: Caminhos para a Diversificação Económica*, p. 94.

razoável competir em nichos de mercado de elevado valor acrescentado com relativamente poucos concorrentes e desafiar gradualmente setores mais avançados. Como indústria transformadora orientada para a exportação que aproveita os pontos fortes de Timor-Leste, **considera-se uma opção promissora a transformação de produtos com potencialidade, tirando partido das suas características orgânicas. Para que a transformação desses produtos se desenvolva numa indústria transformadora orientada para a exportação, é essencial demonstrar um nível de qualidade que cumpra as normas globais e adquirir a capacidade de superar medidas não-pautais.**

No inquérito realizado no âmbito do PANIT, verificou-se que muitas empresas estão a incorrer em custos e demoras significativos ao externalizar a certificação de qualidade, devido à falta de infraestruturas de qualidade a nível nacional. Além disso, algumas empresas suportam custos substanciais para obter a certificação ISO 22000. A escassez de infraestruturas de qualidade, incluindo laboratórios de metrologia e instalações de ensaio, tem sido repetidamente assinalada,⁴⁶ mas não se verificaram melhorias ao longo dos anos.

Tendo em conta as circunstâncias acima referidas, podem ser tomadas várias medidas no âmbito da política industrial. Em primeiro lugar, **devem ser envidados esforços para desenvolver a infraestrutura nacional de qualidade que permita a certificação de qualidade e a certificação biológica, bem como para formar recursos humanos.** Se forem criadas instalações capazes de realizar certificações de qualidade nos parques industriais atualmente em fase de planeamento, tal poderá conduzir a novas reduções de custos.

Além disso, **para apoiar as empresas do setor privado que enfrentam dificuldades na obtenção de certificações de qualidade, poderá ser útil subsidiar parcialmente os custos associados à obtenção de certificações internacionais, como a ISO 22000 ou a FSSC 22000, necessárias para a gestão da segurança alimentar.** Além disso, a criação de um organismo de certificação biológica unificado e aprovado pelo Governo, o estabelecimento de normas de certificação biológica que cumpram as normas internacionais e subsídios parciais para os custos necessários à certificação biológica são também medidas possíveis. Ainda, poderia constituir outra medida benéfica a disponibilização de informações sobre as complexas medidas não-pautais impostas por diferentes países parceiros comerciais através de uma plataforma integrada.

3.3.7. Facilitação do Comércio

Para dinamizar o setor industrial orientado para a exportação, é necessário promover um ambiente de negócios que permita às pequenas empresas competir no mercado global. O setor de transporte marítimo de Timor-Leste é dominado por algumas grandes empresas e há preocupações de que seja difícil para novos operadores entrarem no mercado.⁴⁷ A este respeito, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) observa que as pequenas empresas não transportam mercadorias com frequência.

⁴⁶ Banco Mundial, (2024), *Relatório Económico de Timor-Leste – Aproveitar a Adesão à OMC para a Transformação Económica*, p. 27; Australian Aid, (2024), *Vias de Diversificação Económica de Timor-Leste*, p. 21.

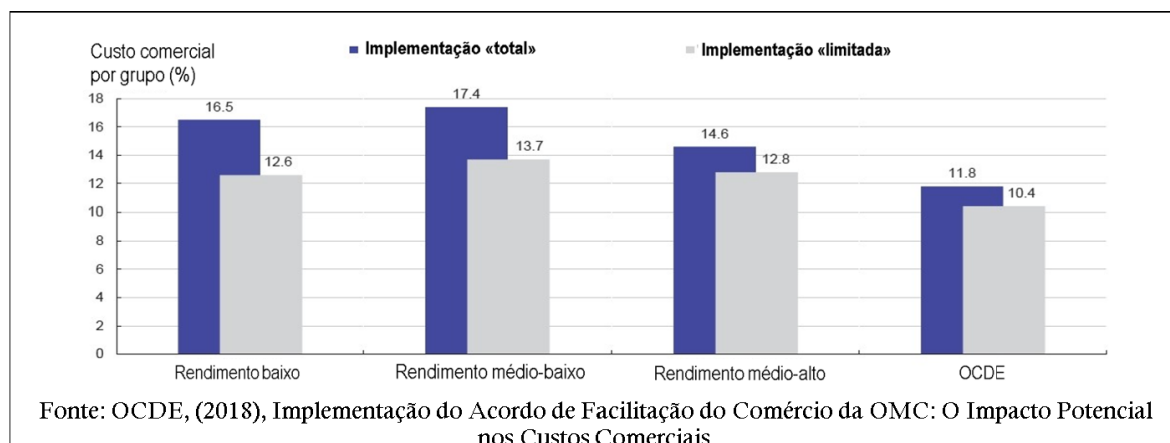
⁴⁷ Banco Mundial, (2023), *Timor-Leste: Caminhos para a Diversificação Económica*, p. 95.

Elas lidam com volumes reduzidos, o que resulta inevitavelmente em levados custos de transporte e dificuldades na gestão dos procedimentos administrativos.⁴⁸ No entanto, os desafios enfrentados por essas pequenas empresas têm sido abordados através de experiências acumuladas em matéria de política industrial a nível mundial e é possível desenvolver respostas adequadas através da identificação das melhores práticas.

Existem dois acordos internacionais importantes sobre a facilitação do comércio: o Acordo de Facilitação do Comércio (TFA) da OMC e a Convenção de Quioto Revista da Organização Mundial das Alfândegas. Todos os países da ASEAN ratificaram o TFA, enquanto sete países membros da ASEAN ratificaram a Convenção de Quioto Revista. Timor-Leste ratificou o TFA em 2024 e está a preparar-se para aderir à Convenção de Quioto Revista.

O TFA inclui medidas destinadas a reforçar a transparência nas regras comerciais, tais como a publicação online dos procedimentos comerciais, medidas para agilizar e simplificar os procedimentos aduaneiros, como a implementação de um sistema de balcão único, e disposições relativas à cooperação técnica para os países em desenvolvimento. Estima-se que os benefícios económicos decorrentes da implementação do TFA se traduzam numa redução de custos entre 10% e 18%, sendo esses benefícios mais significativos para os países em desenvolvimento, conforme demonstrado por dados empíricos.⁴⁹

Gráfico 7: Reduções potenciais dos custos comerciais por grupo de rendimento (%)



Um relatório demonstrou que o TFA poderia contribuir para nivelar o campo de ação entre grandes e pequenas empresas, e espera-se que as MPME beneficiem mais do que as grandes empresas⁵⁰. Outro relatório salientou que o TFA aumenta a proporção de MPME entre as empresas exportadoras, reduz o tempo necessário para as exportações e estimula as exportações por parte das MPME, levando a um aumento nos volumes globais de exportação.⁵¹ O Plano Diretor da Comunidade Económica da ASEAN 2025 (AEC 2025) afirma que as medidas de facilitação do comércio são necessárias para que as MPME criem oportunidades de negócio e tirem partido da inovação tecnológica.

⁴⁸ Lucas Barreiros, Rodrigo Contreras Huerta, Pablo Steneri e María Loreto Lynch, (2025), *Banco Interamericano de Desenvolvimento*, «Facilitar o comércio internacional para as MPMEs», pp. 13–14. 49.

⁴⁹ OCDE, (2018), *Implementação do Acordo de Facilitação do Comércio da OMC: O Impacto Potencial nos Custos do Comércio*, p. 1.

⁵⁰ López González, J. e S. Sorescu, (2019), *Ajudar as PME a internacionalizarem-se através da facilitação do comércio*, *Documentos de Política Comercial da OCDE*, n.º 229, p. 7.

⁵¹ Aliança Global para o Comércio, (2021), *Pequenas empresas, grandes oportunidades - sensibilização para a reforma da facilitação do comércio para micro, pequenas e médias empresas*, p. 8.

No entanto, a realidade é que poucas MPME estão efetivamente a competir no mercado global. A este respeito, o BID destaca as seguintes medidas: regime de exportação simplificado, transparência processual, declarações prévias à chegada ou liberação antes da autorização, medidas de redução de tempos e desburocratização nos processos aduaneiros e fronteiriços, redução de taxas e outros encargos, bem como processos de reclamação cruciais para a participação internacional das MPME.⁵² O Conselho Empresarial União Europeia-ASEAN recomendou flexibilizar as regras relativas à certificação de origem e ao desalfandegamento de remessas de baixo valor para as MPME.⁵³

Os esforços de Timor-Leste para facilitar o comércio estão a avançar de forma gradual, mas constante. Por exemplo, o Portal de Informação Comercial lançado pelo MCI em abril de 2024 tem as mesmas funções que o Repositório Comercial da ASEAN, em conformidade com os requisitos do Acordo de Comércio de Mercadorias da ASEAN (ATIGA). De acordo com o Inquérito Global da ONU sobre Facilitação do Comércio Digital e Sustentável, a pontuação de Timor-Leste em matéria de facilitação do comércio para 2023 foi de 31,18%, uma melhoria significativa em relação aos 24,73% registados em 2021, com progressos nas áreas do comércio sem papel e do comércio transfronteiriço sem papel.⁵⁴ No entanto, a pontuação média da ASEAN em matéria de facilitação do comércio situa-se nos 80,54%.⁵⁵

A indústria transformadora em Timor-Leste ainda se encontra numa fase inicial e é constituída principalmente por pequenas empresas. **Para fomentar a indústria transformadora orientada para a exportação, é necessário reduzir os custos comerciais através da plena implementação do TFA.** Para o conseguir, é indispensável promover as medidas necessárias que envolvam a cooperação entre o MCI e o Ministério das Finanças, bem como a cooperação do setor privado.

3.4. Fazer parte da cadeia de valor global – Implicações da economia espacial

A integração nas Cadeias de Valor Globais (CVG), através da atração de Empresas Multinacionais, oferece um caminho prático para as economias agrárias impulsionarem a industrialização na era da globalização. Em vez de arcar com o imenso custo e a complexidade de desenvolver indústrias inteiras a partir do zero, as nações podem especializar-se em tarefas ou fases específicas de uma rede de produção multinacional, como o fabrico de peças ou a montagem de produtos finais. Esta estratégia é pragmática por duas razões. Em primeiro lugar, a redução dos custos de transporte, comunicação e outros custos de mobilidade, em sentido lato, tornou mais fácil e mais rentável do que nunca para as multinacionais fragmentarem os seus processos de produção além-fronteiras, criando pontos de entrada acessíveis para mais países em desenvolvimento que procuram industrializar as suas economias. Em segundo lugar, a exposição à concorrência com as multinacionais desde o início torna muito difícil, se não impossível, para a maioria dos países em desenvolvimento fomentar indústrias a partir do zero.

⁵² Lucas Barreiros, Rodrigo Contreras Huerta, Pablo Steneri e María Loreto Lynch, Banco Interamericano de Desenvolvimento, (2025), *Facilitando o comércio internacional para as MPMEs*, pp. 17-26.

⁵³ Conselho Empresarial UE-ASEAN, (2019), *Facilitação do comércio e o seu papel no crescimento económico e no apoio às PME: Para onde vai a ASEAN?*, pp. 5-5.

⁵⁴ <https://www.untfsurvey.org/economy?id=TLS>.

⁵⁵ <https://www.untfsurvey.org/group?id=ASEAN>.

Todos os países do Sudeste Asiático que alcançaram a independência desde a década de 1960 adotaram esta abordagem. Singapura, que já estava aberta ao investimento estrangeiro antes da independência, aprovou a Lei de Incentivos à Expansão Económica (Isenção do Imposto sobre o Rendimento) de 1967.⁵⁶ A Malásia criou a Autoridade de Desenvolvimento Industrial da Malásia (MIDA) para coordenar o investimento interno e estrangeiro em 1967,⁵⁷ antes de aprovar a Lei de Incentivos ao Investimento nos anos seguintes. A Indonésia aprovou a Lei do Investimento de Capital Estrangeiro em 1967.⁵⁸ As Filipinas aprovaram a Lei de Incentivos ao Investimento em 1967. A Tailândia criou o Conselho de Investimento (BOI),⁵⁹ uma agência de facto de promoção do investimento direto estrangeiro, em 1968. Estes países fundaram a ASEAN em 1967. Recorreram ao IDE para impulsionar a industrialização após alcançarem uma paz e estabilidade razoáveis. O mesmo aconteceu quando o Vietname e o Laos começaram a transição de economias de planificação central para economias orientadas para o mercado em meados da década de 1980. O Vietname, Mianmar e o Laos aprovaram legislação sobre investimento estrangeiro entre 1987 e 1989.

Embora a legislação sobre o investimento estrangeiro e alguns incentivos fiscais sejam pré-requisitos, atrair IDE e participar nas Cadeias de Valor Globais requer medidas e ações adicionais para reduzir custos de transporte em sentido lato. Esta secção quantifica os impactos destas medidas na localização industrial e no crescimento regional em Timor-Leste a nível subnacional, utilizando o IDE/RIA-GSM (Modelo de Simulação Geográfica) desenvolvido pelo IDE-JETRO (Instituto de Economias em Desenvolvimento, Organização de Comércio Externo do Japão) e pela ERIA desde 2007.⁶⁰

O IDE/ERIA-GSM é um modelo de equilíbrio geral computacional (CGE) baseado nos princípios da Economia Espacial. O modelo calcula os impactos económicos através da simulação de uma nova situação económica resultante das mudanças de comportamento e das interações entre empresas e consumidores, em resposta a alterações políticas e medidas que modificam diversos custos monetários e não monetários, tanto dentro dos países como entre eles, incluindo taxas pautais, o SPG (Sistema de Preferências Generalizadas), infraestruturas de conectividade como estradas, portos, parques industriais, etc. O modelo permite examinar mudanças estruturais, por exemplo, entre a agricultura, a indústria e os serviços, e analisar os impactos económicos a nível subnacional na agricultura, em cinco setores industriais e nos serviços. Até ao momento, o modelo foi utilizado para formular recomendações políticas em vários exercícios de planeamento regional, tais como o Plano Abrangente de Desenvolvimento da Ásia (CADP),⁶¹ o Plano Diretor de Conectividade da ASEAN (MPAC) e a Visão da ASEAN para 2040.

⁵⁶ <https://sso.agc.gov.sg/Act/EEIRITA1967>.

⁵⁷ <https://www.mida.gov.my/about-mida/>.

⁵⁸ Rajenthiran, A. (2002). *Indonésia: Uma visão geral do quadro jurídico para o investimento direto estrangeiro - Indonésia: Uma visão geral do quadro jurídico para o investimento direto estrangeiro. Documentos de Trabalho do ISEAS. Economia e Finanças*, 1.

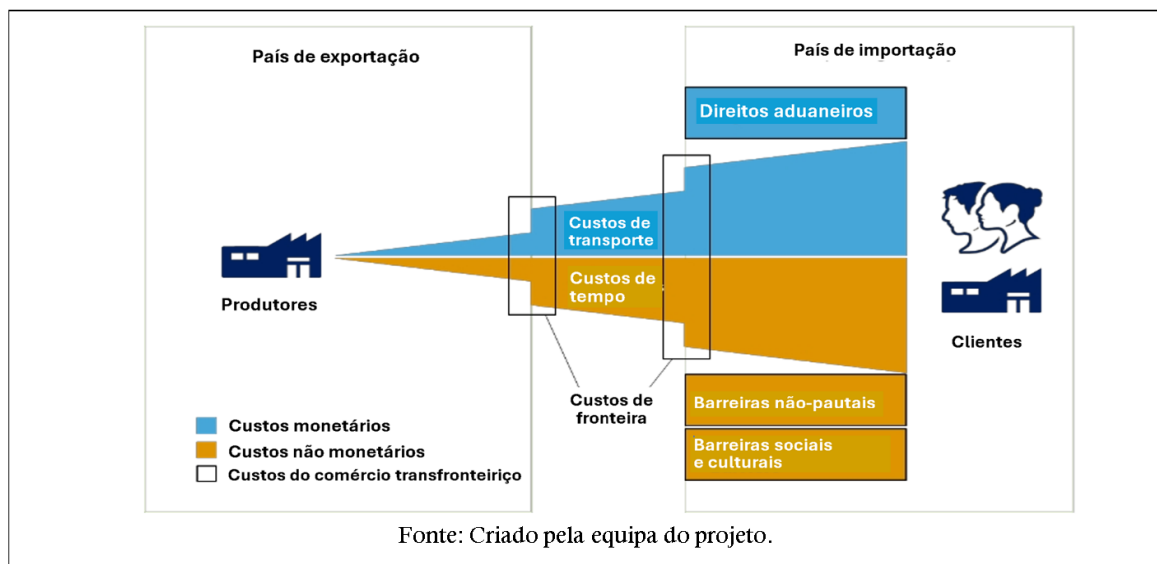
⁵⁹ <https://www.boi.go.th/en/index/>.

⁶⁰ Kumagai, S., Hayakawa, K., Isono, I., Keola, S., & Tsubota, K. (2013). *Análise de simulação geográfica para a melhoria da logística na Ásia. Economic Modelling*, 34, pp. 145–153.

⁶¹ <https://www.eria.org/research/the-comprehensive-asia-development-plan-cadp-30-towards-an-integrated-innovative-inclusiveand-sustainable-economy>.

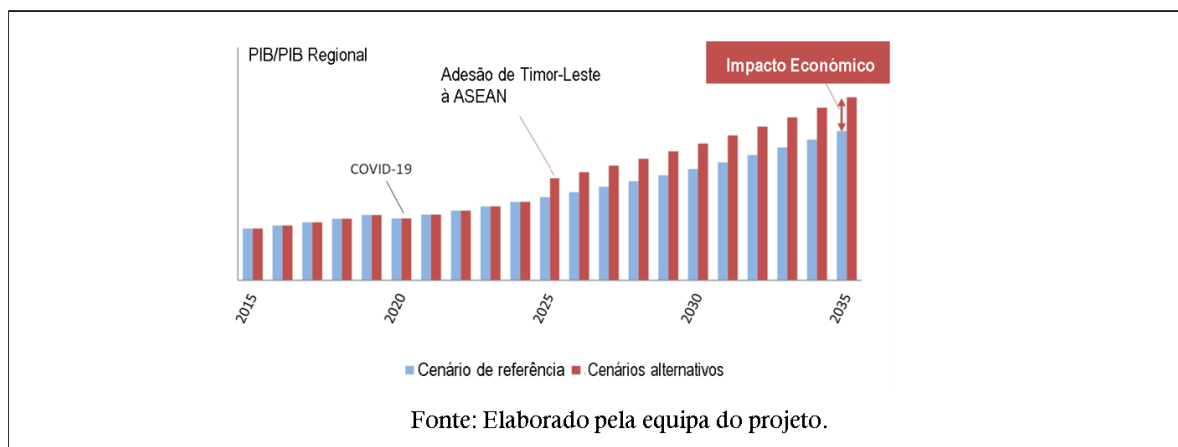
A Figura 2 ilustra vários custos de transporte, definidos em termos gerais, no modelo IDE/ERIA-GSM, cujas variações afetam a rentabilidade e, conseqüentemente, a viabilidade da localização de uma fábrica que participa em cadeias de valor globais (GVCs). Existem dois tipos de custos: monetários e não monetários. Um exemplo de custos não monetários é o custo de tempo, ou a redução das vendas quando as mercadorias demoram mais tempo a circular entre a fábrica e os consumidores. Os custos entre a fábrica e a fronteira estão sujeitos à regulamentação nacional e às infraestruturas logísticas, tais como as estradas. Existem vários custos de comércio transfronteiriço para sair dos países exportadores e entrar nos países importadores. Nos países importadores, as empresas têm de pagar múltiplas taxas e custos não-pautais antes de as mercadorias poderem chegar aos consumidores. Note-se que, se a fábrica necessitar de inputs (peças) de fornecedores estrangeiros, deve considerar esses custos na direção oposta à da Figura 2. A rentabilidade da fábrica depende da soma de todos estes custos.

Figura 2: Vários custos de transporte definidos de forma ampla no IDE/ERIA-GSM



Os principais dados utilizados no IDE-GSM incluem dados de geografia económica (tais como o PIB regional por setor, a população e a área) e dados de percursos multimodais. As indústrias estão divididas em sete setores, desde (i) indústrias primárias (agricultura, mineração), passando pela produção de (ii) automóveis, (iii) equipamento eletrónico e elétrico (E&E), (iv) têxteis e vestuário, (v) transformação alimentar, (vi) outras indústrias transformadoras e (vii) serviços.

Gráfico 8: Cálculo dos impactos económicos



Os dados de rotas incluem estradas, rotas marítimas, rotas aéreas, ferrovias e ferrovias de alta velocidade, com informações sobre rotas, velocidades, tempos de passagem de fronteira e custos. Os dados de geografia económica são elaborados com base em estatísticas oficiais. Se o PIB regional não estiver disponível, são utilizados outros dados, tais como censos económicos ou imagens de luz noturna e cobertura do solo a partir de imagens de satélite.

Os impactos económicos são calculados para os sete setores e regiões subnacionais em todo o mundo. Suponha que alterações específicas ou cenários alternativos, tais como uma redução de tarifas ou a construção de uma nova estrada, sejam concretizados em 2025. O Gráfico 8 mostra como o impacto económico é calculado. Em primeiro lugar, calcula-se o número de empresas e a população para determinar os Produtos Internos Brutos Regionais (PIBR) sem cenários alternativos (barra azul no Gráfico 8). Em seguida, o PIBR é calculado com cenários alternativos, reduções de taxas, novas estradas, etc. O que geralmente acontece no modelo com os cenários alternativos é que as regiões que melhoram a conectividade com outras regiões com taxas mais baixas ou nova infraestrutura logística atrairão mais empresas e, assim, aumentarão o PIBR (barra vermelha no Gráfico 8).

O impacto económico corresponde à diferença entre o cenário alternativo e o cenário de referência. Note-se que o cenário de referência incorpora, desde o início, a previsão média de crescimento esperada pelas organizações internacionais no início. Como tal, o cenário de referência é um cenário de crescimento. Por conseguinte, um impacto negativo não significa necessariamente que o PIB regional de uma região irá diminuir, mas sim que irá expandir-se menos quando comparado com o cenário de referência. Além disso, o impacto começa com o cenário alternativo e, geralmente, mantém-se durante o período de simulação, que, na simulação desta secção, vai de 2025 a 2035. Mesmo um aumento de 1% é significativo, uma vez que se prevê que se mantenha durante dez anos. Note-se que a simulação nesta secção se baseia na simulação realizada por Satoru Kumagai, Isono Ikumo e Souknilanh Keola em 2024.

Os cenários alternativos para esta secção são os seguintes:

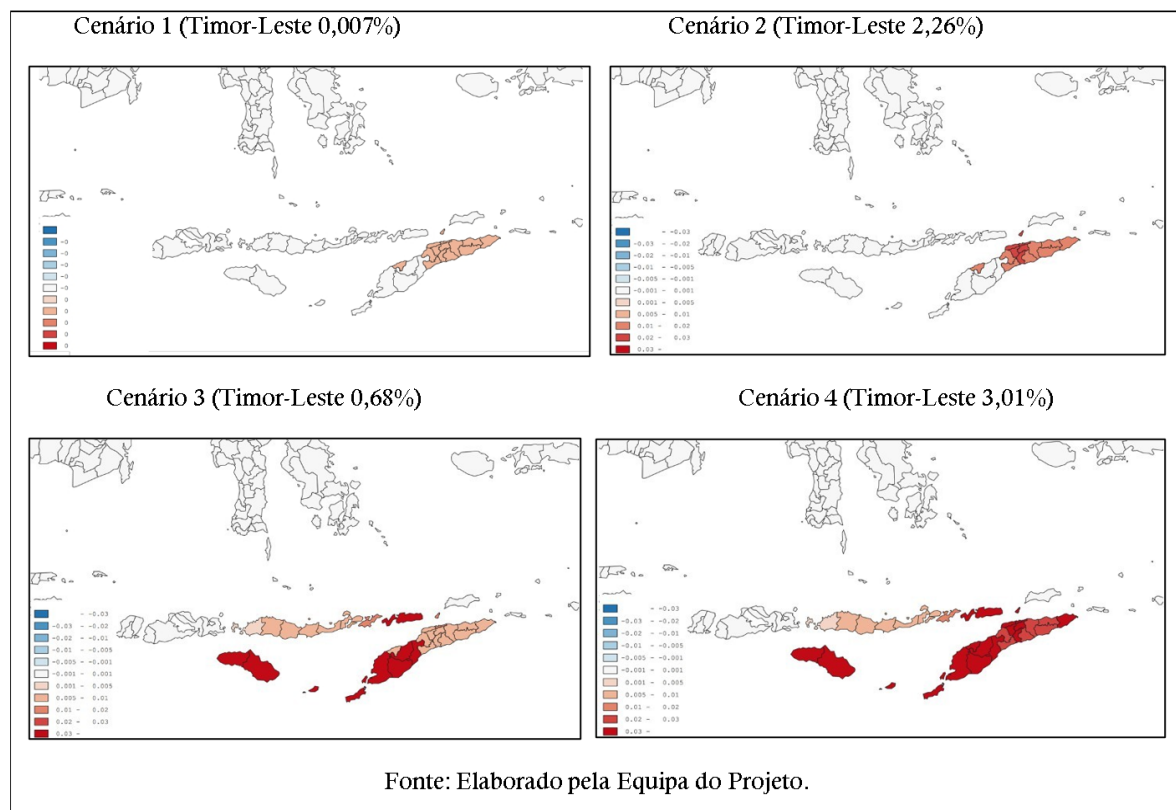
- **Cenário 1:** Redução de taxas aduaneiras entre Timor-Leste e os Estados-Membros da ASEAN (AMS).
- **Cenário 2:** Liberalização dos serviços e redução das barreiras não-pautais. No IDE/ERIA-GSM, as barreiras não-pautais referem-se a todas as barreiras que não sejam taxas e a inacessibilidade aos transportes. Isto inclui não só medidas não-pautais, como também a capacidade limitada das agências governamentais para processar importações e exportações, a falta de transparência e a fraca capacidade das empresas individuais para processar importações e exportações. Neste cenário, prevê-se que as barreiras não-pautais diminuam 1% ao ano a partir de 2026.
- **Cenário 3:** Facilitação do comércio e dos transportes nas fronteiras terrestres, no porto de Díli (incluindo a Baía de Tibar) e no aeroporto de Díli.
- **Cenário 4:** Impacto combinado. Implementar todos os cenários 1-3.

A Figura 3 apresenta os resultados dos cenários 1 a 4. No cenário 1, o impacto sobre os Estados-Membros da ASEAN é praticamente nulo. O impacto médio para Timor-Leste é também mínimo, de 0,007% ao ano (Figura 3, painel superior esquerdo). Após a adesão de Timor-Leste à ASEAN, as taxas pautais demorarão algum tempo a diminuir. Nesta simulação, assumimos

que isso levará cerca de 20 anos, à semelhança dos casos dos países CLMV. Este resultado sugere que a simples adesão à ASEAN e a redução gradual das taxas pautais com outros Estados-Membros da ASEAN não terão grande impacto económico. Espera-se que o impacto do cenário 2, a combinação da liberalização dos serviços e da redução das barreiras não-pautais, gere impactos positivos muito mais elevados para Timor-Leste. O impacto económico global para Timor-Leste está previsto em 2,26% (Figura 3, painel superior direito). Observa-se um impacto mais elevado na zona da capital, Díli. No entanto, prevê-se que o impacto nas regiões subnacionais da Indonésia próximas de Timor-Leste continue a ser próximo de zero neste cenário 2.

A facilitação do comércio sem melhorias no interior de Timor-Leste (Cenário 3), no entanto, reduz substancialmente o impacto económico para Timor-Leste. Por outras palavras, se se tornar mais conveniente para as mercadorias atravessarem a fronteira, enquanto o ambiente empresarial for relativamente melhor nas regiões estrangeiras circundantes a Timor-Leste, muitas empresas, incluindo aquelas que pretendem comercializar com Timor-Leste, poderão decidir operar do outro lado da fronteira. O Cenário 3 (Figura 3, painel inferior direito) mostra que as regiões do outro lado da fronteira ou as ilhas indonésias vizinhas terão um impacto económico positivo mais elevado. No entanto, **Timor-Leste ganhará mais se implementar os três cenários, ou seja, a redução de taxas aduaneiras e de barreiras não-pautais, a facilitação do comércio e a liberalização dos serviços. O impacto global a nível nacional será superior a 3%** (Figura 11, painel inferior direito).

Figura 3: Resultados da simulação para os cenários 1 a 4

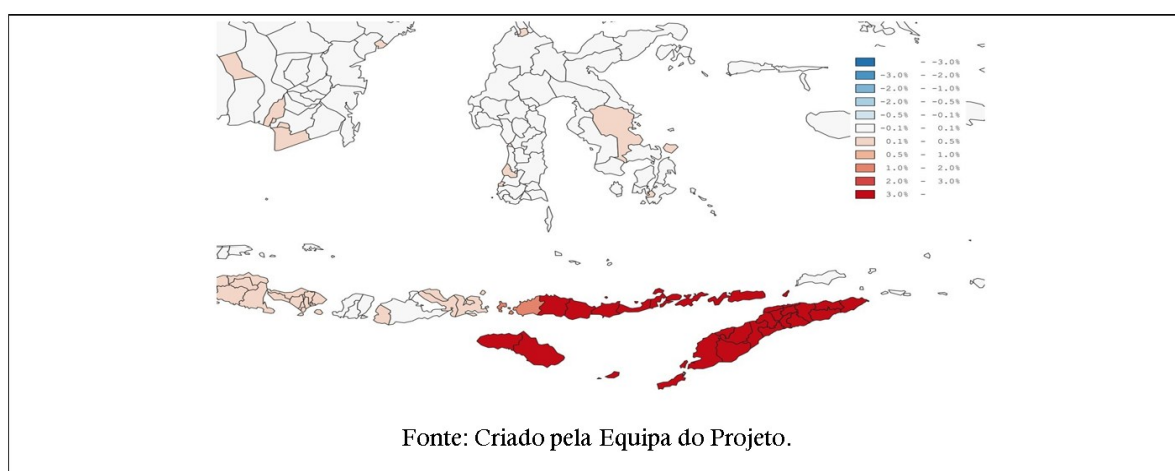


Com exceção do Laos, país sem litoral, todos os Estados-Membros da ASEAN comercializam mais com países fora da ASEAN. As características do comércio internacional da ASEAN, orientadas para fora da região, resultam diretamente da ausência de países de rendimento

elevado. O rendimento per capita só ultrapassa o limiar de 10.000 dólares americanos em Singapura, Brunei e Malásia, cuja população combinada representa menos de 7% da população da ASEAN. Em muitos casos, é mais rentável para os países da ASEAN terem acesso direto ao mar para comercializar com países fora da ASEAN com rendimentos muito mais elevados ou de dimensão muito maior. A maioria dos Estados-Membros da ASEAN comercializa mais com os EUA, a União Europeia e o Japão, países de rendimento elevado, e com a China, um país de rendimento médio mas com uma população numerosa.

Realizamos uma simulação adicional para avaliar o impacto de uma melhor conectividade com regiões vizinhas de grande riqueza, nomeadamente os portos de Singapura, Jacarta, Surabaya e Darwin. O resultado é apresentado na Figura 4. O impacto global para Timor-Leste aumenta para quase 5%, enquanto se observam impactos positivos também em Sulawesi, na Indonésia.

Figura 4: Resultados da simulação com melhoria da conectividade com Singapura, Austrália e Jacarta



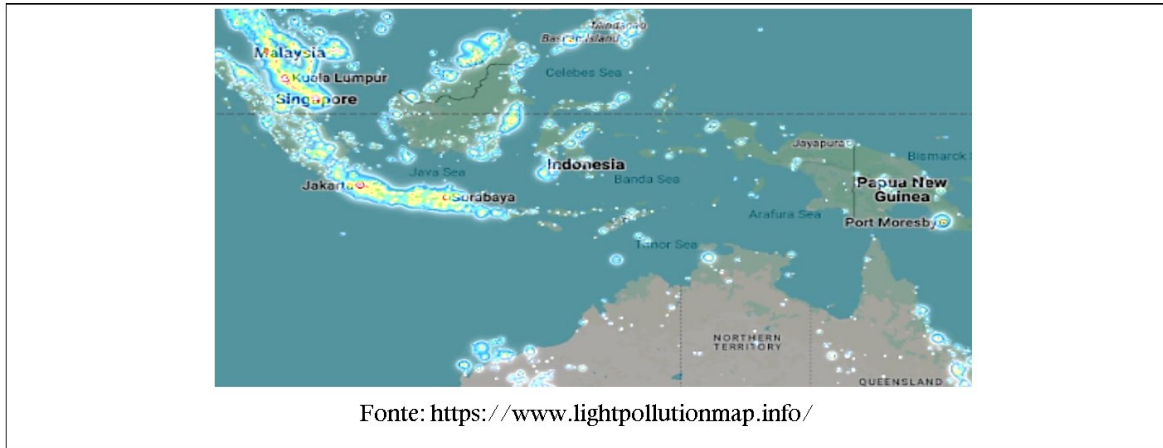
IV. PERSPETIVAS DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA EM TIMOR-LESTE

4.1. Proximidade, acessibilidade ao mercado e concorrência

A análise de simulação apresentada no Capítulo III mostrou que **melhorar a conectividade com os principais mercados vizinhos é a forma mais eficiente de atrair indústrias transformadoras e aumentar os rendimentos**. No entanto, as fronteiras de um país e de um mercado significativo raramente coincidem. É necessário analisar mais profundamente as regiões subnacionais para identificar a localização e os limites dos principais mercados. Muitos economistas começaram a utilizar a luz artificial observada à noite como um indicador do PIB regional desde o trabalho seminal de Henderson *et al.* (2012).⁶² Este Capítulo IV combina a luz noturna com estatísticas económicas regionais subnacionais para identificar os principais mercados próximos.

⁶² Henderson, J. V., Storeygard, A., & Weil, D. N. (2012). *Medir o crescimento económico a partir do espaço*. American Economic Review, 102 (2), pp. 994–1028.

Figura 5: Principais mercados vizinhos de Timor-Leste



A Figura 5 mostra que Surabaia, Jacarta e Singapura são mercados potencialmente significativos na direção noroeste, com base na intensidade e extensão da iluminação noturna. A sul, encontram-se várias grandes cidades australianas. No entanto, uma vez que a relação entre a iluminação noturna e o PIB regional varia de região para região, especialmente entre diferentes países, é necessária uma análise mais aprofundada com base em estatísticas oficiais. Num raio de 1.000 km, o maior mercado para Timor-Leste é o Território do Norte da Austrália, com um PIB regional de cerca de US \$23,2 mil milhões de dólares em 2023. A distância entre Díli e Darwin, a capital do Território do Norte, é de cerca de 700 km. Entre 1.000 e 2.000 km, a província de Bali, na Indonésia, é outro mercado significativo, com um PIB regional de cerca de US \$19 mil milhões de dólares. Mais a noroeste encontra-se a província de Java Oriental (Surabaia), com um PIB regional de US \$133,6 mil milhões de dólares. Jacarta, com um PIB regional de cerca de US \$226 mil milhões de dólares, está localizada a uma distância de cerca de 2.000 km. Mais 600 km adiante, chega-se a Singapura, com um PIB de US \$547 mil milhões de dólares (2024). No que diz respeito à distância, as principais cidades da Indonésia, Singapura e Austrália são potenciais mercados importantes próximos de Timor-Leste.

4.1.1. Indonésia

A Indonésia, o vizinho mais próximo de Timor-Leste, partilha uma fronteira terrestre na ilha de Timor e possui muitas ilhas num raio de algumas centenas de quilómetros. Timor-Leste encontra os seus mercados maiores e mais próximos na Indonésia. Esta proximidade cria oportunidades imediatas para o comércio, particularmente com a província indonésia vizinha de Nusa Tenggara Oriental. Para além da geografia, semelhanças profundamente enraizadas na cultura, nas preferências dos consumidores e na utilização generalizada do bahasa indonésio como língua de trabalho em Timor-Leste reduzem significativamente as barreiras à entrada no mercado. Esta **combinação única de um mercado enorme à sua porta e de um alinhamento sociocultural próximo torna a Indonésia um parceiro indispensável para o desenvolvimento económico de Timor-Leste.**

No entanto, existem vários desafios. Os produtores timorenses têm de competir com produtores indonésios frequentemente maiores e mais estabelecidos, que beneficiam de maiores economias de escala. A ausência de uma diferença salarial significativa entre as duas nações pode neutralizar uma vantagem competitiva fundamental para Timor-Leste. Enquanto o rendimento per capita na área de Jacarta excede os US \$20.000 dólares, o rendimento per capita da província

de Nusa Tenggara Oriental, vizinha de Timor-Leste, é de apenas US \$1.500 dólares, aproximadamente o mesmo valor registado por Timor-Leste em 2023⁶³. As empresas timorenses estão, em grande parte, pouco familiarizadas com os procedimentos comerciais regionais, incluindo o Acordo de Comércio de Mercadorias da ASEAN (ATIGA), em comparação com as suas congéneres na Indonésia e noutros Estados-Membros da ASEAN. Estas disparidades de escala e de conhecimento podem conduzir a uma dinâmica comercial desequilibrada, em que mais mercadorias da Indonésia e de outros países da ASEAN fluem mais facilmente para Timor-Leste, enquanto as empresas timorenses têm dificuldade em penetrar no mercado mais vasto, sublinhando a necessidade de reforço de capacidades e de apoio. São necessários diferentes formulários para beneficiar de taxas pautais preferenciais no âmbito de vários acordos. Por exemplo, os formulários D, E, AJ e AK são necessários no âmbito dos acordos de comércio livre (ACL) ASEAN-China, ASEAN-Japão e ASEAN-Coreia.

A Indonésia é o país mais populoso e com a maior superfície territorial da ASEAN. A sua quota de população e de superfície territorial na ASEAN é de 40% e 45%, respetivamente. Apesar de não faltar oportunidades, o investimento indonésio está atualmente orientado, em grande parte, para o mercado interno. **Uma parceria estratégica abrangente, por exemplo, a promoção de investimentos indonésios em Timor-Leste, o tratamento preferencial dos produtos de Timor-Leste na Indonésia, com forte vontade política de ambas as partes, é essencial para a cooperação entre os dois países, com vista a promover a indústria transformadora em Timor-Leste.**

4.1.2. Singapura

Com uma população de cerca de 6 milhões de habitantes, **Singapura representa um grande mercado potencial para Timor-Leste em vários aspetos.** Em primeiro lugar, não é um mercado demasiado vasto em termos de dimensão. Por exemplo, os singapurenses consomem cerca de 50.000 toneladas de arroz e 15.000 toneladas de café por ano. Um singapurense consome cerca de três garrafas de água mineral por dia. Esse consumo excede a capacidade de abastecimento de Timor-Leste, mas não é inatingível com um aumento significativo na escala de produção e na produtividade. O volume é frequentemente uma barreira de entrada substancial para economias mais pequenas. Em segundo lugar, o PIB per capita de Singapura (US \$80.000 dólares) é o mais elevado entre os grandes mercados próximos de Timor-Leste, significativamente superior aos US \$65.000 dólares da Austrália e à média de cerca de US \$5.000 dólares da Indonésia. O PIB per capita da província de Jacarta ronda os US \$25.000 dólares, muito superior à média da Indonésia, mas ainda significativamente inferior a de Singapura. Em terceiro lugar, as estruturas económicas de Timor-Leste e Singapura não se sobrepõem. Exceto por alguma produção de ovos, marisco e vegetais, as atividades agrícolas em Singapura são insignificantes. Mesmo quando as empresas de Singapura produzem os mesmos produtos em Singapura, os fabricados em Timor-Leste têm quase certamente uma vantagem decorrente das diferenças salariais substanciais.

⁶³ <https://www.bps.go.id/en/statistics-table/2/Mjg4IzI=-/2010-version-per-capita-gross-regional-domestic-product-by-province.html>.

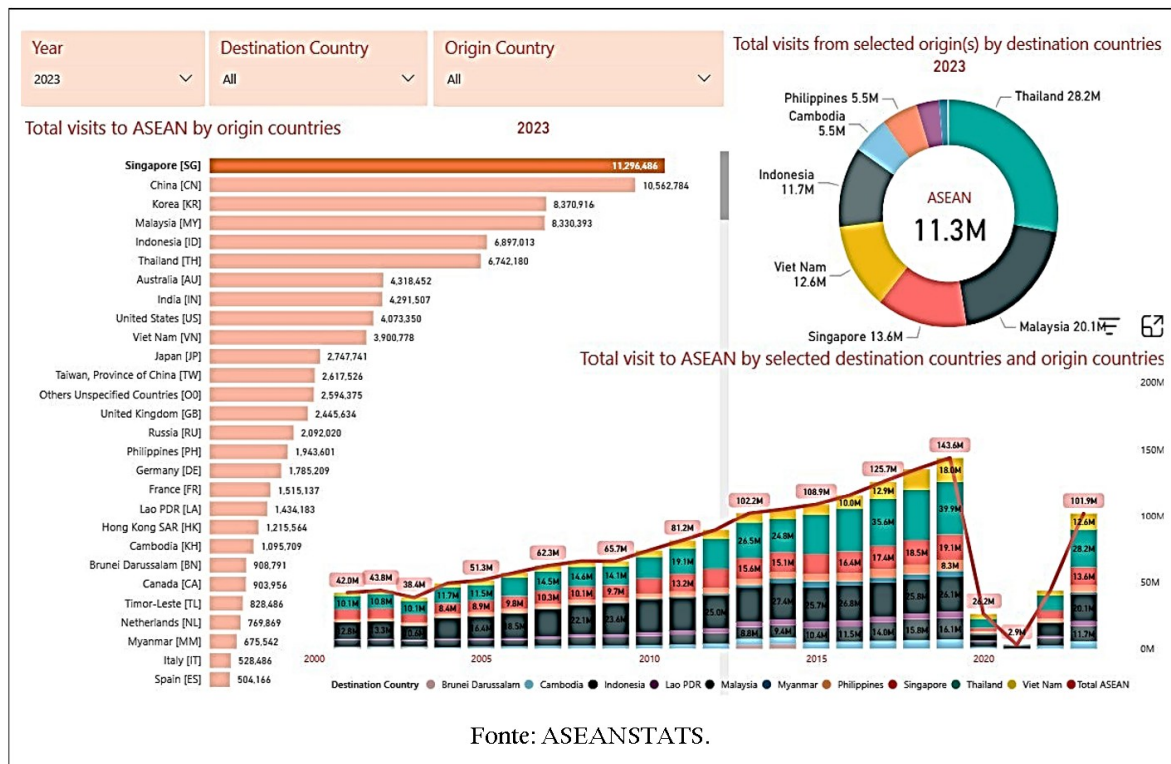
Quadro 8: Participação do IDE na ASEAN por país de origem, 2023

Pais/Região de origem	Participação
EUA	32,4%
UE	10,8
China	7,5%
Hong Kong	6,5%
Japão	6,3%
Singapura	6,3%
Malásia	1,5%
Tailândia	1,2%
Outros países da AMS	0,5%
Outros	26,9%

Fonte: Resumo Estatístico da ASEAN 2024⁶⁴

Além disso, as perspectivas de interação com Singapura vão além do comércio. As empresas de Singapura estão ativamente à procura de oportunidades nos mercados emergentes. Em 2023, Singapura representou a maior quota, 6,3%, de todo o IDE nos países da ASEAN, enquanto a Malásia, a Tailândia e o resto dos Estados-Membros da ASEAN representaram apenas 1,5%, 1,2% e 0,5%, respetivamente (ver Quadro 8). O investimento de Singapura nos Estados-Membros da ASEAN é igual ao do Japão e comparável ao da China em 2023. Aproveitar a natureza orientada para o exterior da economia de Singapura e o papel que Singapura desempenha como porta de entrada do comércio global representa uma oportunidade significativa para Timor-Leste.

Gráfico 9: Principais mercados de proximidade para Timor-Leste



⁶⁴ https://www.aseanstats.org/wp-content/uploads/2024/06/ASEAN-Statistical-Brief-Vol-9-June-2024_fn.pdf.

Para os países da ASEAN, Singapura é a maior fonte de turistas a nível global. Singapura é também a maior fonte de turistas estrangeiros na ASEAN. Em 2023, mais de 11 milhões de (registos de visitas) singapurenses visitaram os restantes países da ASEAN. Esse número de 11 milhões é 4 milhões superior ao número de turistas provenientes da China e o dobro dos provenientes da Indonésia. Em 2018, as três principais fontes de chegadas de turistas a Timor-Leste foram a Indonésia (15.523 pessoas), a Austrália (11.509 pessoas) e Portugal (7.719 pessoas). Os turistas de Singapura foram 1.373 pessoas, menos do que as 1.747 pessoas do Japão (UNESCAP, 2019) (Gráfico 9). Aproveitar o fluxo de turistas de Singapura trará potenciais receitas diretas, investimento e comércio para Timor-Leste.

4.1.3. Austrália

A Austrália representa uma oportunidade de parceria especializada para a economia de Timor-Leste. A Austrália é uma potência global nas indústrias energética e mineral. A complementaridade entre Timor-Leste e a Austrália é evidente no capital, na tecnologia e na gestão do setor energético. O desenvolvimento conjunto de projetos energéticos já em curso revelou-se fundamental para o crescimento a curto e longo prazo de Timor-Leste. Embora seja essencial envidar todos os esforços para absorver tecnologia e gestão com vista à sustentabilidade a longo prazo, a cooperação com a Austrália poderá ser considerada um dado adquirido num futuro previsível.

O desafio imediato no contexto do PANIT consiste em saber como tirar partido dessa cooperação, alargando a relação para além do setor energético. A Austrália é um mercado consumidor de rendimento elevado. Embora a população de 27 milhões de habitantes seja pequena em termos globais, é suficientemente grande para Timor-Leste, que conta com 1,5 milhões de habitantes. Com uma população de indivíduos com rendimentos elevados muito superior à de Singapura, **a Austrália oferece uma oportunidade para as exportações timorenses de alta qualidade, tais como o café de especialidade, uma fonte fundamental para o turismo de alto valor, proporcionando uma relação económica complementar enraizada no desenvolvimento de recursos e no envolvimento direto dos consumidores.** Em 2019, a Austrália foi a segunda maior fonte de turistas estrangeiros em Timor-Leste, a seguir à Indonésia. No entanto, a despesa per capita dos visitantes australianos foi provavelmente muito mais elevada, dada a significativa disparidade de rendimentos entre a Austrália e a Indonésia. Por outro lado, os dados mensais de exportação mostram que as exportações de café de Timor-Leste para a Austrália (e Singapura) são reduzidas (Quadro 9). Além disso, o café enviado para a Austrália continua a ser o de preços mais baixos, a julgar pelos preços médios entre os destinos. Com melhores condições de acesso ao mercado e uma melhoria significativa da conectividade com a Austrália, Timor-Leste pode apresentar-se como um ponto de trânsito ou uma base de produção para as exportações com destino à Austrália, para além do café, provenientes de outros Estados-Membros da ASEAN.

Quadro 9: Exportações de café em dezembro de 2024

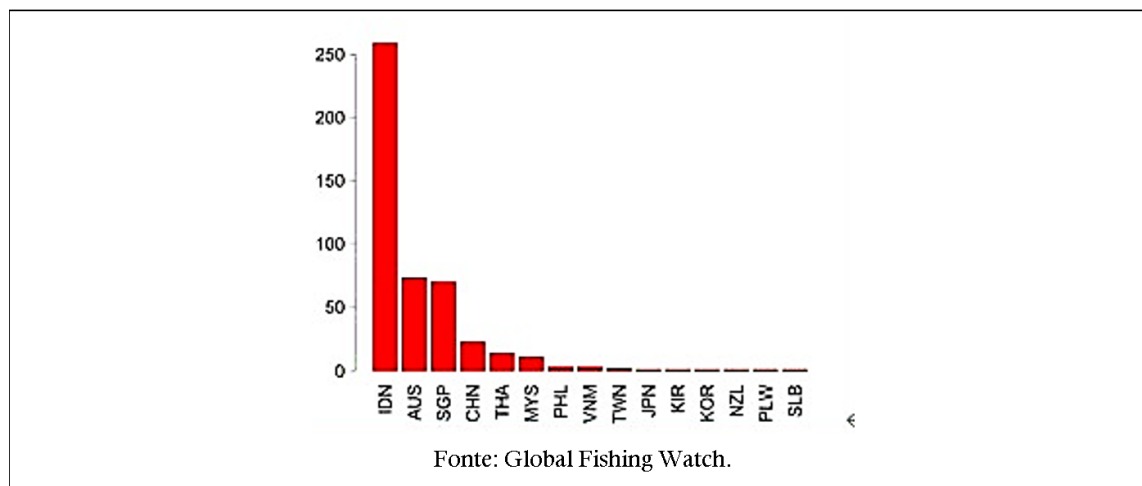
Países	Kg	US\$	Preço Médio
Bélgica	192.000	1.154.362	6.0
Japão	87.180	780.054	8.9
Austrália	93.840	547.915	5.8
Indonésia	62.866	389.054	6.2
Estados Unidos	19.215	156.119	8.1
Canadá	19.456	125.012	6.4
Singapura	2.880	22.916	8.0

Fonte: Ministério das Finanças.

4.1.4. EUA, UE, China e Japão

Os EUA, a União Europeia, a China e o Japão são atualmente mercados globais de rendimento elevado ou de grande dimensão, para os quais a maioria dos países em desenvolvimento compete para exportar. Como tal, o potencial destes mercados para Timor-Leste também é excelente. De facto, as exportações de petróleo para a China (US \$74 milhões de dólares) e para o Japão (US \$23 milhões de dólares) já representam uma parte significativa das exportações de Timor-Leste. A exportação de café para os EUA parece promissora, embora o mercado ainda seja pequeno (US \$4 milhões de dólares). O Quadro 9, na secção anterior, sugere o grande potencial dos mercados globais vizinhos. Em 2019, os volumes e os preços médios do café exportado para o Japão e os Estados Unidos foram superiores aos exportados para os vizinhos Austrália e Indonésia. Isto sugere um forte potencial de mercado nestes países de rendimento elevado. Além disso, **à semelhança de Timor-Leste, o Japão – sendo uma nação marítima – oferece oportunidades consideráveis para expandir as exportações para além do café.** Em 2022, o Japão importou mais de US \$13 mil milhões de dólares em produtos do mar. Para estabelecer uma presença no grande e competitivo mercado pesqueiro japonês, é crucial realizar uma pesquisa de mercado aprofundada e responder com flexibilidade às preferências dos consumidores, muitas vezes únicas. Isto inclui explorar produtos para além das exportações tradicionais de Timor-Leste, adaptando-se aos padrões e gostos japoneses.

Gráfico 10: Frequência de navios que visitaram Timor-Leste por país de origem (2017-2024)



Seguem-se os desafios para aumentar as exportações para mercados globais mais distantes. **Os custos de transporte marítimo de Timor-Leste são elevados em comparação com os padrões internacionais.** Não existem rotas marítimas diretas de exportação para os mercados globais. O Gráfico 10 mostra como as rotas marítimas existentes se concentram em vizinhos próximos, como a Indonésia, a Austrália e Singapura. É essencial reduzir os custos de transporte marítimo através do desenvolvimento de portos marítimos, novas rotas marítimas e/ou de otimização das escalas. Além disso, a concorrência com outros países em desenvolvimento é inevitável para aumentar as exportações para os principais mercados globais. Uma abordagem proativa em relação a estes países para obter um melhor acesso a esses mercados será de grande ajuda, como fica evidente pelas experiências do Camboja e do Laos.

Embora a volatilidade decorrente da incerteza em torno das tarifas dos EUA possa não ser benéfica para a economia mundial, a corrida tanto dos países em desenvolvimento como dos países desenvolvidos para garantir as taxas mais baixas demonstra a importância do acesso preferencial para os países que procuram crescer através do comércio e do investimento internacionais.

4.2. Produtos agrícolas promissores para a indústria transformadora em Timor-Leste

O Banco Mundial identificou a indústria transformadora ligeira como o próximo passo lógico na escalada de transformação de Timor-Leste, destacando a importância de desenvolver a indústria ligeira, como a transformação agrícola.⁶⁵ De facto, a promoção da indústria ligeira, como o processamento agrícola é crucial para fomentar a indústria transformadora orientada para a exportação em Timor-Leste. Atualmente, existe um certo número de produtores industriais que produzem produtos de café, óleos alimentares e cosméticos à base de produtos agrícolas, molhos vegetais comestíveis e vários sumos de fruta. No entanto, a atual indústria de transformação agrícola em Timor-Leste é, em grande parte, gerida por empresários individuais ou cooperativas de agricultores que utilizam tecnologia rudimentar e maquinaria simples. Em muitos casos, a transformação agrícola carece da capacidade necessária para cumprir os padrões de qualidade e quantidade exigidos pelo mercado global. Para elevar o setor industrial nacional a um nível em que possa competir em pé de igualdade no mercado global, são essenciais os esforços das empresas do setor privado e o apoio dos serviços públicos. Neste capítulo, explora-se o potencial das indústrias de transformação orientadas para a exportação de produtos agrícolas promissores.

Os resultados da análise com as partes relevantes estão resumidos no Quadro 10. Cada item é avaliado utilizando uma pontuação numérica que varia entre 0 e 3.

⁶⁵ Banco Mundial, (2023), *Timor-Leste: Caminhos para a Diversificação Económica*, p. 62.

Quadro 10: Síntese da verificação dos produtos nacionais

Produtos	Importância Económica	Potencial do Mercado Internacional	Condições de Produção	Potencial de Valor Acrescentado	Contexto Político	Inclusão Social	Sustentabilidade e Risco	Total (pontuação máxima = 21)
Café	3	3	2	2	3	3	2	18
Sorgo	1	2	3	2	3	3	3	17
Cacau	1	3	2	3	2	2	2	15
Abacate	1	3	1	3	2	2	2	14
Bambu	1	2	2	2	2	2	3	14
Coco	1	2	2	2	2	2	2	13
Tais (Têxteis)	1	1	2	2	2	3	2	13
Algas marinhas	1	2	2	1	1	2	2	11
Konjac	1	2	2	1	2	1	2	11
Baunilha	1	2	1	3	1	1	0	9
Cravo-da-india	1	2	1	2	1	1	1	9
Noz-de-candeeiro	1	1	2	1	1	1	2	9
Sândalo	1	2	0	3	1	1	0	8

Fonte: Elaborado pela Equipa do Projeto.

Notas:

- Importância económica: Volume de produção, percentagem do PIB e das exportações, exportações de matérias-primas ou de produtos transformados, etc.
- Potencial do mercado internacional: dimensão do mercado e taxa de crescimento, tendências da procura, panorama competitivo, etc.
- Condições de produção: produtividade, qualidade, restrições técnicas, etc.
- Potencial de valor acrescentado: Fatores diferenciadores, desenvolvimento da cadeia de valor, etc.
- Contexto político: Apoio governamental, cooperação internacional, sistemas comerciais, etc. Inclusão social:
- Número de trabalhadores, geração de rendimentos, igualdade de género, etc.
- Sustentabilidade e risco: riscos ambientais, riscos de mercado, riscos institucionais, etc.

Os valores apresentados no Quadro 10 representam uma avaliação abrangente de várias condições com base nos resultados do inquérito e foram utilizados como referência para determinar a orientação do PANIT. Embora não abranjam de forma exaustiva todos os produtos nacionais promissores, indicam de forma geral quais os produtos que devem ser priorizados para a alocação de recursos na perspetiva da política comercial e industrial. Por exemplo, indústrias como a transformação de produtos do mar, que tiram partido dos abundantes recursos marinhos, podem constituir um campo promissor se forem criadas condições comerciais competitivas.

Dada a sua reduzida população e a distância geográfica em relação aos grandes mercados, é difícil para Timor-Leste desenvolver-se como base de produção de outros bens industriais. Por conseguinte, promover a indústria transformadora através da industrialização dos seus produtos agrícolas, florestais e da pesca constitui uma opção realista. As considerações específicas para cada produto são abordadas a seguir.

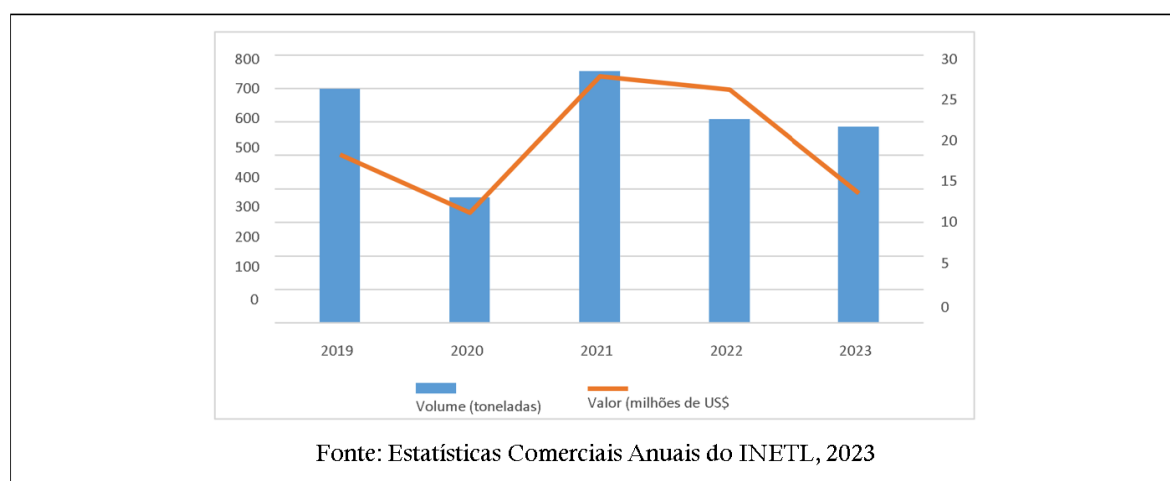
4.2.1. Café

Em Timor-Leste, o café representa mais de 90% das exportações não petrolíferas. O Banco Central de Timor-Leste (BCTL) estima que o valor total das exportações de café em 2024 foi de aproximadamente US \$17,8 milhões de dólares, com as exportações para os EUA a atingirem cerca de US \$5,1 milhões de dólares, as exportações para a Indonésia a atingirem cerca de US \$3 milhões de dólares e as exportações para a Austrália a atingirem cerca de US \$1,6 milhões de

dólares.⁶⁶ Embora o valor de 2024 represente uma melhoria em relação ao valor das exportações de 2023, de US \$14,47 milhões de dólares, a situação continua desfavorável quando comparada com o valor de 2021, de US \$27,61 milhões de dólares, e com o valor de 2022, de US \$26,1 milhões de dólares.⁶⁷

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o mercado global do café é enorme, com vendas mundiais estimadas em mais de US \$200 mil milhões de dólares.⁶⁸ A produção de café de Timor-Leste representa menos de 0,1% do mercado global,⁶⁹ mas é o produto mais reconhecido internacionalmente do país e tem um potencial significativo para a exportação, não só de grãos verdes, mas também de produtos transformados.

Gráfico 11: Tendência das exportações de café nos últimos anos em Timor-Leste



As principais variedades de café são a Arábica e a Robusta (Gráfico 12). As variedades Arábica são de maior qualidade e comercializadas a um preço mais elevado. A Arábica é a variedade mais produzida no mundo, e o Brasil é o maior produtor mundial de café Arábica. O Vietname é o segundo maior produtor mundial de café e o maior produtor mundial da variedade Robusta. A Robusta representou aproximadamente 96% do café produzido no Vietname em 2024.⁷⁰ Na Indonésia, o terceiro maior produtor mundial de café, a Robusta representou aproximadamente 87% do café produzido em 2024.⁷¹

⁶⁶ BCTL, (2024), *Desempenho Económico de Timor-Leste 2024*, p. 59.

⁶⁷ INETL, (2023), *Estatísticas Comerciais Anuais 2023*, p. 41.

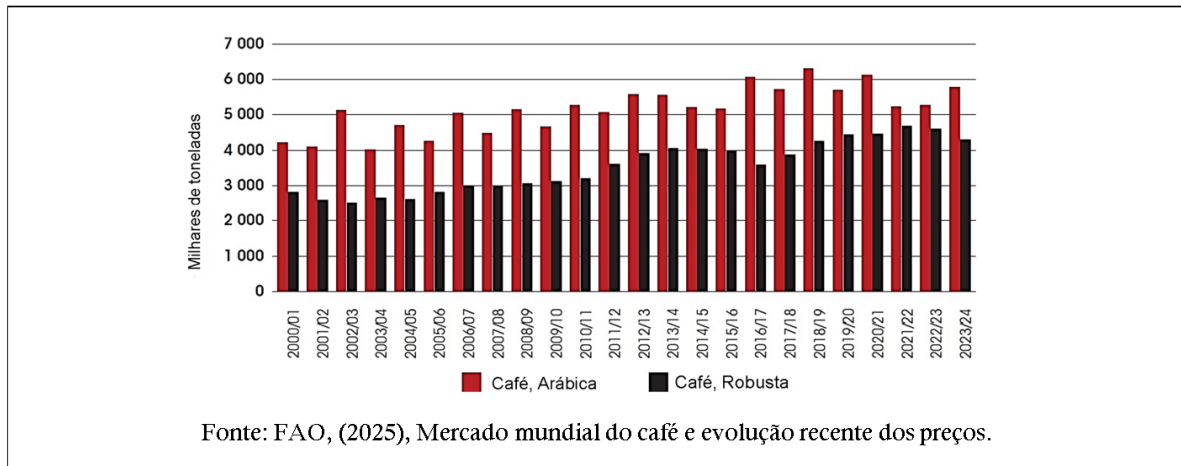
⁶⁸ FAO, (2025), *Mercado global do café e evolução recente dos preços*, p. 1.

⁶⁹ Market Development Facility, (2023), *A transição de Timor-Leste para o café de especialidade*, p. 3.

⁷⁰ Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, (2024), *Coffee Annual Vietnam*.

⁷¹ Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, (2024), *Coffee Annual Indonesia*.

Gráfico 12: Produção mundial de café por variedade



De acordo com a FAO, o preço global do café disparou em 2024. A análise mostra que esta flutuação de preços ocorreu principalmente devido às más colheitas no Brasil e na Colômbia, enquanto se verificou uma procura forte e estável no mercado do café.⁷² O aumento do preço do café Arábica foi de 58% em relação ao ano anterior, enquanto o aumento do café Robusta foi de 70%, reduzindo a diferença de preço entre as duas variedades⁷³ (Gráfico 13).

Gráfico 13: Preços mundiais do café Arábica e Robusta



De acordo com o Plano Nacional de Desenvolvimento do Setor do Café de Timor-Leste 2019-2030 (PNDS), cerca de 90% do café produzido em Timor-Leste é Arábica e 10% é Robusta. A Política Nacional de Desenvolvimento da Indústria (PNDI) declarou que o Governo continuará a perseguir os objetivos estabelecidos no Plano Nacional de Desenvolvimento do Setor do Café de Timor-Leste 2019-2030, que estabeleceu metas de duplicar a produção de café até 2030 e aumentar as receitas das exportações de café em até 270%, através da modernização dos setores e da melhoria da sua qualidade.

As principais zonas de produção de café em Timor-Leste são os municípios de Ermera, Liquiçá, Ainaro e Aileu. De acordo com o INETL, cerca de 35 % da população de Timor-Leste ganha a vida com o café, o que faz deste o produto de base mais importante. No entanto, as alterações

⁷² FAO, (2025), Mercado mundial do café e evolução recente dos preços, pp. 2-3.

⁷³ Ibid., p. 7.

climáticas estão a ter um impacto significativo na produção de café, e as fortes flutuações nos preços do comércio mundial estão a desestabilizar as famílias agrícolas.⁷⁴ O declínio nas exportações em 2023 foi atribuído a uma queda significativa no preço do comércio mundial dos grãos de café,⁷⁵ e uma série de incertezas dificultou a concretização das metas do PNDSC.

O PNDSC salientou que a maioria dos produtores de café em Timor-Leste são pequenos agricultores, sendo que 62% cultivam café em menos de 1 hectare de terra e 95% do total em menos de 5 hectares. **As estradas nas zonas de cultivo de café não estão bem conservadas e a produção em pequena escala torna os custos operacionais estruturalmente elevados. A produção média por hectare é inferior a 200 kg, em comparação com a média global de 880 kg por hectare, indicando que a baixa produtividade tem um impacto significativo na competitividade internacional.**⁷⁶ O PNDSC afirma que as causas da baixa produtividade do café são complexas, incluindo cafeeiros envelhecidos, os efeitos das alterações climáticas, a falta de clareza quanto à propriedade dos campos de café e os baixos incentivos à inovação por parte dos agricultores.

A maior parte do café exportado de Timor-Leste é comercializado como uma mercadoria de baixo valor.⁷⁷ **Uma tentativa de resolver a questão da rentabilidade é a produção de café de especialidade, que acrescenta valor ao aumentar a qualidade do café.** De acordo com a empresa de investigação privada *Grand View Research*, prevê-se que o mercado global de café de especialidade cresça a uma taxa de crescimento anual composta (CAGR) de 10,4% entre 2025 e 2030. O café de especialidade é certificado de acordo com a Avaliação do Valor do Café quando atinge uma pontuação de degustação de 80 ou superior. Estas normas são estabelecidas pela Associação de Café de Especialidade dos Estados Unidos, a maior organização internacional sem fins lucrativos do mundo. As pontuações de 90 a 100 são classificadas como «Excelente», as pontuações de 85 a 89,99 são classificadas como «Muito Bom» e as pontuações de 80 a 84,99 são classificadas como «Bom».⁷⁸ Parte do café de Timor-Leste é classificado como «Excelente» e o seu potencial não é baixo. No entanto, mesmo que se alcance algum sucesso na produção de café de especialidade em Timor-Leste, é difícil esperar um grande impacto económico sem aumentar o reconhecimento e a apreciação internacionais. Do ponto de vista da política industrial, é importante desenvolver uma estratégia económica que tire partido das vantagens existentes e vise construir uma indústria orientada para a exportação, com vista a impulsionar a economia nacional. **Uma opção para a expansão global seria desenvolver uma estratégia de marca unificada que seja facilmente reconhecível pelos consumidores.**

Existem duas medidas industriais concretas. A primeira é que a maior parte do café produzido no Vietname e na Indonésia, o segundo e o terceiro maiores produtores mundiais, é da variedade Robusta. No Vietname, muitos produtos de café são fabricados pela empresa global Nestlé Ltd. e pela empresa estatal Vinacafé Bien Hoa. A Nestlé Ltd., em particular, possui seis fábricas no Vietname, gerando cerca de 3.000 postos de trabalho, e está a expandir as suas instalações para

⁷⁴ INETL (2023), *Estatísticas Comerciais Anuais de 2023*, p. 41.

⁷⁵ Banco Mundial (2024), *Relatório Económico de Timor-Leste – Aproveitar a Adesão à OMC para a Transformação Económica*, p. 15.

⁷⁶ Facilidade de Desenvolvimento de Mercado, (2023), *Transição de Timor-Leste para o Café Especial*, p. 3.

⁷⁷ Australian Aid, (2024), *Vias de Diversificação Económica de Timor-Leste*, pp. 57–58.

⁷⁸ Specialty Coffee Association, (2024), *Um Sistema para Avaliar o Valor do Café*, p. 40.

2025. A Nestlé, o maior comprador de café vietnamita, adquire US \$700 milhões de dólares anualmente⁷⁹ A maior parte do café vietnamita é utilizada como café instantâneo e, recentemente, a Nestlé tem-se concentrado na produção de café descafeinado e de café em cápsulas de gama alta⁸⁰. A Nestlé possui também quatro fábricas na Indonésia, que não só produzem café, mas também leite e outros produtos. A empresa Nestlé estava envolvida numa vasta gama de negócios, empregava cerca de 3.600 pessoas e investiu US \$202 milhões de dólares na construção de fábricas até 2021.⁸¹

Mais concretamente, **uma medida industrial consiste em atrair empresas globais e aumentar a produção de café Robusta de qualidade comercial**; no entanto, este modelo de negócio nem sempre se adapta ao atual contexto da produção cafeeira. Isto deve-se ao facto de a variedade Robusta poder ser cultivada em zonas de baixa altitude e de as terras agrícolas de Timor-Leste serem escassas em comparação com países que dispõem de vastas áreas agrícolas. No entanto, se conseguirmos garantir terras agrícolas suficientes para assegurar volumes de produção de Robusta de alta qualidade que cumpram os padrões de rentabilidade das empresas globais, esta é uma medida eficaz para gerar benefícios económicos significativos e deve ser considerada como uma estratégia de crescimento a longo prazo. **É vantajoso atrair ou fomentar empresas capazes de fabricar saquinhos de café de alto valor acrescentado e café líquido embalado.**

Por outro lado, **outra medida industrial é a criação de uma marca nacional unificada para o café de especialidade e a atração de investimento estrangeiro para expandir as exportações de café de especialidade.** A título de comparação, a Indonésia possui várias marcas de café de especialidade mundialmente conhecidas. Por exemplo, Gayo e Mandheling em Sumatra, Kintamani e Blue Moon em Bali, e Toarco Traja em Sulawesi. Todas estas marcas de café são variedades de Arábica. A questão é como o café de Timor-Leste pode igualar as características únicas destes cafés de especialidade.

Neste contexto, **o modelo de negócio do Toarco Traja constitui um caso de referência útil.** O Toarco Traja é um café de especialidade de marca consolidada, criado pela KEY COFFEE INC., uma empresa japonesa de dimensão global. A KEY COFFEE recuperou uma variedade de café que estava prestes a desaparecer durante a Segunda Guerra Mundial e conseguiu transformá-la numa marca de café de renome internacional. A KEY COFFEE produz 20% do seu café Toarco Traja na sua própria fábrica e compra 80% aos agricultores da zona circundante. A empresa fornece gratuitamente mudas e equipamento aos cafeicultores próximos da fábrica e ensina-lhes gratuitamente algumas técnicas importantes, tais como a plantação de culturas de cobertura e árvores sombreiras em torno dos cafeeiros.⁸² **Este modelo de negócio, que enfatiza a coexistência com a comunidade local, é talvez o melhor modelo de negócio para Timor-Leste. Uma das opções mais promissoras seria atrair investimento estrangeiro e criar uma marca, tirando partido da raridade do Híbrido de Timor, uma espécie híbrida nativa de Timor-Leste.**

⁷⁹ <https://www.nestle.com/media/news/vietnam-investment-coffee-factory>.

⁸⁰ Emi Kojin, (2019), *Os desafios da indústria cafeeira vietnamita – De país fornecedor de matéria-prima a país transformador de café*, p. 4.

⁸¹ <https://id.factory.nestle.com/sites/g/files/pydnoa241/files/2021-05/Nestle%CC%81%20Indonesia%20Batik%20Groundbreaking%20%20Press%20Release%20%28ENG%29.pdf>.

⁸² <https://www.keycoffee.co.jp/toarcotoraja/english/about.html>.

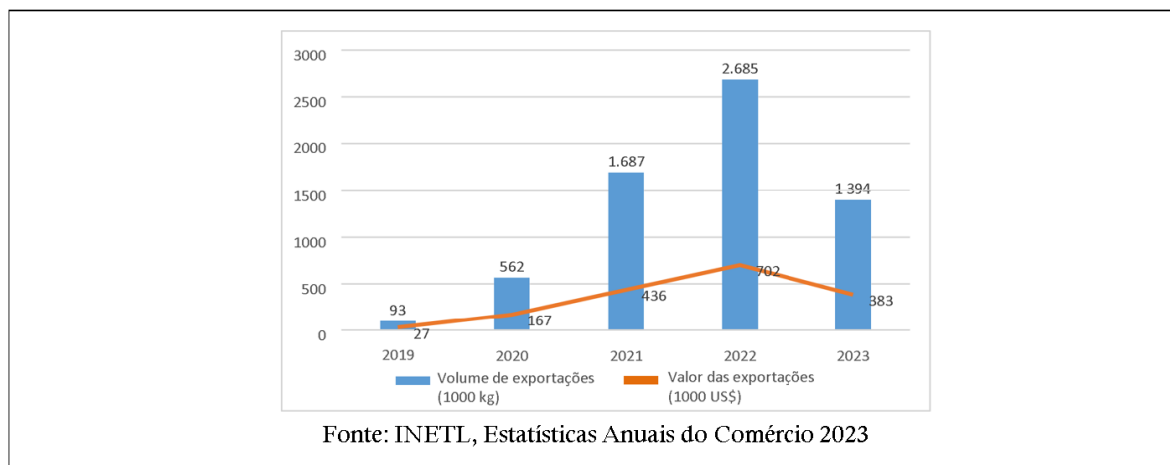
Tendo em conta a situação acima referida, **uma medida industrial concreta consiste em reduzir os custos de exportação para as empresas**. Além de facilitar o comércio através da promoção da digitalização, a designação de organismos de certificação nacionais e a concessão de subsídios às empresas para a obtenção de certificações ISO e biológicas podem garantir a qualidade. Para maximizar o impacto económico do café colhido em Timor-Leste, é necessário identificar com precisão o que as empresas globais procuram, quais os mercados mais eficientes a visar e quais os produtos mais adequados às necessidades desses mercados-alvo. Além disso, é necessário concentrar-se no desenvolvimento de uma estratégia de marca unificada. Podem ser consideradas políticas industriais para apoiar estes esforços.

4.2.2. Coco

Estima-se que mais de 16.000 agricultores se dediquem ao cultivo de coco em Timor-Leste. A sua produção anual ronda as 30.000 toneladas. ⁸³ **A principal área de colheita é o município de Lautém.**

Os coqueiros começam a dar frutos após 6 a 7 anos e continuam a produzir frutos durante 60 a 80 anos. Os cocos jovens, que são colhidos após 6 a 7 meses, são utilizados para a produção de sumo de coco, enquanto os colhidos após 11 meses ou mais são secos e utilizados como copra, ⁸⁴ a matéria-prima do óleo de coco. Em 2023, de acordo com o INETL, foram exportadas 1.394 toneladas de copra, no valor de US \$383.000 dólares americanos. Trata-se de uma diminuição significativa em comparação com 2022, ano em que foram exportadas 2.685 toneladas, no valor de US \$702.000 dólares americanos ⁸⁵

Gráfico 14: Tendência das exportações de copra em Timor-Leste



O coco é seco para produzir copra, a partir da qual se fabrica o óleo de coco. Os ácidos gordos extraídos do óleo de coco são utilizados como aditivos alimentares no mercado oleoquímico. O bagaço que resta após a extração do óleo de coco é utilizado como farinha de copra para aditivos em rações animais. Os derivados do coco são diversos, mas o mercado do óleo de coco é o maior

⁸³ Market Development Facility (2023), *Beyond Coffee, Potencial de exportação de produtos agrícolas de Timor-Leste*, p. 17.

⁸⁴ Instituto Indiano de Tecnologia de Processamento Alimentar (2023), *Relatório Detalhado do Projeto Modelo sobre ÓLEO DE COCO*, p. 10.

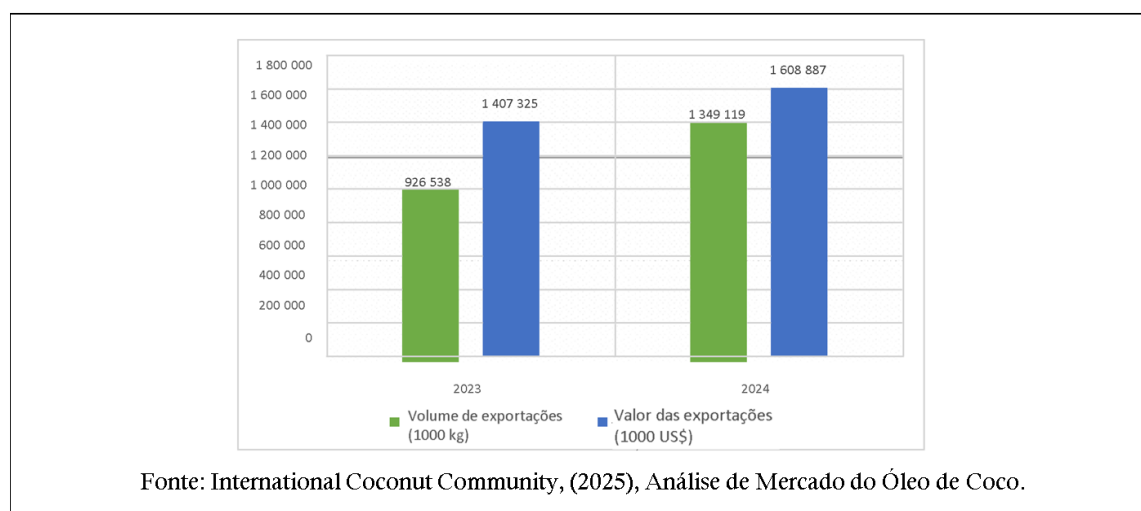
⁸⁵ INETL, *Estatísticas Comerciais Anuais 2023*, p. 41.

mercado global, e o mercado de misturas de biodiesel tem vindo a ganhar rapidamente destaque nos últimos anos.⁸⁶

Em Timor-Leste, quase toda a produção de coco é exportada para a Indonésia sob a forma de copra, uma matéria-prima, e apenas uma pequena quantidade de óleo de coco é exportada para a Austrália como produto transformado.⁸⁷ A maior parte do óleo de coco produzido é distribuída no mercado interno, mas ainda não se desenvolveu um mercado em crescimento significativo.

Os principais produtores de óleo de coco no mercado global são as Filipinas, a Indonésia e a Índia. Na Índia, o principal mercado de sementes oleaginosas é o da colza e da soja, sendo o coco um mercado relativamente menor⁸⁸. No mercado global de óleo de coco, as Filipinas são o maior produtor, seguidas pela Indonésia. O mercado de óleo de coco registou um crescimento significativo em 2024, com as Filipinas a registarem um aumento de 31,3% em relação ao ano anterior, para aproximadamente 1,35 milhões de toneladas, e os preços a subirem 12,5% em relação ao ano anterior, para aproximadamente US \$1,69 mil milhões de dólares.⁸⁹ Os principais destinos de exportação são os Estados Unidos e a União Europeia, que, em conjunto, representam 68,6% do total, seguidos pela Malásia, Japão e Coreia do Sul.⁹⁰

Gráfico 15: Exportações recentes de óleo de coco nas Filipinas



Prevê-se que a produção, as exportações e os preços da farinha de copra das Filipinas aumentem ligeiramente em 2024. O principal destino de exportação desta farinha de copra é a Coreia do Sul.⁹¹

Por outro lado, a produção de óleo de coco da Indonésia situa-se nas 603.000 toneladas, o que representa uma diminuição de 9 % em relação ao ano anterior. No entanto, devido ao aumento

⁸⁶ Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, (2025), *Relatório Anual sobre Sementes Oleaginosas e Produtos das Filipinas*, p. 8.

⁸⁷ Market Development Facility, (2023), *Beyond Coffee, Potencial de exportação de produtos agrícolas de Timor-Leste*, p. 16.

⁸⁸ Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, (2025), *Relatório Anual sobre Sementes Oleaginosas e Produtos da Índia*, p. 14.

⁸⁹ Comunidade Internacional do Coco, (2025), *Análise de Mercado do Óleo de Coco*, <https://coconutcommunity.org/index.php/page-statistics/market-review/market-review-of-coconut-oil-january-2025>.

⁹⁰ Associação Unida do Coco das Filipinas, (2024), *Exportação filipina de produtos de coco aumenta em setembro*, <https://ucap.org.ph/news-manager/2024/10/philippine-export-of-coconut-products-up-in-september-1/>.

⁹¹ Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, (2025), *Oilseed and Products Annual Philippines*, pp. 16-17.

dos preços do óleo de coco, o valor das transações aumentou 16,5 % em relação ao ano anterior, atingindo os US \$773 milhões de dólares. Os principais destinos de exportação do óleo de coco da Indonésia são a Índia, a China, o Paquistão e os EUA.⁹² A produção de farinha de copra na Indonésia manteve-se estável, com as exportações a diminuir desde que atingiram o pico em 2022. Os principais destinos de exportação da farinha de copra indonésia são a Coreia do Sul, a Índia e a China.⁹³

O mercado do óleo de palma funciona como um mercado vizinho para o óleo de coco, e estes mercados estão interligados como parte do mercado do óleo láurico. A Indonésia é um grande produtor de óleo de palma, tendo a sua produção de óleo de palma em 2024 diminuído 0,5% em comparação com o ano anterior, mas o valor das transações cresceu 17,7%.

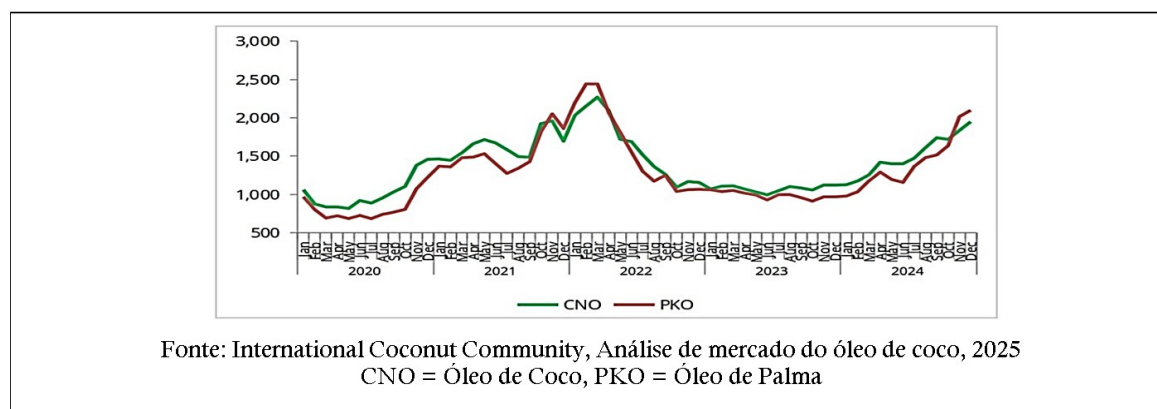
Quadro 11: Exportação de óleo láurico da Indonésia

		Jan-Nov 2023	Jan-Nov 2024	Alteração (%)
Óleo de Coco (CNO)	Volume (Toneladas métricas)	663.644	603.705	-9.0
	Valor (US \$ 1000)	663.216	773.543	16.5
Óleo de Palma (PKO)	Volume (Toneladas métricas)	1.238.677	1.233.026	-0.5
	Valor (US \$ 1000)	1.177.410	1.386.205	17.7
Óleos Láuricos	Volume (Toneladas métricas)	1.902.320	1.836.731	-3.4
	Valor (US \$ 1000)	1.841.626	2.159.748	17.3

Fonte: Comunidade Internacional do Coco, (2025), Análise de Mercado do Óleo de Coco.
CNO = Óleo de coco, PKO = Óleo de Palma

Até à data, no mercado do óleo láurico, o óleo de coco tem sido comercializado a preços mais elevados do que o óleo de palma, devido à sua utilização em cosméticos e outras aplicações. No entanto, no mercado do óleo láurico de 2024, os preços do óleo de palma ultrapassaram os do óleo de coco. Isto deve-se ao aumento da procura impulsionado pela crescente importância dos biocombustíveis e pela expansão das aplicações industriais.⁹⁴

Gráfico 16: Evolução do preço do óleo láurico 2020-2024 (USD/MT)



⁹² Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, (2024), *Relatório Anual sobre Sementes Oleaginosas e Produtos da Indonésia*, p.

⁹³ *Ibid.*, p. 17.

⁹⁴ Comunidade Internacional do Coco, (2025), *Análise de Mercado do Óleo de Coco*.

<https://coconutcommunity.org/index.php/page-statistics/market-review/market-review-of-coconut-oil-january-2025>.

A mistura de biodiesel está a ganhar destaque como um derivado do óleo de coco. O biodiesel consiste na extração de éster metílico do óleo de coco e na sua utilização como substituto do gásóleo de petróleo ou na sua mistura com este.⁹⁵ O governo indonésio também está a explorar a utilização do óleo de coco como fonte de energia, no âmbito da estratégia de valorização a jusante promovida pela atual administração. De facto, a produção de «bioaviatur», um combustível de aviação fabricado a partir de óleo de coco, está em curso em cooperação com a *Indonesia-Japan Business Network*, uma empresa japonesa⁹⁶. A utilização do óleo de coco como combustível está a ser promovida não só em países líderes na produção de óleo de coco, mas também em países mais pequenos, com resultados positivos. Por exemplo, a Papua-Nova Guiné obteve sucesso na redução das importações de gásóleo e na revitalização da economia local através da mistura de biodiesel com gásóleo, e tentativas semelhantes foram feitas em Vanuatu e nas Ilhas Fiji.⁹⁷ De acordo com o Departamento de Energia dos Estados Unidos, o biodiesel não é apenas uma fonte de energia renovável, mas também uma fonte de energia relativamente segura, com uma temperatura de ignição mais elevada do que o gásóleo de petróleo.⁹⁸

Com base na situação acima descrita, podemos identificar três possíveis orientações. A primeira consiste em transformar a copra em óleo de coco e exportá-lo ativamente para países com elevada procura, em vez de o exportar apenas como matéria-prima. A segunda consiste em exportar ativamente a farinha de copra, que é um subproduto da produção de óleo de coco. A terceira consiste em promover a mistura de biodiesel, com vista à preservação ambiental e à revitalização económica regional.

De qualquer forma, para desenvolver o setor do coco, será necessário melhorar os sistemas de facilitação do comércio e de certificação de qualidade, tal como acontece no setor do café.

4.2.3. Noz-de-Candeeiro (Candlenut)

Atualmente, Timor-Leste produz aproximadamente 10.000 toneladas de nozes-de-candeeiro por ano, com relatórios a indicar que mais de 10.000 agricultores estão envolvidos na sua produção.⁹⁹ No entanto, o Censo Agrícola publicado pelo Governo não inclui dados sobre a quantidade de produção de nozes-de-candeeiro e o número de pessoas envolvidas na sua produção¹⁰⁰ e existem poucos dados oficiais disponíveis sobre o mercado interno de nozes-de-candeeiro. As nozes-de-candeeiro são uma cultura que pode ser cultivada em sistema de consórcio. Muitos agricultores produzem-nas juntamente com outras culturas, o que pode contribuir para os valores mais elevados relatados.

Aproximadamente 70 % das nozes-de-candeeiro de Timor-Leste são exportadas em bruto para a Indonésia, onde uma única empresa produz óleo de noz-de-candeeiro e exporta o

⁹⁵ <https://bioenergytimes.com/new-biodiesel-plant-to-boost-local-coconut-farmers-in-the-philippines/>.

⁹⁶ <https://indonesiabusinesspost.com/2810/Politics/indonesia-targets-coconut-biofuel-production-with-japans-technology>.

⁹⁷ <https://www.theguardian.com/world/article/2024/may/10/png-coconut-tree-oil-copra-biodiesel>.

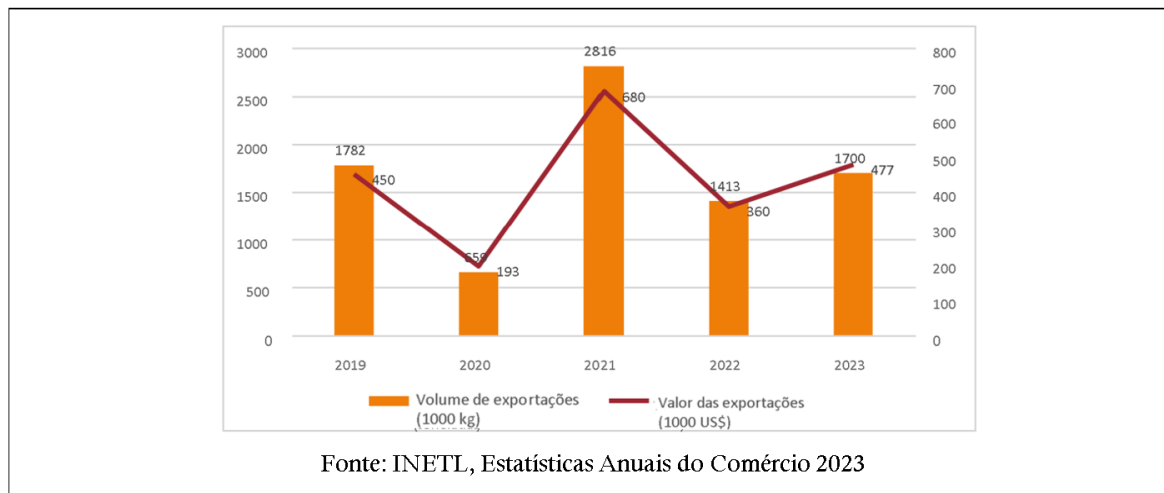
⁹⁸ <https://afdc.energy.gov/fuels/biodiesel-benefits>.

⁹⁹ Market Development Facility, (2023), *Beyond Coffee, Potencial de exportação de produtos agrícolas de Timor-Leste*, p. 15.

¹⁰⁰ Governo de Timor-Leste, (2019), *Censo Agrícola de Timor-Leste 2019*.

produto principalmente para o mercado dos EUA.¹⁰¹ As exportações de nozes-de-candeieiro apresentam flutuações anuais significativas, tendo as exportações caído de 2.816 toneladas e US \$ 680.000 dólares em 2021 para 1.413 toneladas e 360.000 dólares em 2022, antes de recuperarem para 1.700 toneladas e 477.000 dólares em 2023, com um ligeiro aumento no preço unitário.

Gráfico 17: Tendência das exportações de noz-de-candeieiro em Timor-Leste



A árvore da noz-de-candeieiro é amplamente cultivada em toda a região da Ásia-Pacífico e, recentemente, tem sido cultivada no Brasil e em países africanos. A noz-de-candeieiro e os seus produtos são conhecidos por vários nomes. O principal produto fabricado é o óleo extraído das nozes-de-candeieiro. O óleo de noz-de-candeieiro é utilizado em produtos cosméticos e como tempero na culinária. No Havai, a árvore da noz-de-candeieiro é chamada de «kukui», e o óleo extraído das suas nozes é vendido como «óleo de noz de kukui», um produto típico havaiano. A noz-de-candeieiro é frequentemente comercializada online como um ingrediente saudável, mas as nozes em bruto são tóxicas e a importação de sementes é proibida em muitos países. As instituições de investigação, no entanto, têm aconselhado cautela em relação às alegações dos seus vários benefícios, devido à falta de evidência científica suficiente.¹⁰²

O mercado global de óleo de noz-de-candeieiro não está bem documentado por organismos públicos devido à disponibilidade limitada de investigação. No entanto, várias empresas de investigação privadas publicaram dados sobre o mercado global de óleo de noz-de-candeieiro. Estes dados variam entre as empresas de investigação, mas todas concordam que se espera que o mercado de óleo de noz-de-candeieiro cresça até certo ponto.

Os principais produtores de óleo de noz-de-candeieiro no mercado global são a Indonésia, a Malásia e as Filipinas, sendo os principais países importadores os EUA, a China, o Japão e a União Europeia.¹⁰³ Nos EUA, prevê-se uma procura contínua por parte dos produtores industriais de óleo de kukui, que procuram substituir as dispendiosas matérias-primas havaianas por alternativas mais baratas. Isto está em consonância com a procura dos consumidores por um abastecimento sustentável e ético.¹⁰⁴ Além disso, existe potencial para uma procura de nicho

¹⁰¹ Market Development Facility, (2023), «Para além do café: o potencial de exportação de produtos agrícolas de Timor-Leste», p. 14.

¹⁰² <https://www.utep.edu/herbal-safety/herbal-facts/herbal%20facts%20sheet/candlenut-tree.html>.

¹⁰³ <https://hbnindonesia.co.id/article/export/global-trade-candlenut-indonesia/>.

¹⁰⁴ <https://www.verifiedmarketreports.com/product/kukui-nut-oil-market/>.

em setores como o dos cosméticos no Japão e na União Europeia. No entanto, o óleo de noz-de-candeieiro goza de menor reconhecimento em comparação com os principais óleos láuricos, como o óleo de coco e o óleo de palma. A infraestrutura de produção e comercialização da noz-de-candeieiro carece de rentabilidade e é menos competitiva. Além disso, os produtos alimentares e cosméticos requerem geralmente certificações de qualidade avançadas para serem importados, e o tempo necessário para obter tais certificações dificulta a entrada de pequenas empresas no mercado global.¹⁰⁵ De facto, a única empresa que atualmente exporta óleo de noz-de-candeieiro de Timor-Leste está a suportar custos elevados para obter certificações de qualidade junto de empresas estrangeiras.¹⁰⁶

O potencial de crescimento dos mercados de exportação de frutos de noz-de-candeieiro em bruto, que contêm toxinas, é limitado. **Para prosseguir com o desenvolvimento económico desse produto, é necessário concentrar-se na exportação de óleo de noz-de-candeieiro como produto transformado.** A este respeito, existe um esforço na Indonésia para promover a venda de óleo de noz-de-candeieiro a empresas em Bali, um destino turístico, com o objetivo de revitalizar a economia local.¹⁰⁷ **Também em Timor-Leste, é necessário explorar oportunidades para a exportação de óleo de noz-de-candeieiro para destinos turísticos internacionais e para vendas internas a turistas.**

De qualquer forma, para desenvolver o negócio relacionado com a noz-de-candeieiro no futuro, será necessário melhorar os sistemas de facilitação do comércio e de certificação de qualidade em Timor-Leste.

4.2.4. Cacau

De acordo com a Lindt & Sprüngli, um produtor industrial de chocolate de renome mundial, **o cacau designa tanto a matéria-prima como o cacau em pó em resultado da moagem e torrefação dos grãos de cacau.**¹⁰⁸ O granulado do cacau é obtido através da torrefação dos grãos de cacau fermentados e secos nos países produtores de cacau e da remoção das cascas, enquanto a massa de cacau é obtida através da moagem do granulado do cacau. O chocolate é produzido através da mistura da massa de cacau com manteiga de cacau, açúcar, leite em pó, etc. Para além do mercado do chocolate acabado, existem alguns segmentos de mercado para produtos de cacau semiacabados, tais como a manteiga de cacau e o cacau em pó.

Em Timor-Leste, vários doadores e ONG têm prestado assistência técnica sobre métodos de cultivo e transformação do cacau. **O cacau é frequentemente cultivado em consórcio com o café, e a Cooperativa Café Timor (CCT), a maior cooperativa de agricultores de Timor-Leste, tem envidado esforços para promover o cultivo do cacau. Em 2024, a CCT tomou a iniciativa de exportar 23 toneladas de grãos de cacau recolhidos junto dos seus membros para Singapura.**¹⁰⁹ No entanto, uma vez que a produção de cacau não foi comercializada e não se encontra numa fase em que se possa garantir uma determinada qualidade e volume de produção, não tem sido possível participar no mercado global. Tem-se também salientado que os

¹⁰⁵ <https://www.verifiedmarketreports.com/product/candlenut-oil-market/>.

¹⁰⁶ <https://en.tatoli.tl/2023/07/06/acelda-exports-1520-liters-of-candlenut-oil-to-jedward-company-in-bostonamerica/02/>.

¹⁰⁷ <https://www.iucn.nl/en/news/womens-group-increases-income-by-making-candlenut-oil/>.

¹⁰⁸ <https://www.lindt.ca/en/your-life-with-lindt/whats-the-difference-between-cacao-and-cocoa/>.

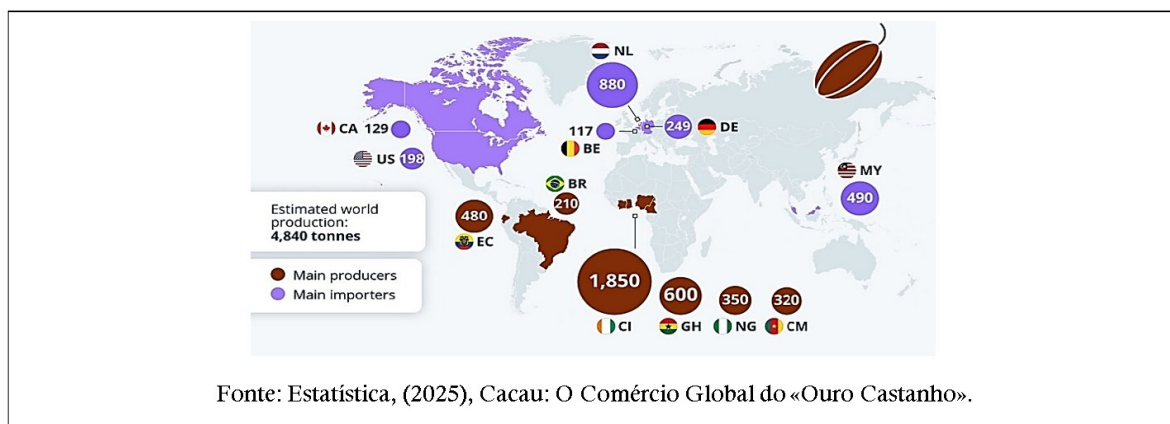
¹⁰⁹ <https://en.tatoli.tl/2024/02/29/cct-exports-23-tons-of-cocoa-beans-to-singapore/19/>.

agricultores não têm uma perceção precisa do valor comercial do cacau¹¹⁰. Recentemente, a OIT, com o apoio da UE, prestou assistência para comercializar o cacau em Ermera¹¹¹. A CCT afirma que, além de Ermera, existem terras adequadas para o cultivo de cacau em Bobonaro, Manatuto, Manufahi e Lautém.¹¹²

O mercado global relacionado com o cacau é enorme. De acordo com o Centro para a Promoção das Importações dos Países em Desenvolvimento (CBI), a agência de cooperação internacional do governo neerlandês, o mercado de grãos de cacau atingiu US \$17,2 mil milhões de dólares em 2024 e prevê-se atingir US \$24 mil milhões de dólares até 2029.¹¹³ De acordo com a empresa de investigação *Statista*, aproximadamente 65% dos países produtores de grãos de cacau concentram-se na região da África Ocidental, sendo que a Costa do Marfim produz 38%, o Gana 12%, a Nigéria 7% e os Camarões 7%. O Equador é o terceiro maior produtor mundial, com 10%, seguido pelo Brasil, com 4%.

No que diz respeito à procura no mercado mundial de grãos de cacau, a União Europeia representou cerca de 58% em 2024 e, por país, os Países Baixos, a Alemanha e a Bélgica registaram grandes volumes de importação. A Figura 6 apresenta uma visão geral do mercado mundial de grãos de cacau.¹¹⁴

Figura 6: Visão geral do mercado global de cacau



O preço dos grãos de cacau disparou em 2024. Em dezembro de 2024, o preço no mercado de futuros de Nova Iorque ultrapassou os US \$12.000 dólares por tonelada, estabelecendo um novo recorde. Isto foi atribuído em grande parte às alterações climáticas causadas pelo El Niño e à propagação de uma doença que afetou as árvores de cacau, o que elevou o preço dos produtos de chocolate em todo o mundo.¹¹⁵ Posteriormente, embora se esperasse que a produção de grãos de cacau recuperasse em 2025, o aumento dos preços provocou uma diminuição da procura para o chocolate. Por outro lado, alguns observadores sugeriram que haveria um excesso de stock, o que levou a que o preço baixasse temporariamente para US \$7.000 dólares por tonelada. No entanto, a Organização Internacional do Cacau (ICCO) informou que, em outubro, os grãos

¹¹⁰ https://www.parcic.org/activity/staff/report/timorleste_agroforestry_21632.html.

¹¹¹ <https://en.tatoli.tl/2024/12/03/eu-empowers-tls-cacao-farmers-through-intensive-training-of-trainers-on-cacao-cultivation-andprocessing/15/>.

¹¹² <https://en.tatoli.tl/2024/02/29/cct-exports-23-tons-of-cocoa-beans-to-singapore/19/>.

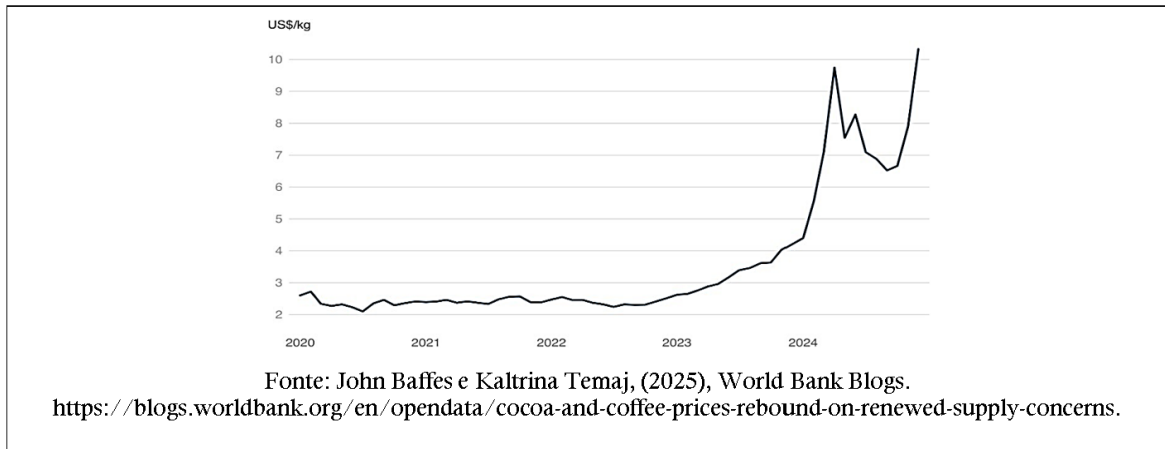
¹¹³ <https://www.cbi.eu/market-information/cocoa/what-demand>.

¹¹⁴ <https://www.statista.com/chart/34325/main-cocoa-bean-producing-and-importing-countries/>.

¹¹⁵ <https://www.aljazeera.com/news/2025/4/21/bitter-easter-truth-why-has-chocolate-become-so-expensive>.

de cacau no mercado de futuros de Nova Iorque para 2025 eram negociados a cerca de US \$5.900 dólares por tonelada.¹¹⁶

Gráfico 18: *Evolução do preço dos grãos de cacau no mercado global*



Para além dos investidores que procuram lucros a curto prazo, este acentuado aumento do preço dos grãos de cacau provocou uma mudança significativa nas políticas de aquisição de matérias-primas das empresas do setor do cacau. O aumento dos preços alterou as estratégias nacionais da Indonésia e da Malásia, países que outrora produziam grandes quantidades de grãos de cacau, mas que têm assistido a um declínio na sua produção.

Muitas empresas globais do setor do cacau partiram em busca de novos fornecedores de matéria-prima para se protegerem do risco, modificando as suas cadeias de valor, que estavam excessivamente dependentes da África Ocidental. A América do Sul e a Ásia estão a atrair a atenção como novos fornecedores.¹¹⁷ Por exemplo, a empresa malaia Guan Chong Bhd., uma empresa global do setor do cacau, que produz manteiga de cacau e cacau em pó, transferiu as suas importações de grãos de cacau da África Ocidental para o Equador, o Perú e a Indonésia, num esforço para garantir um abastecimento estável.¹¹⁸

Na Indonésia, outrora o terceiro maior país produtor de cacau do mundo, muitos agricultores trocaram o cacau pela palma oleaginosa, em busca de culturas mais rentáveis do que o cacau, e a área cultivada de cacau foi reduzida para menos de metade em 10 anos.¹¹⁹ Existe uma situação semelhante na Malásia, onde a área cultivada de cacau foi reduzida de 247.000 hectares para 6.000 hectares, tendo grande parte sido substituída por palmeira oleaginosa e durião.¹²⁰ No entanto, tanto a Indonésia como a Malásia têm uma forte presença na indústria de transformação do cacau e, nos últimos anos, exportaram uma grande quantidade de cacau para a União Europeia, o maior mercado.

¹¹⁶ <https://www.icco.org/statistics/>.

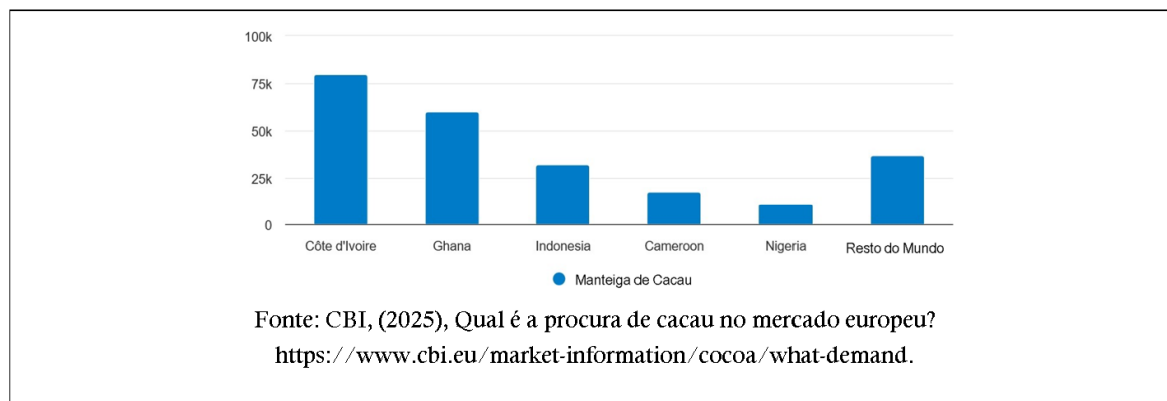
¹¹⁷ <https://www.confectionerynews.com/Article/2025/05/09/cocoa-supply-chains-shift-why-latin-america-and-asia-are-key-to-stabilising-global-chocolate-production/>.

¹¹⁸ <https://www.bloomberg.com/news/articles/2024-03-20/asia-s-biggest-cocoa-grinder-hunts-for-beans-amid-supply-panic>.

¹¹⁹ Associação Asiática do Cacau, (2024), *The Asian Cocoa Paper*, p. 2.

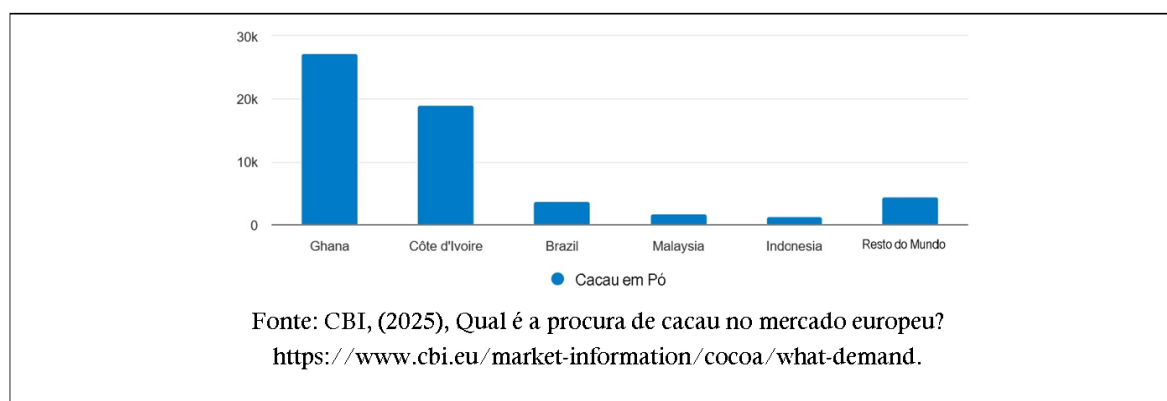
¹²⁰ <https://www.theborneopost.com/2025/01/20/malaysia-wants-to-be-key-cocoa-beans-producer-in-asia-again/>.

Gráfico 19: Os 5 principais exportadores de manteiga de cacau para o mercado da UE (toneladas)



Recentemente, a Malásia tem incentivado os agricultores a reproduzir o cacau, uma vez que os lucros do setor de transformação do cacau estão a ser pressionados pelo aumento vertiginoso do preço de importação dos grãos de cacau. O governo da Malásia organizou um grande fórum internacional em maio de 2025 para promover a reprodução do cacau e o estabelecimento de parcerias comerciais.¹²¹

Gráfico 20: Os 5 principais exportadores de cacau em pó para o mercado da UE (toneladas)



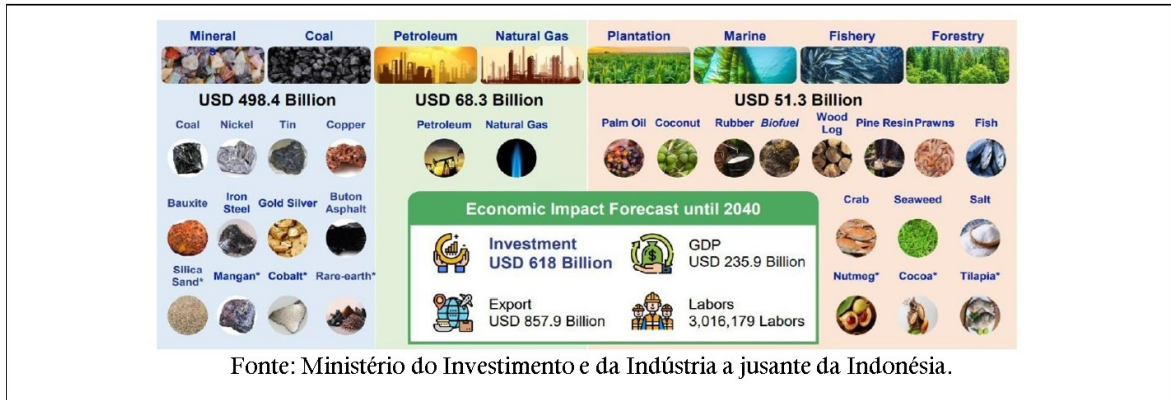
O governo indonésio está também a trabalhar para revitalizar a produção nacional de cacau. Na Indonésia, a área cultivada de óleo de palma é de 3,3 milhões de hectares, enquanto a área cultivada de cacau é de 1,3 milhões de hectares. No entanto, as receitas anuais são de US \$1,3 mil milhões de dólares para o cacau, contra US \$1,2 mil milhões de dólares para o óleo de palma. O governo anterior incentivou a promoção da produção de cacau através de um fundo financiado por impostos sobre as exportações de óleo de palma.¹²² Esta política foi mantida pelo atual governo, que incentiva o replantio de 10.000 hectares como medida para revitalizar as plantações de cacau¹²³. Em dezembro de 2024, o governo indonésio divulgou um Roteiro Estratégico de Investimento a jusante, designando 18 *commodities* para industrialização prioritária, incluindo o cacau.

¹²¹ <https://www.theborneopost.com/2025/01/20/malaysia-wants-to-be-key-cocoa-beans-producer-in-asia-again/>.

¹²² <https://en.antaranews.com/news/318243/indonesia-plans-double-cacao-oil-palm-production-throughreplantio>.

¹²³ <https://www.brecorder.com/news/40348430/indonesia-seeks-to-replant-120000-hectares-palm-oil-up-to-10000-hectarescocoa-plantation>.

Figura 7: Roteiro estratégico de investimento no setor a jusante na Indonésia



Tendo em conta a situação acima descrita, a **primeira medida a tomar no âmbito da política industrial de Timor-Leste deve ser direcionada para o aumento da produção e comercialização de cacau o mais rapidamente possível. O investimento na produção de cacau não deve ser considerado um complemento, mas sim um setor de igual ou maior importância do que a produção de café.** Em entrevistas com agricultores que produzem cacau, ficou-se a saber que, mesmo que as árvores de cacau deem frutos, estes são descartados, uma vez que não existe tecnologia de fermentação nem locais onde os vender.

Para superar a situação atual, é desejável apoiar uma estratégia nacional e não apenas apoiar o atual CCT. **Numa perspetiva de política industrial, é necessário promover fortemente a atração de IDE para o setor do cacau. Um dos pontos-chave na atração de IDE é atrair empresas relacionadas com o cacau que possuam tecnologia, em vez de investidores que procurem simplesmente lucros a curto prazo.** Existem empresas globais de transformação de cacau na Malásia e na Indonésia, como a Guan Chong Bhd., e **o objetivo inicial deve ser estabelecer uma cadeia de valor para enviar grãos de cacau em bruto a estas empresas a preços de mercado a granel.**

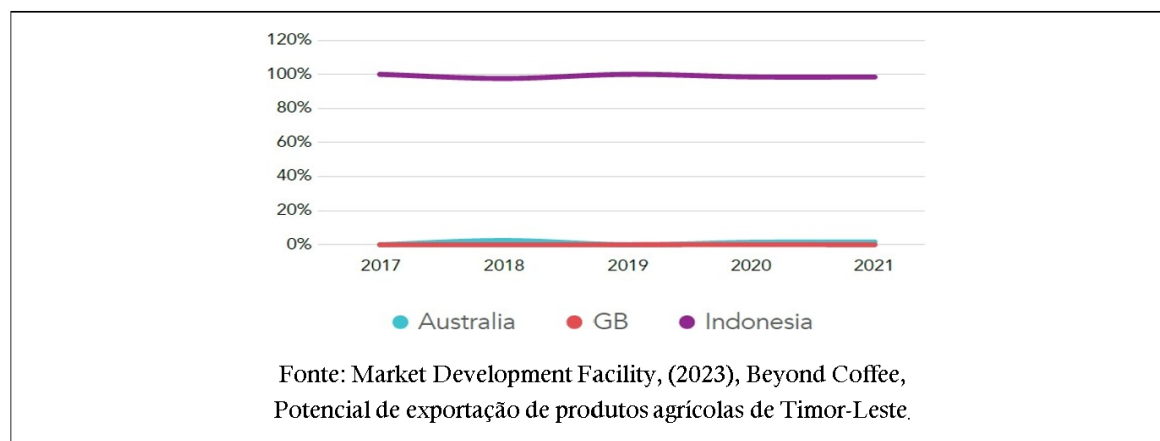
Na União Europeia foi aprovado o Regulamento relativo aos produtos livres de desflorestação, que exige que as empresas comprovem que os seus produtos não provêm de terras recentemente desflorestadas. Este regulamento exige a rastreabilidade dos produtos de cacau. Em África, há muitos casos em que não é claro quem produziu os produtos de cacau e existe a preocupação de que esta lei possa se tornar um obstáculo às exportações para a União Europeia. Isto não é apenas um problema para outros países, mas também uma preocupação para Timor-Leste.

Após estabelecer a comercialização da produção de cacau, o ideal é conseguir produzir grãos de cacau a um preço premium/biológico e, no futuro, processar os grãos de cacau em Timor-Leste. Nas exportações para países desenvolvidos, como a UE, as certificações de Comércio Justo, Rainforest e Biológico são altamente valorizadas, e os subsídios para a obtenção dessas certificações são considerados uma medida industrial eficaz.

4.2.5. Baunilha

Em Timor-Leste, alguns doadores prestam assistência técnica de curto prazo sobre métodos de produção e transformação da baunilha,¹²⁴ mas ainda não foi estabelecido um sistema de produção estável para a baunilha. Os dados públicos sobre a produção de baunilha são limitados, e não há números precisos sobre o número de agricultores envolvidos na produção de baunilha ou sobre o volume de produção em Timor-Leste. Tal como acontece com o cacau, a produção de baunilha está centrada na CCT e no fornecimento de mudas aos seus membros. **Em 2022, a CCT exportou 3 toneladas de baunilha recolhida junto dos seus membros para a Indonésia.**¹²⁵ Há registos de exportações no valor de US \$580.000 dólares americanos em 2023.¹²⁶ **A baunilha produzida em Timor-Leste é, alegadamente, exportada quase na totalidade para a Indonésia. Apenas uma pequena parte é exportada para a Austrália e outros países**¹²⁷. As vagens de baunilha podem ser transformadas em produtos como baunilha em pó e xarope de baunilha, mas estes produtos transformados não são fabricados em Timor-Leste.

Gráfico 21: Tendência das exportações de baunilha em Timor-Leste



Para determinar se a promoção da produção de baunilha irá impulsionar a economia global de Timor-Leste e contribuir para o futuro desenvolvimento do setor industrial, é necessário analisar cuidadosamente o contexto do mercado da baunilha e avaliar com cautela as tendências recentes do mercado global. **Embora existam algumas variações nas projeções numéricas das diferentes empresas de investigação, todas concordam que se prevê um crescimento do mercado global da baunilha.** Por exemplo, a empresa de investigação norte-americana Market Research Future projetou que a dimensão do mercado em 2023 seria de US \$1,4 mil milhões de dólares, US \$1,46 mil milhões de dólares em 2024 e US \$2,02 mil milhões de dólares até 2032.¹²⁸ No entanto, mesmo que se possa esperar um crescimento no mercado da baunilha, a realidade é que, noutros países produtores de baunilha, esse crescimento não conduz necessariamente à prosperidade dos agricultores.

¹²⁴ <https://www.ilo.org/resource/news/empowering-timor-leste%E2%80%99s-vanilla-farmers-through-intensive-training>.

¹²⁵ <https://en.tatoli.tl/2022/09/27/cct-exports-21-tons-of-vanilla-and-cloves-to-indonesia/11/>.

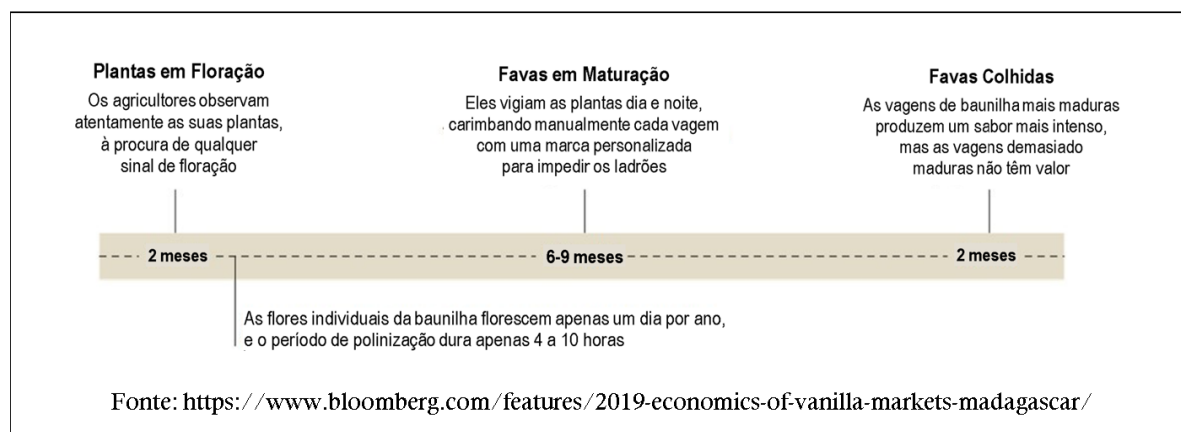
¹²⁶ <https://tradingeconomics.com/east-timor/exports/indonesia/vanilla-beans>.

¹²⁷ Market Development Facility, (2023), «Beyond Coffee, Agri-commodities export potential from Timor-Leste», p. 12.

¹²⁸ <https://www.marketresearchfuture.com/reports/vanilla-market-7806>.

A baunilha tem sido, há muito tempo, o segundo condimento mais caro do mundo, logo a seguir ao açafrão.¹²⁹ Em 2000, quando um ciclone assolou Madagáscar, a escassez de oferta provocou um aumento acentuado dos preços, com a baunilha a atingir os US \$400 dólares por quilograma. Esta situação levou Madagáscar e outros países produtores de baunilha a aumentar a produção, o que resultou num excesso de oferta. Em 2005, o preço da baunilha tinha descido para US \$20 dólares por quilo, levando os agricultores da Indonésia – então o maior produtor mundial – a mudar para outras culturas e a reduzir rapidamente. Desde então, Madagáscar tornou-se o maior produtor mundial de baunilha.¹³⁰ Em 2017, outro ciclone devastou os campos de baunilha de Madagáscar. Na altura, a crescente procura de baunilha nas economias emergentes, combinada com o ciclo de crescimento de três anos da baunilha, levou a expectativas de escassez de oferta, fazendo com que os preços subissem de US \$20 dólares por quilograma para US \$600 dólares por quilograma.¹³¹ Este aumento acentuado dos preços da baunilha trouxe riqueza temporária a alguns, mas também levou a uma deterioração significativa da segurança¹³² uma vez que os agricultores sofreram com o trabalho extraordinário exigido pela produção de baunilha, roubos de colheitas e várias formas de fraude.¹³³

Figura 8: O processo de colheita da baunilha em Madagáscar



Em 2023, as exportações de baunilha de Madagáscar foram de 30% para os Estados Unidos, 29% para a França e 11,3% para os Países Baixos¹³⁴, tornando o mercado norte-americano extremamente importante para Madagáscar. **Muitas empresas globais estão a reavaliar a sua dependência de Madagáscar como única fonte de abastecimento de baunilha e pretendem estabelecer uma cadeia de abastecimento diversificada que possa obter baunilha de diversos países**, como a Indonésia. Em 2023, Madagáscar representava aproximadamente 42% da produção global de baunilha, enquanto a Indonésia representava 25%.

¹²⁹ <https://www.prestigeonline.com/sg/lifestyle/wine-plus-dine/the-most-expensive-and-flavourful-spices-in-the-world/>.

¹³⁰ Banco Mundial, (2021), *Guia sobre o Cultivo Sustentável da Baunilha*, p. 13.

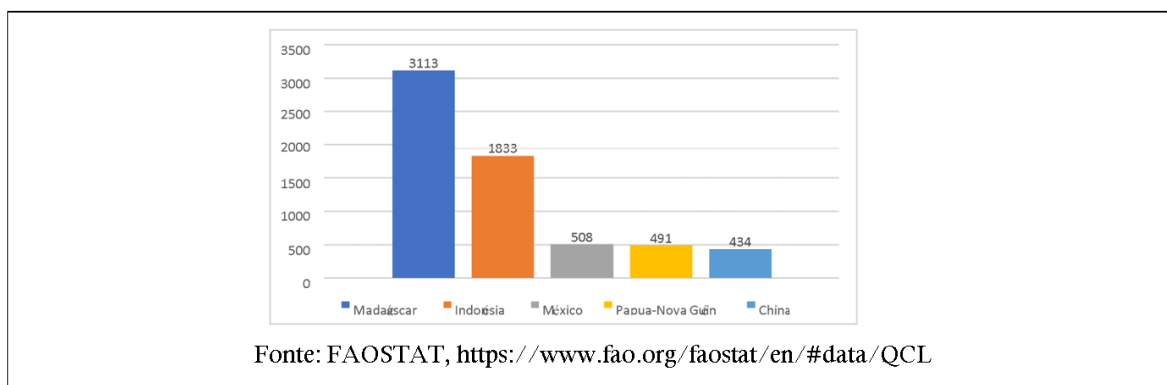
¹³¹ <https://www.bloomberg.com/features/2019-economics-of-vanilla-markets-madagascar/>.

¹³² <https://globe.asahi.com/article/11915123>.

¹³³ <https://jp.reuters.com/article/world/-idUSKCN1T803U/>.

¹³⁴ <https://trendeconomy.com/data/h2/Madagascar/0905>.

Gráfico 22: Produção de baunilha por país em 2023 (toneladas)



O governo malgaxe estabeleceu um preço mínimo para as exportações de baunilha em 2019, com o objetivo de estabilizar o preço volátil da baunilha no mercado. A partir de 2020, foi fixado um preço mínimo de US \$350 dólares americanos por quilograma, mas as críticas internacionais aumentaram devido ao facto de esse preço mínimo não refletir os desequilíbrios entre a oferta e a procura no mercado nem as diferenças de qualidade, o que levou a uma diminuição do número de clientes de Madagascar.¹³⁵ Consequentemente, o governo malgaxe aboliu o preço mínimo em 2023, o que levou a uma queda nos preços de mercado. Atualmente, o governo malgaxe mantém, de forma não oficial, um preço mínimo de US \$50 a US \$70 dólares por quilograma e proíbe as exportações a preços inferiores, o que tem suscitado críticas pela falta de transparência nas suas operações administrativas.¹³⁶ Em 2024, os preços da baunilha foram reportados como estando abaixo de US \$100 dólares por quilograma para produtos de alta qualidade.¹³⁷ Recentemente, os EUA, um importante parceiro comercial, anunciaram planos para impor uma tarifa de 15% sobre as importações provenientes de Madagascar, suscitando preocupações quanto a graves prejuízos para a economia malgaxe.¹³⁸

A baunilha exportada da Indonésia representou aproximadamente 65% do total das exportações para os EUA em 2022, seguida pela Alemanha e pelos Países Baixos, que, em conjunto, representaram apenas cerca de 15%. Dominando o mercado, os EUA anunciaram que irão impor uma tarifa de 19% sobre as importações provenientes da Indonésia, que se mostra preocupada com o potencial impacto desta medida.¹³⁹

A produção de baunilha é um processo de mão-de-obra intensiva que requer polinização manual durante um breve período de floração. A colheita deve esperar seis a nove meses após a polinização¹⁴⁰. Além disso, a cultura deve ser protegida contra roubos durante este período, tornando-a uma cultura de custos elevados. Dada a sua necessidade de elevada pluviosidade, pode valer a pena considerar se Timor-Leste, com a sua estação seca rigorosa, é adequado para o cultivo de baunilha.

¹³⁵ <https://monchynaturalproducts.com/news/vanilla-global-market-report-july-2024/>.

¹³⁶ <https://cooksvanilla.com/blogs/news/vanilla-market-report-march-2025>.

¹³⁷ <https://www.helvetas.org/en/switzerland/how-you-can-help/follow-us/blog/environment/Three-Things-You-Didnt-KnowAbout-Vanilla-and-International-Development>.

¹³⁸ <https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/07/further-modifying-the-reciprocal-tariff-rates/>.

¹³⁹ <https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/07/further-modifying-the-reciprocal-tariff-rates/>.

¹⁴⁰ <https://www.foodunfolded.com/article/how-is-vanilla-grown>.

Os preços, outrora elevados, baixaram, e tem sido relatado que a cultura não é rentável devido à procura elevada e sustentada.¹⁴¹ Se for esse o caso, é provável que o incentivo da Indonésia para importar baunilha de Timor-Leste diminua. **A baunilha é uma matéria-prima importante para grandes produtores industriais de cereais e de gelados, que procuram a baunilha como matéria-prima em vez de produtos transformados.** Por conseguinte, é difícil esperar que a promoção da indústria transformadora impulse a produção de baunilha ou que a baunilha seja vista como uma mercadoria promissora para Timor-Leste.

4.2.6. Sorgo

Atualmente, o sorgo é produzido apenas em pequenas quantidades em Timor-Leste e não é muito conhecido pelo público. O sorgo foi introduzido em Timor-Leste através do comércio por volta do século XV ou XVI e chegou a ser amplamente cultivado em todo o país, mas foi substituído pelo milho após a introdução deste.¹⁴² **Nos últimos anos, o sorgo tem sido reavaliado pelo seu elevado valor nutricional¹⁴³ e o Governo realizou estudos sobre o seu potencial.¹⁴⁴ Estão a surgir várias iniciativas para aumentar a produção de sorgo, com o objetivo de revitalizar a economia rural,¹⁴⁵ e melhorar a qualidade das refeições escolares.¹⁴⁶** No entanto, não existe apoio de doadores especificamente destinado ao sorgo. Não existem dados oficiais sobre o sorgo em Timor-Leste. Embora existam grupos de agricultores que produzem sorgo, estes não se organizaram formalmente em cooperativas.

De acordo com a Secretaria de Estado das Cooperativas (SECOOP), o sorgo é atualmente produzido em áreas como a região entre os Municípios de Liquiçá e Bobonaro e no Município de Manufahi. Previa-se que as primeiras colheitas em 2025 tenham produzido aproximadamente 300.000 toneladas. O Governo não tenciona exportar sorgo, mas está a considerar o consumo interno para refeições escolares e outros fins, e planeia expandir significativamente a área de cultivo. A SECOOP iniciou uma campanha de sensibilização em grande escala para o sorgo desde o início de 2025, realizando atividades para informar os intervenientes agrícolas sobre, por exemplo, a produção de pão à base de sorgo,¹⁴⁷ e está a avançar com os procedimentos para reconhecer formalmente os grupos de produtores de sorgo como uma cooperativa.

O sorgo tem vindo a ganhar rapidamente destaque em todo o mundo como um cereal importante. Embora não seja muito conhecido na Ásia, é um dos cinco principais cereais classificados na espécie *Panicoideae*,¹⁴⁸ juntamente com a cana-de-açúcar e o milho.¹⁴⁹ Em África, o sorgo é o ingrediente principal do cuscuz, um alimento básico.¹⁵⁰

¹⁴¹ <https://jakartaglobe.id/business/despite-looming-tariffs-indonesias-vanilla-still-in-demand-in-us-market>.

¹⁴² James J. Fox, (2003), «*Inspirando-se no passado para preparar o futuro: responder aos desafios da segurança alimentar em Timor-Leste*», Centro Australiano de Investigação Agrícola Internacional, p. 107.

¹⁴³ <https://health.clevelandclinic.org/sorghum-benefits>.

¹⁴⁴ <https://en.tatoli.tl/2022/12/27/chstl-and-moaf-launched-the-result-of-sorghum-in-timor-leste/16/>.

¹⁴⁵ <https://en.tatoli.tl/2024/04/26/wfps-deputy-regional-director-for-asia-and-the-pacific-visits-a-sorghum-farming-plot-inmaliana/19/>.

¹⁴⁶ <https://en.tatoli.tl/2023/02/16/horta-investment-in-agriculture-is-required-to-meet-quality-food-in-the-programa-de-alimentação-escolar/07/>

¹⁴⁷ <https://secoop.gov.tl/?p=2778&lang=en>.

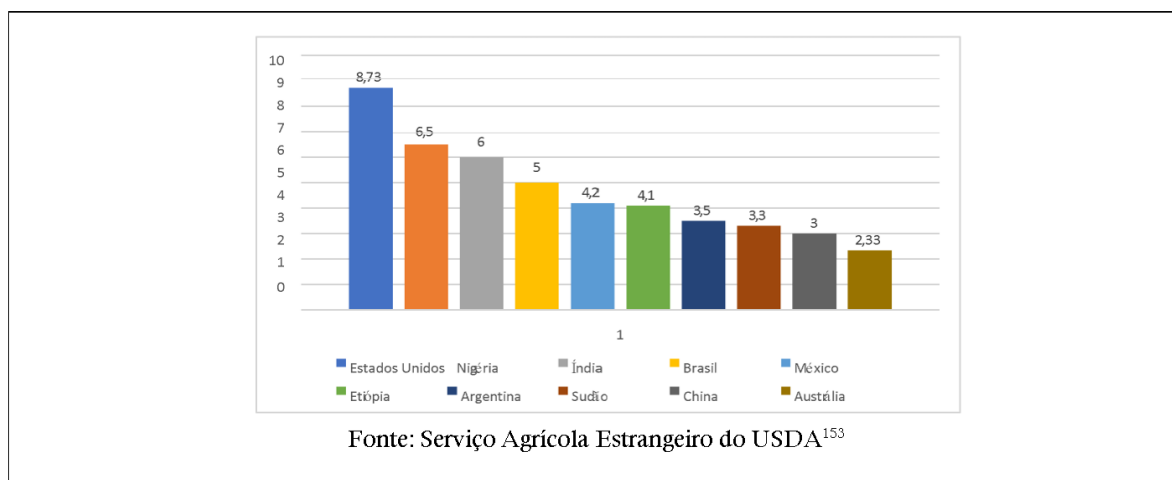
¹⁴⁸ <https://www.agronomy.k-state.edu/extension/crop-production/grain-sorghum.html>.

¹⁴⁹ <https://www.schaer.com/en-us/a/sorghum-flour>.

¹⁵⁰ <https://www.sorghumcheckoff.com/sorghum-101/around-the-globe/>.

Existem várias razões pelas quais o sorgo está a ganhar destaque. Em primeiro lugar, trata-se de uma cultura resiliente às alterações climáticas. O sorgo é tolerante à seca e às altas temperaturas e possui raízes profundas e caules robustos, o que o torna resistente ao vento e à chuva. Estudos recentes demonstraram que o sorgo tem efeitos benéficos na melhoria do solo.¹⁵¹ Além disso, o sorgo é uma cultura económica e de baixo custo de produção, devido ao baixo custo das sementes e à sua resistência às pragas. Várias investigações recentes demonstraram que a incorporação do sorgo na rotação de culturas com culturas como o milho e a soja pode aumentar a produtividade destas culturas.¹⁵² **O ambiente em Timor-Leste é adequado para o cultivo do sorgo, permitindo a sua colheita apenas três meses após a sementeira. Pode ser colhido tanto na estação seca como na estação chuvosa, permitindo, teoricamente, três colheitas por ano.**

Gráfico 23: Produção de sorgo por país em 2024 (milhões de toneladas)



De acordo com um relatório, o tamanho do mercado global de sorgo foi de US \$10,8 mil milhões de dólares em 2023 e prevê-se que cresça a uma taxa composta de crescimento anual (CAGR) de 4,2% até 2030, atingindo US \$14,5 mil milhões de dólares em 2030.¹⁵³ Os EUA são o maior produtor mundial de sorgo, seguidos pela Nigéria e pela Índia, países com uma população numerosa. O sorgo pode ser utilizado para fabricar vários produtos, incluindo a farinha de sorgo sem glúten,¹⁵⁴ que é bem conhecida, e o xarope de sorgo,¹⁵⁵ que é utilizado como adoçante. Em África, a cerveja à base de sorgo é popular,¹⁵⁶ e, recentemente, a Pertamina, a empresa petrolífera estatal da Indonésia, estava a desenvolver biocombustíveis utilizando sorgo em colaboração com a empresa automóvel japonesa Toyota.¹⁵⁷

¹⁵¹ <https://innovativegenomics.org/news/crop-of-the-future-sorghum/>

¹⁵² <https://www.sorghumcheckoff.com/agronomy-insights/sorghum-in-2025-low-seed-costs-resilience-and-crop-rotationbenefits/>

¹⁵³ <https://www.globenewswire.com/news-release/2024/08/16/2931589/28124/en/Sorghum-Global-Relatório-estratégico-do-setor-2023-2030-Aumento-da-procura-por-bebidas-alcoólicas-e-integração-nas-tendências-alimentares-à-base-de-plantas-expandem-as-oportunidades-de-mercado.html>

¹⁵⁴ <https://www.schaer.com/en-us/a/sorghum-flour>

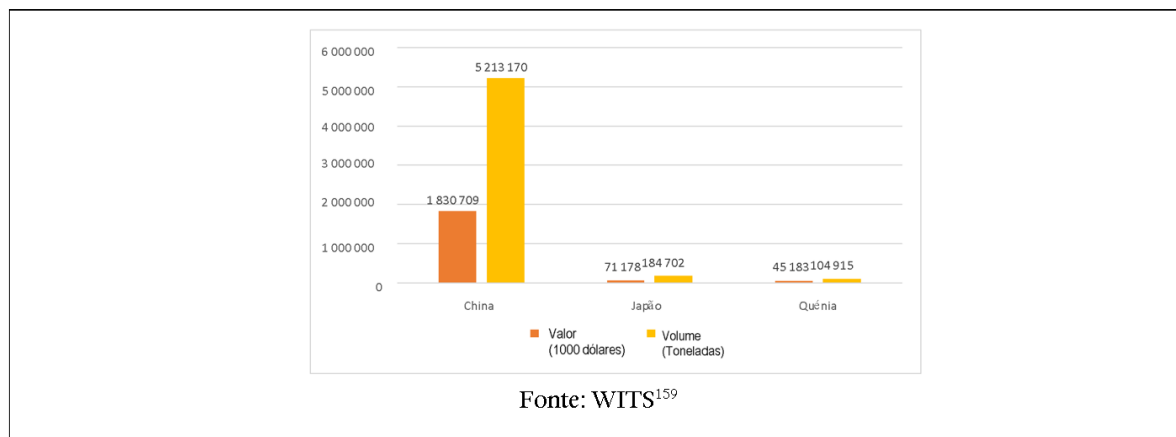
¹⁵⁵ <https://www.greendoorgourmet.com/post/what-is-sorghum-syrup>

¹⁵⁶ <https://farmersreviewafrica.com/sorghum-beer-the-beer-that-celebrates-africas-rich-cultural-heritage/>

¹⁵⁷ <https://www.thejakartapost.com/front-row/2024/07/30/pertamina-and-toyota-collaborate-on-100-bioethanol-trials-atgiias-2024.html>

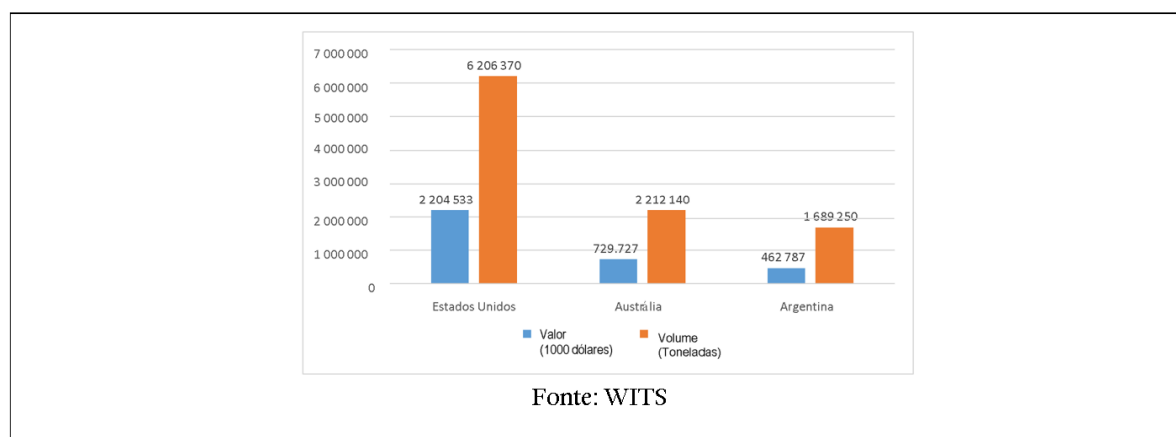
A China, o maior importador de sorgo do mercado mundial, adquiriu uma quantidade avultada, destinada principalmente à alimentação do gado.¹⁵⁸

Gráfico 24: Importações de sorgo por país em 2023



Os EUA, o maior exportador de sorgo no mercado global, exportaram 80% a 90% do sorgo para a China. No entanto, devido às recentes tensões entre os dois países, os EUA estarão, alegadamente, a considerar desviar as suas exportações de sorgo para a Índia.¹⁵⁹

Gráfico 25: Exportações de sorgo por país em 2023



Tem-se verificado um desenvolvimento notável na produção de sorgo na Indonésia, que constitui um exemplo instrutivo para Timor-Leste. Na Indonésia, o sorgo era uma cultura negligenciada, mas uma mulher da pequena ilha de Adolana, na província de Nusa Tenggara Oriental, próxima de Timor-Leste, introduziu o sorgo nas ilhas vizinhas e tornou-o o cereal representativo de Nusa Tenggara Oriental. Nusa Tenggara Oriental é uma das regiões mais pobres da Indonésia. As ilhas que rodeiam a ilha de Adolana têm um ambiente hostil, com terreno seco e íngreme, o que dificulta o cultivo de culturas como o arroz, o que tem sido um grande desafio para os agricultores.¹⁶⁰ No entanto, em 2020, existiam 217 ha de campos de sorgo em Nusa Tenggara Oriental capazes de produzir duas colheitas por ano, com um rendimento médio de 4 toneladas por hectare, contribuindo significativamente para a economia

¹⁵⁸ <https://grains.org/pet-food-presents-value-added-market-for-u-s-sorghum-in-china/>.

¹⁵⁹ <https://www.realagriculture.com/2025/05/india-presents-a-big-opportunity-for-us-sorghum-exports/>.

¹⁶⁰ <https://rsisinternational.org/journals/ijriss/articles/exploring-the-reality-of-poverty-in-east-nusa-tenggara-indonesia-asociological-approach/>.

local.¹⁶¹ Em 2022, o ex-presidente Joko Widodo ordenou o desenvolvimento de uma plantação de sorgo em grande escala, abrangendo 115.000 ha na Ilha de Waingapu, em Nusa Tenggara Oriental,¹⁶² como parte da política do governo indonésio para aumentar a autossuficiência agrícola e reduzir as importações de arroz e trigo.¹⁶³

A Heineken, que opera em Timor-Leste, lançou a iniciativa «*Brewing a Better World*» e está a implementar ativamente uma política de abastecimento local.¹⁶⁴ Por exemplo, na Nigéria, a filial da Heineken, a *Nigeria Breweries*, adquire sorgo a agricultores nigerianos para produzir cerveja, e a *Guinness Nigeria Brewery*, uma filial da Guinness, também adquire sorgo na Nigéria para produzir cerveja¹⁶⁵. Na Serra Leoa, a subsidiária da Heineken, a *Sierra Leone Brewery Limited*, adquire sorgo a agricultores locais para produzir cerveja.¹⁶⁶ A Heineken em Timor-Leste também se informou sobre a possibilidade de fornecer sorgo aos produtores, mas o pedido foi recusado devido à incapacidade de produzir as grandes quantidades de sorgo exigidas pela Heineken, tendo as negociações cessado desde então. Em comparação com os desafios enfrentados pela produção de sorgo em Nusa Tenggara Oriental para encontrar clientes devido aos custos de transporte, não seria sensato desistir facilmente de uma grande oportunidade de negócio sem problemas de acesso. **Em Timor-Leste, é desejável estabelecer urgentemente um sistema de produção e construir uma cadeia de valor que possa abastecer a produção de cerveja com matérias-primas de origem local.**

Tendo em conta as circunstâncias acima referidas, a principal prioridade do Governo é apoiar a criação de sistemas de produção de sorgo, facilitar o acesso dos produtores à maquinaria agrícola e prestar a assistência técnica necessária, nomeadamente no que diz respeito à rotação de culturas, com culturas como o milho. **A médio e longo prazos, é importante centrar-se não só nos aspetos nutricionais do sorgo, como as refeições escolares, mas também no seu potencial comercial. Isto inclui o estabelecimento de um sistema de produção capaz de fornecer sorgo com a qualidade e a quantidade necessárias para satisfazer as necessidades de empresas como Heineken. Para promover a produção orientada para a exportação, atrair para os parques industriais empresas capazes de produzir farinha e xarope de sorgo é uma opção viável.**

4.2.7. Abacate

De acordo com a FAO, a **produção de abacate em Timor-Leste ascende a aproximadamente 4.400 toneladas por ano durante a estação das chuvas**. O abacate é cultivado principalmente em regiões como Ermera e Aileu. Embora o abacate tenha sido introduzido em Timor-Leste por doadores como um alimento local rico em nutrientes,¹⁶⁷ nunca foi reconhecido como uma cultura comercial promissora e tem recebido pouco apoio governamental. O abacate produzidos em Timor-Leste não é exportado, mas comercializado no mercado interno a preços baixos. Parte

¹⁶¹ Universidade e Centro de Investigação de Wageningen, (2024), *Reintrodução e Expansão do Sorgo na Província de Nusa Tenggara Oriental, Indonésia*, p. 9.

¹⁶² <https://setkab.go.id/en/president-jokowi-sorghum-can-be-alternative-food-source/>.

¹⁶³ <https://www.channelnewsasia.com/asia/it-will-be-just-rice-why-indonesia-turns-sorghum-alternative-staple-food-3166476>.

¹⁶⁴ <https://www.heinekencambodia.com/our-value-chain-and-un-sdgs>.

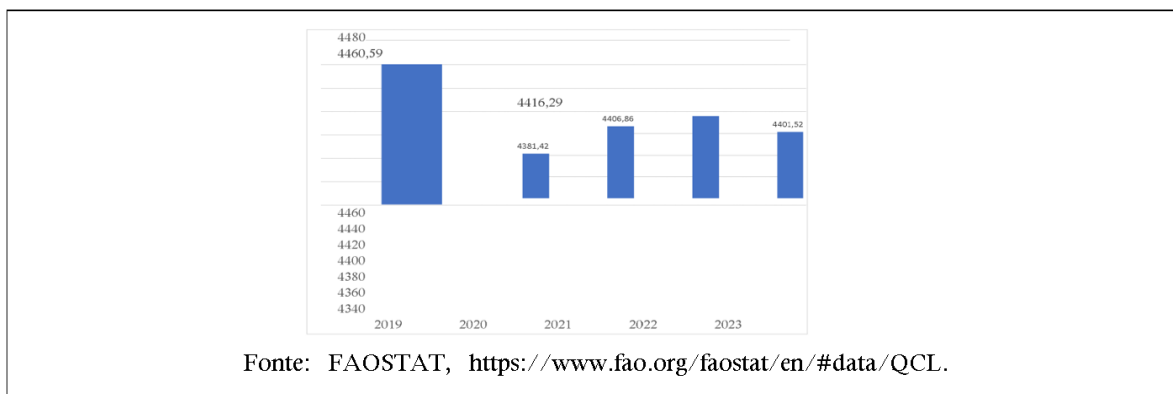
¹⁶⁵ Akinyoade A., Kazimierzczuk A.H., Ekumankama O. Agbaje T., Dietz A.J., (2020), *Cadeia de valor do sorgo na Nigéria: estudo exploratório*, p. 2.

¹⁶⁶ <https://eucord.org/wp-content/uploads/2014/01/Heineken-Sierra-Leone-case.pdf>.

¹⁶⁷ Food Plant Solutions, (2018), *Potentially Important Food Plants of Timor-Leste*, p. 44.

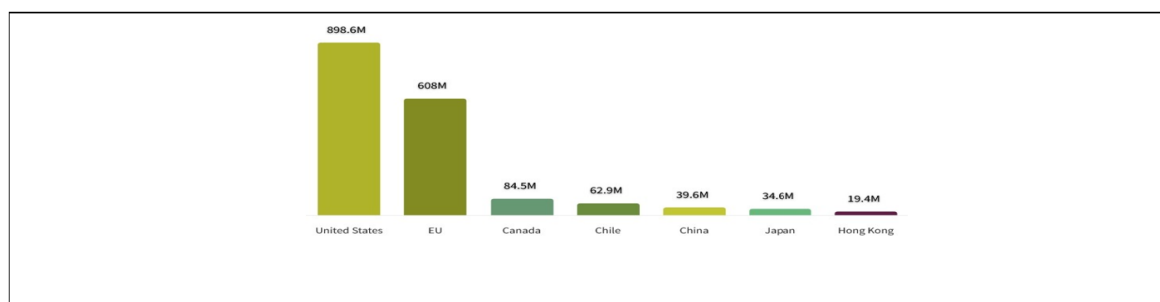
da produção é utilizada como ingrediente para sumos e chá feito a partir das folhas, destinado aos turistas. Um inquérito recente aos produtores de abacate revelou que o abacate não é reconhecido como uma cultura comercial rentável para os agricultores. Um representante de uma associação de agricultores, após consultar a comunidade local, afirmou que, se o abacate pudesse ser vendido a preços mais elevados, considerariam exportá-lo.

Gráfico 26: *Evolução da produção de abacate em Timor-Leste (toneladas)*



Embora o abacate não receba muita atenção em Timor-Leste, tornou-se um dos produtos mais destacados no mercado global. De acordo com um relatório publicado conjuntamente pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e segundo a FAO, **prevê-se que, até 2030, o abacate ultrapasse o ananás e a manga como uma das frutas mais comercializadas do mundo.**¹⁶⁸ O mercado global do abacate é um mercado enorme e em rápido crescimento, com um valor de US \$19,37 mil milhões de dólares em 2024, que se prevê que aumente para US \$21,32 mil milhões de dólares em 2025, com uma taxa de crescimento anual composta (CAGR) de 10,1%.¹⁶⁹ Os EUA dominam o mercado global de abacate em termos de importações e consumo. A procura por abacate está a crescer rapidamente na China e no Japão.¹⁷⁰ A UE também importa um número significativo de abacate, com os Países Baixos a servirem de centro de distribuição, reexportando abacate dos Países Baixos para outros países da União Europeia, como a Alemanha e a França.¹⁷¹

Gráfico 27: *Principais países importadores de abacate em 2024 (toneladas)*



¹⁶⁸ OCDE-FAO, (2021), *Agricultural Outlook 2021-2030*, OECD Publishing, p. 235.

¹⁶⁹ <https://www.globenewswire.com/news-release/2025/03/25/3049034/0/en/Avocados-Market-Report-2025-with-Profiles-of-Major-and-Innovative-Companies-including-Del-Rey-Avocado-Oppy-AustChilli-West-Pak-Avocado-Duclos-Farms-Calavo-GrowersCosta-Westfalia-F.html>.

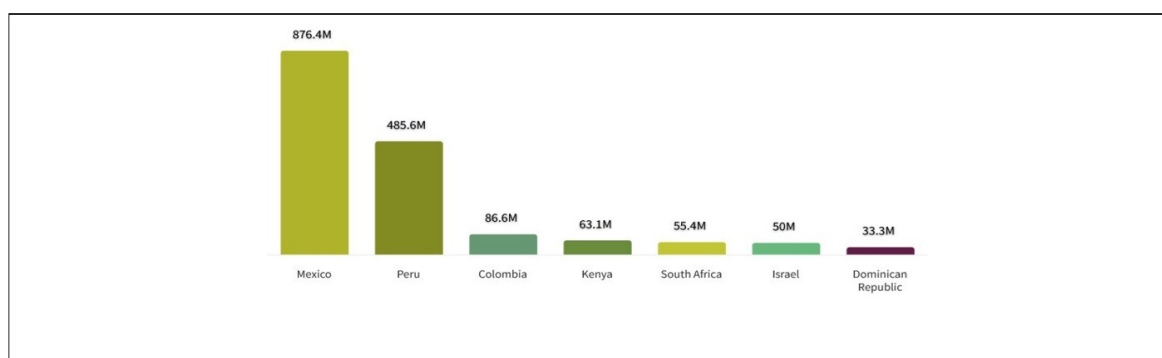
¹⁷⁰ <https://www.fruitnet.com/produce-plus/china-claims-avocado-import-crown/260857.article>.

¹⁷¹ <https://www.tridge.com/stories/the-netherlands-remains-a-central-hub-for-avocado-trade-and-distribution-in-europe>.

¹⁷² <https://hassavocadoboard.com/global-trade-reports/?region=United%20States&weight=kgs>.

No mercado mundial do abacate, o México lidera em termos de volume de produção, exportando 90% do abacate que produz para os EUA.¹⁷³ A OCDE prevê que esta estrutura de mercado irá permanecer praticamente inalterada, prevendo-se que o México aumente ainda mais a sua quota até 2030.¹⁷⁴ **O mercado global do abacate continua a expandir-se devido à crescente procura por parte de países asiáticos, como a China, o Japão e a Coreia do Sul.** Do lado da oferta, a produção está a expandir-se em países africanos, como o Quênia e a África do Sul, e na Oceânia, incluindo a Austrália e a Nova Zelândia.¹⁷⁵

Gráfico 28: Principais países exportadores de abacate em 2024 (toneladas)



Fonte: Hass Avocado Board.

Prevê-se que a atual política aduaneira recíproca dos EUA tenha um impacto significativo na indústria mundial do abacate. Inicialmente, os EUA tinham planeado impor uma taxa de 25% sobre as importações provenientes do Canadá e do México. No entanto, sem qualquer aviso prévio, a política foi alterada. Ao abrigo do Acordo EUA-México-Canadá (USMCA), um acordo de comércio livre assinado em 2020, o abacate proveniente do México continua isento de direitos aduaneiros, enquanto o abacate proveniente de outros países está sujeito a uma tarifa de 10%.¹⁷⁶ Esta política deverá ter um impacto negativo nos países produtores de abacate, como a Colômbia, que dependem fortemente do mercado dos EUA, e aumentou a incerteza no mercado global de abacate.

Existem mais de 500 variedades de abacates. A variedade Hass, conhecida pela sua casca grossa e dura e pelo elevado teor de gordura, e a variedade Fuerte, conhecida pela sua casca fina e elevado teor de água, são as mais famosas. Nos países produtores de abacate, é possível encontrar diversas variedades. No entanto, a maioria dos abacates exportados pertence à variedade Hass. A sua casca espessa e dura, resistente a pragas, torna-a adequada para o transporte.¹⁷⁷

O mercado japonês de abacate depende quase inteiramente das importações. Embora a pandemia da COVID-19 tenha provocado um declínio nas importações, o Japão tinha sido anteriormente o maior importador da Ásia. O mercado japonês de abacate está agora a recuperar

¹⁷³ <https://www.cnn.com/2024/08/17/why-90percent-of-the-us-avocado-supply-comes-from-mexico-.html>.

¹⁷⁴ OCDE-FAO, (2021), *Agricultural Outlook 2021-2030*, Publicações da OCDE, p. 235.

¹⁷⁵ <https://essfeed.com/top-10-avocado-oil-producing-countries-in-the-world-in-2025-top-10-avocado-oil-producing-countries-in-the-world-in-2025/>.

¹⁷⁶ <https://mexicobusiness.news/agribusiness/news/mexicos-avocado-exports-maintain-0-tariff-underusmca>.

¹⁷⁷ <https://camposdelabuelo.com/en/blogs/novedades/el-aguacate-mas-popular-de-todos-el-hass>.

de forma constante, com produtores de outras regiões além do México a intensificarem os seus esforços para exportar os seus produtos. Atualmente, apenas o abacate da variedade Hass é autorizado para importação para o Japão, sendo a maioria proveniente do México. Além disso, o Japão importa abacate do Peru, dos EUA, da Nova Zelândia, da Austrália e do Chile.¹⁷⁸ As importações da Austrália aumentaram 148 vezes nos últimos cinco anos.¹⁷⁹ Em 2023, as importações de abacate das Filipinas foram recentemente aprovadas, com as importações a terem início em 2024. Estão em curso negociações para o levantamento das restrições à importação com o Quênia.¹⁸⁰

O Quênia, o maior produtor de abacate de África, tem tradicionalmente exportado a maior parte do abacate que produz para o mercado da UE. Em 2022, as exportações para a China foram aprovadas e, inicialmente, os volumes de exportação aumentaram. No entanto, as exportações de abacate do Quênia para a China caíram significativamente em 2024,¹⁸¹ e o Quênia concentra-se agora na expansão das exportações para outros mercados, como a Índia.¹⁸² A procura da China diminuiu, supostamente porque o abacate do Quênia não consegue competir com o abacate do México e do Peru em termos de preço e qualidade.¹⁸³ Entretanto, as exportações da África do Sul – o segundo maior produtor de abacate de África – para a China foram aprovadas em 2023 e tiveram início em 2024, dando início a um esforço a nível nacional para reforçar as exportações de abacate.¹⁸⁴

Olhando para a Oceânia, tanto o governo australiano¹⁸⁵ como o governo neozelandês¹⁸⁶ demonstraram apoio às suas exportações de abacate para a Ásia, a fim de impulsionar a próspera indústria de exportação de abacate. **No meio das rápidas mudanças globais, é importante reconhecer que Timor-Leste está a ficar para trás na atualização das suas informações sobre o abacate.**

O óleo de abacate é um produto típico fabricado a partir do abacate. O mercado global de óleo de abacate está em crescimento. Os relatórios indicam que atingirá US \$610,5 milhões de dólares em 2024, crescendo a uma taxa composta anual de 4,2% para atingir US \$886 milhões de dólares em 2033.¹⁸⁷ No mercado global de óleo de abacate, o México e o Quênia detêm as maiores quotas, mas os países africanos e da Oceânia também produzem óleo de abacate. Em 2025, a empresa global *Del Monte Produce Inc.* adquiriu uma unidade de produção de óleo de abacate no Uganda e entrou no mercado.¹⁸⁸ Na Etiópia, a *Sunvado Manufacturing Plc.*, uma

¹⁷⁸ <https://www.freshelaexporters.com/avocado/imports/japan>.

¹⁷⁹ <https://news.nissyoku.co.jp/flash/1144116>.

¹⁸⁰ https://www.maff.go.jp/j/syouan/syokubo/keneki/k_yunyu/kenya_01.html.

¹⁸¹ <https://www.freshplaza.com/north-america/article/9620357/kenyan-avocado-trade-with-china-flourishes-through-ciie/>.

¹⁸² <https://farmonaut.com/africa/kenyan-avocado-exports-to-china-plummet-analyzing-global-market-shifts-perspetivas-futuras>.

¹⁸³ <https://serrarigroup.com/kenya-avocado-exports-to-china-fall-by-80-an-in-depth-analysis/>.

¹⁸⁴ <https://www.sanews.gov.za/business-south-africa-world/first-shipment-south-african-avocados-arrive-china>.

¹⁸⁵ O Governo australiano lançou e está a financiar o projeto de acesso ao mercado e desenvolvimento comercial do abacate (2024–2029).

<https://horticulturetrade.com.au/australia-secures-grant-to-grow-avocado-exports-to-southeast-asia/>.

¹⁸⁶ O governo da Nova Zelândia lançou e está a financiar a Parceria de Crescimento Primário «New Zealand Avocados Go Global». <https://www.mpi.govt.nz/funding-rural-support/primary-growth-partnerships-pgps/completed-pgp-programmes/newzealand-avocados-go-global/>.

¹⁸⁷ <https://www.openpr.com/news/4051174/avocado-oil-market-is-projected-to-reach-usd-886-0-million-by2033>.

¹⁸⁸ <https://www.foodbusinessafrica.com/fresh-del-monte-expands-into-avocado-oil-with-avolio-acquisition/>.

empresa financiada por capital holandês e local, estabeleceu uma fábrica de óleo de abacate no Parque Agroindustrial em 2019 e está a adquirir abacate de 30.000 pequenos agricultores para conduzir os seus negócios. Além disso, a *YBM Trading Plc*, uma empresa fundada em 2021 com capital local e uma fábrica no Parque Agroindustrial está a adquirir abacate de 21 cooperativas agrícolas e de mais de 40.000 pequenos agricultores¹⁸⁹. De acordo com um relatório da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), a comercialização do óleo de abacate na Etiópia está a contribuir para o aumento do rendimento dos pequenos produtores de abacate.¹⁹⁰

Timor-Leste possui solos adequados para a produção de abacate e, dada a rápida expansão do mercado global, é desejável estabelecer um sistema de exportação de abacate. Para exportar abacate fresco, o controlo de qualidade é importante, uma vez que o abacate é suscetível a pragas. Uma das principais razões para o sucesso do México nas exportações de abacate é a existência de acordos de comércio livre. O acesso ao mercado dos EUA sem tarifas é possível graças ao USMCA. O abacate mexicano pode aceder ao mercado japonês sem tarifas aduaneiras graças ao Acordo entre o Japão e os Estados Unidos Mexicanos para o Fortalecimento da Parceria Económica. **Do ponto de vista da política industrial, a celebração ativa de acordos económicos com países parceiros comerciais reveste-se de grande importância. Mesmo que seja difícil estabelecer uma presença na produção de abacate fresco, atrair IDE para a produção de óleo de abacate, tal como em Uganda e na Etiópia, poderia ser considerada uma das principais opções.**

4.2.8. Cravo-da-Índia

O cravo-da-índia é originário das Ilhas Molucas, na Indonésia, que se situam geograficamente perto de Timor-Leste.¹⁹¹ **Em Timor-Leste**, foi plantado em zonas como Aileu durante o período da ocupação indonésia.¹⁹² Os dados oficiais sobre o cravo-da-índia são escassos, e nem sempre é claro quantos agricultores estão envolvidos na sua produção ou qual a quantidade produzida. No entanto, **relatórios indicam que mais de 3.000 pessoas estão envolvidas na produção de cerca de 10 toneladas de cravo-da-índia por ano.**¹⁹³ O cravo-da-índia, tal como a baunilha, é produzido através de um sistema em que a CCT fornece mudas aos seus membros, compra o cravo-da-índia colhido a um preço fixo e o exporta. **Desde 2016 que a CCT tem vindo a exportar quase a totalidade do volume de cravo-da-índia para os principais produtores industriais de produtos alimentares dos EUA, com o apoio da Associação Nacional de Empresas Cooperativas *CLUSA International*, nos EUA.**¹⁹⁴ No entanto, há relatos de que cravo-da-índia é exportado para Singapura, Indonésia e Índia através de outras empresas comerciais.¹⁹⁵ Em 2025, com a cooperação do governo da Nova Zelândia, a CCT exportou

¹⁸⁹ <https://www.freshelaexporters.com/avocado/oil/ethiopia>.

¹⁹⁰ <https://ipp.unido.org/solution/agro-food-park-linkage-small-holder-farmers-avocado-value-chain>.

¹⁹¹ <https://www.linkedin.com/pulse/cloves-conquest-story-indonesias-maluku-islands-dutch-faisalul-hakim-elirc/>.

¹⁹² Adam Sendall & Luis Gusmão, TOMAK, (2018), *Análise da Cadeia de Valor das Especiarias em Timor-Leste*, p. 12.

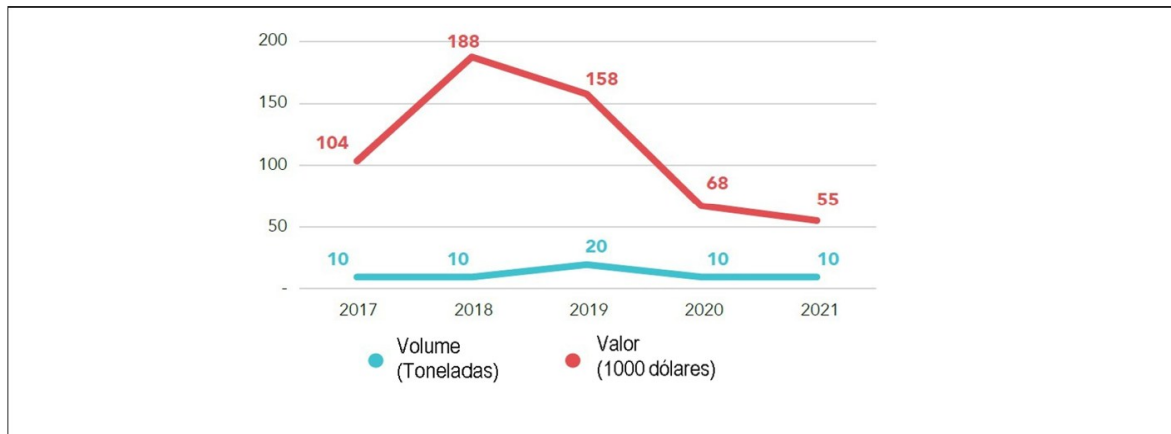
¹⁹³ Market Development Facility, (2023), *Beyond Coffee, Potencial de exportação de produtos agrícolas de Timor-Leste*, p. 18.

¹⁹⁴ <https://ncbaclusa.coop/blog/east-timor-exports-cloves-for-the-first-time-through-ncba-clusas-usda-agriculturedevelopment-project/>.

¹⁹⁵ Adam Sendall & Luis Gusmão, TOMAK, (2018), *Análise da Cadeia de Valor das Especiarias em Timor-Leste*, p. 15.

cravo-da-índia não só para os EUA, como também para a França e a Índia¹⁹⁶. Mas a produção de cravo-da-índia ainda não se tornou uma fonte estável de rendimento para Timor-Leste.

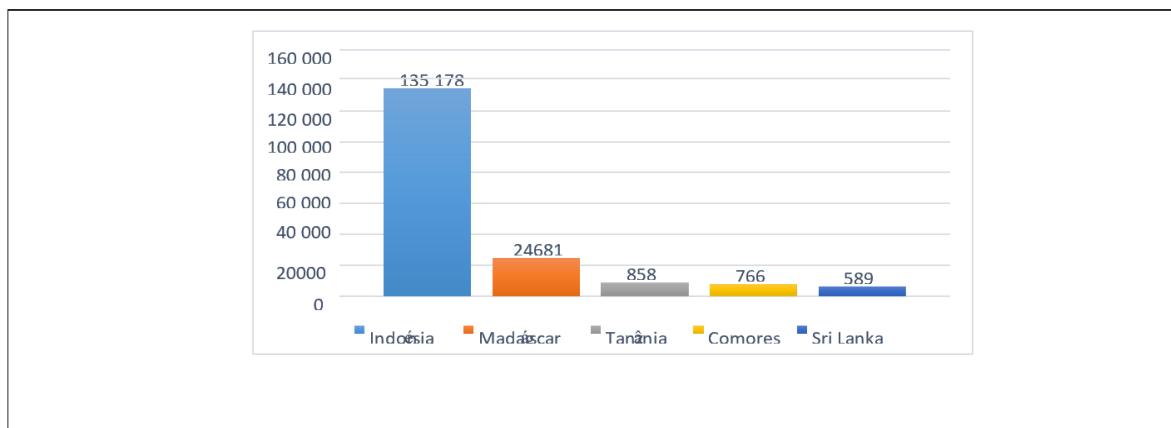
Gráfico 29: Tendência das exportações de cravo-da-índia em Timor-Leste



Fonte: Market Development Facility¹⁹⁷

No que diz respeito ao mercado global de cravo-da-índia, várias empresas de investigação publicaram previsões de mercado, com valores que variam consideravelmente, mas **todas as empresas antecipam um crescimento constante**. Uma empresa de investigação dos EUA estima que o mercado global de cravo-da-índia atingirá US \$414,2 milhões de dólares até 2025, com uma taxa de crescimento anual composta (CAGR) superior a 5%, atingindo US \$637,2 milhões de dólares até 2035.¹⁹⁸ De acordo com dados da FAO de 2023, a Indonésia foi o país com a maior produção de cravo-da-índia.

Gráfico 30: Produção de cravo-da-índia por país em 2023 (toneladas)



Fonte: FAOSTAT¹⁹⁹

De acordo com dados do Banco Mundial, em 2023, a Indonésia era o maior importador mundial de cravo-da-índia, mas Madagáscar era o maior exportador. Isto reflete uma característica do mercado do cravo-da-índia na Indonésia, onde 33,8% dos adultos são fumadores (de cigarros de cravo-da-índia) – uma taxa superior à de muitos outros países. Várias grandes empresas de

¹⁹⁶ <https://www.tip.mci.gov.tl/id-id/site/display/1357>.

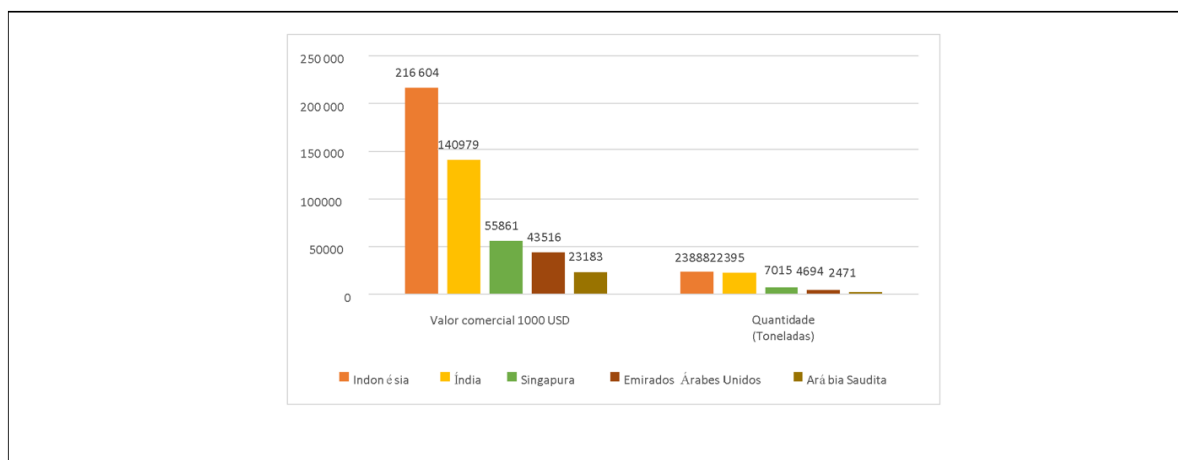
¹⁹⁷ Market Development Facility, (2023), *Beyond Coffee, Potencial de exportação de produtos agrícolas de Timor-Leste*.

¹⁹⁸ <https://www.futuremarketinsights.com/reports/cloves-market>.

¹⁹⁹ <https://www.fao.org/fastat/en/#data/QCL>

tabaco estabeleceram uma indústria oligopolística na Indonésia,²⁰⁰ adquirindo 90% do cravo-da-índia produzido internamente para utilização como matéria-prima no *kretek*, um tipo de cigarro.²⁰¹

Gráfico 31: Principais países importadores de cravo-da-índia em 2023



Fonte: World Integrated Trade Solution²⁰²

No mercado global de cravo-da-índia, a Índia está a ganhar destaque como produtora e consumidora, e não há dúvida de que o mercado de cravo-da-índia está em expansão. No entanto, o mercado de cravo-da-índia enfrenta desafios significativos, como as alterações climáticas e a volatilidade dos preços.²⁰³

A principal região produtora de cravo-da-índia, a Indonésia, conta com muitos agricultores que produzem esta especiaria, mas, devido à natureza sensível do cravo-da-índia às condições climáticas, a produção tem vindo a diminuir nos últimos anos.²⁰⁴ A produção de cravo-da-índia na Indonésia em 2023 diminuiu cerca de 25% em comparação com 2010 e, na verdade, muitos agricultores abandonaram o cultivo desta especiaria.²⁰⁵ Recentemente, os preços do cravo-da-índia têm permanecido instáveis, caindo de 150.000 rupias (aproximadamente US \$9 USD) por quilograma em 2024 para 80.000 rupias (aproximadamente US \$4,8 USD) por quilograma, recuperando depois para 115.000 rupias (aproximadamente US \$6,9 USD) por quilograma em 2025.²⁰⁶

²⁰⁰ Fundação para o Desenvolvimento da Indonésia, (2023), A Economia do Tabaco e dos seus Produtos de Valor Acrescentado, p. 7.

²⁰¹ Banco Mundial, (2017), A Economia do Cultivo do Cravo-da-índia na Indonésia, p. 11.

²⁰² <https://wits.worldbank.org/trade/comtrade/en/country/ALL/year/2023/tradeflow/Imports/partner/WLD/product/090700>.

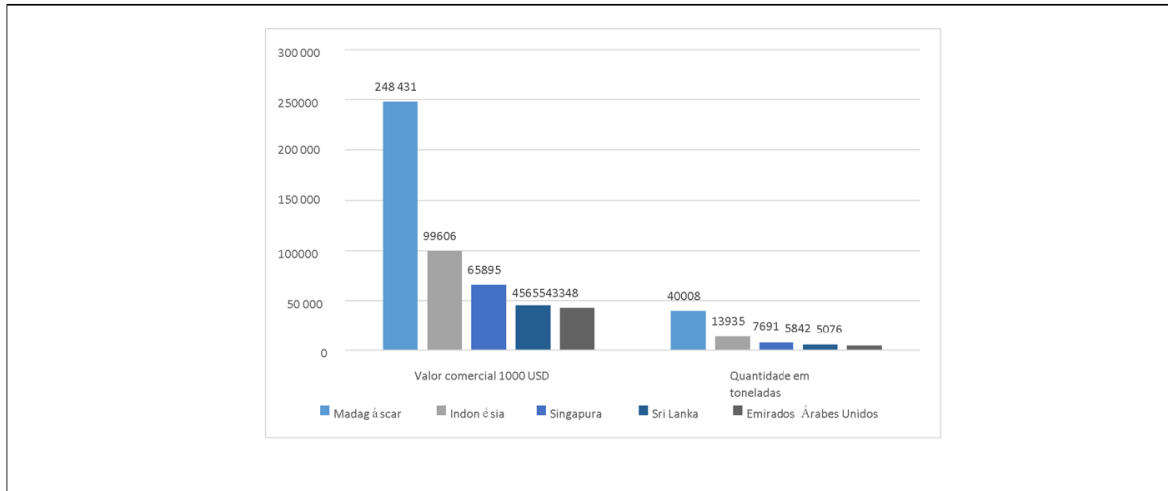
²⁰³ <https://essfeed.com/the-future-of-the-cloves-industry-predictions-for-the-next-decade-the-future-of-the-cloves-industry-predictions-for-the-next-decade/>.

²⁰⁴ <https://earthjournalism.net/stories/clove-farmers-in-indonesias-spice-islands-face-increasing-uncertaintyin-a-changing-climate>.

²⁰⁵ <https://www.ndtv.com/world-news/climate-change-threatens-indonesias-historic-clove-farms-8311687>.

²⁰⁶ <https://www.france24.com/en/live-news/20250502-climate-change-takes-spice-from-indonesia-clove-farms>.

Gráfico 32: Principais países exportadores de cravo-da-índia em 2023



Fonte: World Integrated Trade Solution²⁰⁷

O cravo-da-índia é utilizado como ingrediente em condimentos, como o ketchup, como óleo de cravo e como matéria-prima para a Ayurveda, uma medicina tradicional indiana.²⁰⁸ Entre estes, os produtos que poderiam ser transformados e exportados por Timor-Leste são o óleo de cravo, que possui um nicho de mercado, e algumas empresas já iniciaram a produção em Timor-Leste.²⁰⁹ Os principais produtores de óleo de cravo no mercado global são a Índia, a Indonésia e Madagáscar, enquanto os principais importadores são os EUA, a Índia e Singapura.²¹⁰

No que diz respeito à exportação de cravo-da-índia como matéria-prima, um fator importante para o sucesso é a capacidade de Timor-Leste conseguir clientes na indústria do tabaco da Indonésia, que constitui um importante mercado de proximidade. Dada a diminuição da produção interna na Indonésia, é difícil conseguir novos clientes nesse país que possam abastecer-se de cravo-da-índia no mercado interno. Tendo em conta o impacto das alterações climáticas, poderá ser difícil expandir significativamente a produção. Além disso, o mercado norte-americano enfrenta o desafio de superar os aumentos de custos decorrentes das atuais políticas de taxas aduaneiras, enquanto o mercado da União Europeia tem de competir com Madagáscar, que se encontra geograficamente mais próximo. Do ponto de vista económico, parece difícil considerar o cravo-da-índia como uma mercadoria promissora para Timor-Leste.

Na perspetiva da promoção da indústria transformadora orientada para a exportação, poderá valer a pena considerar a atração de produtores industriais globais de molhos para a criação de fábricas no parque industrial, com vista à produção e exportação, tirando partido dos investimentos ESG (Ambiental, Social e de Governação).²¹¹ No entanto, dada a recente

²⁰⁷ <https://wits.worldbank.org/trade/comtrade/en/country/ALL/year/2023/tradeflow/Exportações/parceiro/WLD/produto/090700>

²⁰⁸ <https://www.medicalnewstoday.com/articles/320768#risks-side-effects-and-considerations>.

²⁰⁹ <https://www.aroraaromatics.com/timor-leste/clove-oil/>.

²¹⁰ <https://www.volza.com/p/clove-oil/import/>.

²¹¹ Segundo a UE, a definição de ESG é «um quadro ou um conjunto de critérios para avaliar a sustentabilidade e o impacto ético de um investimento ou de uma empresa, centrando-se em três domínios: ambiental, social e de

contração geral dos investimentos ESG²¹², poderá ser difícil identificar potenciais investidores significativos do setor privado para o cravo-da-índia.

4.2.9. Algas Marinhas

As algas marinhas em Timor-Leste são produzidas principalmente na Ilha de Ataúro, a cerca de 35 km de Díli. Existem dados oficiais limitados sobre a produção de algas marinhas em Timor-Leste, e não é claro quantos produtores estão ativamente envolvidos nem as quantidades exatas que produzem. Um relatório sugere que existem mais de 1.200 produtores de algas marinhas na Ilha de Ataúro,²¹³ e que, durante o ano de pico de 2017, foram exportadas mais de 300 toneladas de algas marinhas.

Gráfico 33: Evolução das exportações de algas marinhas em Timor-Leste



Fonte: Market Development Facility²¹⁴

No entanto, é relatado que os níveis de produção atuais estão significativamente abaixo do nível de pico.²¹⁵ Existem mais de 200 grupos de produtores de algas marinhas na Ilha de Ataúro. Alguns relatórios indicam que as exportações são realizadas através de quatro empresas, incluindo empresas indonésias.²¹⁶ **O ambiente marinho em torno da Ilha de Ataúro parece adequado para o cultivo de algas marinhas, que não requer fertilizantes nem ração, e que outrora era colhido a cada 40 dias durante todo o ano.** As colheitas recentes diminuíram devido às alterações climáticas e a uma doença conhecida como «Ice-ice».²¹⁷

As algas marinhas produzidas na Ásia representam 98% da produção mundial. A China e a Indonésia são os principais produtores no mercado mundial, sendo que a China representa 56% e a Indonésia 27%.²¹⁸ Na Indonésia, as atividades de retalho, grossista, comercial e financeira da indústria das algas marinhas são principalmente geridas por indonésios de origem chinesa.²¹⁹

governança empresarial». (https://single-market-economy.ec.europa.eu/industry/sustainability/corporate-sustainability-andresponsibility_en).

²¹² <https://www.thecorporategovernanceinstitute.com/insights/news-analysis/is-esg-investing-falling-away/>.

²¹³ Market Development Facility, (2022), *Relatório Anual de 2022*, p. 256.

²¹⁴ Market Development Facility, (2023), *Beyond Coffee, Potencial de exportação de produtos agrícolas de Timor-Leste*.

²¹⁵ Market Development Facility, (2023), *Beyond Coffee, Potencial de exportação de produtos agrícolas de Timor-Leste*, p. 20.

²¹⁶ <https://en.tatoli.tl/2023/03/01/atauru-local-community-group-implements-blue-economy-concept-on-ocean-based-to-boost-economy-diversification/15/>.

²¹⁷ Market Development Facility, (2022), *Relatório Anual de 2022*, p. 256.

²¹⁸ Banco Mundial, (2023), *Relatório Global sobre Algas Marinhas – Mercados Novos e Emergentes 2023*, pp. 2-3.

²¹⁹ Scott Waldron, Zannie Langford, Syamsul Pasaribu, Nunung Nuryartono, Boedi Julianto e Irsyadi Siradjuddin, (2023), *A Indústria das Algas Marinhas na Indonésia*, p. 58.

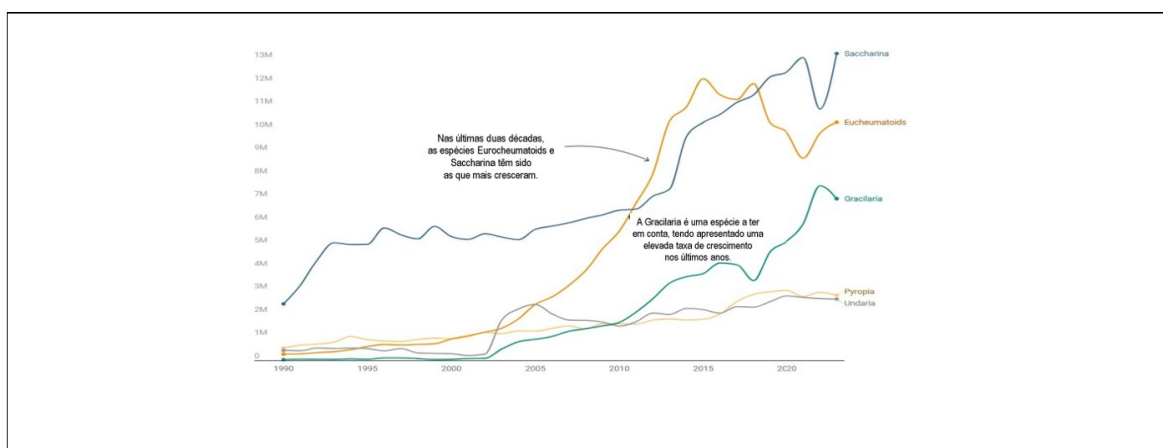
Anteriormente, as transações de algas marinhas na Ilha de Ataúro eram realizadas de acordo com as práticas comerciais informais da Indonésia no âmbito da cadeia de valor desse país.

Na Indonésia, não existem contratos de longo prazo entre coletores – intermediários que compram diretamente dos produtores de algas marinhas – e produtores, e as transações são normalmente realizadas com pagamento à vista.²²⁰ Tais práticas comerciais representam instabilidade para os produtores, levando algumas cooperativas de produtores na Ilha de Ataúro a explorar a possibilidade de estabelecer contratos de longo prazo com os compradores.²²¹

Alguns relatórios atribuem o declínio das exportações de Timor-Leste desde 2019 ao fim das relações comerciais com a China²²² e a dependência excessiva de determinados países acarreta riscos.²²³ No entanto, sem reformas fundamentais, tais como a intervenção governamental para estabelecer novas cadeias de valor, é improvável que a dependência da China se altere, e prevê-se que a situação instável dos produtores se mantenha inalterada.

Existem mais de 11.000 espécies de algas marinhas no mundo, mas atualmente apenas 12 espécies são cultivadas comercialmente, sendo cinco delas as principais variedades.²²⁴ A espécie de alga marinha mais produzida comercialmente no mundo é a Saccharina, uma alga comestível produzida no Japão e na Coreia do Sul. Mas a **principal variedade produzida em Timor-Leste é a Eucheuma Cottonii**²²⁵ A alga Eucheuma é por vezes utilizada para alimentação, mas é principalmente utilizada como matéria-prima para a extração de carragenina, um aditivo alimentar amplamente utilizado para gelificar, espessar e estabilizar alimentos como gelados, geleias e pudins.²²⁶ O mercado global da carragenina atingiu US \$924,74 milhões de dólares em 2023 e prevê-se que cresça a uma taxa composta anual de 5,4% até 2030.²²⁷

Gráfico 34: Comparação da produção de algas marinhas por variedades 1990 – 2023



Fonte: Seaweed Insights²²⁸

²²⁰ Ibid.

²²¹ Market Development Facility, (2024), *Waves of Change: Seaweed's transformative influence in Atauro*, p. 2.

²²² Market Development Facility, (2024), *Beyond Coffee, Potencial de exportação de produtos agrícolas de Timor-Leste*, p. 20.

²²³ Ibid., p. 8.

²²⁴ <https://seaweedinsights.com/global-production/>.

²²⁵ Market Development Facility, (2024), *Waves of Change: A influência transformadora das algas marinhas em Atauro*, p.1.

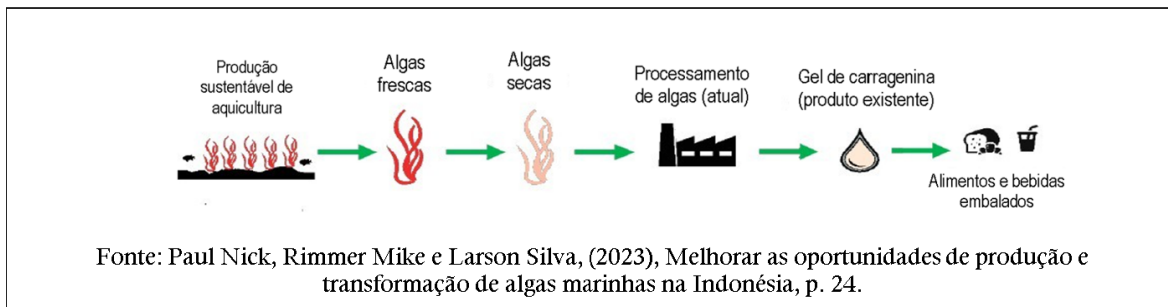
²²⁶ <https://consensus.app/home/blog/what-is-carrageenan-other-names-algas-carastay-chondrus-extract/>.

²²⁷ UNIDO, Resumo da Política de Economia Azul, (2025), *A Indústria de Algas Marinhas da Indonésia como Fonte Chave de Crescimento*, pp. 4-5.

²²⁸ Seaweed Insights, <https://seaweedinsights.com/global-production>

Os produtores de algas marinhas colhem as algas, secam-nas e enviam algas secas, que são transportadas para as fábricas de carragenina através de vários intermediários. Grande parte da carragenina extraída nas fábricas de transformação indonésias é exportada para a China como produtos semiacabados.²²⁹

Figura 9: Fluxo de processamento da carragenina

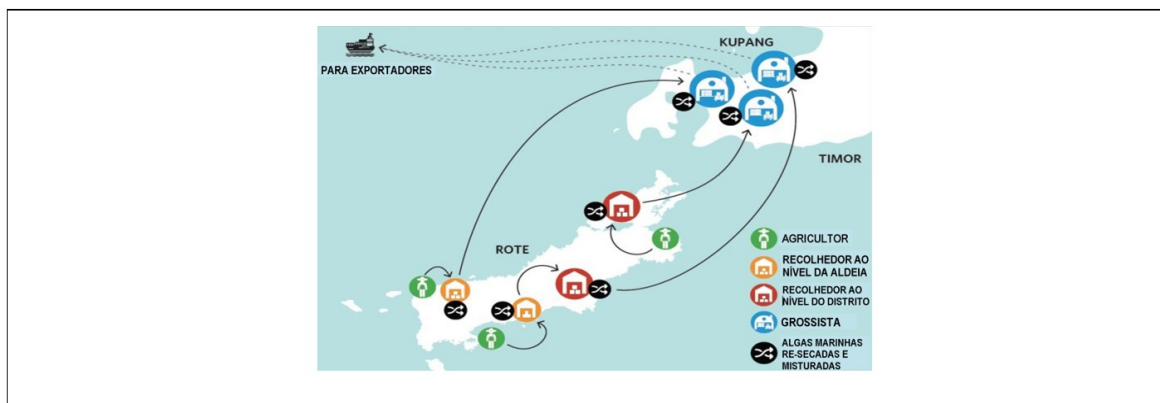


A região de Nusa Tenggara Oriental, onde se situa Timor Ocidental, é a segunda maior área de produção de algas marinhas da Indonésia, a seguir a Sulawesi do Sul, tendo Kupang, em Timor Ocidental, como centro nevralgico.

As algas marinhas recolhidas em Kupang são transportadas para unidades de processamento em Surabaya, na ilha de Java, em Makassar, na ilha de Sulawesi, e em Denpasar, na ilha de Bali, onde é extraída a carragenina.

Quase 90% da carragenina extraída das algas marinhas é exportada para a China, e 40% da carragenina exportada da Indonésia é produzida em fábricas detidas por capital chinês.²³⁰

Figura 10: Cadeia de valor da carragenina 1

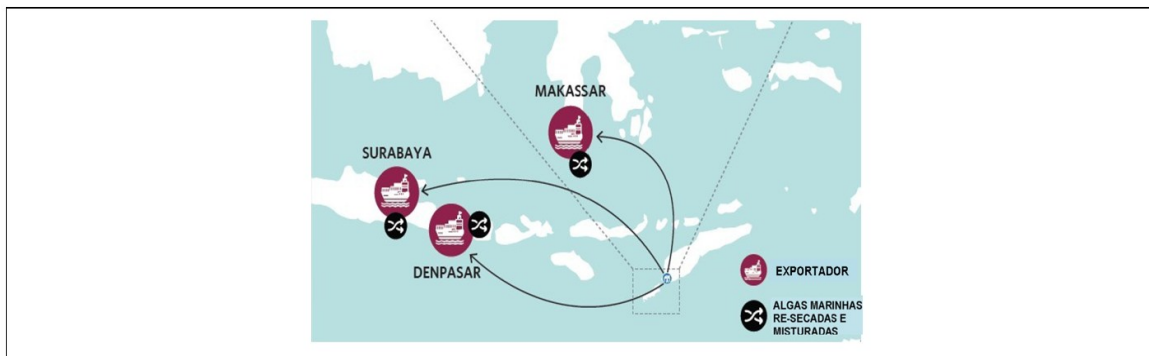


²²⁹ UNIDO, Resumo de Política da Economia Azul, (2025), *A Indústria de Algas Marinhas da Indonésia como Fonte Chave de Crescimento*, pp. 4-5.

²³⁰ Scott Waldron, Zannie Langford, Syamsul Pasaribu, Nunung Nuryartono, Boedi Julianto e Irsyadi Siradjuddin, (2023), *The Indonesian Seaweed Industry*, p. 65

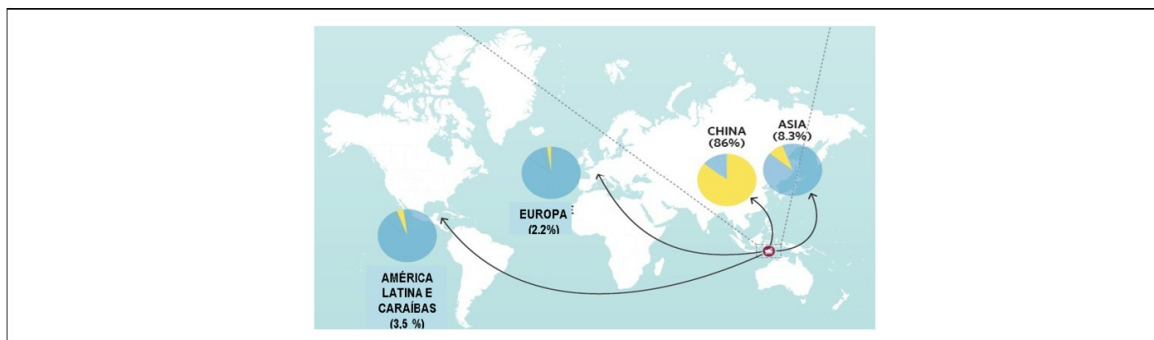
²³¹ Waters, T. J., Lionata, H., Prasetyo Wibowo, T., Jones, R., Theuerkauf, S., Usman, S., Amin, I. e Ilman, M., (2019), «Conservação costeira e meios de subsistência sustentáveis através da aquicultura de algas marinhas na Indonésia», *The Nature Conservancy*, p. 19.

Figura 11: Cadeia de valor da carragenina 2



Fonte: Waters, T. J., Lionata, H., Prasetyo Wibowo, T., Jones, R., Theuerkauf, S., Usman, S., Amin, I. e Ilman, M., (2019)

Figura 12: Cadeia de valor da carragenina 3



Fonte: Waters, T. J., Lionata, H., Prasetyo Wibowo, T., Jones, R., Theuerkauf, S., Usman, S., Amin, I. e Ilman, M., (2019)

Uma vez que a cadeia de valor da carragenina está estruturada em torno da China, enfrenta vários desafios significativos desde a produção até ao processamento. Por exemplo, gera apenas lucros mínimos em relação aos custos de produção e, apesar dos recentes aumentos no volume de produção, os preços de transação têm vindo a diminuir. Além disso, o comércio de algas marinhas envolve uma longa cadeia de abastecimento com conectividade limitada, tornando a rastreabilidade, a estabilidade do mercado e o crescimento a longo prazo um desafio. Por outro lado, o controlo de qualidade das algas marinhas é insuficiente, pelo que não existe diferenciação de preços com base na qualidade, e as transações baseiam-se exclusivamente no peso. A adoção de normas internacionais de certificação de qualidade não avançou muito.²³²

O governo indonésio está a implementar políticas para promover o processamento doméstico de algas marinhas com vista a acrescentar valor, uma vez que 65% das exportações de algas marinhas assumem a forma de algas secas sem qualquer processamento adicional. Um dos aspetos mais problemáticos das políticas anteriores foi a medida de proibir a exportação de algas marinhas em bruto. Tais políticas industriais não baseadas no mercado conduziram a duas questões principais. Em primeiro lugar, criaram pressão para reduzir o valor à saída da exploração dos produtores de algas marinhas que carecem de poder de negociação. Em segundo

²³² UNIDO, Resumo de Política sobre a Economia Azul, (2025), *A Indústria de Algas Marinhas da Indonésia como Fonte Chave de Crescimento*, p. 6.

lugar, aumentaram o risco de contratos de compra ou fornecimento a longo prazo, levando à instabilidade no comércio.²³³

Por outro lado, a política do governo indonésio de promover o processamento nacional de algas marinhas, em conjunto com a sua política de promoção de zonas económicas especiais, atraiu seis fábricas de capital chinês, tais como a *Greenfresh* e a *BLG*. Embora já existisse uma cadeia de valor voltada para a China, os processadores de capital chinês terão procurado estabelecer unidades de processamento perto dos locais de produção de algas marinhas, a fim de minimizar o impacto das políticas protecionistas da Indonésia. Além disso, os incentivos fiscais oferecidos pelas zonas económicas especiais, tais como taxas de imposto preferenciais, foram citados como uma razão fundamental para investir na Indonésia, com vista a reforçar a competitividade internacional.²³⁴ No entanto, embora o capital chinês possa operar em condições favoráveis, os operadores de capital nacional não podem beneficiar destas vantagens, o que cria uma questão complexa.

Em dezembro de 2024, o governo indonésio divulgou um Roteiro Estratégico de Investimento a Jusante, designando 18 *commodities*, incluindo algas marinhas, para industrialização prioritária.

Tendo em conta a atual situação do mercado global das algas marinhas, a análise da produção de algas na Ilha de Ataúro sugere que será difícil encontrar novos canais de comercialização, a menos que se envidem esforços para diversificar as variedades produzidas. No mercado global, existe concorrência com os produtos de algas marinhas já existentes provenientes das Filipinas e da China.²³⁵ É difícil diferenciar com base na qualidade, o que torna complicado aumentar os preços unitários. **Para promover a produção orientada para a exportação e aumentar o volume de transações dos produtores de algas marinhas, uma opção poderia ser atrair estrategicamente processadores de algas marinhas para um parque industrial.**

4.2.10. Konjac

O konjac em Timor-Leste é produzido principalmente no município de Ermera. De acordo com os produtores de konjac, esta planta demora três anos desde a plantação até à colheita e prospera em áreas com flutuações significativas de temperatura, tornando-a adequada para o cultivo em regiões montanhosas de alta altitude. Os dados oficiais sobre o konjac são limitados em Timor-Leste, e os números exatos não são claros. No entanto, um relatório indica que **aproximadamente 1.200 agricultores estão envolvidos na produção de konjac.**²³⁶ O konjac de Timor-Leste chegou a gerar mais de US \$2,5 milhões de dólares em valor no seu auge através das exportações. Esse valor levou a um aumento no número de agricultores a produzir konjac e tornou-o a segunda maior mercadoria depois do café, com o apoio de doadores e do Governo. **A produção de konjac em Timor-Leste destina-se principalmente à exportação, sendo que quase toda a produção era anteriormente exportada para a China.** No entanto, quando a China suspendeu as importações de konjac de Timor-Leste, isso levou a um excesso de stock que fez

²³³ Scott Waldron, Zannie Langford, Syamsul Pasaribu, Nunung Nuryartono, Boedi Julianto e Irsyadi Siradjuddin, (2023), *A Indústria de Algas Marinhas da Indonésia*, p. 64.

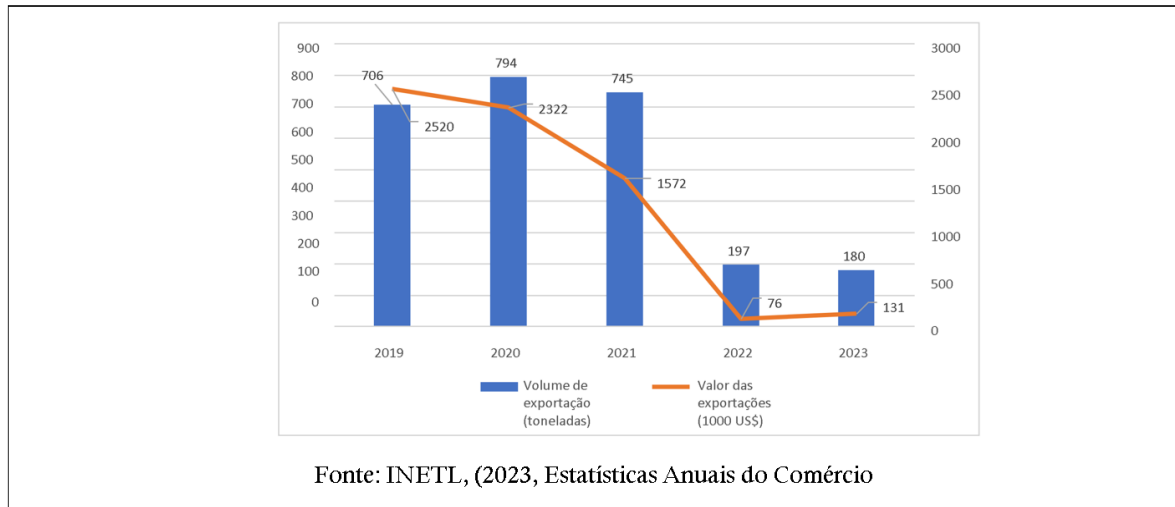
²³⁴ *Ibid.*, p. 65.

²³⁵ *Ibid.*

²³⁶ Market Development Facility, (2023), *Beyond Coffee, Potencial de exportação de produtos agrícolas de Timor-Leste*, p. 11.

com que os preços descessem drasticamente e tornou difícil para muitos agricultores continuarem a produzir konjac.

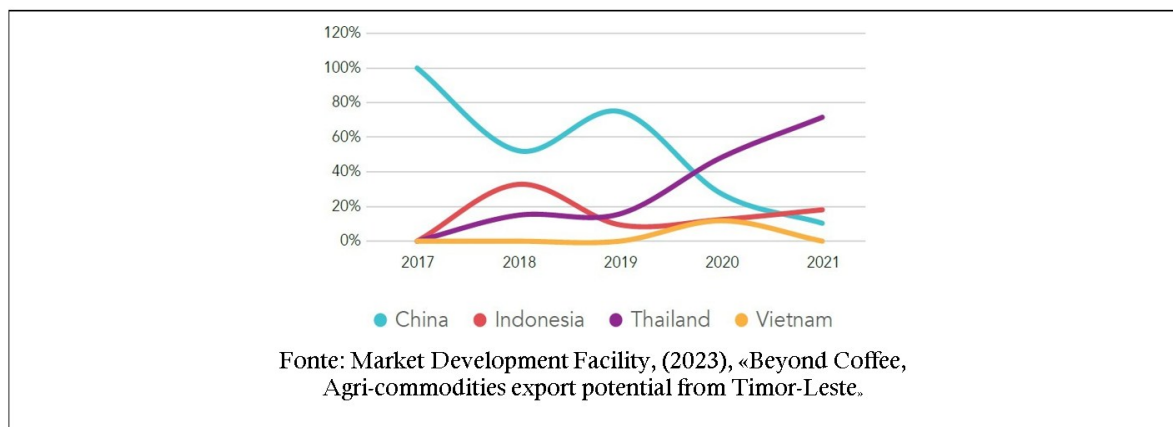
Gráfico 35: Tendência das exportações de konjac em Timor-Leste



Desde que se tornou difícil exportar konjac para a China, têm sido envidados esforços para transferir os destinos de exportação para a Indonésia e a Tailândia, mas as vendas não regressaram aos níveis anteriores.

A China suspendeu as importações de konjac de vários países, incluindo Timor-Leste, em junho de 2020, com base na sua Lei de Segurança Alimentar nacional, que reforçou as medidas de quarentena. Ao mesmo tempo, as importações de produtos de konjac da Indonésia também foram suspensas. A suspensão das importações de produtos de konjac pela China prolongou-se até novembro de 2021, tendo as importações sido retomadas em junho de 2022. No entanto, a medida teve um impacto significativo no mercado global de konjac.²³⁷

Gráfico 36: Evolução das exportações de konjac de Timor-Leste por país (%)



Também na Indonésia, a suspensão das importações de konjac pela China representou um duro golpe para o setor, levando os produtores indonésios de konjac a sofrerem uma queda acentuada nos preços. Para resolver esta questão, o governo indonésio assinou um acordo em agosto de 2023, durante uma cimeira bilateral, para permitir o acesso dos produtos de konjac ao mercado

²³⁷ Canda Nuraini, Ernoiz Antriyandarti, Octaviana Helbawanti, Wahyu Adhi Saputro, (2023), *Impacto da elevação no preço do konjac em meio à restrição de exportação para a China*, p. 2..

chinês.²³⁸ No entanto, é importante notar que a assinatura deste acordo não flexibilizou os requisitos para a exportação de produtos de konjac indonésios para a China. Nos termos do acordo, apenas as empresas registadas recomendadas pelo Ministro da Agricultura da Indonésia estão autorizadas a exportar produtos de konjac indonésios para a China, e deve ser aplicado um controlo de qualidade rigoroso ao longo de todos os processos de produção, transformação, embalagem, armazenamento e transporte. A aprovação das importações fica, em última instância, ao critério das autoridades chinesas.²³⁹

Tendo em conta as circunstâncias acima referidas, **para retomar as exportações em grande escala de konjac para o mercado chinês, Timor-Leste terá de cumprir as normas da Lei de Segurança Alimentar da China, estabelecer um sistema de gestão da produção e expedição de konjac** equivalente ao exigido à Indonésia e implementar um sistema para a realização de inspeções oficiais de qualidade e monitorização da produção. Sem estas medidas, seria difícil atingir a meta de exportação.

O konjac pode ser transformado em vários produtos, incluindo artigos cosméticos como esponjas, mas principalmente na forma de glucomanano, uma fibra solúvel eficaz na perda de peso.²⁴⁰

Consequentemente,²⁴¹ o mercado do konjac nos países desenvolvidos, onde há uma grande preocupação com a saúde, está em expansão. De acordo com a *Infiniti Research Limited*, uma empresa de investigação dos EUA, prevê-se que a dimensão do mercado global do konjac em 2024 seja de US \$454,2 milhões de dólares, com uma CAGR prevista de 8,52% até 2028.²³³

As exportações de konjac japonês têm vindo a crescer rapidamente nos últimos anos. De acordo com o Ministério da Agricultura, Florestas e Pescas do Japão, os volumes de exportação em 2023 aumentaram seis vezes desde 2012.²⁴² A composição dos produtos de konjac exportados do Japão é a seguinte: 60% são macarrão de konjac, sendo os principais destinos de exportação os EUA, Singapura e Hong Kong, com os EUA a representarem 52,2% do total.²⁴³

O processamento do konjac consiste em várias etapas: o processamento primário, em que os produtores colhem o konjac, lavam-no, secam-no e transformam-no em lascas; o processamento secundário, em que as lascas secas são trituradas, as impurezas são removidas e o pó de konjac é produzido; e o processamento terciário, em que o pó de konjac é transformado em produtos finais, como macarrão de konjac e gelatina de konjac, antes de chegar aos consumidores. Neste contexto, Timor-Leste exporta apenas produtos não transformados ou submetidos a transformação primária, uma vez que carece de produtores industriais capazes de realizar a transformação secundária e as etapas subsequentes.

²³⁸ <https://indonesiaatmelbourne.unimelb.edu.au/jokowis-chengdu-visit-new-deals-old-problems/>.

²³⁹ <https://www.foodgacc.com/gacc-aqsiq-ccic-cifer-export-of-indonesian-konjac-powder-to-china>.

²⁴⁰ <https://cnalifestyle.channelnewsasia.com/wellness/konjac-rice-shirataki-weight-loss-song-hye-kyo-347601>.

²⁴¹ <https://www.technavio.com/report/konjac-market-industry-analysis>.

²⁴² <https://www.maff.go.jp/j/seisan/tokusan/attach/pdf/konnyaku-16.pdf>.

²⁴³ <https://asia.nikkei.com/Business/Food-Beverage/Global-konjac-popularity-boosts-Japan-exports-of-low-cal-healthy-root>.

Figura 13: Fluxo de processamento do konjac



Fonte: Site da Henan Baixin Machinery Equipment Co., Ltd.²⁴⁴

As exportações de konjac de Timor-Leste para a China foram suspensas devido ao reforço das medidas de quarentena por parte da China. A consequente queda acentuada nos preços do konjac serve para lembrar que não é sensato depender de um único destino de exportação.²⁴⁵ Há sugestões de que Timor-Leste deveria diversificar os seus destinos de exportação, tirando partido da experiência e do *know-how* adquiridos com as exportações anteriores de konjac e, se possível, reconsiderar a reentrada no mercado chinês.²⁴⁶ No entanto, dada a situação atual da gestão da produção de konjac em Timor-Leste, é difícil cumprir as normas exigidas pela China. Por conseguinte, poderá ser necessário melhorar os sistemas de gestão da produção, enquanto se avançam as negociações bilaterais com a China para chegar a um acordo. Uma vez que a China autorizou as importações de konjac em pó proveniente da Indonésia, seria ideal que Timor-Leste estabelecesse um sistema capaz de realizar a segunda fase de transformação, ou seja, a moagem do konjac.

Na verdade, muitos produtores industriais que extraem carragenina das algas marinhas também produzem pó de konjac. As empresas chinesas *Greenfresh* e *BLG* também produzem pó de konjac. Na Indonésia, existe uma empresa global chamada *AMBICO* que fabrica konjac. **Para Timor-Leste, o comércio com fábricas de propriedade chinesa que possuem unidades de processamento na Indonésia é uma opção realista para obter acesso ao mercado chinês. Ao utilizar as redes destas empresas, poderá ser possível visar mercados como os EUA, onde a procura está a crescer.**

De acordo com o Ministério da Agricultura, Florestas e Pescas do Japão, o país permite, desde 2007, a importação isenta de direitos aduaneiros de konjac não transformado e de produtos de konjac com transformação primária provenientes de países menos desenvolvidos, sendo que Mianmar representa 60% e a Indonésia 40% das importações. O volume das importações de konjac para o mercado japonês tem vindo a diminuir, passando de 642 toneladas em 2013 para 106 toneladas em 2023.²⁴⁷

Ao analisar a produção de konjac em Timor-Leste, é necessário estabelecer um sistema de monitorização pública da qualidade dos produtos agrícolas para promover o reinício da

²⁴⁴ <https://www.bxmachinery.com/solution/smallmedium-output-konjac-processing-line/>

²⁴⁵ Market Development Facility, (2023), *Beyond Coffee, Potencial de exportação de produtos agrícolas de Timor-Leste*, p. 8.

²⁴⁶ *Ibid.*, p. 9.

²⁴⁷ <https://www.maff.go.jp/j/seisan/tokusan/attach/pdf/konnyaku-16.pdf>.

produção de konjac. **Do ponto de vista da política industrial, o objetivo a médio e longo prazo deve ser permitir o processamento secundário doméstico do konjac. Atrair produtores industriais de konjac em pó para parques industriais poderá contribuir para a promoção da produção de algas marinhas.** A curto prazo, as políticas poderiam reforçar as exportações para a Indonésia, tirando partido da adesão à ASEAN, da expansão global através de empresas internacionais com filiais na Indonésia e do desenvolvimento de mercados no Japão e na Coreia do Sul.

4.3. Outras Indústrias Transformadoras em Timor-Leste

4.3.1. Têxteis Tradicionais

O Tais, o tecido tradicional de Timor-Leste, não pode ser visto meramente como um produto industrial. O Tais é um símbolo da identidade do povo de Timor-Leste,²⁴⁸ que deve ser preservado a todo o custo. O Governo designou o dia 11 de dezembro como Dia Nacional do Tais,²⁴⁹ e está a colaborar com ONGs como a *Timor Aid* para promover o Tais.²⁵⁰ Em 2021, o Tais foi selecionado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) como Património Cultural Imaterial que Necessita de Salvaguarda Urgente²⁵¹. **Enquanto bem cultural valioso reconhecido a nível mundial, o Tais não só contribui para o desenvolvimento da indústria do turismo em Timor-Leste, como também está ligado à revitalização das economias locais e à capacitação das mulheres, tornando-se essencial apoiar o seu desenvolvimento através de políticas industriais.**

Recentemente, com o apoio de doadores como a UNESCO, um produtor industrial em Díli contratou muitas trabalhadoras para produzir e vender Tais.²⁵² A JICA convidou técnicos da LAWE,²⁵³ uma ONG da Indonésia que promove o empoderamento das mulheres através da produção do tecido tradicional *Batik*, para ministrar formação sobre técnicas de costura de Tais e marketing através do comércio eletrónico em 2022. Ainda hoje, os produtos Tais são vendidos em aeroportos, hotéis e centros comerciais, tendo como alvo os turistas. No entanto, com o projeto da UNESCO agora concluído, uma visita ao produtor de Tais em Díli revela um contraste gritante com o passado: já não há muitos funcionários e a maioria das máquinas de costura foi removida, tendo as operações sido significativamente reduzidas. Uma cooperativa local que produz Tais continua as suas operações colocando os produtos Tais num hotel em Díli, mas a situação atual é tal que as mulheres envolvidas na produção de Tais não conseguem sustentar os seus meios de subsistência apenas através desta atividade.

Os têxteis tradicionais existem em todo o mundo, e cada país valoriza os seus próprios têxteis tradicionais. Por exemplo, na Indonésia, existem mais de 1.800 motivos tradicionais e, em 2009, o *Batik* foi reconhecido como Património Cultural Imaterial pela UNESCO.²⁵⁴ Ainda na

²⁴⁸ <https://www.thetextileatlas.com/craft-stories/tais-cloth-timor-leste>.

²⁴⁹ <https://en.tatoli.tl/2024/12/10/horta-inaugurates-2024-national-tais-forum-celebrating-timor-lestes-heritage/13/>.

²⁵⁰ <https://timor-lestetradeportal.com/id-id/site/display/1352>.

²⁵¹ <https://www.timorleste.tl/timor-leste-gains-international-recognition-for-tais-as-an-intangible-cultural-heritage-in-need-of-urgent-safeguarding/>.

²⁵² <https://timorleste.un.org/en/219460-weaving-womens-economic-empowerment-sustainable-desenvolvimento-e-preservacao-cultural-timor>.

²⁵³ <https://laweindonesia.com/>.

²⁵⁴ <https://www.rri.co.id/nasional/1512579/traditional-textile-exhibition-highlights-indonesia-s-cultural-wealth-and-creative-economy-potential>.

Indonésia, à semelhança do que acontece em Timor-Leste, estão a ser envidados esforços para revitalizar as comunidades locais e empoderar as mulheres através dos têxteis tradicionais, com o apoio de doadores.²⁵⁵ No entanto, estes esforços enfrentam desafios comuns, tais como o declínio do artesanato tradicional devido à modernização e à urbanização, e o número cada vez menor de artesãos, com as gerações mais jovens a demonstrarem pouco interesse na tecelagem tradicional.

A criação de novos produtos que atraiam os jovens e os turistas estrangeiros implica a modificação de designs tradicionais, o que pode não ser bem recebido por quem tem visões conservadoras. No entanto, de uma perspetiva económica, esta é uma escolha inevitável. Estão a ser envidados vários esforços em todo o mundo para transformar os têxteis tradicionais em produtos rentáveis. Por exemplo, esses esforços recorrem a materiais ecológicos, como o plástico reciclado, melhoram a eficiência da produção através da mecanização e colaboram com designers para criar designs que atraiam os consumidores mais jovens e os turistas estrangeiros. A chave reside no estabelecimento de uma estratégia de *branding* precisa.²⁵⁶ O *branding* é definido como «o processo que vai desde a criação de uma marca até à sua comunicação contínua, com o objetivo de construir e manter a sua presença na mente dos consumidores»²⁵⁷ e envolve o desenvolvimento estratégico da marca do produto,²⁵⁸ da marca corporativa,²⁵⁹ da marca pessoal,²⁶⁰ da marca geográfica,²⁶¹ e da marca cultural.²⁶² Um dos poucos exemplos de sucesso de têxteis tradicionais que recebem muitas encomendas do estrangeiro é o *Inden*, um têxtil tradicional japonês²⁶³. O sucesso do *Inden* pode ser atribuído a **uma estratégia de marca precisa e à utilização ativa do comércio eletrónico**.

Existem também exemplos de mudanças de paradigma na Indonésia. A *Uniqlo*, produtora industrial global japonesa de vestuário, está a vender roupa inspirada no *Batik* indonésio nas suas fábricas na Indonésia para o mercado interno indonésio²⁶⁴. Este caso sugere o potencial para atrair IDE e criar empregos através da utilização de motivos têxteis tradicionais.

Dada a situação atual do Tais, tal como descrita acima, é difícil considerar a produção de Tais como uma indústria transformadora promissora orientada para a exportação. Na perspetiva da revitalização da economia local e da capacitação das mulheres, **é desejável que as mulheres empresárias desenvolvam estratégias de marca inovadoras para as suas empresas em fase de arranque. Na perspetiva da política industrial, devem ser consideradas medidas como a promoção de um ambiente de negócios que utilize ativamente o comércio eletrónico e a prestação de serviços públicos que incluam serviços de consultoria de gestão.**

²⁵⁵ <https://www.unido.org/stories/empowering-indonesian-female-entrepreneurs-traditional-textile-sector>

²⁵⁶ Centro ASEAN-Japão, (2022), *Branding & Merchandising para a Indústria de Artesanato e Têxteis Tradicionais*, p.5.

²⁵⁷ *Ibid.*

²⁵⁸ Promover a qualidade e a singularidade do próprio produto.

²⁵⁹ Promover os valores e a missão da empresa junto dos seus clientes.

²⁶⁰ Promover alguém utilizando a sua popularidade e reputação.

²⁶¹ Promover o país, mostrando a história do artesanato juntamente com a riqueza dos recursos naturais, dos artesãos e da inspiração do país.

²⁶² Promover um estilo de vida baseado em valores, como a preservação do planeta, usando apenas materiais naturais e apoiando artesãos locais para ajudar a preservar uma cultura.

²⁶³ http://indinya.co.jp/global/eng/?_gl=1*10d64yg*_ga*ODI2NjM5NTQxLjE3NTAzMTk2Mjk.*_ga_GXWRWMX3JB*cze3NTAzMTk2MjgkbzEkZzAkd-DE3NTAzMTk2MjgkajYwJGwwJGgw&_ga=2.132317449.688522247.1750319632-826639541.1750319629.

²⁶⁴ <https://www.uniqlo.com/id/en/news/topics/2020052701/>

4.3.2. Recursos Florestais – Sândalo, Bambu

Timor-Leste, onde mais de 60 % do território é coberto por florestas ²⁶⁵, possui recursos florestais abundantes. No entanto, a busca incessante de ganhos económicos e a má gestão desses recursos podem causar danos irreversíveis ao ambiente natural. O sândalo reveste-se de particular importância para Timor-Leste, uma vez que tem um historial de exploração como recurso valioso por nações estrangeiras e é uma planta com a característica única de ser semi-parasita. Centrar-se exclusivamente no seu valor económico torna difícil determinar o caminho a seguir.

Timor-Leste possuía abundantes florestas de sândalo. O sândalo era utilizado para fins medicinais e em rituais budistas e hindus, sendo comercializado a preços elevados. Isto atraiu a atenção de comerciantes portugueses e holandeses, que começaram a adquirir sândalo em Timor-Leste e a transportá-lo para a China e a Índia. Utilizavam então os lucros para adquirir seda na China e na Índia, que depois enviavam para a Europa.²⁶⁶ Os comerciantes chineses também se dedicavam ao comércio de sândalo com Macau há muito tempo.²⁶⁷ Diz-se que **o sândalo em Timor-Leste era a principal mercadoria até ao surgimento do café em meados do século XIX.**²⁶⁸ No entanto, durante o período de controlo indonésio, uma empresa que monopolizou o mercado produziu grandes quantidades de óleo de sândalo e abateu as árvores, levando à quase extinção do sândalo na altura em que Timor-Leste conquistou a independência em 2002.²⁶⁹ **A União Internacional para a Conservação da Natureza classificou o sândalo como «Vulnerável» na Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas.**²⁷⁰

Neste contexto histórico, o Sândalo reveste-se de um significado especial em Timor-Leste. A exportação de sândalo foi inicialmente proibida pelo Regulamento n.º 2000/17, de 10 de maio, da UNTAET. A «Importância do Sândalo como Planta Emblemática de Valor Nacional» foi reiterada pela Resolução do Governo n.º 41/2015, de 8 de novembro, com disposições relativas à proteção especial por parte dos organismos públicos, à proibição do abate e da venda, e à promoção da investigação e de estudos sobre o Sândalo. O Governo tem promovido ativamente esforços de reflorestação, incluindo a criação do Dia Nacional do Sândalo e da Floresta.²⁷¹

O sândalo é uma espécie semi-parasita que parasita as raízes das árvores hospedeiras, absorvendo água e nutrientes destas para crescer. Apresenta um ritmo de crescimento lento, podendo demorar 30 anos até que o cerne atinja uma espessura economicamente útil.²⁷² Atualmente, verifica-se que o sândalo em Timor-Leste apresenta uma baixa taxa de sobrevivência devido a árvores hospedeiras inadequadas e a práticas silviculturais inapropriadas.²⁷³ Embora se tenha confirmado a existência de sândalo, em certa medida, em

²⁶⁵ <https://afocosec.org/knowledge/country-information-hub/timor-leste/>

²⁶⁶ Erlita Tantri, (2024), *Timor, Sândalo e a Rivalidade Comercial Global em Timor*, p. 162.

²⁶⁷ Geoffrey C. Gunn, (2016), *O Comércio de Sândalo entre Timor e Macau e a Descoberta Asiática da Grande Terra do Sul?*, p. 145.

²⁶⁸ <https://www.bbc.com/news/world-asia-pacific-14919009>.

²⁶⁹ Centro Australiano de Investigação Agrícola Internacional, (2019), *Fórum Regional sobre o Sândalo*, p. 43.

²⁷⁰ <https://www.iucnredlist.org/species/31852/2807668>.

²⁷¹ <https://en.tatoli.tl/2024/01/12/govt-plants-more-than-2000-sandalwood-trees-to-celebrate-national-sandalwood-day/19/>.

²⁷² <https://www.air-aroma.com/blog/sandalwood/>.

²⁷³ <https://www.crawfordfund.org/news/assessing-sandalwood-agroforestry-systems-in-timor-leste/>.

áreas florestais a altitudes superiores a 1.200 metros em Timor-Leste, a maior parte não atingiu dimensões comerciais suficientes.²⁷⁴

Em Timor-Leste, existe um mercado negro de contrabando de sândalo para a Indonésia.²⁷⁵

No entanto, há quem encare este contrabando de forma positiva, argumentando que reflete uma elevada procura e que os agricultores se dedicam a ele por necessidade, para ganhar a vida.²⁷⁶

Outros argumentam que a atual proibição de exportação de sândalo deve ser abolida, citando razões como o crescimento futuro esperado do mercado de sândalo, a sua competitividade de preços em comparação com os produtores australianos, a dificuldade de fazer cumprir a proibição em áreas montanhosas remotas e o facto de a proibição agravar a pobreza dos contrabandistas.²⁷⁷ No entanto, grande parte desta discussão não apresenta evidências do tempo que a madeira de sândalo, que está à beira da extinção e tem uma baixa taxa de sobrevivência das mudas, leva para crescer, recuperar-se e tornar-se capaz de suportar as exportações. Tendo em conta a necessidade de considerar o contexto histórico único de Timor-Leste, é difícil aceitar argumentos que tolerem o contrabando.

Nesta fase, as autoridades industriais não devem tomar qualquer medida relativamente ao sândalo, mas sim concentrar-se na recuperação da espécie. Até que se chegue a um consenso na opinião pública e, desde que sejam seguidos os procedimentos adequados para levantar a proibição, **as medidas devem centrar-se no reforço da fiscalização contra o comércio ilegal.**

O bambu não é um material que requer conservação urgente em Timor-Leste. De acordo com a Organização Internacional do Bambu e do Rattan, existem 1.642 espécies de bambu em todo o mundo que são utilizadas como materiais de construção, papel, mobiliário, embalagens e para diversos outros fins. A planta do bambu cresce a um ritmo rápido de três a cinco anos, e as suas raízes têm o efeito de fixar a camada superficial do solo, prevenindo a erosão e melhorando a saúde do solo.²⁷⁸ **Timor-Leste possui uma espécie única de bambu preto chamada «Bambusa Lako», e a Política Nacional de Desenvolvimento da Indústria (PNDI) identifica o bambu como tendo um forte potencial para a transformação a jusante.**

O Governo de Timor-Leste criou o Centro de Bambu de Timor-Leste em 2008, com o apoio da UNIDO, o qual, em 2014, foi transformado em **Instituto de Pesquisa, Desenvolvimento, Formação e Promoção do Bambu, I.P.** Em 2019, o Governo de Timor-Leste adotou a Estratégia Nacional do Bambu para promover atividades económicas baseadas no bambu.²⁷⁹ O Instituto do Bambu realiza atividades para aumentar a produção de bambu com o apoio de doadores, bem como a fabricação e venda de mobiliário. O Instituto do Bambu criou vários centros de pré-transformação em zonas rurais, onde adquire o bambu fornecido pelos

²⁷⁴ Centro Australiano de Investigação Agrícola Internacional, (2019), *Fórum Regional sobre o Sândalo*, p. 43.

²⁷⁵ *Ibid.*, p. 45.

²⁷⁶ Pyone Myat Thu, Joaquina Barreto, William Erskine, Robert Williams, Abril Soares, Valerio Ximenes, Anita Ximenes, Maria Fernandes, Octaviana P. Agostinho, Tony Page, (2023), *Rumo a uma economia agrícola diversificada baseada na floresta: perspetivas da comunidade sobre o plantio de sândalo em Timor-Leste*, pp. 335-336.

²⁷⁷ Australian Aid, (2024), *Vias de diversificação económica de Timor-Leste*, p. 98.

²⁷⁸ <https://www.inbar.int/why-bamboo-and-rattan/>.

²⁷⁹ <https://www.un.org/tl/blags-2/bamboo-untapped-green-gold-of-timor-leste>.

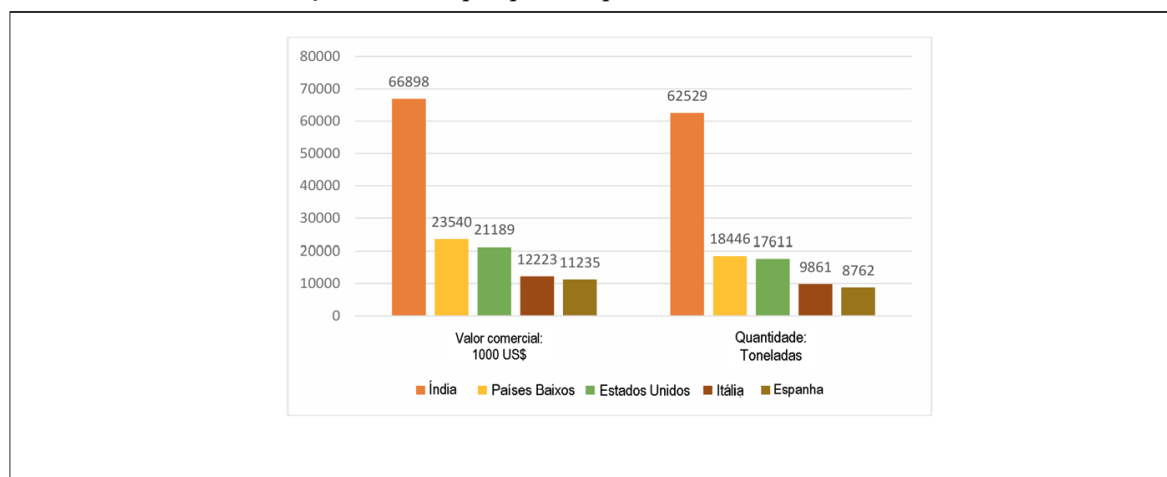
agricultores locais a um preço fixo, realiza a transformação primária, como o corte, e transporta a madeira para a sua fábrica para a produção de mobiliário.²⁸⁰

Tal como acontece com outras matérias-primas, existem poucos dados públicos disponíveis sobre o bambu produzido em Timor-Leste. Nem sempre é claro qual a quantidade produzida ou quantos agricultores estão envolvidos na produção. De acordo com um relatório, **a área cultivada de bambu atingiu os 700 hectares, e o Instituto do Bambu está a colaborar com 30 grupos de agricultores em nove municípios para a produção de bambu.**²⁸¹

No entanto, o mobiliário feito de bambu vendido pelo Instituto do Bambu tem um preço elevado, apesar da imagem geralmente de baixo custo do bambu, e não se vende bem no mercado interno. Além disso, as exportações enfrentam desafios devido a limitações técnicas e de design.²⁸² Nas zonas rurais, a falta de infraestruturas e a falta de clareza quanto à propriedade da terra dificultam o cultivo de bambu em grande escala, impedindo o desenvolvimento de negócios rentáveis.²⁸³

O mercado global do bambu está a expandir-se rapidamente. O crescimento do comércio eletrónico aumentou a procura por papel de embalagem,²⁸⁴ e a transição de produtos de plástico para alternativas ecológicas está a impulsionar uma procura significativa por papel e embalagem de papel. De acordo com a empresa de investigação norte-americana *Future Market Insights*, o mercado global de bambu, que atingiu US \$7,2 mil milhões de dólares em 2024, deverá expandir-se a uma taxa composta de crescimento anual (CAGR) de 10,9%, atingindo US \$20,3 mil milhões de dólares em 2034.²⁸⁵

Gráfico 37: Principais países importadores de bambu em 2021



Fonte: World Integrated Trade Solution²⁸⁶

²⁸⁰ Rosângela Tenório, Jairo da Costa Junior, (2020), *Fomentar a Indústria da Construção em Bambu em Timor-Leste: Mudar a percepção pública, reforçar a investigação e a governação fundiária com parcerias sociais*, p. 5.

²⁸¹ <https://en.tatoli.tl/2023/02/07/iob-works-with-30-farmer-groups-to-cultivate-bamboo-in-nine-municipalities/02/>.

²⁸² Rosângela Tenório, Jairo da Costa Junior, (2020), *Fomentar a indústria da construção em bambu em Timor-Leste: Mudar a percepção pública, melhorar a investigação e a governação fundiária com parcerias sociais*, p. 4.

²⁸³ *Ibid.*, pp. 6–7.

²⁸⁴ <https://www.fortunebusinessinsights.com/pulp-and-paper-market-103447>.

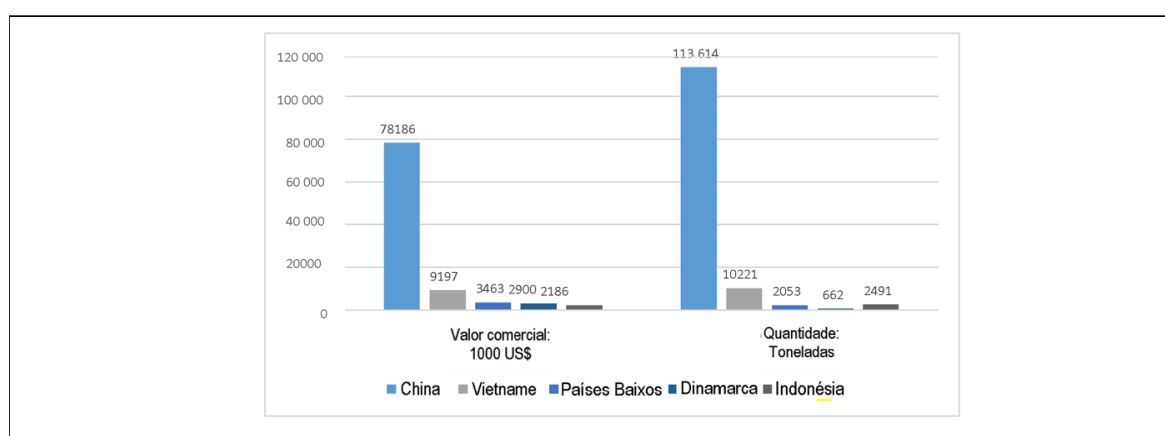
²⁸⁵ <https://www.futuremarketinsights.com/reports/bamboos-market>.

²⁸⁶ <https://wits.worldbank.org/trade/comtrade/en/country/ALL/year/2021/tradeflow/Importações/parceiro/WLD/produto/140110>

A Índia é o maior importador no mercado global de bambu. A China é o maior exportador de bambu no mercado global de bambu, e relatórios recentes indicam que a Índia tem vindo a expandir rapidamente as suas exportações de bambu.²⁸⁷

No mercado global, a China e a Índia, países emergentes com grandes populações, são os principais intervenientes na indústria do bambu. O bambu é um material relativamente barato, e prevê-se que as transações que tiram partido das economias de escala sejam fundamentais para a indústria. No entanto, para Timor-Leste, que carece de um sistema de produção em massa bem estabelecido para o bambu, a criação de uma marca estratégica é considerada essencial para a sobrevivência no mercado global. Com mais de 1600 variedades existentes e as características únicas do bambu frequentemente ignoradas no mercado, a capacidade de destacar as espécies endémicas de Timor-Leste e outros valores únicos é vista como um fator-chave.

Gráfico 38: Principais países exportadores de bambu em 2021



Fonte: World Integrated Trade Solution²⁸⁸

Do ponto de vista da política industrial, o mercado do bambu está a registar um crescimento no segmento ecológico da celulose e do papel. Tendo em conta esta tendência de mercado, podem ser consideradas as seguintes medidas: promover o investimento de capital para criar um sistema de produção capaz de atingir um determinado nível de qualidade e quantidade; estabelecer parcerias com investidores estrangeiros e impulsionar uma estratégia de marca; e atrair IDE para o setor do papel e embalagens de papel para parques industriais, em vez de se concentrar exclusivamente no fabrico de mobiliário.

V. INDÚSTRIA TRANSFORMADORA NO CAMBOJA, LAOS, MIANMAR E VIETNAME (CLMV) DESDE A DÉCADA DE 1990

5.1. Uma visão geral da industrialização nos países CLMV desde a década de 1990

A ASEAN foi criada em 1967 com cinco Estados-Membros fundadores: Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura e Tailândia. O Brunei Darussalam aderiu à ASEAN em 1984, seguido pelo Vietname em 1995, pelo Laos e Mianmar em 1997 e pelo Camboja em 1999. Os países CLMV (Camboja, Laos, Mianmar e Vietnam) são designados coletivamente como os novos membros

²⁸⁷ <https://www.eximpedia.app/blog/bamboo-export-from-india>.

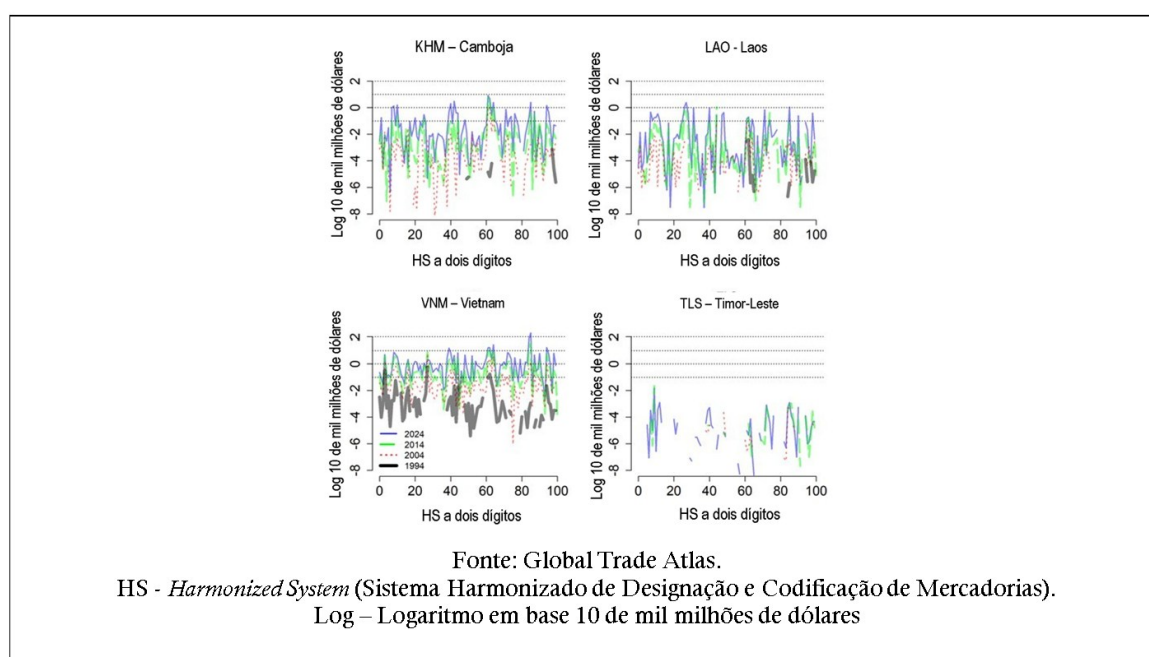
²⁸⁸ <https://wits.worldbank.org/trade/comtrade/en/country/ALL/year/2021/tradeflow/Exportações/parceiro/WLD/produto/140110>

da ASEAN. Antes de aderirem à ASEAN, os países CLMV eram, em grande parte, economias agrárias em diferentes graus. Este capítulo analisa o progresso da industrialização, em particular da indústria transformadora, nos países CLMV, a fim de identificar lições aprendidas que possam servir de boa referência para Timor-Leste. Com uma população de mais de 100 milhões de habitantes, o Vietname é o terceiro país mais populoso da ASEAN. A industrialização em Mianmar tem sido repetidamente prejudicada pela instabilidade interna desde a década de 1980. Este capítulo centra-se no Camboja e no Laos, dentro dos CLMV, o segundo e o terceiro países menos populosos da ASEAN, com aproximadamente 17 milhões e 7 milhões de habitantes, respetivamente, cujas economias são mais próximas de Timor-Leste em termos de dimensão e sofisticação.

O principal objetivo deste capítulo é destacar a importância da procura externa, o fornecimento necessário de capital e tecnologia por parte de investidores estrangeiros para impulsionar a industrialização, bem como a eficácia do desenvolvimento espacial – como parques industriais ou zonas económicas especiais – na disponibilização das infraestruturas tangíveis e intangíveis necessárias às atividades de produção.

As exportações constituem um indicador de destaque do setor industrial de uma economia, refletindo geralmente as vantagens comparativas. O Gráfico 39 apresenta um panorama geral do progresso da industrialização, avaliado com base nas estruturas e escalas das exportações no Camboja, Laos, Vietname e Timor-Leste desde a década de 1990. Apresenta os valores das exportações por código HS de dois dígitos, 01-99, em 1994, 2004, 2014 e 2024. Os valores das exportações estão expressos em logaritmos de base dez, permitindo visualizar simultaneamente pequenos e grandes montantes de exportação. Por exemplo, o valor 2 no eixo vertical significa 10 elevado a 2 vezes mil milhões, ou seja, US \$100 mil milhões de dólares. Por outro lado, o valor de -6 significa 10 elevado a -6 vezes um mil milhões, ou US \$1.000 dólares. Três linhas tracejadas horizontais em -2, 0 e 2 ilustram os limiares de 10 milhões de dólares, US \$1 mil milhões de dólares e US \$100 mil milhões de dólares.

Gráfico 39: Valores das exportações por código HS de dois dígitos em 1994, 2004, 2014 e 2024



O Gráfico 39 destaca o seguinte. Em primeiro lugar, o Vietname exportou petróleo, produtos agrícolas, vestuário e muitos outros produtos, num valor compreendido entre US \$100.000 dólares (-4) e US \$100 milhões de dólares (-1) em 1994. As exportações do Camboja eram menos diversificadas e apresentavam valores muito mais reduzidos em 1994.

O principal produto de exportação do Camboja foi a madeira, mas o seu valor ascendeu apenas a cerca de US \$10 milhões de dólares. Note-se que o Camboja só começou a implementar um acordo de paz assinado em 1993, pelo que este valor poderá subestimar as exportações reais nesse período, devido à falta de capacidade estatística das autoridades após a prolongada guerra civil. O Laos exportou produtos de vestuário, para além da madeira, numa escala semelhante à do Camboja no mesmo período. O ano de 1994 foi antes da independência, pelo que não havia dados para Timor-Leste. Em segundo lugar, o Vietname alcançou o crescimento mais significativo das exportações em quase todos os itens, a julgar pela subida das linhas para 2004 (tracejada a vermelho), 2014 (verde) e 2024 (azul). O principal produto de exportação do Vietname em 2024 foram os produtos elétricos e eletrónicos (HS85), que ultrapassaram os US \$100 mil milhões de dólares (2) anualmente. O Vietname exportou muitos outros produtos, num valor superior a US \$10 mil milhões de dólares (1) no mesmo ano. As exportações do Camboja seguiram um percurso semelhante ao do Vietname, mas a um ritmo mais lento e em menor escala. O principal produto de exportação do Camboja foi o HS61 (produtos de vestuário), atingindo US \$8 mil milhões de dólares em 2024. O Camboja exportou vários produtos, por exemplo, vestuário, madeira, borracha, arroz e outros produtos agrícolas, num valor superior a US \$1 mil milhões de dólares (0) em 2024. O Laos também aumentou as exportações ao longo dos anos, mas numa extensão muito menor do que o Camboja. A eletricidade e os minerais (HS26 e HS27) estavam entre os poucos itens que ultrapassaram US \$1 mil milhões de dólares (0) em 2024. **As exportações de Timor-Leste expandiram-se muito lentamente desde 2004, em comparação com os países analisados até agora. As linhas de 2004, 2014 e 2024 encontram-se quase sobrepostas. A variedade de produtos de exportação também foi limitada, a julgar pelas linhas fragmentadas.**

O crescimento mais rápido das exportações no Camboja reflete-se na evolução da sua estrutura industrial. O Gráfico 39-a (painel esquerdo) ilustra a evolução do PIB por setor industrial entre 1990 e 2023. A participação do setor industrial no Camboja era ligeiramente inferior à do Laos no início da década de 1990, mas o primeiro ultrapassou o segundo por volta do ano 2000. Em 2023, a indústria representava mais de 40% no Camboja, cerca de 10% mais do que no Laos. A diferença é mais acentuada no que diz respeito à quota da indústria transformadora, em que a quota do Camboja era de cerca de 27% ou quase o triplo da do Laos em 2023 (Gráfico 39-b). Note-se que a construção e a produção de energia estão incluídas na indústria, mas excluídas da indústria transformadora.

A participação da indústria transformadora do Laos cresceu mais rapidamente do que a do Camboja durante um breve período, atingindo mais de 30 % do PIB em 1997, antes de cair abruptamente e estagnar em cerca de 10% após a crise financeira asiática. Esta queda repentina resultou principalmente da saída das fábricas de vestuário tailandesas que se transferiram para a capital do Laos desde meados da década de 1990 para beneficiarem da quota de exportação do Laos para países de rendimento elevado. No entanto, a quota da indústria transformadora do Camboja continuou a aumentar ao mesmo ritmo que a do Vietname, atingindo 26% em

2023. O crescimento da indústria transformadora no Camboja foi sustentado pelas fábricas de vestuário de investidores da China, Coreia do Sul e Taiwan. O Camboja recebeu o Sistema de Preferências Generalizadas (SPG) dos EUA em 1997, após ter aprovado, nesse mesmo ano, a lei do trabalho que concedia aos trabalhadores e empregadores o direito de formar sindicatos e associações. Por outro lado, o Laos só recebeu o NTR (Relações Comerciais Normais) em 2025. Para os produtos têxteis e de vestuário destinados aos EUA, o SPG prevê uma tarifa de 0%, enquanto as tarifas variam entre 10% e 20% no âmbito das NTR. Essa grande diferença no acesso ao mercado dos EUA, combinada com a eliminação gradual das quotas para o comércio de têxteis e vestuário até ao final de 2004 e com as regras de origem mais rigorosas da UE, teve um impacto perturbador na indústria do vestuário no Laos. **Desde meados de 2000, o crescimento da indústria transformadora no Camboja tem continuado com o desenvolvimento das ZEE (Zonas Económicas Especiais). O progresso do desenvolvimento das ZEE no Camboja acelerou a indústria transformadora, enquanto o desenvolvimento estagnado das ZEE na RDP do Laos abrandou o crescimento do setor industrial.**

As próximas secções deste capítulo analisam a indústria transformadora no Camboja e no Laos sob três aspetos. Em primeiro lugar, descreve o papel predominante da procura e da oferta estrangeiras na indústria transformadora em ambos os países. Em segundo lugar, mostra-se como as ZEE são os principais intervenientes na indústria transformadora não tradicional. Em terceiro lugar, detalha-se como os recursos, por exemplo, mão-de-obra, minerais, recursos hídricos, terra, etc., determinam os tipos de indústria transformadora com os quais um país pode progredir. O capítulo termina com um resumo das lições aprendidas.

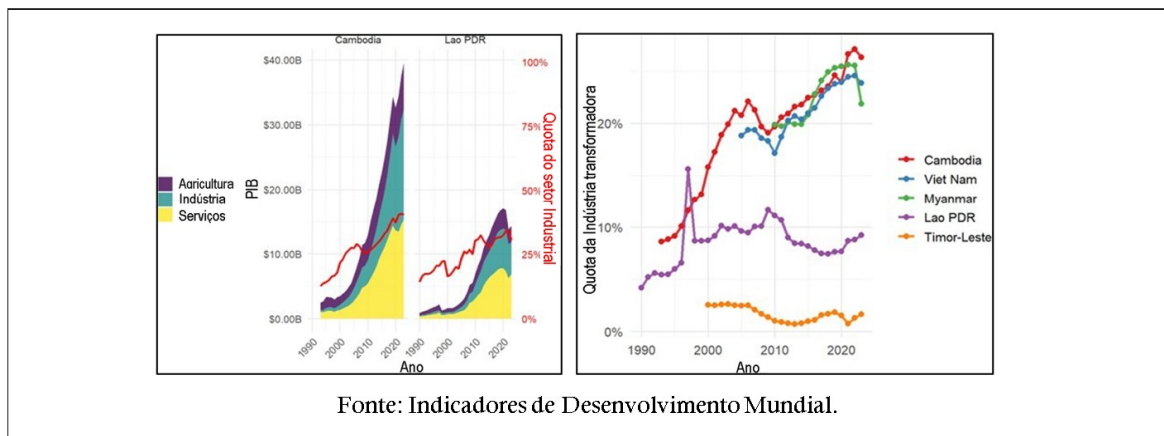
5.2. Indústria transformadora impulsionada pela procura e oferta estrangeiras

A procura e a oferta estrangeiras foram as principais forças motrizes da indústria transformadora no Camboja e no Laos. A procura estrangeira, geralmente proveniente de países de rendimento elevado, proporciona mercados muito maiores e mais eficientes para os produtos manufaturados de ambos os países. O capital estrangeiro e a oferta de tecnologia, frequentemente sob a forma de investimento direto, impulsionaram o desenvolvimento após o fim da guerra ou dos conflitos internos. A necessidade de procura e oferta estrangeiras ficou evidente na experiência do Laos. Embora a guerra no Laos tenha terminado em 1975, devido a diferenças ideológicas, o Laos não teve acesso aos mercados e ao investimento de países de rendimento elevado da Europa Ocidental, América do Norte e Japão durante o período da Guerra Fria. **As atividades de produção substanciais no Laos só começaram no início da década de 1990 ou após o fim da Guerra Fria.** Como ponto de partida da transição de uma economia estagnada e de planeamento centralizado para uma economia de mercado, a primeira lei aprovada pelo Laos em 1989 foi a Lei sobre a Promoção e Gestão do Investimento Estrangeiro, dois anos antes da promulgação da Constituição. Diferentes fações no Camboja assinaram um acordo de paz em 1991, mas foram necessários mais dois anos até que este fosse implementado em 1993. O Camboja promulgou a Lei do Investimento para facilitar o investimento interno e estrangeiro em 1994, quase imediatamente após alcançar a paz e a estabilidade. O Camboja assegurou o acesso ao mercado dos EUA, essencialmente através da aprovação da lei do trabalho que garante o direito à formação de sindicatos em 1997. Só em 2005 é que o Laos obteve o estatuto de NTR (Relações Comerciais Normais) dos EUA. Esta

disparidade no acesso ao mercado revelar-se-á crucial para o progresso das indústrias transformadoras nas décadas seguintes.

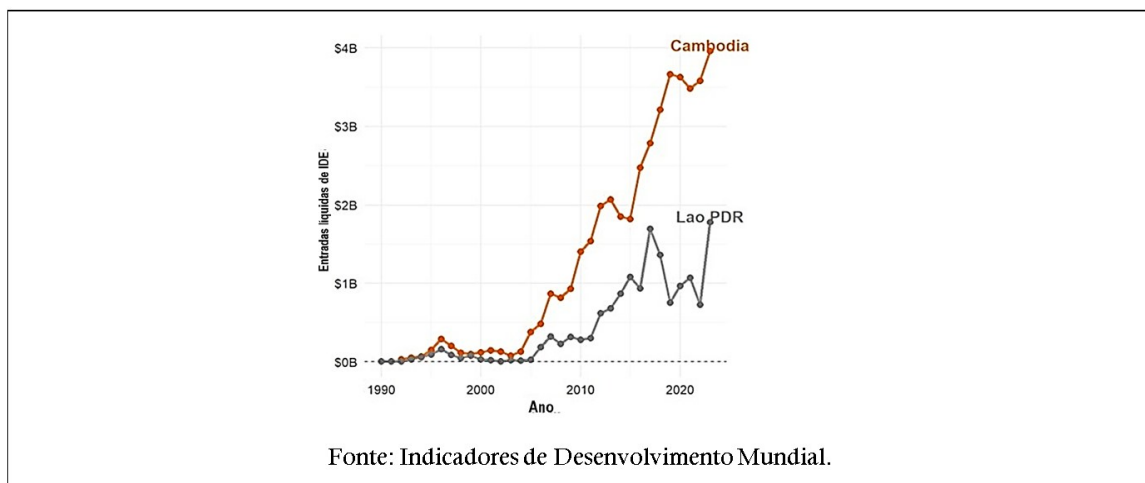
Existem várias razões pelas quais apostar nos mercados externos e no investimento direto estrangeiro é provavelmente uma estratégia mais vantajosa para o Camboja e o Laos. Satisfazer a maior parte das necessidades internas com uma força de trabalho limitada não é realista para países de pequena dimensão. Concentrar uma força de trabalho limitada em setores mais lucrativos (rentáveis) conduzirá a um rendimento global mais elevado. **A menos que se trate de áreas relacionadas com a alimentação e outros aspetos de segurança nacional, a substituição de importações não é economicamente racional, uma vez que o ganho dessa substituição é frequentemente menor do que o ganho proveniente das exportações. Além disso, o investimento direto estrangeiro é uma estratégia prática na era da globalização, uma vez que se tornou extremamente difícil, se não impossível, para os países pequenos fomentar a indústria transformadora a partir do zero, estando expostos à concorrência das Empresas Multinacionais desde o início.**

Gráfico 40: Indústria transformadora no Camboja e no Laos desde 1990



A importância do IDE no desenvolvimento da indústria transformadora é também evidente na experiência de Singapura. O IDE médio anual recebido por Singapura entre 1970 e 2024 ronda os US \$30 mil milhões de dólares, tendo atingido, em 2024, a impressionante cifra de US \$152 mil milhões de dólares num único ano. Singapura é um dos principais centros globais de produção industrial, com o PIB per capita mais elevado da Ásia Oriental e do Sudeste Asiático.

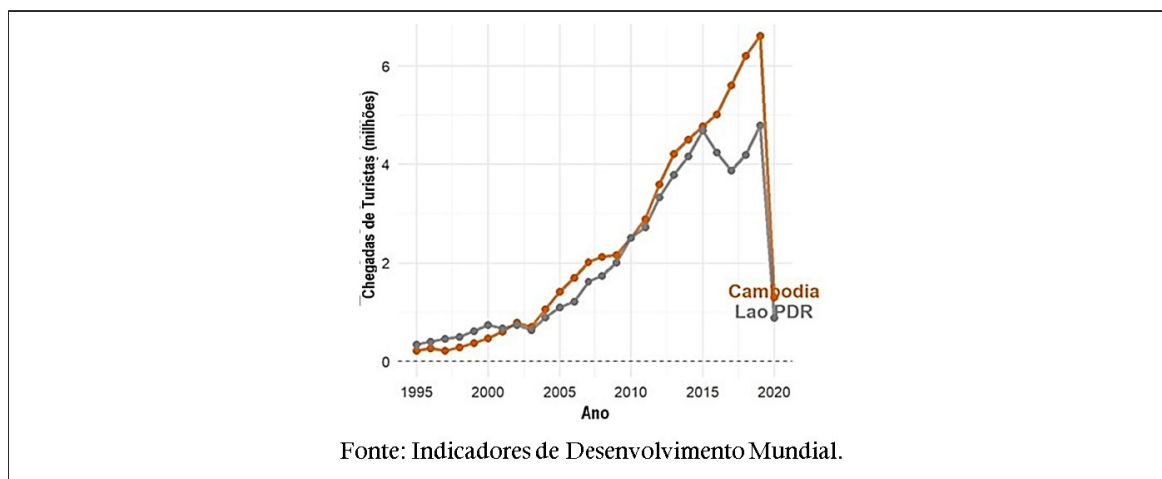
Gráfico 41: Entradas de IDE no Camboja e no Laos



O crescimento mais elevado da indústria transformadora no Camboja do que no Laos reflete o IDE que ambos os países atraíram. O montante de IDE recebido anualmente pelo Camboja começou a aumentar de forma constante e acentuada, passando de cerca de US \$100 milhões de dólares em 2004 para ultrapassar US \$1 mil milhões de dólares em 2010 e atingir US \$4,4 mil milhões de dólares em 2024 (Gráfico 40). O IDE no Laos também aumentou, mas grande parte concentrou-se no desenvolvimento de grandes minas e na construção de centrais hidroelétricas desde meados da década de 2000.

A dependência da procura estrangeira vai além das exportações. Os turistas estrangeiros geram procura por produtos industriais tradicionais e modernos em ambos os países. Conforme ilustrado no Gráfico 41, o número de turistas estrangeiros que visitaram ambos os países ultrapassou os 4 milhões por ano na primeira metade da década de 2010. Quatro milhões de turistas estrangeiros representam um número significativo para as populações de 7 e 14 milhões de habitantes no Laos e no Camboja, respetivamente. A maioria dos turistas estrangeiros tem um rendimento muito superior ao da população local. Um turista estrangeiro típico de rendimento elevado seria várias centenas de vezes mais rico do que o cambojano e o laociano médios no início da década de 1990.

Gráfico 42: Chegadas de turistas internacionais no Camboja e no Laos



O rápido aumento de turistas estrangeiros proporcionou uma procura estável para várias atividades de produção industrial em ambos os países. Deve notar-se que o número de visitantes no Camboja tem sido muito superior ao do Laos, onde a maioria dos turistas estrangeiros são visitantes de um dia provenientes de países vizinhos. Os produtos manufaturados destinados aos turistas estrangeiros variavam de produtos agrícolas processados localmente a serviços de alojamento, lembranças, etc.

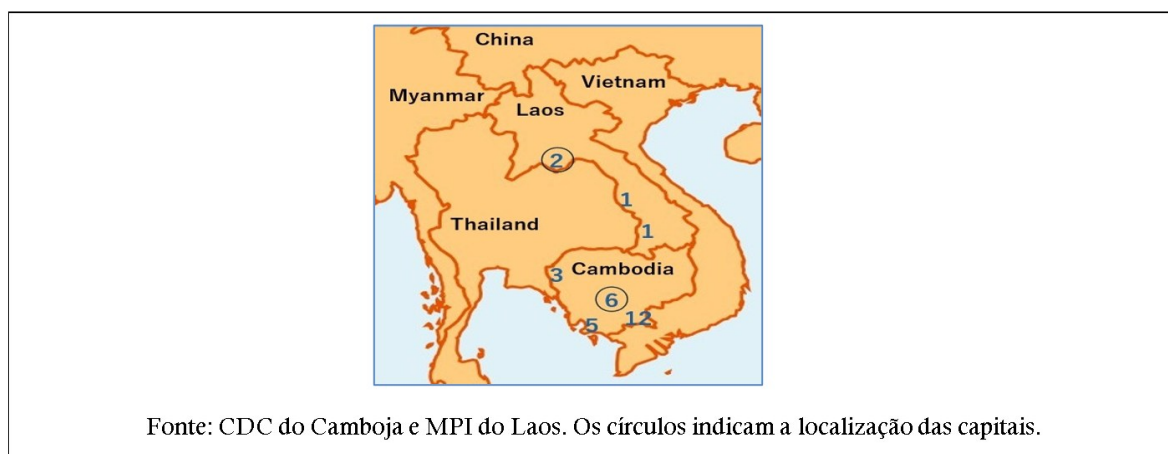
5.3. Indústria transformadora baseada nas ZEE

Garantir uma procura externa significativa através de acordos multilaterais ou bilaterais e aprovar legislação que permita o investimento direto estrangeiro são medidas essenciais, mas muitas vezes insuficientes, para atrair o IDE necessário para impulsionar a indústria transformadora. Devido a restrições orçamentais, a maioria dos países em desenvolvimento não conseguem fornecer as infraestruturas físicas e de apoio necessárias para as atividades de produção. Na maioria dos locais, mesmo nas capitais de países de baixos rendimentos, não existe um sistema de abastecimento suficiente de eletricidade, água, infraestruturas logísticas e

outros bens e serviços públicos para que as empresas possam operar de forma eficiente, tal como nos países desenvolvidos. Os parques industriais, ou ZEE, são locais específicos onde são criadas condições para as atividades de produção com recursos financeiros limitados. É necessário menos dinheiro para fornecer infraestruturas e serviços públicos num local específico do que para todo o município ou região. Por exemplo, os custos dos promotores japoneses para desenvolver parques industriais no Vietname variaram entre US \$50 e US \$150 milhões de dólares, a maior parte dos quais se destinou a custos de aquisição de terrenos. Por outro lado, estima-se que a construção de Nusantara, a nova capital da Indonésia, custe US \$30 mil milhões de dólares.

O Camboja e o Laos adotaram a mesma abordagem. O Laos começou alguns anos antes, aprovando a primeira ZEE de Savan-Seno em 2002, e o Camboja seguiu-se com a ZEE de Manhattan em 2005. **O Camboja aprovou 57 zonas, das quais 37 estão operacionais e empregam cerca de 200.000 trabalhadores. Por outro lado, o Laos aprovou 21 ZEE, das quais 12 estão operacionais, empregando cerca de 60.000 trabalhadores, dos quais cerca de 33.000 eram laocianos e 15.000 trabalhavam na indústria transformadora.** Note-se que o Camboja opera muitos casinos, equivalentes às ZEE de serviços no Laos, mas que não são classificados como ZEE.

Figura 14: Localização das principais ZEE operacionais (indústria transformadora) no Camboja e no Laos



Um dos primeiros passos para desenvolver uma ZEE consiste, frequentemente, em determinar a sua localização. As ZEEs no Camboja e no Laos situam-se, na sua maioria, nas capitais ou nas principais cidades e ao longo das regiões fronteiriças com os países vizinhos. A proximidade das capitais proporciona às ZEE acesso a uma maior oferta de mão de obra qualificada e não qualificada, essencial para diversas operações industriais. As comodidades das grandes cidades são também essenciais para investidores e expatriados de países desenvolvidos, caso as ZEE pretendam atrair IDE. Por outro lado, a localização perto de fronteiras internacionais facilita o acesso eficiente a fatores de produção (que não estão disponíveis localmente) provenientes de nações adjacentes, além de permitir o aproveitamento da sua infraestrutura de transportes para a exportação para mercados globais mais distantes.

A Figura 14 ilustra a distribuição das principais ZEE operacionais no Camboja e no Laos, com os números a indicarem a concentração dessas zonas. No caso do Camboja, o maior número de ZEE (12) concentra-se nas zonas fronteiriças com o Vietname, a menos de 100 km de portos internacionais, na cidade de Ho Chi Minh, a capital económica de facto do Vietname. A

segunda maior concentração situa-se na capital, Phnom Penh (6), onde vivem mais de dois milhões de pessoas. Uma concentração menor encontra-se na fronteira com a Tailândia (3). A distância até ao porto de Laem Chabang, na Tailândia, é superior a 200 km. No Camboja, verifica-se também uma concentração significativa (5) em Sihanoukville, o maior porto marítimo do país. As principais cidades, incluindo a capital do Laos, estão situadas ao longo das zonas fronteiriças com a Tailândia. Existem duas ZEE operacionais em Vientiane, além de uma em cada uma das segunda e terceira maiores cidades do Laos.

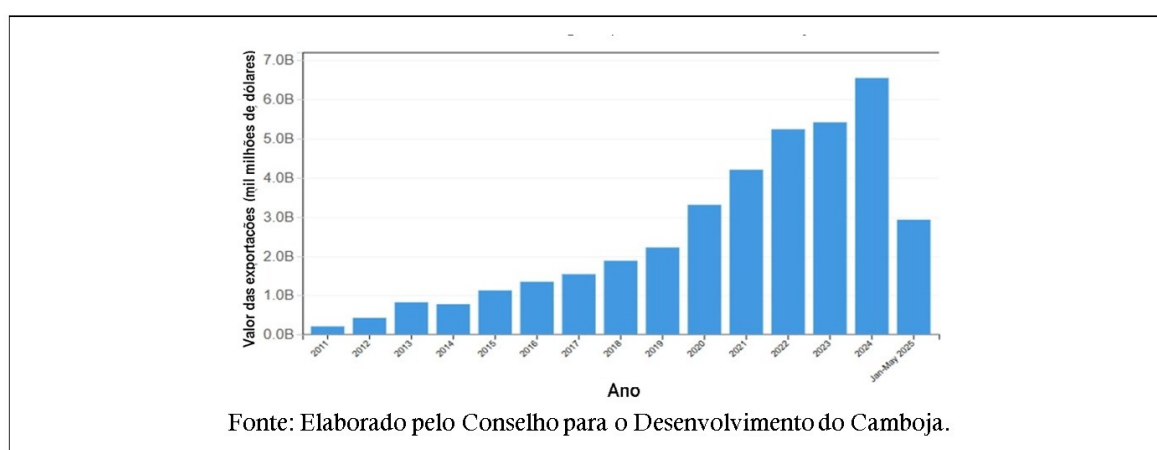
Quadro 12: Número de empresas nas ZEE por períodos e anos

	Camboja	Laos
2011 – 2015	199	65
2016 – 2020	304	147
2021	38	4
2022	43	17
2023	71	
2024	130	
2025	147	

Fonte: CDC do Camboja e MPI do Laos. Os dados do Laos referem-se ao período entre 2012 e 2022. Excluindo as ZEE não industriais no Laos.

O Quadro 12 apresenta o número de empresas estrangeiras aprovadas nas ZEE do Camboja e do Laos por período e ano. Note-se que, no caso do Laos, apenas estão incluídas as ZEE classificadas como «indústria». As ZEE classificadas como «serviços» no Laos são semelhantes aos casinos que atendem ao turismo estrangeiro nas zonas fronteiriças do Camboja, que, de facto, não são ZEE. Em termos de números, o Camboja superou o Laos na atração de investimento estrangeiro para as suas ZEE, com a diferença a aumentar ainda mais nos últimos anos. A diferença entre o Camboja e o Laos no desempenho das ZEE é ainda mais acentuada no que diz respeito ao desempenho das exportações das ZEE.

Gráfico 43: Valores das exportações das ZEE do Camboja



Embora a Figura 14 ilustre apenas os valores das exportações das ZEE do Camboja, que cresceram substancialmente, é de salientar que estes valores, que atingiram milhares de milhões de dólares nos últimos anos, são praticamente iguais ao total dos valores de exportações do Laos. O notável desempenho em termos de valor das exportações das ZEE do Camboja pode ser em grande parte atribuído ao seu acesso preferencial e alargado ao mercado dos EUA. **Cerca**

de 60 % das exportações das ZEE do Camboja têm como destino os EUA. Esta quota dominante destaca o papel fundamental dos EUA como principal destino das exportações do Camboja, um mercado significativamente maior do que outros mercados de países desenvolvidos. **Em suma, atrair uma cadeia de abastecimento global, proporcionando acesso a mercados globais e de grande dimensão, é a chave para impulsionar a indústria transformadora.**

VI. PLANO DE AÇÃO PARA OS SETORES MANUFATUREIROS PRIORITÁRIOS (AÇÕES ESPECÍFICAS)

Timor-Leste encontra-se atualmente num importante ponto de viragem, desafiando corajosamente o panorama do mercado global e empenhando-se por se transformar numa sociedade caracterizada por uma circulação sem precedentes de pessoas, bens e capitais. Para se tornar um interveniente fundamental na cadeia de valor global, é essencial fornecer bens e serviços pelos quais os clientes de todo o mundo estejam dispostos a pagar. A este respeito, algumas pessoas em Timor-Leste defendem que as empresas nacionais devem ser protegidas através da restrição das importações, uma vez que as empresas nacionais não conseguem competir com as empresas estrangeiras em termos de preço e qualidade. No entanto, deve-se questionar a irracionalidade de obrigar o povo timorense a aceitar bens e serviços que não são competitivos no mercado global e de proteger publicamente empresas que não se esforçam por fornecer bens e serviços de alta qualidade a preços baixos através da inovação e da criatividade.

As empresas que se esforçam por identificar as necessidades dos clientes e criar produtos de alta qualidade a preços baixos, através da criatividade e da inovação, devem ser protegidas e apoiadas por meio da política industrial, uma vez que desempenham um papel crucial na formação da geração de líderes que lançam as bases para o desenvolvimento económico. Na política industrial, é essencial manter os mecanismos de mercado, eliminando os elementos que impedem a concorrência leal devido à falta de inovação, protegendo a inovação criada pelas empresas como propriedade industrial para reforçar os incentivos à inovação e implementando políticas que permitam às empresas dignas de proteção expandir as suas operações de forma mais ativa.

A transição da agricultura de subsistência para uma agricultura orientada para o mercado terá início com a exportação de matérias-primas promissoras para o estrangeiro, com o objetivo de angariar divisas. Seguir-se-á a transferência da mão-de-obra da agricultura para a indústria transformadora, onde as matérias-primas serão transformadas em produtos de valor acrescentado para exportação, com vista a garantir divisas adicionais. Assim que a economia nacional for revitalizada e se tornar uma economia onde pessoas, bens e dinheiro circulam em maior escala, o objetivo é desenvolver ainda mais as indústrias transformadoras e de serviços avançadas, para alcançar um maior crescimento económico liderado pelo setor privado. Para concretizar este cenário, que muitos têm imaginado, **é essencial implementar políticas industriais que eliminem os obstáculos um a um, garantindo um progresso constante sem recuos e dando passos concretos em frente.** Este capítulo fornecerá descrições detalhadas de ações específicas.

6.1. Medidas para a Redução de Custos

Como reduzir os custos empresariais e maximizar os benefícios constitui um grande desafio, não só para as empresas privadas, mas também para as instituições públicas. A redução dos custos empresariais pode reforçar a competitividade internacional. Embora alguns aspetos da redução de custos possam ser alcançados através dos esforços das próprias empresas privadas, existem também áreas que não podem ser abordadas apenas pelas empresas privadas. A política industrial deve apoiar o desenvolvimento de indústrias transformadoras orientadas para a exportação, capazes de competir na economia global, abordando áreas que as empresas privadas não conseguem resolver por si próprias. As ações específicas são as seguintes.

6.1.1. Redução do Custo de Fornecimento de Eletricidade

Medidas:

1. Introduzir subsídios para produtores industriais para cobrir os custos de instalação de equipamentos de poupança de energia.
2. Aplicar tarifas especiais de eletricidade às empresas que se instalem em parques industriais.

Instituições Responsáveis:

- Prevê-se que a Ação 1 seja executada principalmente pelo MCI.
- A Ação 2 deverá ser executada principalmente pelo Ministério das Obras Públicas (MOP) e pela Eletricidade de Timor-Leste (EDTL, E.P.).
- O MCI deve trocar pontos de vista com ambas as autoridades para promover a competitividade internacional, na perspetiva da política comercial e industrial.

Situação de Referência/Contexto:

- Não existem medidas específicas para reduzir o consumo de energia e a tarifa de eletricidade.
- Uma vez que as tarifas de eletricidade são estipuladas por lei (Decreto-Lei n.º 13/2003, de 24 de setembro), poderá ser necessário alterar a lei para diversificar as tarifas de eletricidade, conforme necessário.
- Timor-Leste tem as tarifas de eletricidade mais elevadas entre os países da ASEAN.

Resultados Esperados:

- Divulgar equipamentos de poupança de energia entre os produtores industriais.
- Promover o IDE nas ZEE através da fixação de tarifas de eletricidade competitivas a nível internacional (de 0,24 USD para menos de 0,11 USD/kWh).

Metodologia de Monitorização e Avaliação

- Número de equipamentos de poupança de energia instalados.
- Redução da tarifa de eletricidade.

Período: 2026 – 2028

Descrição

Atualmente, em Timor-Leste, a eletricidade é produzida em quatro centrais elétricas, a partir de gásóleo, cujos custos de produção são elevados.²⁸⁹ **O Governo está a implementar políticas para garantir o fornecimento de eletricidade em todo o país,²⁹⁰ e estes objetivos foram, em**

²⁸⁹ <https://edtl-ep.tl/department/en/2979994931093398343150/>.

²⁹⁰ <https://timor-leste.gov.tl/?p=41881&lang=en&n=1>.

grande parte, alcançados, com uma taxa de eletrificação de 99,7 %, ²⁹¹ e a capacidade total instalada de produção de energia é de 277 000 kW. Cerca de 99,8 % da produção de energia provém do gasóleo e 0,2 % da energia solar. ²⁹² Está em curso a expansão das instalações de produção de energia solar. ²⁹³ Do ponto de vista da política industrial, os próximos grandes desafios são duplos: em primeiro lugar, garantir um fornecimento de energia mais estável e, em segundo lugar, reduzir o elevado custo da eletricidade. Em geral, as fábricas requerem significativamente mais eletricidade do que as residências e podem precisar de operar máquinas 24 horas por dia. Para os produtores industriais, a estabilidade e o custo da eletricidade são questões importantes que afetam os custos empresariais. Um inquérito a um produtor industrial revela que o fornecimento instável de energia elétrica levou à paragem das linhas de produção, dificultando o fornecimento estável de produtos.

Do ponto de vista da promoção da indústria transformadora e da atração de IDE, as elevadas tarifas de eletricidade em Timor-Leste podem constituir um obstáculo ao investimento, sendo necessárias medidas para resolver esta questão.

Atualmente, a tarifa de eletricidade em Timor-Leste é de US \$0,24/kWh. ²⁹⁴ Em comparação, a Indonésia tem uma tarifa de US \$0,11/kWh e o Camboja, onde este inquérito foi realizado no local, tem uma tarifa de US \$0,148/kWh. Embora as elevadas tarifas de eletricidade no Camboja tenham sido citadas como um obstáculo à atração de IDE, ²⁹⁵ as tarifas de Timor-Leste são ainda mais elevadas. Quando comparado com outros países da ASEAN, conforme ilustrado na tabela abaixo, Timor-Leste apresenta tarifas de eletricidade mais elevadas do que Singapura.

A instalação de uma nova central elétrica que utilize energia renovável e não recorra ao gasóleo é considerada um passo na direção certa como objetivo a médio e longo prazo. ²⁹⁶ No entanto, existem muitos desafios que devem ser superados antes de se poder tornar uma verdadeira fonte de energia alternativa, e prevê-se que a sua concretização demore um tempo considerável.

²⁹¹ <https://timor-leste.gov.tl/?p=41881&lang=en>.

²⁹² <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/timor-leste/>.

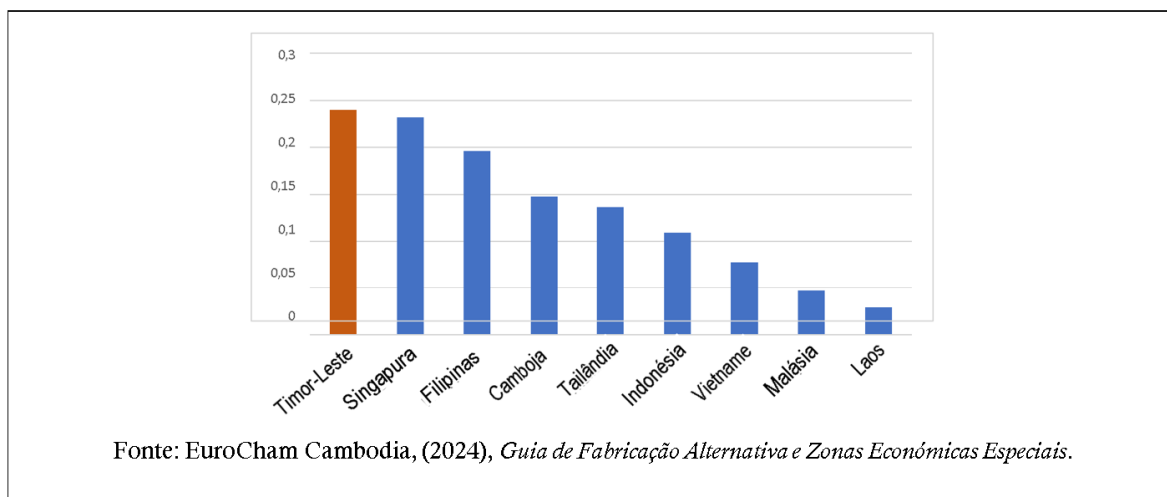
²⁹³ <https://timor-leste.gov.tl/?p=41881&lang=en>.

²⁹⁴ <https://www.tradeinvest.tl/node/13>.

²⁹⁵ EuroCham Cambodia, (2024), *Guia de Fabricação Alternativa e Zonas Económicas Especiais 2024*, pp. 27.

²⁹⁶ Market Development Facility, (2024), *Going Green – O caso de negócio para a transição para a energia solar em Timor-Leste*, pp. 3–4.

Gráfico 44: Preço da eletricidade nos países da ASEAN (USD/kWh)



Como medidas de curto prazo e realistas, o que deve ser feito para reduzir os custos dos produtores industriais é incentivá-los a reduzir o consumo de energia no processo de fabrico através de medidas políticas. A conservação de energia também beneficiará o ambiente. Por conseguinte, **os subsídios para a instalação de equipamentos de poupança de energia no setor industrial serão uma medida útil**. Por outro lado, as tarifas de eletricidade atuais constituem um obstáculo à atração de IDE, pelo que se deve **considerar o estabelecimento de tarifas especiais de eletricidade para produtores industriais em parques industriais, a fim de atrair IDE**.

6.1.2. Redução de Custos Logísticos

Medidas:

1. Criar várias instalações públicas de armazenamento integrado nas zonas rurais.
2. Criar um serviço de transporte de baixo custo, gerido pelo Estado, para produtos agrícolas, da pesca e florestais.
3. Introduzir subsídios para compensar as comissões de utilização cobradas aos exportadores.

Instituições Responsáveis:

- Prevê-se que as três ações acima referidas sejam executadas principalmente pelo MCI.
- Para concretizar as Ações 1 e 2, o MCI e o Centro Logístico Nacional (CLN) realizarão discussões para explorar a utilização de armazéns existentes nas zonas rurais e a integração das operações logísticas.
- Para concretizar a Ação 3, o MCI deverá considerar métodos como permitir que uma determinada percentagem das comissões de utilização pagas pelas empresas exportadoras seja deduzida dos impostos sobre o rendimento e das sociedades.

Situação de Referência/Contexto:

- Não existem instalações de armazenamento integradas com capacidades de preservação da qualidade em quantidade suficiente.
- Não existe um sistema de transporte que garanta um abastecimento estável.
- A taxa de utilização do porto internacional é elevada.

Resultados Esperados:

- Implementar instalações de armazenamento modernas para reduzir as perdas e permitir o transporte de grandes lotes.
- Desenvolver o mercado logístico de forma que haja concorrência leal em termos de preços e qualidade de serviço, com base nos mecanismos de mercado.
- Reforçar a competitividade internacional dos produtores industriais nacionais através da utilização estratégica de subsídios.

NB: Os subsídios à exportação são geralmente proibidos pela OMC, mas os PMA estão isentos. Estes devem ser gradualmente eliminados até Timor-Leste deixar de ser considerado PMA.

Metodologia de Monitorização e Avaliação

- Número de instalações de armazenamento em funcionamento.
- Volume de transporte das instalações de armazenamento para os mercados.
- Volume de embarques de produtos não petrolíferos a partir de portos internacionais.

Período: 2026 - 2028

Descrição

Para promover a indústria transformadora orientada para a exportação em Timor-Leste, é necessário transportar produtos de base como matérias-primas dos locais de produção para as fábricas, sendo **os custos de transporte um fator crítico diretamente ligado à competitividade internacional**. A este respeito, de acordo com a Avaliação da Capacidade Logística Digital realizada pelo Programa Alimentar Mundial, aproximadamente 65% das estradas a nível nacional e 96% das estradas em zonas rurais encontram-se em mau estado,²⁹⁷ o que constitui um importante obstáculo para o setor industrial em Timor-Leste. De acordo com o Índice Global de Qualidade das Infraestruturas de 2023, publicado pela empresa de consultoria alemã Mesopartner, Timor-Leste ocupa o último lugar entre 185 países.²⁹⁸ Embora o Banco Mundial não forneça uma pontuação para Timor-Leste no seu Índice de Desempenho Logístico (LPI), a comparação do LPI para os países da ASEAN é apresentada no Gráfico 45.

O transporte de mercadorias produzidas em Timor-Leste a partir dos locais de produção requer frequentemente percorrer longas distâncias em estradas não pavimentadas e, durante a estação das chuvas, as estradas são frequentemente cortadas por cheias, tornando a viagem impossível. No que diz respeito à situação logística atual em Timor-Leste, as opções limitadas, os horários irregulares e os custos elevados dificultam o funcionamento das operações de fabrico que procuram um abastecimento estável. Tem havido apelos ao investimento na **criação de uma cadeia de frio para manter a qualidade dos produtos e reduzir as perdas**.²⁹⁹ Embora estes pontos sejam certamente válidos em discussões superficiais, sem definir quem arcará com os custos da melhoria do atual sistema logístico, o problema permanecerá por resolver indefinidamente. É praticamente impossível que os operadores do setor privado, que procuram obter rentabilidade, transportem regularmente pequenos lotes de produtos a partir dos locais de produção de produtos de base. Os produtores de produtos de base não têm poder de negociação e são obrigados a aceitar as tarifas fixadas pelas empresas de transporte, o que resulta em custos

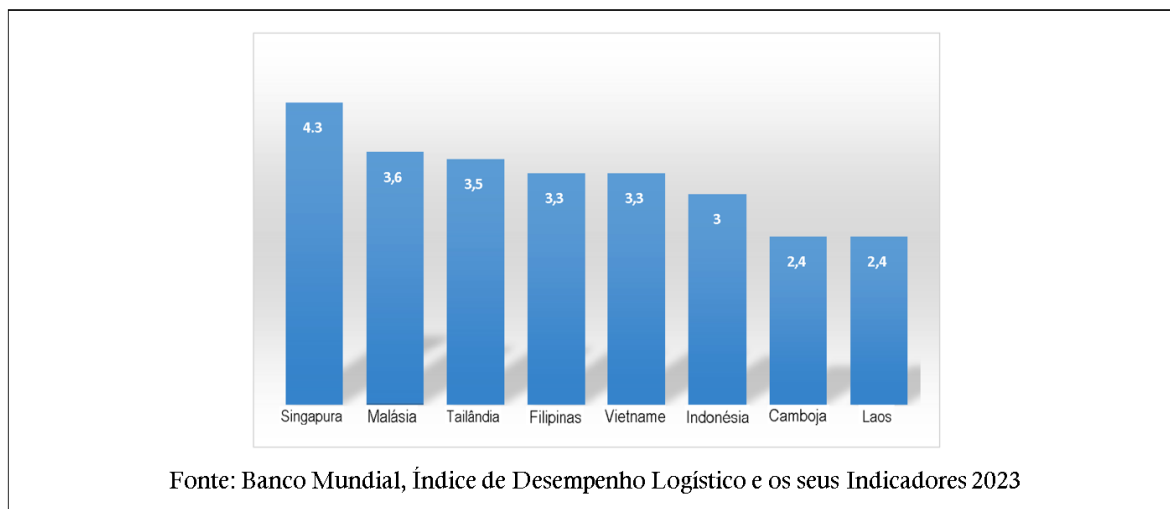
²⁹⁷ Banco Mundial, (2023), *Timor-Leste: Caminhos para a Diversificação Económica*, p. 53.

²⁹⁸ <https://gqii.org/gqii-2023/>.

²⁹⁹ Australian Aid, (2024), *Caminhos para a Diversificação Económica de Timor-Leste*, p. 60.

de transporte elevados. Consequentemente, os produtores de produtos de base são obrigados a vender as suas colheitas a preços baixos nos mercados locais ou mesmo a descartá-las.

Gráfico 45: Comparação das pontuações do LPI nos países da ASEAN



Em teoria, é possível que as entidades públicas ignorem a rentabilidade e recolham produtos agrícolas diretamente nos locais de produção. No entanto, é difícil concretizar isso nas atuais restrições orçamentais. Por conseguinte, poderá ser mais eficaz **criar instalações públicas nas áreas locais que permitam armazenar os produtos, mantendo a qualidade**. Essas instalações podem ser disponibilizadas aos produtores de matérias-primas a preços baixos. Podem estabelecer-se sistemas logísticos em que as entidades públicas transportem os produtos armazenados para fábricas de transformação ou portos internacionais a tarifas baixas fixadas pelo Estado, tendo em conta um certo nível de rentabilidade.

Além disso, dado que se considera que as **elevadas taxas de utilização portuária** afetam a competitividade internacional, **é vantajoso disponibilizar financiamento público para subsidiar uma parte dessas taxas aos produtores industriais que cumpram determinados critérios de elegibilidade**, com o objetivo de apoiar a expansão das exportações.

O Camboja estabeleceu um Plano Diretor de Transportes Intermodais Abrangente 2022-2030, atribuindo US \$30 mil milhões de dólares a 150 projetos. Da mesma forma, **Timor-Leste deve desenvolver um Plano Diretor de Investimento Público em grande escala para apoiar o crescimento económico futuro**.

6.1.3. Redução dos Custos de Investimento de Capital

Medidas:

1. Flexibilizar os requisitos de incentivos ao investimento para isentar os pequenos e médios exportadores dos direitos de importação sobre matérias-primas.
2. Introduzir um sistema para isentar de direitos de importação determinados produtores industriais na importação de maquinaria de fabrico.

Instituições Responsáveis:

- Prevê-se que as duas medidas acima referidas sejam executadas principalmente pelo Ministério das Finanças (MF), pelas Alfândegas e pela TradeInvest.
- O MCI deverá trocar pontos de vista com ambas as autoridades para promover a competitividade internacional, na perspetiva da política comercial e industrial.

Situação de Referência:

- Existem isenções de direitos de importação para promover o investimento, mas o sistema não está concebido para ser acessível aos produtores industriais e às MPME.

Resultados Esperados:

- Apoiar a indústria transformadora orientada para a exportação e construir uma estrutura industrial capaz de exportar produtos de elevado valor acrescentado.
- Aumentar a produtividade da indústria nacional e reforçar a competitividade internacional.

Metodologia de Monitorização e Avaliação

- Volume de produtos que beneficiam de isenções de direitos aduaneiros.
- Número de máquinas introduzidas através de subsídios ao investimento de capital.

Período: 2026 – 2028

Descrição

Os produtores industriais precisam introduzir maquinaria para melhorar a eficiência da produção e maximizar os lucros. Atualmente, não existem produtores industriais de maquinaria em Timor-Leste. Quase todos os produtores industriais em Timor-Leste têm de importar maquinaria de países como a Indonésia, China e Austrália e instalá-la nas suas fábricas. De acordo com entrevistas realizadas a produtores industriais, a importação de maquinaria envolve direitos aduaneiros, custos de transporte elevados do porto para a fábrica e prazos de entrega prolongados. Por conseguinte, muitos produtores industriais manifestaram que **algum tipo de subsídio ao investimento de capital seria útil.**

Os produtores industriais em Timor-Leste têm de importar matérias-primas caso não consigam obtê-las no mercado interno. Pode ser necessário **criar um sistema que reduza os custos de produção através da concessão de isenções de direitos aduaneiros, desde que os produtores exportem os produtos acabados**, criando assim incentivos à exportação e promovendo o desenvolvimento de indústrias transformadoras orientadas para a exportação.

Na Indonésia, existe um sistema denominado *Kemudahan Impor Tujuan Ekspor (KITE)*, concebido para promover a indústria transformadora orientada para a exportação. Para poderem recorrer ao KITE, os produtores industriais devem cumprir determinadas condições, nomeadamente estar registados como empresas autorizadas a exportar há, pelo menos, três

anos; gerir eletronicamente as informações de inventário, de forma acessível aos funcionários públicos; e cumprir outros requisitos. Se estas condições forem cumpridas, os direitos de importação são isentos. Ao abrigo do KITE, os produtos acabados devem ser exportados no prazo de um ano após a importação das matérias-primas, sendo aplicadas sanções aos infratores.³⁰⁰ **É vantajoso introduzir um sistema com a mesma estrutura básica no País.**

Por outro lado, o inquérito aos produtores industriais revelou que muitas empresas utilizam equipamento obsoleto para fabricar os seus produtos. Os produtores devem investir em equipamento novo para expandir a escala dos seus negócios. A fim de promover a produção nacional em Timor-Leste, **o Governo deve apoiar o investimento das empresas em equipamento. Mais concretamente, seria vantajoso introduzir um sistema que isente os produtores industriais oficialmente registados de direitos de importação quando importam maquinaria.**

A Indonésia possui um sistema denominado «Master List Facility». No âmbito do «Master List Facility», mediante a apresentação de um pedido ao Ministério do Investimento e da Indústria a Jusante (BKPM) e a obtenção da aprovação do BKPM, **as empresas que importam maquinaria para investimentos de capital ficam isentas do imposto sobre o valor acrescentado e do imposto sobre o rendimento exigidos no momento da importação.** Embora o «Master List Facility» tenha sido criticado pelos seus procedimentos complexos e demorados,³⁰¹ é eficaz na redução dos custos de investimento de capital e na promoção desse investimento. Por conseguinte, **é benéfico para Timor-Leste introduzir um sistema semelhante, com procedimentos simplificados.**

Atualmente, ao abrigo da Lei do Investimento Privado (Lei n.º 15/2017, de agosto), são concedidas isenções de direitos aduaneiros sob determinadas condições, com o objetivo de promover o investimento. Para implementar as medidas acima referidas, é necessário ponderar se serão necessárias alterações a esta lei ou novas medidas legislativas.

6.2. Medidas para o Ambiente de Negócios

Como ficou claro nas referências anteriores, desde as suas fases iniciais, a indústria transformadora em Timor-Leste estagnou-se, sem alcançar um crescimento significativo. Do ponto de vista do abastecimento de matérias-primas, **não existe um sistema logístico que permita fornecer de forma estável um volume consistente de produtos. Não existe um ambiente em que os produtores e produtores industriais possam celebrar contratos de longo prazo.** Do lado da indústria transformadora, muitos produtores carecem de informação de mercado suficiente, tal como onde e qual a quantidade de procura existente, e, sem confiança na captação de clientes, têm perdido oportunidades de expandir os seus negócios através de empréstimos bancários.

Atualmente, não existem produtores, com exceção de algumas empresas que estão a expandir-se globalmente em setores não petrolíferos. **Timor-Leste deve fomentar o desenvolvimento de empresas globais de origem local. Para tal, deve superar os desafios, um a um. Em primeiro**

³⁰⁰ [https://www.kickrate.com/export-import/what-is-kite-how-does-it-benefit-exporter-inindonesia/#:~:text=KITE%20\(Kemudahan%20Impor%20Tujan%20Ekspor\)%20é%20um,importar%20bens e%20depois%20exportá-los%20para%20o%20estrangeiro.](https://www.kickrate.com/export-import/what-is-kite-how-does-it-benefit-exporter-inindonesia/#:~:text=KITE%20(Kemudahan%20Impor%20Tujan%20Ekspor)%20é%20um,importar%20bens e%20depois%20exportá-los%20para%20o%20estrangeiro.)

³⁰¹ [https://www.linkedin.com/pulse/master-list-facility-from-indonesian-government-import-utami/.](https://www.linkedin.com/pulse/master-list-facility-from-indonesian-government-import-utami/)

lugar, deve estabelecer uma cadeia de valor que permita a exportação de matérias-primas promissoras. Ao mesmo tempo, deve atrair produtores industriais globais capazes de processar essas matérias-primas. Inicialmente, Timor-Leste deve aproveitar as redes de empresas globais para dar a conhecer os produtos fabricados no país, com o objetivo final de permitir que o país produza bens de capital, em vez de bens de consumo, a nível nacional. As ações específicas são, nomeadamente, as seguintes.

6.2.1. Criação e Início de Funcionamento do Parque Industrial

Medidas:

1. Estabelecer um conceito claro e um plano financeiro de longo prazo que garanta a presença de empresas inquilinas nos parques industriais.
2. Criar um Parque Agroindustrial com um modelo «*hub-and-spoke*».
3. Estabelecer um sistema logístico que ligue o parque industrial à capital, Díli.

Instituições Responsáveis:

- Prevê-se que as três ações acima referidas sejam executadas principalmente pelo MCI.
- O MCI articulará com o MTC, o MAPPF e a TradeInvest na perspetiva da política comercial e industrial.

Situação de Referência/Contexto:

- Não existe qualquer planeamento concreto no que diz respeito à angariação de fundos, geração de receitas e aquisição de inquilinos.
- Não existe qualquer planeamento concreto relativamente ao modelo «*hub-and-spoke*» do Parque Agroindustrial.
- A rede de distribuição de produtos nacionais não está suficientemente desenvolvida.

Resultados Esperados:

- Criar um ambiente de negócios onde os investidores estrangeiros possam investir com segurança, aumentar o IDE, alcançar receitas fiscais mais elevadas e criar postos de trabalho.
- Estabelecer um quadro que integre o desenvolvimento de cadeias de valor com o desenvolvimento de infraestruturas.
- Estabelecer uma rede logística de baixo custo e alta qualidade para os produtos agrícolas, florestais e pesqueiros nacionais.

Metodologia de Monitorização e Avaliação

- Progressos na criação de parques industriais (por exemplo, montante do orçamento garantido para a criação de parques industriais).
- Progressos na criação de parques industriais (por exemplo, fluxos de IDE, número de empresas instaladas, número de postos de trabalho criados).
- Volume de logística de e para o parque industrial e Díli.

Período: 2026 – 2028

Descrição

Para promover a indústria transformadora orientada para a exportação, é necessário atrair IDE. Para atrair IDE, é necessário resolver questões como o acesso a terrenos e o acesso a financiamento de qualidade. O desenvolvimento de infraestruturas é também essencial. Abordar estas questões a nível nacional com um orçamento limitado constitui um desafio; por isso, a criação de ZEE que concentrem recursos em áreas específicas é uma estratégia eficaz.

No entanto, existem inúmeras ZEE em todo o mundo, e aquelas que carecem de características distintivas não conseguiram ter sucesso. Por conseguinte, **é necessário estabelecer um conceito claro para as ZEE que esteja em consonância com os interesses nacionais de Timor-Leste e que seja apelativo para os investidores estrangeiros.**

Timor-Leste tem uma população agrícola numerosa, mas existe um problema de baixos rendimentos entre os trabalhadores agrícolas. Para promover a transformação agrícola e combater a pobreza, **a criação de um Parque Agroindustrial é do interesse nacional.** O Banco Mundial salientou que o investimento no setor agrícola deve ser priorizado para o desenvolvimento económico inclusivo, a segurança alimentar em Timor-Leste e a criação de emprego, e que os produtos agrícolas de valor acrescentado devem ser aumentados e a indústria de transformação alimentar deve ser promovida.³⁰²

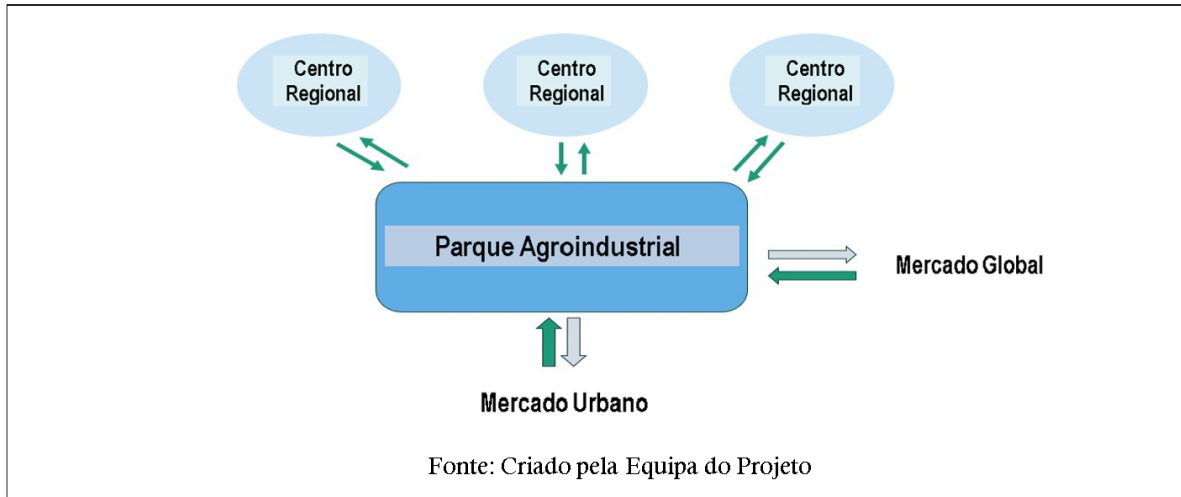
No entanto, subsistem muitos desafios para alcançar o sucesso económico no setor agrícola de Timor-Leste. Muitos dos agricultores de Timor-Leste são pequenos agricultores, e o custo do transporte de pequenas quantidades de mercadorias é elevado. Não existem instalações de armazenamento suficientes para os produtos agrícolas nas zonas rurais, e existe uma elevada probabilidade de que os produtos agrícolas se percam antes de chegarem ao consumidor. É difícil garantir a qualidade e os volumes de produção exigidos pelo mercado global, e ainda não foi estabelecido um sistema para a implementação da certificação de qualidade. Para resolver estas questões, é necessário **estabelecer um sistema de gestão da qualidade dos produtos agrícolas nas ZEE.** No entanto, as ZEE devem estar ligadas aos mercados e às explorações agrícolas.

Atualmente, o MCI identificou duas áreas como locais potenciais para o parque industrial. Foi realizado um estudo de viabilidade simples e apresentado um relatório, mas este continua incompleto. Ambos os locais candidatos apresentam uma série de questões, tais como a localização, o abastecimento de água e as relações com os residentes locais. Consequentemente, o MCI continua a sua avaliação, incluindo a consideração de novos locais candidatos.

O conceito de Parque Agroindustrial baseado no modelo «hub-and-spoke» envolve a criação de um sistema que ligue os centros regionais aos parques industriais centrais, incluindo o transporte entre as instalações de armazenamento localizadas nas zonas rurais e os parques industriais centrais. Por conseguinte, as duas ações destinadas a reduzir os custos de transporte, nomeadamente «instalações de armazenamento públicas integradas nas zonas rurais» e «criação de um serviço de transporte de baixo custo, gerido pelo setor público, para produtos agrícolas, da pesca e florestais», estão incluídas no sentido lato do modelo «hub-and-spoke» do Parque Agroindustrial. Espera-se que estas ações reduzam os custos de transporte de produtos agrícolas, da pesca e florestais e melhorem o acesso dos agricultores aos mercados.

³⁰² Banco Mundial, Relatório Económico de Timor-Leste - Caminhos para a Prosperidade, 2023, p. 40.

Figura 15: Parque Agroindustrial com modelo “hub and spoke”



No Parque Agroindustrial central, devem existir instalações de processamento equipadas com água, eletricidade, gás, ligação à Internet de alta velocidade, etc., para utilização pelas fábricas inquilinas a preços acessíveis. O Parque Agroindustrial central deve também estar equipado com instalações de refrigeração e quarentena, laboratórios de controlo de qualidade e escritórios satélite capazes de tratar de questões como a certificação de origem e os procedimentos aduaneiros.

Quadro 13: Fatores de sucesso dos parques agroindustriais

Fatores transversais de sucesso - do desenho à operação de Parques Agroindustriais	Atração de empresas e cumprimento dos objetivos de desenvolvimento
Liderança política de alto nível sustentada e mecanismos eficazes de coordenação e execução	Equilibrar o ambiente de negócios dentro e fora do Parque Agroindustrial
Continuidade das políticas, consistência, transparência e previsibilidade	Identificar e atrair as empresas alvo adequadas
Incorporar os parques agroindustriais em estratégias de desenvolvimento mais abrangentes	Passar de incentivos fiscais para incentivos não fiscais
Investigação preliminar	Remover os constrangimentos críticos que afetam as empresas alvo
Mobilização de capital de longo prazo	Equilibrar incentivos e regulamentação
Definir corretamente arranjos institucionais	Escolher corretamente a localização do parque
Aplicar uma abordagem faseada ao dimensionamento do parque e ao número de parques a desenvolver	Garantir a disponibilidade e acesso a terrenos e sua segurança
Manter flexibilidade e capacidade de resposta	Proporcionar infraestruturas de qualidade dentro e nos arredores do parque
	Assegurar uma eficiente facilitação do comércio e outros processos burocráticos
	Promover ligações a montante (backward linkages)
	Integrar Pequenas e Médias Empresas no ecossistema do Parque Agroindustrial
	Equilibrar acesso a competências, competitividade laboral, desenvolvimento da força de trabalho e criação de emprego digno

Fonte: FCDO, (2021), Parques agroindustriais: fatores de sucesso, mecanismos de incentivo e papéis dos doadores.
AIP = Parque Agroindustrial

Os parques agroindustriais estão em funcionamento em muitos países, como a Índia e a Etiópia. O programa «Agricultura Comercial para Pequenos Agricultores e Agroindústria» (CASA), gerido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Commonwealth e do Desenvolvimento (FCDO), identificou os elementos necessários para a gestão de parques agroindustriais. Estes são diretamente aplicáveis a Timor-Leste.

6.2.2. Melhorar o Acesso ao Financiamento

Medidas:

1. Estabelecer o quadro jurídico do sistema de financiamento por capitais próprios.
2. Implementar o quadro jurídico do sistema de crédito baseado em ativos.

Instituições Responsáveis:

- Prevê-se que as duas ações acima referidas sejam levadas a cabo principalmente pelo Ministério das Finanças e pelo BCTL.
- O MCI deverá trocar pontos de vista com ambas as autoridades na perspetiva da política comercial e industrial.

Situação de Referência/Contexto:

- O quadro jurídico para o financiamento por capitais próprios ainda não foi estabelecido.
- O quadro jurídico para o crédito baseado em ativos ainda não foi implementado.

Resultados Esperados:

- Estabelecer um sistema para transações internacionais de títulos.
- Melhorar o acesso ao financiamento para os produtores, permitindo diversos acordos de garantia.

Metodologia de Monitorização e Avaliação

- Número de reuniões interministeriais relacionadas.

Período: 2026 - 2031

Descrição

Melhorar o acesso ao financiamento é importante para promover a indústria transformadora.

As empresas em Timor-Leste enfrentam dois problemas: taxas de juro elevadas e dificuldades em estabelecer direitos de garantia devido à falta de clareza na propriedade fundiária. Os empréstimos bancários ao setor industrial diminuíram significativamente, dificultando a obtenção de fundos para as operações comerciais.

De acordo com o BCTL, a taxa de juro média dos empréstimos bancários em 2024 foi de 10,5%, com exigência de garantias no valor de 325% do montante do empréstimo. **Do ponto de vista das instituições financeiras, é necessário compensar o risco de incumprimento dos empréstimos com garantias.** Tendo em conta as condições reais das empresas do setor privado, não se pode afirmar necessariamente que as taxas de juro no País sejam demasiado elevadas. Por outro lado, para as MPME, a taxa de juro atual é demasiado elevada, o que leva a uma falta de recurso ao crédito bancário. Em resposta, o Governo implementou um programa de crédito a juros baixos, com uma taxa de juro de 3% para as MPME. Este programa é um sistema em que o Governo assume efetivamente parte do risco, o que se espera que contribua para o desenvolvimento do setor industrial. Como medida importante, tendo em conta os potenciais efeitos adversos nos mercados financeiros, sob critérios de seleção rigorosos, **o Governo deve expandir o atual programa de empréstimos a juros baixos, sensibilizar as empresas para o programa e implementá-lo com um maior enfoque no apoio à indústria transformadora.**

Dada a atual estagnação da indústria transformadora em Timor-Leste, **é necessário dinamizar o sistema de crédito a juros baixos.** Para tal, as leis e regulamentos relevantes devem ser alterados de modo a implementar as medidas necessárias. Mais concretamente, isto inclui a

introdução de um sistema de financiamento por capitais próprios e de um sistema de crédito baseados em ativos (ABL).

Os métodos típicos de angariação de fundos para as operações comerciais de uma empresa incluem o financiamento por dívida e o financiamento por capital próprio. O financiamento por dívida envolve a obtenção de fundos junto de financiadores, tais como bancos ou organizações de financiamento de capital, sendo a empresa mutuária obrigada a reembolsar o montante emprestado acrescido de juros dentro de um prazo especificado.³⁰³ O financiamento por capital próprio envolve a angariação de fundos através da venda de participações sociais, sendo que os produtos comuns de financiamento por capital próprio incluem o investimento patrocinado, o capital de risco e o capital privado.³⁰⁴ Embora o financiamento por dívida e o financiamento por capital próprio tenham as suas vantagens e desvantagens, em geral, o financiamento por capital próprio é considerado mais vantajoso para *start-ups* promissoras que procuram angariar fundos rapidamente. **Em Timor-Leste, onde muitas empresas se encontram em fase inicial, o desenvolvimento de sistema de financiamento através de capital próprio é considerado benéfica. No entanto, é difícil prever, nesta fase, transações de uma dimensão que justifique a criação de um mercado de Bolsa de Valores. Por conseguinte, seria vantajoso estabelecer um quadro jurídico que permita a negociação de um número reduzido de títulos de capital privado e proteja os investidores.**

Em Timor-Leste, a propriedade fundiária é historicamente complexa, o que dificulta o estabelecimento de direitos de garantia imobiliária. Timor-Leste dispõe de um Regime Especial para a Definição da Titularidade dos Bens Imóveis (Lei n.º 13/2017, de 5 de junho) que regula a propriedade de bens imóveis e a indemnização, bem como de uma lei sobre a informação do registo predial (Decreto-Lei n.º 65/2022, de 31 de agosto). No entanto, a propriedade efetiva da terra permanece ambígua, mesmo no que diz respeito à distinção entre terrenos do domínio público e terrenos do domínio privado. Por conseguinte, como meio eficaz para resolver esta questão, o ABL é considerado uma opção viável.

O ABL não é um sistema de financiamento que utilize bens imóveis como garantia, mas sim um sistema que concede financiamento utilizando uma lista de contas a receber, existências, maquinaria e propriedade industrial como garantia.³⁰⁵ O ABL permite que as empresas que não possuem bens imóveis obtenham financiamento proporcional à sua dimensão. A questão da propriedade fundiária em Timor-Leste não é algo que possa ser resolvido a curto prazo, e o desenvolvimento de maquinaria e equipamento, bem como dos direitos de propriedade intelectual, ainda se encontra numa fase inicial. No entanto, existem contas a receber e, se estas puderem ser utilizadas como garantia para obter financiamento, seria mais fácil expandir as operações comerciais. Por conseguinte, é importante alterar as leis e regulamentos relevantes para estabelecer o ABL, de modo a criar um melhor ambiente empresarial.

De qualquer forma, **para revitalizar a economia, é essencial reforçar as instituições financeiras, alargar a gama de produtos financeiros e estabelecer leis e regulamentos para proteger os investidores**, sendo necessário lançar debates interministeriais sobre estas questões.

³⁰³ <https://corporatefinanceinstitute.com/resources/commercial-lending/debt-financing/>

³⁰⁴ <https://www.british-business-bank.co.uk/business-guidance/guidance-articles/finance/what-is-equity-finance.>

³⁰⁵ <https://business.bofa.com/en-us/content/what-is-asset-based-lending-how-it-works.html>

6.2.3. Criação de um sistema de aplicação das leis e regulamentos económicos

Medidas:

1. Estabelecer um sistema de aplicação da lei de concorrência e relações de cooperação com as autoridades dos Estados-Membros da ASEAN.
2. Estabelecer um sistema de aplicação do Código de Propriedade Industrial e relações de cooperação com as autoridades dos Estados-Membros da ASEAN.

Instituições Responsáveis:

- Prevê-se que as duas ações acima referidas sejam levadas a cabo principalmente pelo MCI.
- O MCI trocará pontos de vista com o MCAE na perspetiva da política comercial e industrial.
- Se a criação de uma agência independente se revelar difícil, o MCI considerará a possibilidade de criar um departamento especializado no seio do próprio MCI.

Situação de Referência/Contexto:

- Já existe uma Lei da Concorrência (Lei n.º 1/2026, de 25 de março).
- O Projeto de Lei do Código da Propriedade Industrial está em processo legislativo no Parlamento Nacional.

Resultados Esperados:

- Participação em redes de cooperação entre as autoridades de concorrência dos Estados-Membros da ASEAN.
- Participação em redes de cooperação entre as autoridades de propriedade industrial dos Estados-Membros da ASEAN.

Metodologia de Monitorização e Avaliação

- Progressos nos preparativos para a criação de uma autoridade ou departamento da concorrência (por exemplo, número de reuniões com as autoridades dos Estados-Membros da ASEAN e da CPLP).
- Progressos nos preparativos para a criação de uma autoridade ou departamento responsável pela propriedade industrial (por exemplo, número de reuniões com as autoridades dos Estados-Membros da ASEAN e da CPLP).

Período: 2026 - 2028

Descrição

Para revitalizar a indústria transformadora em Timor-Leste, é essencial atrair IDE. O IDE traz know-how na área da indústria transformadora e espera-se que crie postos de trabalho.

Quando os investidores estrangeiros tomam decisões de investimento, analisam os riscos e retornos através de uma *due diligence*. Nesses casos, o estado da regulamentação económica, como a legislação da concorrência e a legislação da propriedade intelectual, torna-se um fator importante. Isto porque a insuficiência de vias de recurso legais contra atividades anticoncorrenciais e violações da propriedade intelectual representa riscos significativos.

A entrada em vigor da lei da concorrência é também significativa no que diz respeito à adesão à ASEAN, que ocorreu no dia 26 de outubro de 2025. No roteiro para a adesão à ASEAN, adotado em maio de 2023, havia três categorias: 66 acordos que deviam ser (e foram) celebrados antes da adesão à ASEAN, 48 acordos que devem ser celebrados no prazo de dois anos após a adesão e 106 acordos que devem ser celebrados no prazo de cinco anos após a adesão.

Na categoria de acordos que devem ser concluídos no prazo de dois anos após a adesão, está previsto que Timor-Leste conclua o Acordo-Quadro da ASEAN sobre Concorrência (AFAC). O AFAC é um acordo com os seguintes objetivos. Nomeadamente, (i) fomentar um ambiente

empresarial justo e competitivo na ASEAN e reforçar a eficiência económica e o crescimento e desenvolvimento inclusivos, (ii) reforçar a cooperação e a coordenação, em particular nas atividades de investigação e de aplicação da lei, (iii) promover a internalização da política de concorrência nas políticas económicas regionais e nacionais, (iv) reforçar a capacidade dos Estados-Membros para combater as atividades anticoncorrenciais e, (v) apoiar a integração económica regional e contribuir para a criação de uma ASEAN competitiva, inovadora e dinâmica.³⁰⁶ Por outras palavras, Timor-Leste não só deve criar uma autoridade da concorrência no prazo de dois anos, como também deve ser capaz de cooperar com outros Estados-Membros na aplicação da legislação da concorrência.

Por outro lado, Timor-Leste aderiu formalmente à OMC em 2024 está obrigado a cumprir o Acordo da OMC sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (TRIPS). O TRIPS é um acordo abrangente que cobre direitos de autor, marcas registadas, indicações geográficas, desenhos industriais, patentes, esquemas de circuitos integrados e segredos comerciais, e funciona como um acordo de normas mínimas.³⁰⁷

O roteiro para a adesão à ASEAN estipulava que o Acordo-Quadro da ASEAN sobre Cooperação em matéria de Propriedade Industrial deveria ser celebrado no prazo de dois anos após a adesão. Este acordo foi assinado pelos 10 Estados-Membros da ASEAN e, para a sua implementação, foi criado o Grupo de Trabalho da ASEAN sobre Cooperação em matéria de Propriedade Industrial (AWGIPC) entre as autoridades de propriedade industrial dos Estados-Membros da ASEAN. Após a adesão à ASEAN, Timor-Leste deve implementar a cooperação interinstitucional em matéria de aplicação da lei através do AWGIPC.³⁰⁸ Isto significa que, para além de criar uma autoridade de propriedade industrial no prazo de dois anos, Timor-Leste é obrigado a atingir um nível que lhe permita cooperar na aplicação das leis de propriedade industrial.

Uma das áreas mais importantes para a aplicação dos direitos de propriedade industrial é a contrafação. Os produtos contrafeitos constituem uma ameaça à inovação, à segurança dos consumidores e à concorrência leal, além de prejudicarem o desenvolvimento do setor industrial. De acordo com a OCDE, o valor dos produtos contrafeitos comercializados em 2021 atingiu US \$467 mil milhões de dólares, representando 2,3% das importações.³⁰⁹ Considera-se que a aplicação de medidas contra a contrafação afeta a atratividade do IDE, sendo necessário demonstrar medidas robustas.

6.3. Medidas em Matéria de Informações Comerciais

Quando a informação se concentra num dos lados, as funções do mercado não funcionam adequadamente e ocorre uma falha de mercado. A assimetria de informação refere-se a uma situação em que uma das partes de uma transação possui mais informação do que a outra parte. A redução do fosso de informação entre as zonas urbanas e rurais em Timor-Leste e entre Timor-

³⁰⁶ <https://www.phcc.gov.ph/resource-details/pcc-successfully-concludes-final-round-negotiation-of-asean-frameworkagreement-on-competition>.

³⁰⁷ https://www.wto.org/english/tratop_e/trips_e/trips_e.htm.

³⁰⁸ <https://www.aseanip.org/about>.

³⁰⁹ <https://www.oecd.org/en/topics/counterfeit-and-pirated-goods.html>.

Leste e os seus parceiros comerciais no estrangeiro contribuirá para a eficiência e equidade do mercado. As ações específicas são as seguintes.

6.3.1. Fornecimento de informações sobre o mercado global

Medidas:

1. Estabelecer a estrutura organizacional e desenvolver recursos humanos para instituições públicas capazes de fornecer serviços de desenvolvimento empresarial.
2. Criar um sítio de internet público fiável que forneça as informações mais recentes sobre o mercado nacional e mundial, incluindo para os operadores empresariais nacionais.
3. Criar uma plataforma multilingue de correspondência de oportunidades de negócios.
4. Considerar a criação de um sistema através do qual as empresas registadas possam utilizar os dois serviços acima mencionados numa única plataforma integrada.

Instituições Responsáveis:

- Prevê-se que a Ação 1 seja executada principalmente pelo MCI e pelo IADE.
- Prevê-se que a Ação 2 e a Ação 3 sejam executadas principalmente pelo MCI e pela TradInvest.
- A Ação 4 deverá ser executada principalmente pelo MCI.
- O MCI trocará pontos de vista com a TradInvest e a IADE na perspetiva da política comercial e industrial.

Situação de Referência/Contexto Atual:

- Existe uma estrutura organizacional para os Serviços de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial destinados às MPME, mas carece de reforço.
- Não existem sites públicos que forneçam informações sobre os mercados nacionais e internacionais.
- As empresas não conseguem conduzir negociações numa única plataforma quando utilizam diferentes idiomas.
- Não existe uma plataforma de serviços de desenvolvimento empresarial integrada que abranja tudo, desde a informação até ao emparelhamento de negócios.

Resultados Esperados:

- Criar um ambiente empresarial onde empresas de todo o mundo possam aceder a vários serviços de desenvolvimento empresarial.
- Criar um ambiente empresarial onde investidores nacionais e internacionais possam obter informações de mercado fiáveis.
- Reduzir barreiras linguísticas entre empresas nacionais e estrangeiras.
- Criar uma plataforma de serviços de desenvolvimento empresarial integrada.

Metodologia de Monitorização e Avaliação

- Número de visualizações de páginas do site.
- Número de reuniões interministeriais relacionadas.

Período: 2026 - 2031

Descrição

O Governo criou o Portal de Informação Comercial em abril de 2024, com o apoio de doadores, e já iniciou as suas operações. Este portal fornece informações sobre leis e regulamentos relacionados com o comércio e os procedimentos necessários em Timor-Leste. No entanto, não existe atualmente em Timor-Leste nenhum sítio de internet de informação pública fiável que

forneça informações sobre os mercados nacionais e internacionais, nem existe um sítio de internet com funções de correspondência de oportunidades de negócios.

Entrevistas com produtores nacionais revelaram que muitos produtores industriais não tinham perspetivas de vender os seus produtos. Um produtor comentou que o Governo devia fornecer informações úteis sobre onde existe procura, tanto a nível nacional como internacional. Muitos produtores em zonas rurais queixaram-se da falta de informações sobre o mercado.

Para dar resposta às preocupações dos produtores industriais de Timor-Leste, **seria vantajoso disponibilizar informações de mercado fiáveis, tais como as tendências do mercado em Díli, as tendências da procura no estrangeiro e informações sobre os procedimentos necessários para o comércio com os principais países parceiros, através de um sítio de internet público de confiança.**

Seria ainda mais benéfico criar um portal com uma função de correspondência de oportunidades de negócios que possa ligar a procura interna e externa aos produtores e permita aos utilizadores consultar, através do site, funcionários dos serviços públicos com conhecimentos especializados ou investidores.

Uma vez que Timor-Leste ainda carece da **infraestrutura necessária para prestar Serviços de Desenvolvimento Empresarial**,³¹⁰ **a criação dessa infraestrutura e o desenvolvimento de recursos humanos serão a primeira prioridade.**

O Comité de Coordenação da ASEAN para as Micro, Pequenas e Médias Empresas (ACCMSME) lançou, em 2022, uma plataforma de correspondência de oportunidades de negócios denominada **ASEAN Access MATCH**. O ACCMSME afirma que esta plataforma irá reduzir a necessidade de viajar para se encontrar com potenciais clientes e os custos de viagem associados.³¹¹ No entanto, as negociações comerciais não podem ser conduzidas em Tétum, e não é claro quantos produtores de Timor-Leste poderão utilizar este serviço. O Governo deve promover a utilização do *ASEAN Access Match* e prestar apoio para superar as barreiras linguísticas.

A Malásia criou um sítio de internet informativo para as MPME chamado *MyAssist MSME*. Este sítio de internet estabelece ligações entre as MPME e empresas ligadas ao governo, hipermercados e outras multinacionais.³¹² **Seria benéfico criar um sítio de internet semelhante em Timor-Leste para complementar o ASEAN Access.**

A propósito, há relatos de que a correspondência de oportunidades de negócios é eficaz para pequenas empresas em crescimento com potencial significativo e ambição de expansão, mas não para pequenas empresas que sustentam meios de subsistência, que começam e são concebidas para permanecer assim.³¹³ Se for esse o caso, é provável que seja necessária uma mudança de mentalidade entre os operadores do setor privado em Timor-Leste.

³¹⁰ Os serviços de desenvolvimento empresarial são geralmente definidos como serviços não financeiros que permitem às empresas reforçar a sua competitividade e melhorar o seu desempenho numa vasta gama de atividades, (ERIA, OCDE, (2024), *Índice de Políticas para as PME: ASEAN 2024 - Promover o Crescimento Sustentável e a Digitalização*), p. 19.

³¹¹ <https://asean.org/aseans-flagship-sme-information-and-business-matching-portal/>.

³¹² EDRIA, OCDE, (2020), *Índice de Políticas para as PME: ASEAN 2024 - Promover o Crescimento Sustentável e a Digitalização*, p. 127.

³¹³ Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit, (2019), *Correspondência entre Empresas e Investidores*, p. 13.

6.3.2. Publicidade e Promoção dos Produtos de Timor-Leste no Estrangeiro

Medidas:

Lançar uma iniciativa para promover os produtos nacionais, formar uma equipa interministerial com um slogan unificado e levar a cabo as ações de promoção necessárias para produtos promissores e bens de valor acrescentado.

Instituições Responsáveis:

- Espera-se que a TradeInvest e o MCI sejam os principais responsáveis pela execução destas ações.

Situação de Referência/Contexto:

- Não existe uma marca nacional que permita aos investidores estrangeiros imaginar os produtos de Timor-Leste

Resultados Esperados:

- Criar uma marca nacional que promova uma imagem positiva junto dos investidores estrangeiros e gere novos IDE.

Metodologia de Monitorização e Avaliação

- Inquérito sobre as perceções dos visitantes estrangeiros (por exemplo, percentagem de pessoas que gostariam de voltar).

Período: 2026 – 2031

Descrição

Timor-Leste não possui uma indústria transformadora suficientemente desenvolvida, mas dispõe de produtos básicos promissores. Atualmente, o ideal seria processar esses produtos básicos tanto quanto possível, acrescentar-lhes valor e exportá-los. No entanto, objetivamente, Timor-Leste ainda não atingiu essa fase. O primeiro passo consiste **em estabelecer um sistema capaz de garantir a qualidade e a quantidade dos produtos básicos promissores e avançar de forma constante através da sua exportação para o estrangeiro como matérias-primas para produtores.**

Os produtos que têm sido considerados promissores em Timor-Leste pelos doadores até à data são, muitas vezes, aqueles que os doadores individuais têm promovido no âmbito dos seus próprios projetos. No entanto, tendo em conta a dinâmica do mercado global e a importância da conservação das espécies, é necessário reavaliar se estes produtos são verdadeiramente promissores. **Timor-Leste precisa de reexaminar e identificar quais dos seus próprios produtos são economicamente promissores.**

É necessário reorganizar os produtos promissores e, em seguida, promovê-los nos mercados internacionais com a colaboração de toda a nação. Seria eficaz **consolidar as atividades de promoção conduzidas separadamente pelo Ministério da Agricultura, Pecuária, Pescas e Florestas, pelo Ministério do Comércio e Indústria e pela TradeInvest numa iniciativa unificada, promovê-las sob um único slogan e expandir os esforços de promoção nos**

mercados internacionais. Os produtos considerados promissores em Timor-Leste tendem a ter uma estrutura de mercado em que a produção, as exportações e as importações se concentram em países específicos.

Desenvolver estratégias detalhadas para visar mercados em países com procura significativa para cada produto e implementar campanhas de promoção em conformidade. Em primeiro lugar, é razoável **selecionar estrategicamente os destinos de venda das matérias-primas para cada produto, restringir os alvos e promover o IDE (Investimento Direto Estrangeiro) numa perspetiva de transferência de tecnologia e segurança no emprego.** Por exemplo, alguns dos produtos de Timor-Leste podem ser difíceis de exportar diretamente para a China como matérias-primas devido a questões de certificação de qualidade. Nesses casos, exportar matérias-primas para empresas globais de capital chinês que operam na Indonésia e fazer com que estas as transformem em produtos acabados para venda no mercado chinês poderia ser uma opção viável.

Países de todo o mundo esforçam-se por vender os seus produtos no mercado global. Neste contexto, o Japão lançou a iniciativa «Cool Japan» como estratégia nacional para promover os produtos japoneses no estrangeiro. No entanto, a iniciativa «Cool Japan» enfrentou inicialmente críticas significativas, sendo considerada um projeto falhado devido aos seus elevados défices,³¹⁴ e esteve à beira da dissolução. Desde então, foi reformulada com uma nova estratégia e relançada como uma iniciativa renovada.³¹⁵ O governo japonês realizou uma análise detalhada das razões pelas quais o projeto inicial «Cool Japan» falhou, e algumas dessas conclusões podem servir como lições valiosas para Timor-Leste. Especificamente, a iniciativa inicial «Cool Japan» foi criticada por não avaliar quantitativamente a diferença entre os valores-alvo e os resultados reais, pela falta de colaboração intersectorial e pela realização de avaliações inadequadas das necessidades no terreno,³¹⁶ entre outras questões. Estas conclusões são úteis para esforços de promoção de Timor-Leste. A nova iniciativa «Cool Japan» utiliza métricas como o volume de vendas de produtos nacionais, a percentagem de pessoas que se sentiram inspiradas a viajar para o Japão e a percentagem de pessoas que desenvolveram um apreço pelo Japão. Estas métricas podem servir de referência para Timor-Leste.

Em resumo, **seria benéfico lançar uma iniciativa para promover os produtos de Timor-Leste no estrangeiro, formar uma equipa intersectorial, criar um plano global e avaliar quantitativamente os valores-alvo e os resultados reais, investigar exaustivamente as necessidades dos mercados-alvo, organizar a informação e disponibilizá-la gratuitamente aos produtores de matérias-primas, produtores industriais e outras partes interessadas.**

A ASEAN e os seus países parceiros organizam frequentemente eventos de *matchmaking* empresarial. Por exemplo, em 2025, o Japão e a ASEAN realizaram um evento de *matchmaking* empresarial destinado a *startups*.³¹⁷ Os eventos agrícolas para 2025 nos Estados-Membros da ASEAN incluem, entre outros:

³¹⁴ <https://www.asahi.com/ajw/articles/14774650>.

³¹⁵ <https://www.straitstimes.com/asia/east-asia/japan-reboots-its-cool-japan-soft-power-initiative-despite-past-missteps>.

³¹⁶ <https://techcollectivesea.com/2025/04/17/agritech-and-agriculture-events-in-southeast-asia-2025/>.

³¹⁷ <https://www.krungsribusinesslink.com/en/knowledge-and-activities/japan-asean-startupbusinessmatchingfair2025>.

- *Future Food Asia 2025 e Agri-Food Tech Expo Asia 2025*, em Singapura;
- *Agri Malaysia 2025*, na Malásia;
- *Agri Vietnam 2025*, no Vietname
- *Growtech Jakarta 2025*, na Indonésia
- *Agri Expo Thailand 2025*, na Tailândia e
- *Agrilink/Foodlink/Aqualink 2025*, nas Filipinas.³¹⁸

A participação ativa nestes eventos é considerada benéfica de várias formas, incluindo a recolha de informações e a defesa de interesses.

6.4. Medidas para a formação de recursos humanos industriais

O desenvolvimento de recursos humanos industriais refere-se à formação de pessoal capaz de satisfazer as necessidades do mercado. O desenvolvimento de recursos humanos industriais distingue-se da formação académica, que se centra na prossecução dos interesses pessoais.

Quando as empresas estabelecem bases no estrangeiro, realizam estudos não só sobre o nível das despesas com pessoal, mas também sobre o número de funcionários que podem contratar e a qualidade da mão de obra. O tipo de pessoal procurado para funções de gestão difere naturalmente daquele procura-se pessoal geral, e as indústrias de mão-de-obra intensiva requerem um grande número de pessoal geral com baixos salários.

Timor-Leste projeta exportar os seus produtos promissores para os mercados internacionais; por isso, precisa de desenvolver recursos humanos com os conhecimentos especializados necessários para fornecer a quantidade e qualidade exigidas pelo mercado. Isto requer o aumento do nível de escolaridade das pessoas envolvidas na agricultura e noutros setores relacionados.

Uma vez que Timor-Leste deve promover a digitalização em vários domínios e melhorar a eficiência, **o mercado procura recursos humanos com competências avançadas em TIC.** Para gerir negócios de forma eficiente, é necessário ser capaz de utilizar a análise económica e, numa perspetiva de conformidade rigorosa, a capacidade de interpretar textos jurídicos de forma adequada. Serão necessários programas de educação que possam dotar a elite destas competências avançadas.

Por outro lado, no que diz respeito ao pessoal em geral, é necessário desenvolver recursos humanos capazes de trabalhar de acordo com os termos de referência, manter a motivação para melhorar continuamente as suas tarefas e desempenhar as suas funções de uma forma considerada normal. As ações específicas são as seguintes:

³¹⁸ <https://techcollectivesea.com/2025/04/17/agritech-and-agriculture-events-in-southeast-asia-2025/>.

6.4.1. Desenvolvimento de recursos humanos industriais com competências exigidas pelo mercado

Medidas:

1. Criar um programa de apoio ao desenvolvimento de recursos humanos industriais, destinado a formadores em escolas e empresas.
2. Criar um programa de apoio à formação técnica e profissional e formação para a população das zonas rurais, especialmente para as mulheres.

Instituições Responsáveis:

- O Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura (MESCC), o Ministério da Educação (ME), a Secretaria de Estado da Formação Profissional e da Política de Emprego (SEFOPE) e o Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Mão-de-obra (INDMO) implementarão conjuntamente estas ações.
- O MCI trocará pontos de vista com a TradeInvest e a IADE na perspetiva da política comercial e industrial.

Situação de Referência/Contexto:

- Tanto os recursos humanos altamente qualificados como os pouco qualificados são insuficientes em áreas de elevada procura, tais como a indústria transformadora e a gestão empresarial.
- Os ministérios e organismos competentes estão a colaborar para lançar programas de EFP (Educação e Formação Profissional) voltados para a agricultura e as pescas. No entanto, não existem programas de EFP para o setor industrial.

Resultados Esperados:

- Estabelecer um sistema de reforço de capacidades para profissionais com conhecimentos especializados avançados, de modo a satisfazer as necessidades da indústria transformadora.
- Estabelecer um sistema de capacitação de recursos humanos industriais para responder às necessidades da indústria transformadora.

Metodologia de Monitorização e Avaliação

- Número de programas de desenvolvimento de recursos humanos industriais implementados.

Período: 2026 - 2031

Descrição

Os recursos humanos industriais são geralmente definidos como indivíduos que possuem experiência e competências necessárias para concretizar a estratégia de crescimento de uma empresa num determinado setor industrial. Isto não se limita aos domínios da engenharia mecânica centrados na produção. Os recursos humanos industriais são indivíduos que contribuem para o desenvolvimento de uma empresa através do desenvolvimento de novos produtos e serviços, da melhoria da produtividade e de outras atividades. Por exemplo, a indústria transformadora inclui engenheiros que lideram o desenvolvimento de novos produtos, pessoal que trabalha para melhorar a eficiência da produção e pessoal envolvido na garantia de um rigoroso controlo de qualidade.

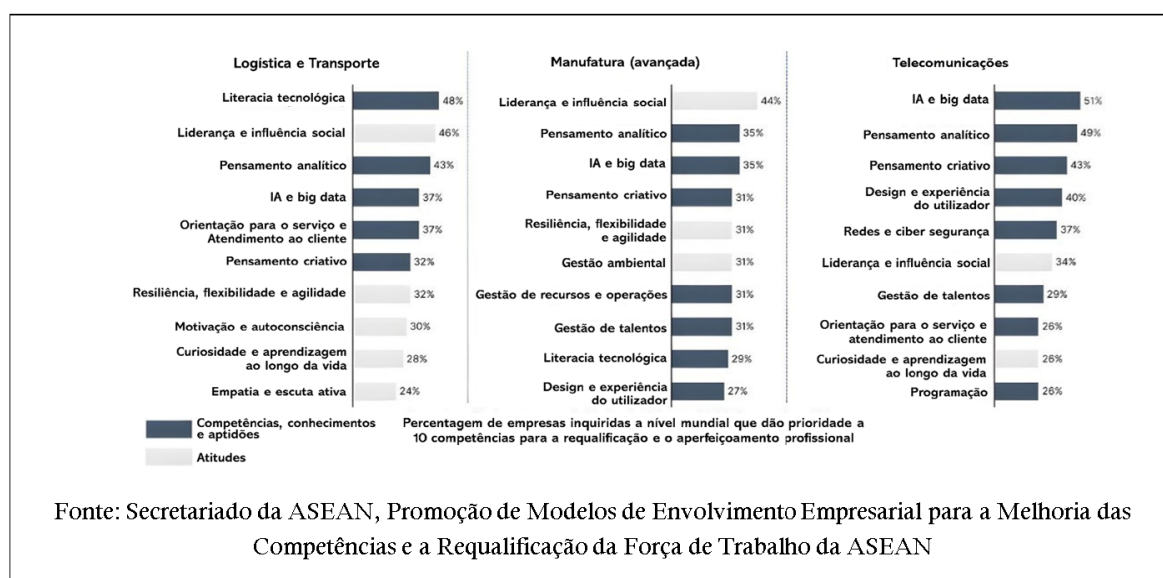
A este respeito, por exemplo, o Ministério da Economia, Comércio e Indústria do Japão (METI) identifica que os seguintes elementos são necessários como competências básicas para os recursos humanos industriais: a capacidade de tomar iniciativa, a capacidade de pensar

criticamente e a capacidade de trabalhar em equipa.³¹⁹ Este conceito também se aplica a Timor-Leste.

O setor industrial em Timor-Leste ainda se encontra numa fase inicial e ainda não atingiu um nível que exija tecnologia avançada. No entanto, é essencial formar formadores com uma visão de longo prazo. De acordo com um inquérito realizado pelo Secretariado da ASEAN, o setor industrial necessita particularmente de talentos na área das tecnologias da informação.³²⁰ Para satisfazer a procura do mercado por recursos humanos com elevados conhecimentos em tecnologias da informação e criatividade, **é necessário formar indivíduos com competências avançadas em tecnologias da informação que possam vir a desempenhar funções de formadores.**

A este respeito, a ASEAN adotou a Declaração da ASEAN sobre o Desenvolvimento de Recursos Humanos para o Mundo do Trabalho em Mudança na Cimeira da ASEAN de 2020. A declaração salienta a importância de promover competências e qualificações orientadas para a procura no âmbito do Ensino e Formação Técnica e Profissional (TVET) e reconhece a importância de pessoal docente qualificado com investigação atualizada sobre tecnologia avançada.³²¹

Gráfico 46: Priorização da melhoria de competências e da requalificação por setor



A Reunião dos Ministros do Trabalho da ASEAN, a Reunião dos Ministros da Educação da ASEAN e a Reunião dos Ministros da Economia da ASEAN colaboraram para criar o Conselho de EFP da ASEAN (ATC) em 2020. Com base no Plano de Trabalho do ATC para 2021-2023, o ATC está empenhado em abordar questões como o acesso inclusivo, a fim de garantir a EFP para as comunidades rurais e regionais.³²²

³¹⁹ <https://www.meti.go.jp/policy/economy/jinzai/Ecforthe100-yearlife.pdf>.

³²⁰ Secretariado da ASEAN, (2025), Promoção de Modelos de Envolvimento Empresarial para a Melhoria das Competências e a Requalificação da Força de Trabalho da ASEAN, p.39.

³²¹ <https://asean.org/wp-content/uploads/2020/06/ASEAN-Declaration-on-Human-Resources-Development-for-the-ChangingWorld-of-Work.pdf>.

³²² <https://sea-vet.net/news/1674-asean-tvet-council-advances-inclusive-skills-in-rural-and-regional-communities>.

O acesso à TVET é reconhecido como uma questão grave na ASEAN, com os programas de TVET concentrados em áreas urbanas de rendimento elevado, deixando os jovens em áreas rurais de baixo rendimento sem acesso a tais programas devido a limitações como custos de transporte e propinas dos cursos de formação.³²³

Por outro lado, as MPME operam frequentemente com margens reduzidas, carecem de recursos financeiros para investir na formação dos seus colaboradores e enfrentam o risco de que os colaboradores que adquirem novas competências venham a deixar a empresa para aceitar empregos com salários mais elevados. Consequentemente, há poucos incentivos para que estas empresas ofereçam formação que permita aos seus colaboradores adquirir novas competências.³²⁴

Tendo em conta o exposto, é vantajoso implementar um programa de formação de formadores e um sistema de apoio financeiro destinado a jovens de zonas rurais, especialmente mulheres, para facilitar o seu acesso ao ensino e formação técnica e profissional. A formação em ética profissional é também considerada necessária para formar profissionais capazes de ter sucesso no mundo empresarial.

³²³ OCDE, (2023), *Estratégia de Competências da OCDE para o Sudeste Asiático: Competências para a Recuperação e o Crescimento Pós-Covid*, pp.

³²⁴ Secretariado da ASEAN, (2025), *Promoção de Modelos de Envolvimento Empresarial: Melhoria das Competências e Reciclagem Profissional da Força de Trabalho da ASEAN*, p. 45.

BIBLIOGRAFIA

- Adam Sendall & Luis Gusmão, TOMAK, (2018), *Análise da Cadeia de Valor das Especiarias em Timor-Leste*.
- ADB, (2015), *Crescimento da economia não petrolífera - uma avaliação do setor privado para Timor-Leste*.
- ADB, (2025), *ASIA Small and Medium-Sized Enterprise Monitor 2024, Volume II: Tendências e desafios enfrentados pelas pequenas empresas em Timor-Leste – Principais conclusões do inquérito*.
- Akinyoade A., Kazimierzczuk A.H., Ekumankama O. Agbaje T., Dietz A.J., (2020), *Cadeia de valor do sorgo na Nigéria*.
- Associação Unida do Coco das Filipinas, (2024), *Exportação filipina de produtos de coco aumenta em setembro*.
<https://ucap.org.ph/news-manager/2024/10/philippine-export-of-coconut-products-up-in-september-1/>
- Australian Aid, (2024), *Vias de Diversificação Económica de Timor-Leste*.
- Banco Mundial, (2017), *A economia do cultivo de cravo-da-índia na Indonésia*.
- Banco Mundial, (2023), *Relatório Global sobre Algas Marinhas – Mercados Novos e Emergentes 2023*.
- Banco Mundial, (2023), *Timor-Leste: Caminhos para a Diversificação Económica*.
- Banco Mundial, *Relatório Económico de Timor-Leste – Formas de Alcançar a Prosperidade, 2023*.
- Banco Mundial, (2024), *Relatório Económico de Timor-Leste – Aproveitar a Adesão à OMC para a Transformação Económica*.
- Banco Mundial, (2021), *Guia sobre o cultivo sustentável de baunilha*.
- Banco Mundial, (2023), *Aproveitar as Oportunidades de uma Vida – A Análise do Capital Humano de Timor-Leste*.
- Banco Mundial, UNESCO, OIT, (2023), *Construir melhores sistemas formais de EFP – Princípios e práticas em países de rendimento baixo e médio*.
- Banco Mundial, (2024), *Relatório Económico de Timor-Leste – Adequado ao Objetivo: Construir um Setor Financeiro Estável, Inclusivo e Resiliente*.
- Banco Mundial, (2025), *Relatório Económico de Timor-Leste – Dos Recursos aos Resultados: Transformar a Despesa Pública em Crescimento Elevado*.
- BCTL, (2024), *Desempenho Económico de Timor-Leste 2024*.
- Canda Nuraini, Ernoiz Antriyandarti, Octaviana Helbawanti, Wahyu Adhi Saputro, (2023), *Impacto da altitude no preço do konjac num contexto de restrições às exportações para a China*. Associação Asiática do Cacau, (2024), *The Asian Cocoa Paper*.
- Centro ASEAN-Japão, (2022), *Branding e Merchandising para a Indústria do Artesanato e dos Têxteis Tradicionais*.
- Centro Australiano de Investigação Agrícola Internacional, (2019), *Fórum Regional sobre Sândalo*.
- Comunidade Internacional do Coco, (2025), *Análise de Mercado do Óleo de Coco*,
<https://coconutcommunity.org/index.php/page-statistics/market-review/market-review-of-coconut-oiljanuary-2025>.
- Conselho Empresarial UE-ASEAN, (2019), *Facilitação do comércio e o seu papel no crescimento económico e no apoio às PME: Para onde vai a ASEAN?*
- Cristopher Woodruff, International Growth Centre, (2018), *Abordar os obstáculos às pequenas empresas e às empresas em crescimento*.
- Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, (2024), *Relatório Anual sobre o Café na Indonésia*.
- Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, (2024), *Relatório Anual sobre o Café no Vietname*.
- Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, (2025), *Relatório Anual sobre Sementes Oleaginosas e Produtos da Índia*.
- Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, (2024), *Relatório Anual sobre Sementes Oleaginosas e Produtos da Indonésia*.
- Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, (2025), *Relatório Anual sobre Sementes Oleaginosas e Produtos das Filipinas*.
- Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit, (2019), *Correspondência entre empresas e investidores*.
- Emi Kojin, (2019), *Desafios da Indústria do Café no Vietname - De país fornecedor de matérias-primas a país processador de café*.
- ERIA, OCDE, (2024), *Índice de Políticas para as PME: ASEAN 2024 - Promover o Crescimento Sustentável e a Digitalização*.
- Erlita Tantri, (2024), *Timor, sândalo e a rivalidade comercial global em Timor*.

- EuroCham Camboja, (2024), *Guia de Fabricação Alternativa e Zonas Económicas Especiais 2024*.
- FAO, (2025), *Mercado global do café e evolução recente dos preços*.
- FCDO, (2021), *Parques agroindustriais: fatores de sucesso, mecanismos de incentivo e papéis dos doadores*.
- FMI, (2024), *Cobertura da política industrial na supervisão do FMI - Considerações gerais*.
- Food Plant Solutions, (2018), *Plantas Alimentares Potencialmente Importantes de Timor-Leste*.
- Fundação para o Desenvolvimento da Indonésia, (2023), *A Economia do Tabaco e dos seus Produtos de Valor Acrescentado*.
- Geoffrey C. Gunn, (2016), *O comércio de sândalo entre Timor e Macau e a descoberta asiática da Grande Terra do Sul?*
- Global Alliance for Trade, (2021), *Pequenas empresas, grandes oportunidades - sensibilização para a reforma da facilitação do comércio para micro, pequenas e médias empresas*.
- Gourdon, J., S. Stone e F. van Tongeren, (2020), «*Non-tariff measures in Agriculture*», Documentos da OCDE sobre Alimentação, Agricultura e Pescas, n.º 147, Publicações da OCDE.
- Governo de Timor-Leste, *Censo Agrícola de Timor-Leste de 2019*.
- Henderson, J. V., Storeygard, A., & Weil, D. N. (2012). *Medir o crescimento económico a partir do espaço*. American Economic Review.
- INETL, (2021), *Inquérito à População Ativa de Timor-Leste 2021*.
- INETL, (2024), *Inquérito à Atividade Empresarial 2023*.
- Instituto Indiano de Tecnologia de Processamento Alimentar, (2023), *Relatório detalhado de projeto modelo sobre óleo de coco*.
- James J. Fox, (2003), *Inspirando-se no Passado para Preparar o Futuro: Responder aos Desafios da Segurança Alimentar em Timor-Leste*, Centro Australiano de Investigação Agrícola Internacional.
- KPMG, (2014), *Indústria transformadora em África*.
- Kumagai, S., Hayakawa, K., Isono, I., Keola, S., & Tsubota, K. (2013). *Análise de simulação geográfica para a melhoria da logística na Ásia*. Economic Modelling.
- López González, J. e S. Sorescu, (2019), *Ajudar as PME a internacionalizarem-se através da facilitação do comércio*, Documentos de Política Comercial da OCDE, n.º 229.
- Lucas Barreiros, Rodrigo Contreras Huerta, Pablo Steneri, María Loreto Lynch, (2025), *Banco Interamericano de Desenvolvimento, Facilitando o comércio internacional para as MPME*.
- Market Development Facility, (2023), «*Beyond Coffee: O potencial de exportação de produtos agrícolas de Timor-Leste*».
- Market Development Facility, *Relatório Anual de 2022*.
- Market Development Facility, (2023), *Frete no Pacífico e em Timor-Leste*.
- Market Development Facility, (2023), *A transição de Timor-Leste para o café de especialidade*.
- Market Development Facility, (2024), *Going Green – O caso de negócio para a transição para a energia solar em Timor-Leste*.
- Market Development Facility, (2024), *Ondas de Mudança: A influência transformadora das algas marinhas em Atauro*.
- Melitz Marc, (2003), «*O Impacto do Comércio nas Reafectações Intra-industriais e na Produtividade Industrial Agregada*», *Econometrica*, 71(6).
- Mori, T. (2017). *Evolução da dimensão e da estrutura industrial das cidades no Japão entre 1980 e 2010: constante agitação e regularidade persistente*. *Asian Development Review*, 34(2), 86–113.
- Natsuda, K., Goto, K., & Thoburn, J. (2010). *Desafios para a indústria do vestuário cambojana na cadeia de valor global do vestuário*. *The European Journal of Development Research*, 22(4), 469–493.
- OCDE, (2018), *Implementação do Acordo de Facilitação do Comércio da OMC: O Impacto Potencial nos Custos Comerciais*.
- OCDE, (2023), *Estratégia de Competências da OCDE para o Sudeste Asiático: Competências para a Recuperação e o Crescimento Pós-Covid*.
- OCDE-FAO, (2021), *Perspectivas Agrícolas 2021-2030*, Edições da OCDE.
- OIT, (2021), *Inquérito à População Ativa de Timor-Leste 2021*.
- Pyone Myat Thu, Joaquina Barreto, William Erskine, Robert Williams, Abril Soares, Valério Ximenes, Anita Ximenes, Maria Fernandes, Octaviana P. Agostinho, Tony Page, (2023), *Rumo a uma economia agrícola diversificada baseada na silvicultura: perspetivas da comunidade sobre a plantação de sândalo em Timor-Leste*.
- Rajenthiran, A. (2002). *Indonésia: Uma visão geral do quadro jurídico para o investimento direto estrangeiro - Indonésia: Uma visão geral do quadro jurídico para o investimento direto estrangeiro*. Documentos de Trabalho do ISEAS.

- Rosangela Tenorio, Jairo da Costa Junior, (2020), *Fomentar a indústria da construção em bambu em TimorLeste: Mudar a percepção pública, reforçar a investigação e a governação fundiária através de parcerias sociais.*
- Sarah Logan, Joevas Asare, Moussa Saab, Camilla Sacchetto, (2021), *Motores de crescimento e transformação setorial de Timor-Leste.*
- Secretariado da ASEAN, (2025), *Promoção de Modelos de Envolvimento Empresarial para a Melhoria das Competências e Reciclagem Profissional da Força de Trabalho da ASEAN.*
- Scott Waldron, Zannie Langford, Syamsul Pasaribu, Nunung Nuryartono, Boedi Julianto e Irsyadi Siradjuddin, (2023), *A Indústria de Algas Marinhas da Indonésia.*
- Specialty Coffee Association, (2024), *Um sistema para avaliar o valor do café.*
- Tanaka, K. (2018). *Avaliação dos efeitos das políticas comerciais dos EUA na indústria do vestuário no Camboja. Tailândia e a Economia Mundial*, 36(3), 47–65.
- UNCTAD, (2024), *Promover a segurança alimentar através de medidas não tarifárias: dos custos aos benefícios.*
- UNCTAD, (2024), *Repensar o desenvolvimento na era do descontentamento.*
- UNIDO, Resumo de Política da Economia Azul, (2025), *A Indústria de Algas Marinhas da Indonésia como Fonte Chave de Crescimento.*
- Universidade e Centro de Investigação de Wageningen, (2024), *Reintrodução e Expansão do Sorgo na Província de Nusa Tenggara Oriental, Indonésia.*
- USTR, (2020), *USTR anuncia medidas de aplicação do SPG, sucessos por país e novas revisões de elegibilidade*, <https://ustr.gov/about-us/policy-offices/press-office/press-releases/2020/october/ustr-announces-gspenforcement-action-country-successes-and-new-eligibility-reviews>.
- Will Kenton, (2024), *O que é o acesso ao mercado no comércio internacional?*, <https://www.investopedia.com/terms/m/market-access.asp>.